

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

CARLOS NÁSSARO ARAÚJO DA PAIXÃO

**DE “TENENTE MANCEBO” A EXPERIENTE EMBAIXADOR:
JURACY MAGALHÃES E A CONSTRUÇÃO DE SUAS MEMÓRIAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL
(1930-1967)**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MARÇO DE 2018

CARLOS NÁSSARO ARAÚJO DA PAIXÃO

**DE “TENENTE MANCEBO” A EXPERIENTE EMBAIXADOR:
JURACY MAGALHÃES E A CONSTRUÇÃO DE SUAS MEMÓRIAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL
(1930-1967)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dias.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MARÇO DE 2018

Paixão, Carlos Nássaro Araújo da.

P172t De “tenente mancebo” a experiente embaixador: Juracy Magalhães e a construção de suas memórias sobre o desenvolvimento econômico no Brasil (1930-1967). / Carlos Nássaro Araújo da Paixão – Vitória da Conquista, 2018.
281 f.

Orientador: José Alves Dias.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

Inclui referência F. 274 - 281.

1. Juracy Magalhães - Memórias. 2. Grupo político - Estado - Poder. 3. Brasil - Política e governo. I. Dias, José Alves. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 923.281

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: From “lieutenant youth” to the experienced ambassador: Juracy Magalhães and the construction of his memoirs on economic development in Brazil (1930-1967).

Palavras-chaves em inglês: Juracy Magalhães. Memories. State. Power.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Alves Dias (presidente); Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães (titular); Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (titular); Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueroa de Sena Junior (titular); Prof. Dr. Paulo Santos Silva (titular).

Data da Defesa: 23 de março de 2018.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

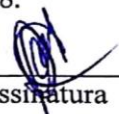
CARLOS NÁSSARO ARAÚJO DA PAIXÃO

**DE “TENENTE MANCEBO” A EXPERIENTE EMBAIXADOR:
JURACY MAGALHÃES E A CONSTRUÇÃO DE SUAS MEMÓRIAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL
(1930-1967)**

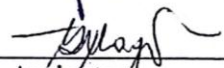
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito
parcial e obrigatório para obtenção do título de
Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Vitória da Conquista – Bahia, 23 de março de 2018.


José Alves Dias
(Presidente)


Assinatura


Lívia Diana Rocha Magalhães


Assinatura

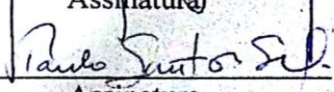
Cláudio Eduardo Félix dos Santos


Assinatura

Carlos Zacarias Figueiroa de Sena Junior


Assinatura

Paulo Santos Silva


Assinatura

Aos meus avós
Dinorah de Souza Araújo (*in memoriam*)
Laudelino Renovato da Paixão (*in memoriam*)
Maria Jesus da Paixão

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha esposa, amiga, companheira e tradutora de todas as horas, Maiane Paranhos de Lima, pela paciência nos muitos momentos de ausência que o processo de construção desta tese me exigiu, e, pelo amor incondicional desprendido, mesmo quando a minha companhia não era das mais agradáveis.

Aos meus pais, Mirian Araújo da Paixão e Carlos Luiz da Paixão, que, mesmo à distância, nunca deixaram de confiar no sucesso do seu filho e ofereceram todo o suporte emocional e afetivo para que eu pudesse superar os momentos de maior dificuldade nesta trajetória, além de, com o seu exemplo, desde sempre, me fizeram acreditar no poder transformador da educação.

Ao Instituto Federal Baiano – *Campus* Guanambi, por ter me proporcionado, com a licença remunerada, a tranquilidade para que eu pudesse desenvolver todas as atividades referentes ao curso, como, por exemplo, pesquisas, leituras, participação de congressos, colóquios e simpósios, além, principalmente, da escrita deste texto.

Ao Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, pela oportunidade dada para que fosse desenvolvida uma pesquisa envolvendo as relações entre memória, Estado e Poder. No PPGMLS, destaco as contribuições da Professora Lívia Diana Magalhães e o seu rigor analítico quanto ao tema da teoria da memória, relacionada, principalmente, com a obra fundamental de Maurice Halbwachs e o seu papel de fundador da abordagem memória como um fato social; Professor Edson Farias, que me fez compreender a complexidade filosófica e sociológica deste objeto multimodal que é a memória e, principalmente, por ser uma inspiração a debruçar-me sobre a obra seminal de Marcel Proust; Professor Auterives Maciel que me ajudou a compreender a importância do pensamento de Henri Bergson para a constituição epistemológica do tema em questão.

Um agradecimento especial ao meu orientador, o Professor José Alves Dias, pela maneira como conduziu a orientação ao longo destes quatro anos. Parafraseando o mestre Belchior, posso me considerar um sujeito de sorte, pois, neste mundo acadêmico, carregado de vaidades e arrogâncias, encontrei alguém que conduziu todo o processo com uma generosidade e simplicidade ímpares. Não foram poucos os momentos de angústias em que uma ligação, uma mensagem, uma conversa presencial foram suficientes para que as coisas se acalmassem e as ideias voltassem a fluir. Mas, de maneira alguma, isso significou falta de

rigor analítico, pois a seriedade com que o tema foi tratado exigiu sempre um compromisso nas leituras teóricas e no trato com as fontes, o que significou uma análise atenta em relação aos meus escritos. Muito obrigado, Zé Dias!

Aos novos amigos que fiz e, ao mesmo tempo em que foram um alento nos momentos mais difíceis, compartilharam experiências e ajudaram no crescimento e maturidade acadêmica, com leituras compartilhadas e trocas de experiências. Foi muito bom conhecer vocês: Renata Bahia, Tamires Pereira, Talita Neves, Luan Eloy, Milton Leituga, Ciro Prates. Os velhos amigos da UNEB também foram fundamentais para o fortalecimento do debate e da troca de ideias: Moisés Morais, Eliana Batista, Ede Assis, Ricardo Sizílio, Amélia Saback.

À FAPESB, pelo suporte financeiro com a concessão da bolsa por um período considerável do curso, proporcionou maior tranquilidade para o desenvolvimento das pesquisas, compra de livros e a participação em eventos acadêmicos em todo o Brasil para a divulgação do meu trabalho.

À CAPES, que com a bolsa de doutorado sanduíche no exterior, me possibilitou realizar parte do meu curso na Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, onde pude vivenciar uma enriquecedora experiência, em Portugal.

Desde já, estendo os meus agradecimentos à instituição que me acolheu tão bem, assim como ao Professor Manuel Loff, que, a partir do momento em que iniciei o contato, ainda na candidatura para a orientação, foi sempre muito solícito, e, cuja orientação foi fundamental para que eu entendesse a história do Estado Novo Português e os usos e abusos da memória sobre este regime, além disso, suas indicações precisas facilitaram minhas pesquisas nos arquivos em terras lusitanas.

Por fim, agradeço, de maneira coletiva, a todos os funcionários de arquivos e bibliotecas nas quais desenvolvi as minhas pesquisas, em Salvador, no Rio de Janeiro e em Lisboa, sem os quais seria inviável a materialização deste texto. Destaco, neste sentido, o trabalho dos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia e da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, que, mesmo com o descaso contínuo dos governos do estado com a política de conservação de documentos, prestam um relevante serviço para a preservação da memória documental do povo baiano.

RESUMO

A experiência na vida pública de Juracy Magalhães engendrou a evocação de memórias que foram transformadas na publicação de três livros: *Minha Vida Pública na Bahia* (1957), *Minhas Memórias Provisórias* (1982), *O Último Tenente* (1996). Em relação à memória, o pressuposto fundamental apresentado na tese é o fato de que ela é fruto das interações produzidas e mediadas pela sociedade, e, fundamentalmente, a sua produção nos meios sociais se processa a partir de conflito, de relações de poder e as versões dos fatos passados são objeto de disputas pelos diversos grupos presentes na sociedade. Na tese, se está levando em consideração que a memória predominante em cada sociedade é, em cada tempo, a memória da classe dominante, e, partindo desta premissa, buscou-se estabelecer uma relação necessária entre as conjunturas que possibilitaram a Juracy Magalhães ascender aos cargos públicos e a sua associação com as diferentes frações da burguesia com o objetivo de manter o poder do grupo político que foi se formando sob a sua liderança. As memórias, neste sentido, atuam como justificativa e interpretação das conjunturas nas quais o personagem esteve envolvido com o exercício de poder, como explicação para as suas diversas alianças com as oligarquias agrárias, a burguesia comercial, industrial e financeira, que possibilitou, ao mesmo tempo, sua atuação durante, aproximadamente, quarenta anos na arena pública. Suas memórias publicadas tiveram como objetivo principal a consolidação de uma versão sobre o passado, que legitimou a ascensão e a materialização do domínio burguês na sociedade e no aparelho de Estado. Ele foi um representante da burguesia, atuando e passando pelas diferentes etapas da construção desta dominação, neste sentido, o seu processo de rememoração legitimou este modelo de dominação capitalista em todos os setores da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Juracy Magalhães. Memórias. Estado. Poder.

ABSTRACT

The experience on public life engendered evocation of memories that was converted on publications of three books: *Minha Vida Pública na Bahia* (1957), *Minhas Memórias Provisórias* (1982), *O Último Tenente* (1996). Considering aspects related to memory, this thesis presents the fundamental precondition that memory is a result of social interactions, and its production in social backgrounds fundamentally proceeds by conflict and power relations, and the versions of the facts are point of disputes for various social groups. This thesis takes into account that prevalent memory is, in any society, in each processing period, the memory of the prevalent class. Considering this assumption, this research sought establishing a necessary relationship between the junctures that made possible the ascension of Juracy Magalhães to public offices and his attachment to different factions of bourgeoisie, with the aim of guaranteeing the power of political groups that were formed by his leadership. Therefore, memories act as justification and interpretation of junctures in which Juracy Magalhães was involved with the exercise of power, as well as an explanation to his different alliances with rural oligarchies and commercial, industrial and financial bourgeoisie, what makes possible his concurrent acting on public arena for about forty years. His published memories especially aimed to consolidate a version of the past time, which legitimized the ascension and materialization of bourgeois domination on society and State apparatus. He was a bourgeoisie representative, by acting and passing through different steps for construction of this domination. Therefore, his recalling process legitimized this model of capitalism domination in all sectors of Brazilian society.

Keywords: Juracy Magalhães. Memories. State. Power.

LISTA DE SIGLAS

Associação Baiana de Imprensa – ABI.

Associação Comercial da Bahia – ACB.

Arquivo Histórico Diplomático - AHD

Arquivo Nacional – AN.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT

Arquivo Público do Estado da Bahia – APEBa.

Arquivo Oliveira Salazar - AOS

Biblioteca Nacional – BN.

Biblioteca Nacional Digital - BND

Biblioteca Nacional de Portugal - BNP

Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEBa.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas – CPDOC – FGV.

Gabinete Civil da Presidência da República - GCPR

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB.

Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE

Partido Comunista do Brasil – PCB

Partido Social Democrático – PSD

Partido Trabalhista Brasileiro – PTB

União Democrática Nacional – UDN

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A BURGUESIA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL	18
2.1. FLORESTAN FERNANDES E O PROBLEMA DA (IM) POSSIBILIDADE DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL	19
2.2. CAIO PRADO JÚNIOR: O PROBLEMA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA E A CRÍTICA DO ETAPISMO	23
2.3. FRANCISCO DE OLIVEIRA E A CRÍTICA AO PENSAMENTO DUALISTA DA CEPAL	29
2.4. FRANCISCO WEFFORT E A ANÁLISE DA MONTAGEM DO ESTADO POPULISTA	34
2.5. BORIS FAUSTO E A ANÁLISE DO PÓS 1930 COMO A MONTAGEM DO ESTADO DE COMPROMISSO	36
3. OS MILITARES E A BURGUESIA NO BRASIL	41
2.1. A AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO E A BURGUESIA	43
2.2. A INSERÇÃO DOS MILITARES NA POLÍTICA	54
4. CARACTERIZAÇÃO DAS OLIGARQUIAS NO PERÍODO 1930-1964	66
4.1. UM ANTECEDENTE NECESSÁRIO: AS OLIGARQUIAS BAIANAS DO INÍCIO DA REPÚBLICA ATÉ A DÉCADA DE 1930	66
4.2. O LUGAR DAS OLIGARQUIAS NA CORRELAÇÃO DE FORÇAS PÓS-1930	78
4.3. A CENSURA À IMPRENSA: MAIS UMA ESTRATÉGIA NA BUSCA PELA DOMINAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO	106
4.4. 1934-1937: A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO E A ESCALADA AUTORITÁRIA	111

5. INTERVENÇÃO ECONÔMICA E PLANEJAMENTO ESTATAL: OS INSTITUTOS DE FOMENTO ECONÔMICO E O LUGAR DA AGRICULTURA NO ESTADO PÓS-OLIGÁRQUICO	117
5.1. ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO	117
5.2. O INSTITUTO DO CACAU DA BAHIA	122
5.3. OS INSTITUTOS DO FUMO, DA PECUÁRIA E O CENTRAL DE FOMENTO DA ECONOMIA DA BAHIA	139
5.4. O ENIGMA BAIANO E O PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA: O BINÔMIO DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA NAS DÉCADAS DE 1950/1960	149
6. O MEDIADOR DA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL	175
6.1. JURACY MAGALHÃES E A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL APÓS 1964	176
6.2. O PROCESSO DE REAPROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA COM PORTUGAL	182
6.3. JURACY MAGALHÃES E A ASSINATURA DOS ACORDOS DE LISBOA	192
7. JURACY MAGALHÃES: O ARQUITETO DA SUA PRÓPRIA MEMÓRIA	211
7.1. AS MEMÓRIAS DO ADMINISTRADOR	211
7.2. MINHAS MEMÓRIAS PROVISÓRIAS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO PROTAGONISMO POLÍTICO	224
7.3. O TEMPO DA EVOCAÇÃO DAS MEMÓRIAS: AS DERROTAS POLÍTICAS, PERDA DE HEGEMONIA E A NECESSIDADE DE DEIXAR UM LEGADO POLÍTICO	251
7.4. O ÚLTIMO TENENTE	260
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	270
REFERÊNCIAS	274

1. INTRODUÇÃO

A trajetória política de Juracy Magalhães (1905-2001) atravessou quatro décadas do século XX, pois, de 1930 a 1960, esse nome se fez presente em todos os fatos relevantes que, de alguma maneira, foram responsáveis pela conformação do Brasil em um país marcado pela hegemonia burguesa, cujo modelo de acumulação gerou uma inflexão em direção a um capitalismo industrial, com forte tendência à urbanização. Ele atuou na conspiração e na ação militar que derrubou o presidente Washington Luís, através da Revolução de 1930¹, e implantou a chamada Segunda República. Foi interventor, governador da Bahia em duas oportunidades, deputado e senador federal, presidente da Companhia Vale do Rio Doce e primeiro presidente da Petrobrás. Atuou, ainda, como adido militar e depois embaixador do Brasil nos Estados Unidos e, finalmente, Ministro das Relações Exteriores e da Justiça do governo Castelo Branco. Sua trajetória de conspirador não ficou restrita a 1930, pois participou de agitações e rebeliões junto a outros militares e civis, que resultou na derrubada de Getúlio Vargas, em 1945, e de João Goulart, em 1964.

Na Bahia, viria a tornar-se líder de corrente partidária e o *juracisismo* foi uma força política considerável até a década de 1970, contexto marcado pela sua saída da vida pública. O jovem tenente que assumiu pela primeira vez a chefia do executivo estadual, quando tinha vinte e seis anos, tornou-se um dos chefes políticos mais longevos do estado e o conspirador, que enfrentou a oposição ferrenha de “velhas raposas políticas”, construiu uma hegemonia política que durou aproximadamente quatro décadas. A atuação extrapolou as fronteiras baianas e, no início da década de 1960, sugeriu o seu nome para a disputa das eleições presidenciais, fato que não se concretizou por decisão do partido que ajudara a fundar, a UDN, que decidiu lançar a candidatura de Jânio Quadros.

A longa trajetória no mundo da política, com a ocupação de cargos nas diversas instâncias no aparelho de Estado, proporcionou a esse personagem a possibilidade de produzir uma interpretação dos fatos vividos e da atuação nos diversos contextos da história do Brasil e da Bahia, através do processo de rememoração. Em uma vida pública de quase quarenta anos relatos memorialísticos foram definidos do seguinte modo:

¹ A adoção do termo Revolução de 1930 em todo o texto, a partir de agora, deve-se à sua consolidação enquanto um tema de estudos na historiografia brasileira. Apesar de trabalhos produzidos a partir da década de 1980 que passaram a questionar o processo de construção do fato, pela ótica dos vencedores, não é objeto da tese ampliar o debate sobre a questão.

Mais organizad[o], estruturad[o], na medida em que [...] é importante instrumento de trabalho – é fundamental que o político profissional armazene informações, detalhes de cada acontecimento de que participou, pois é sobre esse material que ele trabalha, manipula, trama e influencia. Ao mesmo tempo, faz parte de sua profissão ser entrevistado por jornalistas e/ou pesquisadores, ser questionado publicamente por suas ações e sua participação em acontecimentos históricos. Isto o leva [...], a ter um discurso já estruturado, a ter fixada uma imagem para a história. (ABREU *et all apud* MAGALHÃES, 1982, p. 19).

Juracy Magalhães teve, portanto as suas memórias registradas em três livros, que foram publicados em contextos diferentes de sua carreira, além de possuírem características distintas uns dos outros. O primeiro, *Minha Vida Pública na Bahia* (1957), foi organizado pelos seus aliados políticos como parte das comemorações pelos vinte e cinco anos de atuação na política baiana; o seguinte, *Minhas Memórias Provisórias* (1982), fez parte de um projeto idealizado pelos pesquisadores do CPDOC-FGV, que visava o entendimento do processo de montagem do Estado moderno, no Brasil, a partir do depoimento de homens públicos, da elite, considerados representativos e importantes para este processo; e, por fim, *O Último Tenente* (1996), que foi produzido a partir de depoimentos do ex-interventor e organizado pelo jornalista J. A. Gueiros.

A presente tese apresenta um problema referente a essa relação entre a memória como construção de determinada narrativa e justificativa sobre o passado e o exercício do poder, bem como a questão da atuação de Juracy Magalhães como um preposto da burguesia no processo de estabelecimento da hegemonia no Estado brasileiro. Neste caso, três perguntas são fundamentais para o entendimento da pesquisa que originou esse texto: qual a ligação entre as suas diversas atuações no aparelho estatal, por um longo período, e a produção das versões de suas memórias? Quais as implicações na formulação de imagens que destacaram a sua capacidade administrativa e o seu protagonismo político? E, quais estratégias permitiram que este personagem atuasse nas conjunturas mais diversas, assumindo o papel de gestor das diferentes frações da burguesia no Brasil? Para finalizar, quais grupos atuaram como quadros que geraram ferramentas que ancoraram seu processo de rememoração?

O principal objetivo é compreender de que maneira as memórias de Juracy Magalhães foram instrumentalizadas para que se construísse uma interpretação do passado que pudesse situar o seu papel enquanto alguém que atuou, significativamente, no processo de transformação do Brasil, de um país eminentemente agrário e rural, para um que apresentasse uma estrutura econômica calcada na indústria e na urbanização.

Especificamente, intentou-se: analisar a conjuntura na qual o político e militar atuou durante aproximadamente quarenta anos; entender o seu papel como agente da burguesia, através da atuação política e administrativa nos diversos cargos e funções no poder executivo, legislativo, diplomacia e nas autarquias; indagar, nos livros de memória, a maneira pela qual ele produziu, sistematicamente, interpretações sobre diversos temas da história do Brasil, a partir da Revolução de 1930.

O início da pesquisa ocorreu a partir do processo de compreensão da natureza e do contexto nos quais foram produzidos os livros que registraram as memórias evocadas de Juracy Magalhães. O acesso ao primeiro deles ocorreu ainda durante a produção da dissertação de mestrado, devido à necessidade de compreender determinadas questões da política baiana no início da década de 1930, como, por exemplo, a atuação do Estado no planejamento e na intervenção econômica, em particular, a criação do Instituto do Fumo e da Estação de Citricultura e os seus impactos para a cidade de Alagoinhas. A partir daí buscou-se pelas publicações seguintes, bem como a consequente leitura, fichamento e análise, desse modo, foram estas memórias publicadas, a base que serviu de sustentação para o processo de construção da tese.

As memórias foram, portanto, o substrato que conformaram o conteúdo das publicações, nesse caso, é fundamental compreendê-las a partir de uma dupla temporalidade, para que se tenha uma compreensão mais completa dos seus significados. Foi preciso, então, que se abordasse os livros a partir de cada conjuntura, bem como, o entendimento do lugar ocupado e do papel sociopolítico desempenhado pelo personagem, compreendendo de que maneira essas condições engendraram a evocação e o registro impresso, posto que contextos diversos podem produzir distintas maneiras de se interpretar o passado. Por outro lado, foi preciso analisar, também, os fatos que foram os objetos da rememoração, ou seja, compreender aquilo que foi o produto da narração memorialística. Desse modo, a pesquisa exigiu uma abordagem, ao mesmo tempo, sincrônica e diacrônica, a partir da qual era preciso interrogar-se sobre dois momentos diferentes sobre a sua trajetória.

Do ponto de vista metodológico, o texto intentou questionar os livros de memória, através do confronto com outras fontes, um arcabouço teórico e uma bibliografia variada sobre o período estudado. Outros documentos, de diversas naturezas, foram coletados em variados arquivos e bibliotecas, públicos e privados, na Bahia, no Rio de Janeiro e em Lisboa, e foram separados e agrupados nas seguintes categorias: jornais e revistas; correspondências; discursos, falas e mensagens; relatório de prestação de conta de governo; atas, ofícios e requerimentos; diários pessoais. Partindo desse conjunto, foi possível a construção de um

entendimento sobre as ações, as relações sociopolíticas e o contexto em que Juracy Magalhães atuou durante a sua trajetória política, além disso, os próprios livros trazem, em anexo, um conjunto considerável de correspondências políticas e discursos, que foram, sistematicamente, utilizados na redação da tese.

As questões teóricas que atravessam a tese, dizem respeito ao problema do Estado, na perspectiva da sua condição de autonomia relativa frente as classes sociais em presença², pressuposto fundamental para a compreensão de Juracy Magalhães como membro da categoria social dos militares, agindo a serviço das diferentes frações da burguesia, ao longo de quase quarenta anos de vida pública. Ainda, discutiram-se as transformações do Estado brasileiro, com a inflexão para o modelo de acumulação burguês-industrial, a partir da década de 1930³.

A perspectiva dos conflitos no processo de rememoração foi objeto de problematização por autores posteriores, que, embora partindo da premissa halbwachiana de uma memória produzida a partir das interações sociais, focaram na questão dos usos e abusos, do silenciamento, dos esquecimentos e das relações de poder como fatores importantes de um processo de rememoração⁴.

A estrutura da tese tem por objetivo indicar o contexto no qual Juracy Magalhães atuou na administração pública, nas diversas instâncias do aparelho de Estado, possibilitando a compreensão da temporalidade que foi objeto do seu processo de rememoração, e que foram conformados como o conteúdo dos livros publicados. Ainda, apontar para as relações dele com os setores agrários, comerciais, industriais e financeiros da burguesia, e o impacto da formação militar e das doutrinas produzidas nas Forças Armadas do Brasil no seu processo de rememoração. Para atender a esta demanda, o texto foi dividido em três partes, subdivididas em seis capítulos.

A parte um, que foi voltada, preponderantemente, para a discussão de questões teóricas, apresenta dois capítulos. O primeiro se debruça sobre o tema da burguesia e as suas relações com o processo de desenvolvimento econômico do Brasil, entre 1930 e 1964. Esta conjuntura foi caracterizada por transformações significativas nas estruturas socioeconômicas no país, na qual teve lugar mudanças nos padrões de acumulação capitalista, relacionado ao

² Não vou adentrar nesta discussão, uma vez que ela será alvo de análise no capítulo II.

³ Para este fim recorreu-se às obras clássicas de cientistas sociais brasileiros que se debruçaram sobre este período, principalmente, a partir das décadas de 1960 e 1970. O aprofundamento da questão foi realizada no primeiro capítulo da tese.

⁴ Autores como Ricouer (2007), Pollack (1989;1992), Jelin (2012), Fentress e Wicham (1994), Traverso (2012), Loff (2015), Catroga (2001;2016) abordaram estas questões e sua análise foi articulada com o questionamento das fontes memorialísticas no capítulo VI.

processo de industrialização, a partir da efetiva ação intervencionista do Estado, à urbanização, à emergência de uma sociedade de massas, à urbanização e à constituição do setor industrial da burguesia como fração hegemônica. Este processo, bem como a discussão sobre a natureza do Estado após 1930, foi alvo de análises, consideradas já clássicas, por parte de importantes cientistas políticos, historiadores, economistas e sociólogos que produziram os seus estudos entre as décadas de 1960 e 1980.

No capítulo em questão, serão discutidas as obras de Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e Boris Fausto, e, apesar das diferenças na abordagens, apresentam temas e concepções em comum, tais como: o conceito de “Estado de compromisso”, para caracterizar o período imediatamente posterior à Revolução de 1930; o entendimento de que não é possível analisar a realidade brasileira, a partir dos modelos desenvolvidos para explicar a história dos países da Europa Ocidental e Estados Unidos, no que se refere à eclosão das revoluções burguesas e do desenvolvimento do capitalismo; a permanência das oligarquias, mesmo após a derrocada do Estado oligárquico; a importância do setor agrícola como gerador de divisas que seriam direcionados para o desenvolvimento da indústrias, através de uma política fiscal e cambial industrializante. O principal objetivo deste capítulo é compreender a natureza do Estado que estava em processo de montagem no contexto em que Juracy Magalhães atuou efetivamente em seus diversos níveis.

O segundo capítulo propõe uma discussão teórica acerca das relações entre os militares e a burguesia no Brasil e neste bojo foi analisada a concepção de Estado, a partir das formulações do filósofo marxista Nicos Poulantzas e seus postulados sobre o conceito de autonomia relativa do Estado. Esta foi relacionada com o caráter de classe dele, bem como o entendimento da noção de categoria social, a partir da qual se compreendeu a função dos militares no interior do aparelho de Estado e a as suas ligações com a classe dominante. Em seguida, articulou-se uma discussão bibliográfica sobre a participação dos militares na política brasileira, desde uma concepção funcionalista desenvolvida pelo cientista político estadunidense Alfred Stepan, que normalizou a ideia de “padrão moderador” a atuação da instituição castrense, até uma abordagem de classe, crítica à definição anterior, construída por Heloísa Fernandes e João Roberto Martins Filho. O objetivo foi compreender o lugar de Juracy Magalhães como militar, que atuou politicamente, e, de que maneira, este fator foi um elemento importante na configuração das suas memórias.

A segunda parte, é composta de três capítulos, que abordam, especificamente, a atuação política e administrativa de Juracy Magalhães, de 1931, quando assumiu a interventoria federal, na Bahia, até 1967, ano em que saiu do ministério das Relações

Exteriores e aposentou-se da vida pública. No capítulo terceiro, foram discutidas as relações entre o personagem e os membros dos diferentes grupos oligárquicos baianos, destacando-se os conflitos e acomodações que marcaram a centralização e o fortalecimento do poder executivo e o seu papel neste processo, assim como a análise da maneira pela qual foi articulado o agrupamento político, em volta da sua liderança, através da arregimentação partidária de chefes locais no interior e na capital.

O capítulo quatro analisa a atuação de Juracy Magalhães, a partir do aparelho de Estado, visando aplicar, na Bahia, os projetos de planejamento estatal, através da instalação de institutos, autarquias e fazendas modelo que tinham o intuito de fomentar a produção, em novos moldes, dos principais produtos da pauta das exportações baianas. Em seguida, se volta para a ação do ex-interventor à frente das estatais Vale do Rio Doce e Petrobrás, quando este assumiu, de algum modo, o modelo de desenvolvimento industrial que preconizava a intervenção do Estado como condição primordial para sua realização, bem como a defesa da ideia da participação dos setores privados nesta empreitada.

O capítulo cinco se debruça sobre a carreira diplomática de Juracy Magalhães como embaixador, nos Estados Unidos e, principalmente, ministro das Relações Exteriores. Neste cargo, ele foi um dos responsáveis por implantar o modelo de política externa, após o golpe de 1964, caracterizada pela relação de alinhamento com estadunidenses, na defesa do “mundo livre”, contra a ameaça comunista. No comando do Itamaraty, ele continuou atuando à serviço de setores da burguesia, isto foi discutido através de uma série de acordos comerciais que foram assinados com Portugal, sob a sua liderança.

A parte final, coincide com o último capítulo, o de número seis, neste os livros de memórias de Juracy Magalhães foram mais detidamente analisados e buscou-se relacionar com os capítulos anteriores. A partir dos registros da sua evocação, discutiu-se a maneira pela qual Juracy Magalhães interpretou a história do Brasil, a partir de 1930, e, mais do que isso, a sua própria participação nos fatos que marcaram este período. Discutiram-se, portanto, alguns temas presentes nestes textos: a construção da memória de um administrador competente e eficiente; sua atuação política foi lembrada como protagonismo; a sua versão sobre a Revolução de 1930.

2. A BURGUESIA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

Juracy Magalhães foi um político que assumiu cargos e funções nas diferentes instâncias do aparelho de Estado, entre as décadas de 1930 e 1970, o que demandou constantes articulações e rearticulações com as diferentes frações das classes dominantes do Brasil. Suas relações com o setor agroexportador, comercial, industrial e financeiro possibilitaram uma longa trajetória de vida pública. Alguém marcado por este conjunto de características demonstrou a necessidade de estabelecer o seu lugar na história do país através da cristalização de uma imagem pública, utilizando-se, para isso, do recurso da memória. Portanto, neste capítulo se buscará demonstrar a conjuntura em que foi o objeto da lembrança do personagem em questão. O que demarcou estas memórias foi o exercício do poder, quando ainda tenente, em 1931, assumiu o cargo de Interventor Federal na Bahia, sob a nomeação de Getúlio Vargas. Assim, ele fez parte de toda a reestruturação política que caracterizou o período acima definido.

O Brasil, ao entrar na década de 1930, apresentava-se em um contexto de esgotamento do modelo econômico baseado na exportação de produtos agrícolas, com destaque para a lavoura cafeeira, que era o sustentáculo da economia brasileira, desencadeado por conta do impacto provocado pela crise sistêmica do capitalismo internacional, desencadeada em 1929. Politicamente, o regime oligárquico já apresentava sinais de esgotamento e sofria pressões visando a sua distensão no sentido de ampliar a participação política dos operários, dos setores médios e mesmo de grupos não hegemônicos no interior da classe dominante. No ano de 1930 ocorreu o movimento que derrubou a já combalida República Liberal Oligárquica e que passou à nossa tradição historiográfica com o nome de Revolução de 1930, e é, exatamente, neste momento, que se abre uma das discussões mais profícuas e longevas das ciências sociais no Brasil.

Após 1964, principalmente, estudiosos da economia, da história e das ciências sociais debruçaram-se sobre 1930, buscando neste fato uma tentativa de compreensão para as transformações que o Brasil sofreu em seus aspectos econômicos, sociais e políticos. Aquela conjuntura foi entendida pelos economistas, historiadores, cientistas políticos e sociólogos como um marco inicial, um ponto de viragem caracterizado pela passagem de uma sociedade eminentemente rural e agrária, cuja hegemonia política estava nas mãos das oligarquias agro-mercantis exportadoras, para um país cada vez mais urbano, detentor de um parque industrial

em consolidação (a despeito do seu caráter de dependência) hegemônico por uma burguesia associada ao capital internacional.

Sendo assim, apresentar-se-á uma revisão bibliográfica sobre as interpretações do período compreendido entre 1930 e 1964, tendo em vista que elas podem esclarecer e situar o sujeito no seu quadro social e explicar pretensas contradições no comportamento descrito nas memórias que serão analisadas adiante.

2.1. FLORESTAN FERNANDES E OS PROBLEMAS DA (IM)POSSIBILIDADE DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Entre as contribuições para este debate destaca-se *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, ensaio publicado pela primeira vez em 1974. Neste livro, Fernandes realizou uma síntese histórica de fôlego, já clássica no âmbito das ciências sociais brasileiras, cujo objetivo foi perscrutar a trajetória da classe dominante nacional e o modelo escolhido pela burguesia para a realização da modernização industrial no Brasil.

Ao abordar uma temporalidade de longa duração, que abarca desde os tempos da colônia até à contemporaneidade de sua escrita, o autor problematizou a necessidade mesma da utilização do conceito de Revolução Burguesa para a explicação de um fato episódico e isolado. Por um lado, ele assinalou que se manteve o padrão de análise tendo como modelo as sociedades europeias e apontou quais as principais problemáticas levantadas no livro, a saber: o entendimento de que as peculiaridades do modelo de desenvolvimento e da inserção do Brasil no mundo moderno foram profundamente marcado pelas contradições internas da formação sócio histórica do país. Ele se questionou:

Como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? (FERNANDES, 1976, p. 20).

Neste caso, para entender o significado emprestado ao termo “Revolução Burguesa no Brasil”, ele destacou duas questões que são fundamentais: uma delas diz respeito ao fato de que o presente do Brasil não pode e nem deve ser explicado a partir de modelos interpretativos do passado europeu e a outra implica em definir que a revolução não pode ser reduzida a um fato isolado que dividiria dois períodos opostos e irreconciliáveis entre si. E,

derivado disso, entender que ele estava refletindo em termos de uma perspectiva de mudança estrutural de longa duração:

Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam *como e por que* se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social. Em suma, a “Revolução Burguesa” não constitui um episódio histórico. Mas um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa situação histórico-social (FERNANDES, 1976, p. 20-21). (grifos do autor).

Outro destaque em sua análise é a pressão exercida pelas forças do atraso no processo de transformação da sociedade. Estas variáveis devem ser consideradas, pois são características dos países dependentes de origem colonial. Neste caso, em determinado período após a conquista da autonomia em relação às suas metrópoles as estruturas sociais, políticas e econômicas do período anterior ainda interferiam diretamente no dinamismo de mercado, restringindo os impactos de um possível crescimento interno (FERNANDES, 1976, p.149-150).

O Brasil corresponde normalmente a essa regra. Nele, as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade tradicional subsequente: determinaram, a curto e a longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial. Elas se revelaram bastante plásticas em face do que se poderia chamar de reorganização do *mercado colonial*, adaptando-se rapidamente à dupla polarização dos negócios de exportação e importação, controlados economicamente por um centro hegemônico externo, mas dirigidos politicamente a partir de dentro. No entanto, as mesmas estruturas mostraram-se pouco elásticas e por vezes rígidas na absorção dos dinamismos econômicos que eram centrais para a expansão interna do capitalismo (FERNANDES, 1976, p.150).

Florestan compreendeu que a não resolução das contradições entre diferentes grupos sociais e a constante aliança entre setores mais dinâmicos e mais conservadores das classes dominantes, desde o processo de independência política, marcaram indelevelmente o processo de modernização capitalista da sociedade brasileira. Ele caracterizou esta situação como um drama crônico:

Que não é a essência do capitalismo em geral, mas é típico do capitalismo dependente. As impossibilidades históricas formam um círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se rerepresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da “conciliação” (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da reforma) (FERNANDES, 1975, p.201-202).

Para o autor, aquilo que se convencionou chamar de crise do sistema oligárquico, e que resultou na Revolução de 1930, foi a emergência de um processo de transição, uma reestruturação das estruturas de poder, a partir da qual se iniciaria a configuração de um poder burguês e da dominação burguesa no país. Mas, ele não deixou de ressaltar a força do passado neste processo. Dito de outro modo, a passagem de um período a outro seria negociado com os setores oligárquicos e sob a hegemonia destes (FERNANDES, 1975, p.203).

A oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível (FERNANDES, 1975, p.203).

Florestan Fernandes defende que a burguesia, além de não conseguir necessariamente levar a sociedade a um avanço nos moldes de uma sociedade moderna, burguesa, industrial pelas suas próprias iniciativas e sem o auxílio do Estado, esta classe ainda tornou-se um fator de diminuição do impacto das inovações, a partir de sua aliança tácita com a oligarquia. Isto porque ela não tomava para si a tarefa histórica, que era representada pelo seu papel como a classe que deveria levar a sociedade à modernidade, nos moldes do capitalismo:

Não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo [incluindo-se nelas as oligarquias], se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. [...] e sua ansiedade política ia mais na direção de amortecer a mudança social espontânea [...] (FERNANDES, 1976, p. 205).

Em relação ao poder mantido pela oligarquia, ocorreu uma transformação em sua natureza e, principalmente, em sua relação com o Estado. Ele estava em vias de renovação “recompondo aquele padrão de dominação segundo as injunções da ordem social emergente e em expansão” (FERNANDES, 1976, p.208). Portanto, os novos termos da aliança entre os setores das classes dominantes ocorreram no sentido da emergência de conflitos de interesses. Esses tiveram lugar entre uma classe média, com interesses na participação política, mas sem a devida autonomia para efetivar uma ação longe dos interesses ligados à oligarquia (WEFFORT, 1978, p. 48), além de setores insatisfeitos da grande burguesia, notadamente os industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro, além da pressão exercida por oligarquias dos estados em estagnação econômica, e a oligarquia diretamente ligada aos setores agroexportadores. Se, por um lado, estas disputas acabaram com o monopólio do poder da

oligarquia tradicional, por outro deram a esta a possibilidade para a volta ao poder em outros termos (FERNANDES, 1976, p.208).

Essa “crise” – como um processo normal de diferenciação e reintegração do poder – tornou os interesses especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, favorecendo um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia “tradicional” para a “moderna”. (FERNANDES, 1976, p.208-209).

O que se viu pós-1930, e em todas as suas transformações posteriores, foi um processo que Florestan denominou de “consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil”. E, nesta análise, ele destacou firmemente a natureza oligárquica desta burguesia. Ela seria dividida, em dois grupos (tradicional, ligada aos setores agrários; e moderna, dos altos negócios, ligadas à indústria, ao comércio e às finanças) que, por conta desse caráter conservador do domínio burguês no país foi possível construir uma mentalidade burguesa e, concomitantemente, determinar o padrão de domínio burguês. E desse modo vaticinou o domínio oligárquico como uma característica importante da dominação de classe burguesa no Brasil pós o movimento de 1930:

Cedendo terreno ao radicalismo dos setores intermediários e à insatisfação dos círculos industriais, ela [a oligarquia] praticamente ditou a solução dos conflitos a longo prazo, pois não só resguardou seus interesses materiais “tradicional” ou “modernos”, apesar de todas as mudanças, como transferiu para os demais parceiros o seu modo de ver e de praticar tanto as regras quanto o estilo de jogo. Depois de sua aparente destituição, pela revolta da Aliança Liberal, as duas oligarquias ressurgem vigorosamente sob o estado Novo, o Governo Dutra e, especialmente a “revolução institucional” [...], poderíamos dizer que se constitui uma *nova aristocracia* e que foi a oligarquia, [...] – e não as classes médias ou os industriais – que decidiu, na realidade, o que deveria ser a dominação burguesa, se não idealmente, pelo menos na prática. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil (FERNANDES, 1976, p.209) (grifos do autor).

A citação é uma síntese da análise de Florestan Fernandes acerca do processo histórico compreendido entre 1930 e 1964 e, principalmente, de um dos eventos mais significativos deste período da História contemporânea do Brasil. Neste sentido, a derrubada da República Oligárquica através da Revolução de 1930; o golpe que instituiu o Estado Novo, em 1937; o processo de redemocratização após a derrubada da ditadura varguista, em 1945 e o golpe civil-militar que instituiu o regime ditatorial, em 1964 são alterações conjunturais oriundas da transformação do Brasil de um país agrário e rural para uma sociedade urbana e industrializada. Tudo isso nos moldes da ideologia dominante da burguesia atrelada às demandas de poder das oligarquias. A questão fundamental que perpassa toda a reflexão

intelectual do sociólogo paulistano é justamente a capacidade mostrada pelos setores mais retrógrados do país, representados pelas oligarquias, de se imiscuir no seu processo de transformação social e econômica e garantir uma mudança aos seus moldes, garantindo a direção de todo o movimento.

2.2. CAIO PRADO JÚNIOR: O PROBLEMA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA E A CRÍTICA DO ETAPISMO

Caio Prado Júnior, em 1966, publicou o ensaio intitulado *A Revolução Brasileira*. O livro, uma espécie de balanço de seus escritos anteriores, trouxe uma avaliação da conjuntura brasileira após o golpe civil-militar de 1964 e da ditadura implantada desde então. Além disso, uma série de críticas foi tecida às concepções que os intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) desenvolveram para o entendimento da realidade brasileira e os erros de estratégias e ação daí advindos.

Em primeiro lugar, Caio Prado Júnior esclareceu o que entendia por revolução. A princípio criticou a tendência de se pensar a realidade brasileira a partir de esquemas teóricos e interpretativos apriorísticos e distantes de uma análise concreta dos problemas constituídos historicamente no país. Defendia, portanto, que:

A solução dos pendentes problemas econômicos, sociais e políticos, e as reformas institucionais que se impõem, não de ser procuradas e encontradas nas mesmas circunstâncias em que tais problemas se propõem. Nelas e somente nelas se contêm as soluções cabíveis e exequíveis. É no mesmo processo histórico de que participamos na atualidade, e em que se configura a problemática que enfrentamos, que se configuram também as respostas a essa problemática e as diretrizes que se não de adotar e seguir. (PRADO JR, 2014, p. 9).

Em debate com setores da esquerda, nomeadamente aquela ligada ao PCB, criticou o etapismo⁵ e tratou como falso problema as questões referentes à natureza de uma revolução brasileira. No entendimento de Caio Prado Jr. indagar se ela será “democrático-burguesa”, ou “socialista” denota apenas que a análise está baseada “em convicções predeterminadas de

⁵ O etapismo era a maneira pela qual a intelectualidade do PCB explicava o processo de desenvolvimento histórico brasileiro, baseado nos esquematismos e reducionismos oriundos das cartilhas do stalinismo. A partir desta concepção, criou-se o entendimento de que todos os países do mundo teriam que passar necessariamente pelas mesmas fases históricas vivenciadas pelas sociedades da Europa ocidental. Desse modo, passou-se a buscar em países da Ásia e da América rastros de escravismo e feudalismo. Portanto, o fato de que nestas regiões a industrialização não havia se desenvolvido tal qual na Europa e nos Estados Unidos, elas foram rotuladas como atrasadas, coloniais e semicoloniais, marcada por resquícios de feudais.

ordem puramente doutrinária e apriorística” (PRADO JR, 2014, p. 10). Pensar uma revolução para o Brasil exigiria abrir mão de concepções metafísicas de essências e compreender aquilo que efetivamente ocorre. Antes de se questionar sobre a natureza, essência ou modelos de processos revolucionários é preciso entender a realidade concreta. Neste caso:

É numa tal linha de pensamento que se há de fazer a determinação das reformas e transformações constituintes da revolução brasileira. Isto é, não pela dedução a priori de algum esquema teórico preestabelecido; de algum conceito predeterminado da revolução. E sim pela consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua dinâmica própria que revelará tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nela se encontram imanes e que não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele aplicadas numa terapêutica de superciência que paira acima das contingências históricas efetivamente presenciadas (PRADO JR, 2014, p.10).

Caio Prado Júnior empreendeu uma rigorosa análise da história do Brasil, desde o período colonial, até a década de 1960, do século XX. Neste sentido, apareceram algumas das principais teorias que este autor construiu para o entendimento da realidade do país, entre elas, a questão agrária; a situação brasileira em relação ao capitalismo internacional; as relações de trabalho na zona rural e suas implicações para a acumulação capitalista; a burguesia no Brasil.

Nas formulações analíticas de Caio Prado Júnior, um dos elementos fundamentais que poderiam explicar o atraso da sociedade brasileira é a condição de dependência histórica do Brasil em relação às potências estrangeiras. Este fato estava na origem de nossa categoria de colônia, cuja organização visava à exploração de produtos primários para exportação pelas metrópoles, no processo de acumulação inicial que ele denominou de capitalismo comercial. Por esta razão, o imperialismo teve, no Brasil, uma penetração natural, pois se tratava:

Da evolução de um sistema econômico em que o nosso país já se achava enquadrado. O imperialismo não é senão o sistema internacional do capitalismo em sua fase contemporânea, e tem suas raízes no capitalismo mercantil dentro do qual e por influxo do qual o Brasil e todos os seus elementos constitutivos se plasmaram e evoluíram (PRADO JR, 2014, p.55).

Por essa razão, diz Caio Prado, ainda se fazem presentes os remanescentes do nosso passado colonial, que atuam no sentido de travar o processo de desenvolvimento autônomo e de transformação da estrutura social e econômica do país (PRADO JR, 2014, p. 60). A função de fornecedora de produtos primários para o mercado externo condicionou a economia brasileira e se tornou, em grande medida, na base para a penetração do imperialismo no

Brasil. Além disso, o estágio dessa dominação seria um desdobramento daquela condição de exploração colonial, fruto da expansão do capitalismo comercial europeu.

Por sua natureza, esse tipo de economia inclui o Brasil, desde logo, no sistema internacional do capitalismo de que o imperialismo constitui a etapa atual. A expansão internacional do capitalismo europeu, e em seguida norte-americano, encontrou assim preparado o caminho e abertas as portas para a sua penetração no Brasil. E embora aqui não se insinuasse diretamente, em escala apreciável, na produção das matérias-primas e gêneros alimentares de exportação, o imperialismo intervém na comercialização desses produtos, bem como em atividades auxiliares e complementares da produção, como o financiamento dela e o transporte dos produtos (estradas de ferro, aparelhamento portuário, navegação marítima). É nestes setores sobretudo que se realiza a penetração e intervenção do capitalismo estrangeiro na economia brasileira, empolgando o comércio externo do país, comércio esse que constitui a chave mestra daquela economia (PRADO JR, 2014, p. 60).

O lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho foi definido como: produtor de matérias-primas e gêneros alimentícios para os países centrais do sistema capitalista internacional. A comercialização, transporte e transformação dos produtos estavam nas mãos dos operadores comerciais e financeiros do capital estrangeiro. A especialização da economia brasileira voltada exclusivamente para a exportação trazia deficiências significativas para o desenvolvimento do mercado interno. Para suprir às necessidades básicas de produtos industrializados e mesmo gêneros essenciais como trigos, ovos, manteigas o Brasil precisava recorrer às importações e, dessa maneira, fechava-se o círculo vicioso da dependência e submissão do Brasil ao imperialismo (PRADO JR, 2014, p. 60).

Na sequência da análise, Caio Prado Júnior relatou que determinadas condições e contradições, desencadeadas tanto externa quanto internamente⁶, foram responsáveis por forçar e estimular a “diversificação das atividades produtivas do país, e em particular a industrialização” (PRADO JR, 2014, p. 60). Em virtude dessa conjuntura, “tratava-se de produzir aqui mesmo o que se ia tornando cada vez mais difícil, e frequentemente impossível, adquirir no exterior, uma vez que para isso escasseavam os recursos financeiros necessários” (PRADO JR, 2014, p. 60-61).

No entanto, a dependência em relação ao imperialismo não se encerrou em virtude dos motivos acima descritos. A nova situação exigia estratégias distintas e o que era anteriormente produzido nos países de origem, passou a ser produzido internamente, a partir da instalação de unidades de produção em território nacional (PRADO JR, 2014, p. 61).

⁶ Aqui, implicitamente, Caio Prado Júnior refere-se à Crise de 1929, a depressão daí advinda no centro do capitalismo internacional, e internamente à chamada Revolução de 1930 e os seus desdobramentos, inclusive para se entender a conjuntura econômica do pós-1964.

As transformações do capitalismo internacional, cada vez mais monopolista e concentrado, condição que se reforçou no período entre as duas grandes guerras mundiais, aliadas às alterações na economia e na política interna a partir de 1930, geraram contradições quanto à possibilidade de um rompimento com a força do passado colonial e dependente do país. A questão é explicada do seguinte modo:

A diversificação das atividades produtivas e a industrialização – sobretudo esta última, com os efeitos e estímulos que comporta e que o Brasil agrário do passado desconhecia inteiramente – trarão grandes modificações na economia brasileira, e representam sem dúvida um passo considerável no sentido da superação do velho sistema de colônia produtora de gêneros de exportação. Mas, doutro lado, reforça de certo modo esse sistema, e o renova sobre outras bases que, nem por serem diferentes das antigas, livram a economia brasileira das contradições que embaraçam o seu desenvolvimento e sua definitiva libertação (PRADO JR, 2014, p. 61).

Em última instância, afirma Caio Prado, apesar de significativos avanços no sentido do aumento do volume das necessidades internas, o desenvolvimento econômico do Brasil, completamente integrado ao imperialismo, será pautado pelos interesses dos trustes instalados no país e que determinam as normas, as margens de lucro, o ritmo e os limites. (PRADO JR, 2014, p. 61).

Todo funcionamento da economia brasileira, isto é, as atividades econômicas do país e suas perspectivas futuras, se subordinam assim, em última instância, ao processo comercial em que os trustes ocupam hoje o centro. Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação consequente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações, essenciais à nossa substância, e os dispendiosos serviços dos bem remunerados trustes imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país (PRADO JR, 2014, p. 61-62).

Em suma, mesmo a organização de um parque industrial e a resposta às demandas internas no país, que poderiam ser considerados elementos fundamentais para a superação do passado colonial do Brasil, são frutos da histórica dependência brasileira em relação ao capitalismo internacional. Derivada desta compreensão da posição de subalternidade do Brasil no contexto do desenvolvimento do capitalismo internacional, Caio Prado Júnior coloca em destaque a análise da classe dominante brasileira. De antemão, nega a distinção entre, de um lado, um setor retrógrado composto pelos latifundiários e uma burguesia ligada a esses e ao imperialismo e, de outro, um setor representado pela burguesia “progressista”, a chamada “burguesia nacional” que seria aliada ao campesinato e ao operariado com o objetivo de

encaminhar a dita “revolução democrático-burguesa” (PRADO JR, 2014, p. 48). De forma semelhante, o historiador supracitado, enfatiza que do ponto de vista político e de categoria social, não há diferenciação fundamental entre os grandes proprietários de terra e a burguesia, seja ela industrial, comercial ou de qualquer outra espécie (PRADO JR, 2014, p. 48).

No Brasil, continua em sua discussão, a classe dominante é composta de indivíduos pertencentes todos a uma mesma categoria, não importando a natureza de suas atividades, sejam elas urbanas ou rurais. Embora possam apresentar diferenças pontuais em função dos seus negócios ou do seu nível financeiro:

Não têm posição de classe ou categoria social distinta, isto é, não se situam diferentemente dentro das relações de produção, e muito menos, está visto, em frente à lei e às relações jurídicas. São todos homens de negócio, burgueses e capitalistas — na acepção específica, econômica e social da expressão — que não se diferenciam entre si senão pelo ramo e vulto de seus negócios (PRADO JR, 2014, p. 48).

A evidência utilizada para confirmar a tese desenvolvida na citação acima diz respeito ao fato de que seria comum a transferência entre uma categoria e outra, ou seja, do campo para a cidade e, do mesmo modo, no sentido contrário. Além disso, os mesmos indivíduos podem desenvolver negócios tanto na indústria, quanto na agropecuária e no comércio, tais como os usineiros do Nordeste que não dominam apenas o complexo agroindustrial ligado ao açúcar, mas ligam-se, também, aos negócios comerciais, industriais e financeiros.

Caio Prado Júnior procura desmistificar outra dicotomia construída pelos teóricos da revolução brasileira. Aquela que diz respeito à separação entre a burguesia associada ao imperialismo e outra, a “burguesia nacional”, imprecisamente caracterizada, pretensamente anti-imperialista devido à natureza dos seus negócios que vão de encontro aos interesses do capital estrangeiro. Mas, esta caracterização não resistiria aos fatos. Em primeiro lugar, porque “empresas estrangeiras ligadas a grandes trustes e monopólios internacionais, e, pois, tipicamente imperialistas, começaram a se instalar no país”, tornando-se um fator fundamental para o impulso do processo de industrialização do Brasil. E depois:

Porque em proporção crescente os industriais brasileiros de certa expressão, os mais “progressistas” e próximos, por suas características, da imagem que se faz da “burguesia nacional”, começaram a se associar àquelas empresas, e a se ligarem pelos mais diversos laços e relações de toda ordem com elas e com interesses econômicos e financeiros internacionais em geral. E assim, ao contrário de concorrentes e adversários, se tornaram em regra aliados, sócios, amigos (PRADO JR, 2014, p. 49).

A linha de argumentação de Caio Prado Júnior não concebe a formação de uma burguesia no Brasil livre do contato e das relações com o capitalismo internacional, devido à combinação e interpenetração entre os capitais e iniciativas estrangeiros e nacionais. Nesse caso, uma “burguesia nacional”, antagônica ao imperialismo seria impensável. Mesmo que circunstâncias pontuais tenham produzido conflito de interesses entre estes dois campos, “nada disso é suficiente para determinar discriminações de ordem estrutural e marcar posições político-sociais distintas e caracterizadas” (PRADO JR, 2014, p. 50).

Ao negar a dicotomia de posição política e social entre os setores agrários e urbanos, Caio Prado Júnior definiu o caráter da agropecuária no Brasil. Segundo esse autor, longe de ser um setor arcaico e pré-capitalista:

A agropecuária brasileira na sua maior e principal parte é de natureza, em essência e fundamental, capitalista. Estrutura-se em empresas comerciais, isto é, produtoras para o mercado e visando única e exclusivamente o lucro financeiro (PRADO JR, 2014, p. 74),

Organizado em “relações capitalista de produção”, e, a despeito do atraso em relação à burguesia dos países centrais do sistema capitalista, os grandes proprietários de terra, constituem-se em uma verdadeira burguesia agrária (PRADO JR, 2014, p. 74).

Desse fato, é possível apreender outra formulação teórica de Caio Prado Júnior a respeito da economia e da organização social do Brasil. A saber, o fato de que ele considera perfeitamente articulado com o modo de produção capitalista as formas de posse e de exploração do trabalho na terra, cujas características outros autores como Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, consideraram resquícios de uma fase pré-capitalista, para um e restos feudais, para o outro.

Avalia, ainda, que relações de trabalho na zona rural brasileira, tais como a parceria, o “barracão” e o “cambão”, não seriam necessariamente resquícios de uma exploração feudal da terra, mas sobrevivências de outro sistema de trabalho: a escravidão. E ressalta que não se deve confundir escravismo e feudalismo. Destacando que as formas anacrônicas de exploração do trabalho são fruto das permanências do primeiro. Outra questão levantada é a de que estas formas de trabalho se coadunam com a produção voltada para capitalismo e são relações capitalistas assemelhando-se antes ao salário, do que à servidão. Exemplo para tal afirmação foi o fato de que a parceria tem sido largamente empregada na produção algodoeira em São Paulo e outros estados brasileiros a partir da década de 1930. E, fundamentalmente, as chamadas relações de trabalho anacrônicas não são antítese ou obstáculo para o

desenvolvimento capitalista, antes contribuem para tal objetivo. Caio Prado Júnior definiu essa questão do seguinte modo: “o negócio da agricultura – [...] – não se mantém muitas vezes senão graças precisamente aos baixos padrões de vida dos trabalhadores, e, pois ao reduzido custo da mão de obra que emprega” (PRADO JR, 2014, p. 67).

Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, a partir de perspectivas distintas, chegaram a conclusões semelhantes no que diz respeito ao entendimento quanto ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nas concepções de ambos intelectuais brasileiros ficou patente a convicção da impossibilidade de se entender a trajetória do desenvolvimento capitalista no país a partir de um modelo clássico construído *à priori* e de fora, deslocado da realidade e das peculiaridades do nosso processo histórico. Neste caso, não era plausível esperar da burguesia no Brasil qualquer movimento em direção à realização de uma revolução democrático-burguesa.

O passado colonial, a dependência estrutural em relação ao sistema capitalista internacional, a condição de associada e subordinada das classes dominantes inviabilizaram, no Brasil, uma ruptura estrutural nos moldes daqueles movimentos que, na Europa Ocidental e Estados Unidos, desembocaram nas modernas sociedades capitalistas hegemônicas pelas burguesias. Internamente, as transformações que deveriam levar o Brasil a uma sociedade moderna, urbana, burguesa e industrial se deram a partir da ação do Estado, responsável por garantir o controle das classes populares e as condições necessárias para a acumulação capitalista.

3.3. FRANCISCO DE OLIVEIRA E A CRÍTICA AO PENSAMENTO DUALISTA DA CEPAL

O sociólogo Francisco de Oliveira, a partir de sua obra *Crítica à Razão Dualista*, de 1972, também buscou compreender as alterações que o Brasil enfrentou a partir dos anos 1930, período, segundo ele, no qual a industrialização se tornou o setor mais dinâmico da economia brasileira. O livro constituiu-se como um contraponto ao modo tradicional de análise sociopolítica e econômica efetuada pelos intelectuais ligados à Cepal, principalmente o modelo desenvolvido por Celso Furtado. O seu principal objetivo foi, portanto, compreender as “transformações estruturais, entendidas estas no sentido rigoroso da reposição e criação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção”

(OLIVEIRA, 2011, p. 29), destacando que a finalidade principal do sistema é a sua produção e reprodução.

A “crítica à razão dualista” refere-se às formulações construídas no intuito de produzir uma teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Brasil, contrariando as formulações cepalinas, consideradas esgotadas pelo autor ora discutido e que não mais respondiam aos desafios impostos pela realidade. Esta questão acenar para uma concepção do desenvolvimento econômico brasileiro marcado pelo modelo baseado na dicotomia entre um(a) “sociedade/setor atrasado” em contraposição a um(a) “sociedade/setor moderno”. Francisco de Oliveira, por sua vez, defendeu que a oposição entre o atrasado e o moderno não passava de uma oposição marcada meramente pela formalidade. Nesse caso, o que ocorria, de fato, era que “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, (...)” (OLIVEIRA, 2011, p. 32).

A crítica ao pensamento dualista apresentava-se articulado a um questionamento da validade e da eficácia da forma pela qual era operado o conceito de subdesenvolvimento. Esse seria entendido como a configuração das economias pré-capitalistas após o contato e a dominação pelo capitalismo, uma espécie de trânsito até que se conformassem as “formas mais avançadas e sedimentadas deste”. (OLIVEIRA, 2011, p. 32). No entanto, defende Francisco de Oliveira, o subdesenvolvimento é um produto da expansão capitalista. Aproximando-se das teses de Caio Prado Júnior, destacou o fato de que as economias latino-americanas, em sua fase pré-industrial, foram fruto da criação provocada pela expansão do capitalismo internacional, um fator de “reserva de acumulação primitiva do sistema global”. Neste caso, o subdesenvolvimento não seria uma etapa em direção ao desenvolvimento, mas uma formação capitalista.

Ao se voltar para a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil, após a Revolução de 1930 e o processo de acumulação daí advindo, Francisco de Oliveira defendeu que este fato significou o fim de um ciclo econômico e o início de outro, de acordo com suas palavras, representou: “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano industrial” (OLIVEIRA, 2011, p. 35).

Contudo, essa mudança não ocorreu de maneira abrupta, uma vez que a participação da indústria na renda interna somente ultrapassou a da agricultura em 1956. O destaque foi para o processo que se iniciou nos anos de 1930 e possibilitou a posição hegemônica deste setor da economia. Desse modo, para que se efetivasse a ascensão da atividade industrial, contribuíram diversos fatores, entre eles, Francisco de Oliveira destacou:

A nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (OLIVEIRA, 2011, p. 35).

Essas transformações atingiram as relações de poder no interior da classe dominante, bem como a forma de organização e a ação do Estado para efetivar políticas econômicas que redundaram na lenta, não obstante, progressiva industrialização e conseqüentemente perda de hegemonia do setor agrário. Todos esses fatores aliados ao crescimento do mercado interno foram, em última instância, responsáveis por introduzir um novo modelo de acumulação capitalista no Brasil. (OLIVEIRA, 2011, p. 35).

A ação estatal foi definida por Francisco de Oliveira como grande responsável pela criação e recriação das condições para o amadurecimento do novo modelo de acumulação. A intervenção do Estado na esfera da economia atuou, além da regulação das relações entre o capital e o trabalho:

Na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir (OLIVEIRA, 2011, p. 40).

O Estado foi definido por sua função planificadora, sendo ele o responsável por criar as condições para que o fluxo da circulação de capitais se dirigiu para a empresa capitalista ligada à atividade industrial e com o objetivo de que essa se tornasse “a unidade mais rentável do conjunto da economia” (OLIVEIRA, 2011, p. 40). Desse modo, assistiu-se a uma tendência contínua de “emergência e ampliação das funções do estado, num período que perdura até os anos Kubitschek” (OLIVEIRA, 2011, p. 40). Esta situação pode ser percebida na constante intervenção estatal em todos os setores da economia.

Regulando o preço do trabalho, já discutido anteriormente, investindo em infraestrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (OLIVEIRA, 2011, p. 40-41).

O Estado, nesse caso, tornou-se um agente efetivo de acumulação capitalista e, mais que isso, definiu a direção do fluxo de capitais em direção à atividade industrial. A intervenção estatal ocorreu mediante a garantia do menor preço possível do valor do trabalho, através das regulações trabalhistas, estabelecendo uma política fiscal e cambial que reduziu significativamente os ganhos dos setores ligados à cafeicultura, cujos recursos foram transferidos para investimentos nas indústrias, para torná-la o centro dinâmico do capitalismo no Brasil.

Para Francisco de Oliveira, a agricultura teve um papel fundamental nesse processo de mudança do modelo de acumulação e isto ocorreu em virtude de uma função distinta assumida por esse setor produtivo. Na transformação da economia de base agrário-rural para a urbano-industrial, a agricultura se destacou ao reproduzir as condições para que o sistema capitalista pudesse se expandir. (OLIVEIRA, 2011, p. 42).

A agricultura se destacou ao reproduzir as condições para que o sistema capitalista pudesse se expandir: o primeiro dizia respeito ao fato de que o seu subsetor voltado para a exportação ainda se mantinha como uma importante fonte de recursos para suprir as demandas dos bens de capital e intermediários, utilizados para a montagem do parque industrial, cuja compra se realizava no exterior. O segundo refere-se ao seu subsetor destinado ao consumo interno, fundamental para manter o abastecimento das necessidades alimentares da massa urbana em crescimento. Era preciso manter controlados os preços dos alimentos e das matérias-primas e não criar obstáculos para que continuasse o processo de acumulação de tipo urbano-industrial (OLIVEIRA, 2011, p. 42).

Portanto, esta relação entre o setor agrário e o processo de acumulação baseado na industrialização e na urbanização permite afirmar que a dicotomia criada entre o “atrasado” e o “moderno” constitui-se em uma falácia e Francisco de Oliveira buscou defender que havia, antes, entre eles, uma integração dialética, uma relação estrutural entre os dois setores na lógica da expansão capitalista no Brasil.

Assim Francisco de Oliveira define esta relação, cujo modelo cepalino construiu com a noção de uma dualidade irreconciliável, cujo atraso deveria ser superado:

Por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia (OLIVEIRA, 2011, p. 47).

Destaque-se, ainda, que a agricultura e a indústria construíram relações estruturais que formaram a lógica da expansão capitalista no Brasil, a partir dos anos de 1930. As divergências entre os setores ocorreram tão somente no “nível interno das relações de produção tanto na indústria, quanto na agricultura” (OLIVEIRA, 2011, p. 48). Neste caso, a desigualdade entre os setores “*é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência de setores ‘atrasado’ e ‘moderno’*” (OLIVEIRA, 2011, p. 60). (Grifos do autor). A expansão capitalista no Brasil seria marcada pela introdução de:

Relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2011, p. 60). (Grifos do autor).

Fica claro na análise empreendida por Francisco de Oliveira que o cerne da questão é a necessidade da acumulação do sistema e isso ocorria em virtude de uma aparente contradição entre os setores agrário e industrial que, todavia, se retroalimentavam paradoxalmente. E essa relação redundava em um desenvolvimento capitalista marcado, inexoravelmente, pela concentração de renda, de poder e de propriedade e que as medidas que buscavam dirimir o problema, por uma incapacidade de entendimento da realidade, apenas reforçavam as condições de reprodução do sistema (OLIVEIRA, 2011, p. 60).

O sociólogo pernambucano, concordando com Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, destacou que o modelo clássico, oriundo dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, não deve ser tomado como uma regra, e o desenvolvimento ocorrido alhures não deve balizar a interpretação da realidade histórica brasileira. (OLIVEIRA, 2011, p. 61).

Do ponto de vista das classes, as relações básicas entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores não sofreram nenhuma transformação estrutural. O sistema manteve-se no que se refere às posições daqueles que vendiam e compravam a força de trabalho. No interior das classes dominantes, ou seja, daquelas que tinham interesse no processo de reprodução do capital, havia uma questão a ser debelada: “a da substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas empresário-industriais” (OLIVEIRA, 2011, p. 62).

No Brasil, a alteração nas relações entre as classes proprietárias no processo de expansão e no desenvolvimento de um novo modelo de acumulação no pós-1930, marcado

pela ascensão da fração burguesa ligada à indústria, foge ao modelo clássico da revolução burguesa e ocorrerá sem que se apresente a exigência de uma ruptura total deste sistema (OLIVEIRA, 2011, p. 63). A passagem da hegemonia das frações agrárias para as industriais foi marcada por muitas permanências do antigo sistema de exploração do trabalhador rural.

Portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema. Como contrapartida, a legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de “acumulação primitiva” extremamente adequado para a expansão global (OLIVEIRA, 2011, p. 65).

Desse modo, o devir histórico que engendrou o processo de acumulação no Brasil prescindiu dos modelos e fórmulas clássicas da consolidação do capitalismo, tais quais ocorreram no centro do sistema. Aqui, uma espécie de “pacto estrutural”, nas palavras de Francisco de Oliveira, preservou modos distintos de acumulação entre setores diferentes na economia, entretanto, de modo algum isso significou que o setor “atrasado” tenha atravancado o avanço do setor denominado “moderno”, pois, apesar de serem diferentes modos de acumulação, não eram antagônicos, constituindo-se em duas faces de uma mesma moeda, constituindo-se em um pressuposto para a expansão capitalista (OLIVEIRA, 2011, p. 65).

2.4. FRANCISCO WEFFORT E A ANÁLISE DA MONTAGEM DO ESTADO POPULISTA

Um cientista político, representante desta mesma tradição, e que também analisa a incapacidade da burguesia no Brasil em enfrentar o desafio histórico de efetuar uma revolução democrático-burguesa, muito por conta de seus compromissos com a oligarquia, foi Francisco Weffort (1978). Ele afirma já no início do seu livro *O Populismo na Política Brasileira*,

Em país algum ter-se-á observado uma tão ansiosa busca de compromisso, até então entre os grupos políticos mais antagônicos, que evitasse a radicalização do processo político e seu encaminhamento para soluções surpreendentes (WEFFORT, 1978, p.15).

No limiar do golpe de estado de 1964, foi constatado que os novos grupos dominantes que haviam ascendido ao poder depois de 1930 ainda traziam a marca indelével e um espírito oligárquico, que se pensava já sepultado pelo movimento que derrubou a Primeira República

(WEFFORT, 1978, p.15). Ao contrário, a chamada Revolução de 1930 apresentou, de acordo com Weffort, várias facetas que denotaram um compromisso fundamental entre setores urbanos e agrários. Deste modo, as transformações ocorreram de maneira a também atender aos interesses das oligarquias dominantes (WEFFORT, 1978, p. 49).

Ao citar as razões para a queda do sistema oligárquico em 1930, Weffort destacou a liderança de elementos ligados aos setores médios e chefes oligárquicos. Mas o que ficou enfatizado foi o fato de que as oligarquias foram obrigadas pela conjuntura a:

Deixar as funções de domínio político, que até 1930 mantiveram em forma ostensiva e quase exclusiva, para subsistir nas sombras (embora sempre presente no novo regime, em nível regional ou municipal em muitas partes do país) até 1945, quando passam a ter representação privilegiada no Congresso (WEFFORT, 1978, p.63).

Diferente de Florestan Fernandes, Weffort destacou o papel dos setores médios na Revolução de 1930. Ele apontou a aliança entre grupos urbanos da classe média e grupos oligárquicos que naquela conjuntura mantinha uma posição divergente no interior da classe dominante. A fração industrial da burguesia não teria tomado parte neste movimento. Aliado a isso, as classes não possuíam nem um plano político concreto, nem a força política necessária para fazer valer as suas demandas naquele jogo político (WEFFORT, 1978, p.64).

A despeito dos movimentos rebeldes de jovens oficiais do exército, identificados por Weffort - novamente seguindo uma consolidada tradição intelectual nas ciências sociais - como possíveis representantes políticos da classe média, o protesto destes:

Jamais teve condições de real eficácia fora de algum tipo de aliança com algum grupo situado dentro da própria oligarquia. Obrigados por uma situação de dependência social dentro de uma estrutura onde a grande propriedade é o padrão econômico e social dominante, esses grupos não conseguiram formular uma ideologia própria, isto é um programa de transformação social que expressasse um ponto de vista original contra o sistema vigente (WEFFORT, 1978, p.64).

Continua o escritor a enfatizar a incapacidade das classes médias para a tarefa de dotar o movimento de 1930 de um caráter verdadeiramente democrático. Assim, tiveram que se aliar aos seus antigos algozes, responsáveis pelas perseguições aos movimentos rebeldes da década de 1920, ou seja, contraditoriamente, aliaram-se aos oligarcas para derrubar o poder da oligarquia. Em vista disso, os primeiros anos pós 1930 foram marcados “com sua posição de luta contra as instituições oligárquicas remanescentes, mas não encontram condições para chegar ao controle do poder” (WEFFORT, 1978, p.65).

O rompimento do equilíbrio do regime oligárquico por conta de fatores externos e internos e a perda da hegemonia dos setores ligados aos interesses cafeeiros impôs a necessidade de uma reestruturação na organização do poder. Entretanto, as condições em que se deu a derrubada da República Oligárquica, foram marcadas pelo compromisso tácito entre classes médias desprovidas de autonomia política e projeto de poder consistente e setores oligárquicos não hegemônicos da ordem anterior à 1930, destacando-se que nenhum destes grupos conseguiu estabelecer a hegemonia nas novas bases de poder (WEFFORT, 1978, p. 49). A partir deste fato, a situação é a seguinte:

Os senhores do poder político não representam diretamente os grupos que dominam as esferas básicas da economia. Isto significa que a nova configuração do poder possui uma diferença fundamental em relação à antiga: já não é expressão imediata da hierarquia do poder econômico. Introduce-se assim uma decalagem entre o Estado e a economia. [...]: admitida uma diferença de ênfase entre a Oligarquia e o Estado no que se refere à expressão política dos interesses particulares de um grupo [...] e à expressão política dos interesses sociais gerais [...] – entramos na fase de formação do Estado e de liquidação dos interesses oligárquicos (WEFFORT, 1978, p. 49).

Esta ordem de coisas permitiu compreender que nenhuma das classes sociais envolvidas na disputa dispunha do poder político com exclusividade. A situação de compromisso possibilitou que o Estado fosse entendido como um ente que está localizado acima do conjunto da sociedade (WEFFORT, 1978, p. 50). Pois, esta forma de entendimento do Estado é utilizada por Weffort para explicar de que maneira um Estado relativamente autônomo, possuindo “condições de abrir-se a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer delas”, também pode ser um tipo de estado que absorve as demandas das massas. Uma caracterização do populismo enquanto organização e fenômeno político após 1930 (WEFFORT, 1978, p.51).

3.5. BORIS FAUSTO E A ANÁLISE DO PÓS 1930 COMO A MONTAGEM DO ESTADO DE COMPROMISSO

Ao debruçar-se sobre as interpretações recorrentes acerca da Revolução de 1930, Boris Fausto (1982), em obra também já clássica, apontou algumas incorreções de análise desenvolvida pelos cientistas sociais, muitos dos quais ligados ao pensamento de esquerda calcado nas formulações teóricas e doutrinárias do Partido Comunista do Brasil (PCB).

A sua primeira crítica direciona-se à chamada tese, teoria ou razão dualista, que já havia sido objeto de debate proposto por Caio Prado Júnior e Francisco de Oliveira, citados acima, em tópicos anteriores. Fausto destacou a maneira pela qual se apresentam estas formulações analíticas acerca das realidades e das transformações históricas no Brasil e na América Latina (FAUSTO, 1982, p. 12). Por um lado ele destacou que é aquela que caracteriza a sociedade brasileira a partir da existência de dois setores: um pré-capitalista, localizado nas áreas rurais e que seriam marcadas por relações de produção feudais ou semif feudais, cujo modelo acabado seria o latifúndio; o outro capitalista, urbano, moderno gerado uma burguesia industrial nos centros urbanos (FAUSTO, 1982, p. 12). Por outro, seria uma oposição estruturada “através de uma polaridade, com sinais opostos” (FAUSTO, 1982, p. 12) entre a sociedade rural arcaica marcada com sinal negativo, e uma sociedade moderna, de sinal positivo. Neste caso, a sociedade arcaica se constituiria enquanto um obstáculo à modernização, por isso precisaria ser superada (FAUSTO, 1982, p. 13). Logo, foi a partir desta chave interpretativa que autores tributários do “modelo dualista” como Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe e Celso Furtado explicaram a derrubada da República Oligárquica.

Boris Fausto questionou o fato de que 1930 teria significado uma a o efetiva da burguesia indústria constituída enquanto fra o de classe agindo conscientemente para tomar o poder e estabelecer sua hegemonia no seio das classes dominantes. Neste caso, se a percep o da realidade brasileira passava pela concep o da existência da dualidade entre um setor atrasado e um setor avançado e a industrializa o aliada   urbaniza o era concebida como um sinal de avanço e progresso, aqueles que vaticinavam as teorias dualistas viam no fato citado um processo de altera o na correla o de forças e a ascensão inequívoca da industrializa o (FAUSTO, 1982, p. 29).

Sobre esta questão, Fausto defende que não há provas que justifiquem uma interpreta o da Revolu o de 1930 como a ascensão da burguesia industrial ao domínio exclusivo do aparelho de Estado. Ao analisar os documentos provenientes das associa es de classe e da imprensa ligada a esta fra o da burguesia durante as elei es de 1930, o cientista social não encontrou nenhuma liga o com as ideias da Aliança Liberal. Em geral, os representantes da indústria estavam prestando total apoio ao candidato governista, Júlio Prestes. Além disso, não há indícios de participa o de industriais agindo enquanto grupo organizado para apoiar os preparativos e as a es da revolu o (FAUSTO, 1982, p. 29-30).

No mesmo sentido, tampouco se percebia nas a es e discursos daqueles grupos oligárquicos que compuseram a Aliança Liberal, como os dissidentes paulistas do Partido Democrático e as oligarquias gaúcha e mineira qualquer projeto voltado para uma política

econômica que resultasse em uma estruturação da economia brasileira baseada no setor industrial (FAUSTO, 1982, p. 32-45).

Uma das conclusões que Boris Fausto chega acerca deste fato é que não há uma contradição significativa entre os diversos grupos que formam as classes dominantes no Brasil. Ao contrário “há, entretanto uma complementariedade básica nos núcleos dominantes no país – [...] – entre os setores agrários e industriais sob hegemonia da burguesia do café” (FAUSTO, 1982, p. 46). A vinculação entre a burguesia industrial e a fração de classe hegemônica até 1930, resultava em que a primeira não dispunha nem de razões, nem de condições para criar uma proposta de reestruturação do país, fundamentada na indústria e que fosse distinto daquela realmente existente (FAUSTO, 1982, p. 46). Assim, aproximando-se das reflexões anteriores formuladas por Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, descartou qualquer possibilidade da burguesia industrial construir um projeto nacional de desenvolvimento (FAUSTO, 1982, p. 46-47).

De maneira contrária às formulações desenvolvidas por intelectuais cepalinos e ligados à esquerda “pecebista” que defendiam a ideia de uma burguesia nacional que se constituía contra os interesses do imperialismo, assevera Boris Fausto que “nada é mais distante da realidade do que a imagem de uma nascente burguesia industrial desenvolvimentista, com características de um núcleo dinâmico e modernizador da economia” (FAUSTO, 1982, p. 46).

Diante desta questão é importante destacar a caracterização da Revolução de 1930 produzida por Boris Fausto:

Ao se caracterizar a Revolução de 1930, é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alterações das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade (FAUSTO, 1982, p. 86).

Esta assertiva destaca e reforça o fato de que as formulações dualistas se equivocaram ao tentar caracterizar a realidade brasileira a partir de uma dicotomia entre grupos sociais irreconciliáveis e que a queda de um necessariamente resultaria na ascensão do outro. As condições sociais, econômica e política brasileira não permitiam que nenhum grupo exclusivamente pudesse colocar em prática seu projeto de poder. Fator que exclui qualquer formulação simplista sobre o acontecimento.

Portanto, desta citação acima se destaca uma das principais teorizações produzidas por Boris Fausto acerca do tema em questão, qual seja, definir esta conjuntura como uma situação marcada pela crise de hegemonia da burguesia cafeeira cujo “desenlace [foi] inscrito na própria forma de inserção do Brasil no sistema capitalista internacional” (FAUSTO, 1982, p. 112). E, além disso, a frente que saiu vitoriosa aglutinava grupos os mais heterogêneos, tais como, oligarquias dissidentes, setores militares que contavam com apoio das classes médias e uma presença difusa das classes populares (FAUSTO, 1982, p. 103). Diante de tal configuração nenhum dos grupos conseguiu construir uma hegemonia sobre o conjunto da sociedade.

Neste sentido, estabeleceu-se um acordo entre as classes dominantes que possibilitou a concretização de um Estado de compromisso. Este foi possível, pois inexistiam “oposições radicais no interior das classes dominantes e, em seu âmbito, não se incluem todas as forças sociais” (FAUSTO, 1982, p. 104). Este acordo envolveu as várias frações burguesas, setores da classe média que ocuparam postos subalternos no aparelho de Estado. E foi garantida a exclusão da classe operária do compromisso.

Diante da ausência de uma fração burguesa que garantisse a hegemonia na esfera política “a instituição que garante a existência do Estado de compromisso é o exército. Ele sustenta o regime [...] como liame unificador das várias frações da classe dominante” (FAUSTO, 1982, p. 106). Portanto, enquanto fiador e sustentáculo da ordem que se estabeleceu pós 1930, o exército garantiu que “o estado que emergiu da Revolução de 1930 mant[ivesse] o papel fundamental de desorganizador político da classe operária” e de aglutinador dos interesses das classes dominantes (FAUSTO, 1982, p. 107).

Do ponto de vista de sua caracterização, o Estado de compromisso, enquanto “expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes” (FAUSTO, 1982, p. 109), foi considerado por Boris Fausto uma maneira nova de organização estatal, cujas marcas são “maior centralização, o intervencionismo ampliado, [...], o estabelecimento de uma certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional” (FAUSTO, 1982, p. 109 -110). As transformações institucionais ocorridas a partir de 1930 geraram o fim do sistema político oligárquico. No entanto, adverte Boris Fausto, isto não significou a derrocada completa das oligarquias que mantiveram intocados o seu poder, ao menos no nível local. Para poderem subsistir enquanto força política as oligarquias tiveram que se submeter ao poder central a partir da perda do acesso direto aos governos estaduais, de ora em diante ocupados por interventores federais (FAUSTO, 1982, p. 110).

Conclui-se, desse modo, uma abordagem sobre os aspectos políticos que foram enfatizados nas memórias de Juracy Magalhães e que se inseriram na conjuntura abordada e discutida pela revisão bibliográfica efetuada até aqui. Mas, além de político ele tinha uma formação militar, foi tenente em 1930, coronel na década de 1950 e general que ajudou a articular a conspiração e o golpe, em 1964, bem como participou da montagem do regime daí advindo. Portanto, cabe ainda explicitar a inserção dos militares na política, durante o período rememorado por Juracy Magalhães, assim como, compreender o aparelho militar do Estado e sua influência na formação política de um conjunto de militares que assumiu funções administrativas nos anos 1930 a 1980.

3. OS MILITARES E A BURGUESIA NO BRASIL

Juracy Magalhães, além de um político que teve uma trajetória política longa, foi, também, um oficial do Exército Brasileiro que atingiu o ápice da carreira militar, sendo reformado com a patente de general-de-divisão. Ele fazia parte de uma geração de generais que teve intensa atuação política e se envolveu em eventos importantes da história do Brasil, desde os movimentos tenentistas da década de 1920, até o golpe de 1964. No caso dele, as participações foram mais efetivas: na Revolução de 1930, quando comandou as tropas rebeldes da Paraíba à Bahia; em 1932, quando era interventor na Bahia, enviou efetivos da polícia baiana para lutarem ao lado das hostes governistas na Revolução Constitucionalista; em 1945, na condição de um dos principais articuladores da derrubada de Getúlio Vargas e a sua ditadura do Estado Novo; atuou de maneira significativa nas articulações entre os setores civis e a cúpula militar para o desenrolar do golpe, em 1964. Além disso, como condição necessária para a escalada na hierarquia da corporação militar, participou das diversas escolas de formação, como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), a Escola de Estado-Maior e a Escola Superior de Guerra (ESG), bem como, cursos em unidades militares nos Estados Unidos.

Nota-se que o elemento militar foi um fator preponderante na vida pública do personagem, a partir do qual ele formulou parte significativa da sua visão de mundo, da sua concepção de política e do seu entendimento sobre a organização da economia e dos caminhos necessários para o desenvolvimento do país, inclui-se neste rol, também, o modelo ideal de sociedade. Do mesmo modo, as suas memórias foram marcadas pelo seu longo período de vivência com os seus pares do oficialato. Portanto, se faz mister compreender a atuação política da corporação castrense enquanto instância do aparelho de Estado e deslindar as suas relações com as diversas frações das classes dominantes. Assim, se poderá entender o significado das memórias de Juracy Magalhães, a partir do seu lugar, militar e político, neste contexto.

Ao longo de todo o período republicano, os militares foram uma presença constante nos acontecimentos políticos mais relevantes da História do Brasil. A própria instalação da República foi fruto da ação destes. Entre 1889, ano de instalação da República, e 1896, com a eleição do paulista Prudente de Moraes para a presidência, os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto agiram no sentido de intervir diretamente na condução das questões políticas do período acima mencionado. Durante a Primeira República, os militares, ainda,

voltaram à cena em 1910, com a eleição do marechal Hermes da Fonseca, em uma tentativa de debelar conflitos intraoligárquicos; em 1922, 1924 e 1926 com os movimentos de rebeldia antioligárquica da baixa e média oficialidade, que ficaram conhecidos como Tenentismo.

Em 1930, os jovens oficiais participaram da ação que auxiliou a derrubada da República Oligárquica, enquanto isso, o alto oficialato garantiu a instalação do novo regime político. Em 1937, a consolidação autoritária, representada golpe perpetrado por Getúlio Vargas, instaurando a ditadura do Estado Novo, contou com o apoio significativo de generais como Eurico Dutra e Góes Monteiro. O processo de redemocratização, ocorrido em 1945, também ocorreu com a participação efetiva dos generais supracitados, que trataram de derrubar o ditador que outrora sustentavam.

Os grandes temas debatidos no país entre os anos de 1945 e 1964, também reverberaram nos quartéis e provocaram reações na oficialidade e nos praças. Em 1945, os setores antivarguistas, em aliança com os militares, foram fundamentais para a queda do Estado Novo. Em nova articulação dos grupos liberais e antipopulistas, militares e civis, em 1954, intentou-se a retirada de Vargas da presidência, cujo resultado foi o suicídio do então presidente. Em 1955, o mesmo grupo supracitado, queria impedir a posse de Juscelino Kubtschek. Em 1961, novamente, organizaram-se para impossibilitar a posse de João Goulart. Assim, finalmente, em 1964, o golpe foi assestado, sendo que as ações dos militares se constituíram em um fator preponderante para se entender a conjuntura política em questão. E, a partir do golpe, os militares não apenas intervieram pontualmente, mas assumiram efetivamente a direção política do Estado. Da cúpula do poder, até os porões onde se torturavam os opositores, a corporação atravessou completamente as diversas instâncias do aparelho estatal.

Diante do exposto, diversos estudos vêm sendo realizados acerca da atuação dos militares brasileiros na política. Através de diferentes matrizes teóricas, o fenômeno castrense continua alvo de investigações da história, da ciência política e da sociologia. Portanto, a seguir, será efetuada uma revisão de literatura que tem por objetivo demonstrar as interações entre a corporação militar e o Estado, instâncias fundamentais para a compreensão do processo de construção das memórias da vida pública de Juracy Magalhães. Ele apresentou em seus livros de memórias as marcas dos diversos grupos sociais que abalizaram sua vida em sociedade. Um dos mais importantes quadros que aparecem como uma referência, e como esteio de rememoração é o Exército. A sua formação na academia militar e, mais especificamente, sua relação com o grupo de jovens oficiais que ficaram conhecidos na historiografia e também na memória histórica nacional como os tenentes foram valorizados

como pedra angular da sua formação profissional e política. A partir do seu ingresso na Escola Militar da Praia Vermelha, Juracy Magalhães começou a dar sentido à trajetória política. Porquanto, ao rememorar a sua carreira, não deixou nunca de se referir ao exército como referência de comportamento e ação.

3.1. A AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO E A BURGUESIA

O conceito de categoria social foi formulado pelo pensador marxista Nicos Poulantzas (1971) do seu esforço para conceituar mais precisamente o que seriam as classes sociais e as relações destas com as diferentes instâncias do aparelho de Estado e do poder político de classe. O greco-francês desenvolveu a temática em *Poder Político e Classes Sociais* e articulou-a, principalmente, com a discussão acerca do papel da burocracia no âmbito do Estado no modo de produção capitalista. De maneira sucinta, assim ele definiu o que seriam as categorias sociais:

Por *categorias sociais*, poderemos entender, mais particularmente, conjuntos sociais com “efeitos pertinentes” – que podem tornar-se, como Lenine mostrou, forças sociais – cujo traço distintivo repousa na sua relação *específica e sobredeterminante com outras estruturas além das econômicas*: é nomeadamente o caso da burocracia, nas suas relações com o Estado, e dos “intelectuais, na sua relação com o ideológico (POULANTZAS, 1971, p. 95-96, v. I). (Grifos do autor)

No entanto, o entendimento não seria completo sem que se definisse a natureza do Estado no modo de produção capitalista. Para Poulantzas, baseado nas formulações dos clássicos do materialismo histórico, Marx, Engels e Lênin, aquilo que caracteriza, em primeiro lugar, o Estado capitalista é a sua relação com as classes dominadas, por um lado, e com as classes dominantes, por outro.

O Estado capitalista teria a dupla função de organizar politicamente a classe dominante para a construção de sua hegemonia, ao mesmo tempo em que desorganiza as classes dominadas:

O Estado capitalista tem por função desorganizar politicamente as classes dominadas, enquanto organiza politicamente as classes dominantes; de excluir do seu seio a presença, enquanto classe, das classes dominadas, enquanto nele introduz, enquanto classes, as classes dominantes; de fixar a sua relação com as classes dominadas como representação da unidade do povo-nação, enquanto fixa a sua relação com as classes dominantes como relação com classes politicamente organizadas; em suma esse Estado existe como Estado das *classes* dominantes, ao

mesmo tempo em que exclui do seu seio a “luta” de classes (POULANTZAS, 1971, p. 9-10, v. II) (Grifo do autor).

A característica acima delimitada advém do fato de que no Estado capitalista subsiste uma autonomia específica entre as diversas instâncias de luta política e econômica, ou ainda do poder político e econômico e dos interesses de classe políticos e econômicos.

O Estado capitalista, com direção hegemônica de classe, representa, não *diretamente* os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus *interesses políticos*: ele é o centro do poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização de sua luta política (POULANTZAS, 1971, p. 11, v. II). (Grifos do autor).

Neste sentido, Poulantzas entende que o Estado, em uma formação capitalista, não pode ser entendido, simplesmente, a partir de uma concepção reducionista de um utensílio das classes dominantes, mas, antes, ele se configura enquanto aquele que está presente em uma sociedade dividida em classes. A premissa que explica esta questão é o fato de que, no aparelho estatal capitalista, há uma autonomia da superestrutura política em relação à estrutura econômica, do poder político relativo ao poder econômico.

No caso do Estado capitalista, a autonomia do político pode permitir a satisfação de interesses econômicos de certas classes dominadas, limitando mesmo eventualmente o poder econômico das classes dominantes, refreando em caso de necessidade a sua capacidade de realizar os seus interesses econômicos a curto prazo, na única porém, [...], de que o seu poder político e o aparelho de estado permaneçam intactos. [...]. A característica própria do Estado capitalista, de representar o interesse geral dum conjunto nacional-popular não constitui assim uma simples mistificação enganadora, no sentido de que esse Estado pode efetivamente, aquém dos desses limites, certos interesses econômicos de certas classes dominadas; mais; pode fazê-lo, sem que, no entanto, o poder político seja atingido (POULANTZAS, 1971, p. 13, v. II).

É possível notar algumas semelhanças entre a passagem destacada anteriormente e as argumentações de autores como Francisco Weffort e Boris Fausto, para explicar a natureza do Estado brasileiro que emergiu após a Revolução de 1930. Destarte, a ação estatal que se seguiu a este fato se caracterizou por uma autonomia relativa frente às classes e frações de classe. E, principalmente, foi o Estado o responsável por um processo de transformação da acumulação do capital que redundou na modernização industrial burguesa no país, sem, no entanto, garantir que esta fração específica hegemonizasse politicamente o Estado, ao menos nos primeiros anos. Foi ainda a mesma instância que tentou, também, estimular a racionalização, o planejamento na produção agrícola, elemento fundamental nesta nova etapa de acumulação. Além disso, absorveu e rebaixou as pautas reivindicatórias dos trabalhadores,

institucionalizando os direitos trabalhistas, através da CLT, muitas vezes contrariando amplos setores da burguesia, contraditoriamente.

Voltando à discussão principal, o poder político do Estado, diz Poulantzas, funda-se em um equilíbrio de compromisso marcado pela instabilidade. Ele compreende esta questão nos seguintes termos:

1) *Compromisso*, na medida em que esse poder, correspondente a uma dominação hegemônica de classes, pode dar conta de interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrários ao interesse econômico a curto prazo das classes dominantes, sem que isto atinja o plano dos interesses políticos ; 2) *Equilíbrio*, na medida em que esses “sacrifícios” econômicos, embora reais e criando o campo dum equilíbrio, não põe, enquanto tais, em causa o poder político, que fixa precisamente os limites desse equilíbrio; 3) *Instável*, na medida em que esses limites do equilíbrio são fixados pela conjuntura política (POULANTZAS, 1971, p. 14, v. II). (Grifos do autor).

Poulantzas sugere que, mesmo no campo das possibilidades, o Estado pode atender certos interesses econômicos das classes dominadas e contrariar os das classes dominantes, mas que isto é delimitado pelo caráter de classe desse Estado e, principalmente, pelos resultados das lutas de classes, que limitam o equilíbrio possível entre as diferentes classes e frações de classe. Esta característica de equilíbrio do Estado capitalista é definida pela sua complexidade e pelo desnível das relações de poder.

Prosseguindo nessa discussão, Poulantzas definiu que umas das características mais importantes do Estado na formação capitalista é a unidade própria do poder político, enquanto instituição, aliada à sua autonomia relativa. Para não deixar dúvidas quanto ao que ele entendia por estas questões, buscou estabelecer o seu sentido preciso:

a) Por *unidade própria* do poder político institucionalizado, entendo o caráter particular do Estado capitalista que faz com que as instituições de poder de Estado, relativamente autonomizadas do econômico, apresentem uma coesão interna específica, a qual pode ser apreendida nos seus efeitos. [...]. b) Por uma *autonomia relativa* deste tipo de Estado, entendo, aqui, não diretamente a relação das suas estruturas com as relações de produção, mas a relação do Estado com o campo das lutas de classes, mais particularmente a sua autonomia relativa em relação às classes ou frações no bloco no poder e, por extensão, aos seus aliados ou apoios (POULANTZAS, 1971, p. 93-93, v. II). (Grifos do autor).

Novamente, Poulantzas buscou marcar uma diferença significativa da sua concepção de Estado para aquelas que o consideram simplesmente um utensílio nas mãos da classe dominante. Ele considerou esse tipo de abordagem simplista e vulgarizada, revelando que era inepta para se compreender corretamente o funcionamento do tipo capitalista de Estado.

De acordo com o filósofo supracitado, o que melhor caracteriza o tipo capitalista de Estado é o conceito de bonapartismo. Contudo, não apenas o fenômeno político concreto em uma dada formação, estudada por Marx e Engels. Segundo ele, os fundadores do materialismo histórico pensaram o bonapartismo de maneira sistemática, não somente como um fato concreto do Estado capitalista, “*mas como um traço teórico constitutivo do próprio tipo capitalista de Estado*” (POULANTZAS, 1971, p. 97, v. II). (Grifo do autor). Essa assertiva foi baseada em uma carta endereçada a Marx em que Engels definiu o bonapartismo como a verdadeira religião da burguesia.

Ao lançar mão do conceito de bonapartismo, Poulantzas, seguindo as formulações de Marx e Engels, discutiu o fato de que esse corresponde aos interesses políticos da burguesia, mais ainda, ao seu poder político unívoco de classe. Além disso, destacou que a burguesia, em razão da sua constituição e de sua posição na luta de classes, na maioria dos casos, era incapaz de construir partidos políticos que pudessem gerar uma hegemonia política (POULANTZAS, 1971, p. 128-129, v. II).

Para Poulantzas, a burguesia é incapaz de se organizar ao nível político em decorrência de “sua impotência em realizar a sua unidade interna”, e isso devido às disputas intestinas entre as suas diversas frações. O resultado dessa situação é que na ausência de uma unidade política, a burguesia fica impedida de construir um interesse político em comum. Outro fator que impede a construção de uma unidade é a “luta da burguesia contra as classes dominadas” e isso dificulta a realização da “sua hegemonia política relativamente a elas” (POULANTZAS, 1971, p. 130, v. II).

Por outro lado, em conjunturas particulares, a burguesia se une no bloco no poder, sob a hegemonia de uma de suas frações com o objetivo de realizações específicas. Principalmente quando há a necessidade de estabelecimento de um processo de transformações significativas de acumulação e reprodução do capital.

Seria necessariamente o Estado capitalista o responsável pela organização política da burguesia, enquanto classe dominante: “Podemos dizer que [o Estado] toma, de algum modo, a seu cargo, o interesse político da burguesia, que realiza por sua conta a função da hegemonia política que aquela não pode preencher” (POULANTZAS, 1971, p. 131, v. II). Embora, seja preciso ressaltar que ao organizar politicamente a burguesia, o Estado estará sob a direção de uma das frações desta mesma classe.

Heloísa Fernandes (1979), ao comparar as concepções de Lênin e Poulantzas, afirmou que para o “primeiro caso, o Estado é a *forma organizada* da dominação política; no segundo caso, é o *sujeito* desta organização” (FERNANDES, 1979, p. 68). Mas, para que o Estado

capitalista, a partir das teses poulantzianas, possa assumir o seu papel de organizador político das classes dominantes ele precisa se revestir de uma autonomia frente à burguesia e suas diferentes frações. Portanto, diz o marxista greco-francês:

É aqui que reside a significação profunda das análises de Marx relativas ao bonapartismo como tipo capitalista de Estado. Essa autonomia relativa permite-lhe precisamente intervir, não somente com vista a realizar compromissos em relação às classes dominadas que, a longo prazo, se mostram úteis para os próprios interesses econômicos das classes e frações dominantes, mas pode intervir, de acordo com a conjuntura concreta, contra os interesses a longo prazo de tal ou tal fração da classe dominante: compromissos e sacrifícios por vezes necessários para a realização de seu interesse político de classe (POULANTZAS, 1971, p. 131, v. II).

A partir de efeitos ideológico e através de instituições como o sufrágio universal que lançam na cena política as mais diversas classes e frações do conjunto da sociedade, além de compromissos conquistados nas lutas de classe pelas classes dominadas “o bonapartismo, enquanto tipo capitalista de Estado, consegue, precisamente, apresentar-se como emanção do interesse geral e como representativo da unidade do povo-nação” (POULANTZAS, 1971, p. 131, v. II).

À problemática da autonomia relativa do Estado e da unidade própria do político soma-se o fato de que “as relações de produção capitalista, [...], conferem à superestrutura jurídico-política do Estado uma autonomia específica face às relações de produção” (POULANTZAS, 1971, p. 118, v. II). Isso significa dizer que, no interior deste Estado, existem instituições nas quais estão “ausentes a existência econômica de classe e a luta política de classe. Esse Estado apresenta-se, a partir deste efeito de isolamento sobre as relações sociais econômicas” (POULANTZAS, 1971, p. 119, v. II). No entanto, a superestrutura jurídico-política se apresenta como uma unidade própria do âmbito político, através da ideologia, e:

Representa a unidade do povo-nação composto de agentes instaurados na qualidade de sujeitos “indivíduos-pessoas políticos”, isto é, na medida em que representa a unidade política de um isolamento econômico que constitui o seu próprio efeito (POULANTZAS, 1971, p. 120, v. II).

A ação da ideologia ainda produz o efeito de apresentar:

O poder institucionalizado do Estado capitalista de classe apresenta uma *unidade própria de classe*, precisamente na medida em que se pode apresentar como um Estado nacional-popular, como um Estado que não representa o poder de uma classe ou de classes determinadas, mas sim a unidade política de agentes privados, entregues a antagonismos econômicos, os quais o Estado se apresenta com a função

de ultrapassar, unificando esses agentes num corpo “popular-nacional” (POULANTZAS, 1971, p. 120, v. II). (Grifo do autor).

Não obstante, Poulantzas sugere que a instância abordada acima, apesar sua função ideológica, não se reduz somente ao ideológico, mesmo sendo o pretense representante da unidade do político desse povo-nação, o Estado capitalista de classe reflete-se:

Em todo um quadro institucional real que tende a funcionar efetivamente, de acordo com a situação concreta das forças em presença, no sentido de uma unidade própria do poder de Estado e de uma autonomia relativa a respeito das classes dominantes (POULANTZAS, 1971, p. 120, v. II). (grifo do autor).

O filósofo greco-francês adverte para o fato de que não se pode superestimar o quadro institucional, além de ter sempre em conta o que a superestrutura encobre através da ação da ideologia, mas, por outro lado, não se pode deixar de se destacar o fato de que a sua “eficácia específica que, conjugado com a função ideológica de legitimidade do Estado, apresenta em relação à sua unidade própria e à sua autonomia relativa” (POULANTZAS, 1971, p. 120, v. II).

Um elemento fundamental para o entendimento do funcionamento do Estado capitalista e da sua autonomia relativa frente às classes e frações de classe em presença é a ação da burocracia, concebida como categoria social. Nesse sentido, Poulantzas articula estas questões com as discussões acerca da pertença de classe do grupo ligado ao aparelho de Estado, ou seja, da burocracia.

Para definir esse tema, ele retomou as suas formulações acerca do seu entendimento do que seriam as classes sociais, afirmando que este conceito não se limita a tratar apenas da relação dos agentes sociais com os meios de produção, mas que, de igual modo, abarca o conjunto das relações sociais. Outros conceitos retomados foram os de poder e dominação, relacionados ao de classe social. Nestes casos, não foram restringidos apenas à instância das estruturas políticas, recobrando, igualmente “o conjunto do campo das relações sociais, isto é, das práticas econômicas, políticas e ideológicas de classe” (POULANTZAS, 1971, p. 188, v. II). (Grifos do autor).

Advém destas premissas o entendimento de que há possível discrepância e descentração entre os diferentes lugares de dominação econômica, política e ideológica, referente às diferentes classes e frações de classes, ligadas a cada uma dessas instâncias. Sendo assim, os lugares de poder e de dominação no âmbito das lutas de classe são em última análise determinados pelo nível econômico das relações de produção, todavia isto se dá

apenas se se analisa detidamente o conjunto complexo de uma formação social. Portanto, Poulantzas argumenta que existe uma diferença “entre a classe economicamente dominante e a classe politicamente dominante” (POULANTZAS, 1971, p. 188, v. II). Além disso, a partir do conceito de autonomia relativa das instâncias políticas, ele buscou demonstrar “a possibilidade de descentração das diversas funções políticas, detidas pelas diversas classes” (POULANTZAS, 1971, p. 189, v. II).

Toda esta retomada de conceitos que ele trabalhou ao longo de *Poder Político e Classes Sociais*, foi utilizada para tratar das relações entre as diversas classes e frações de classe, contudo, essas discussões não possibilitam a resolução de um problema fundamental, qual seja, o daquele relacionado ao “*grupo social do aparelho de Estado*”, ou ainda, o de pessoal da administração de Estado, a burocracia que abrange o exército, a polícia e etc. (POULANTZAS, 1971, p. 189, v. II). Neste sentido, a burocracia, entendida por Poulantzas como uma categoria social, “é o *efeito específico* da estrutura regional do estado sobre os agentes, numa formação social” (POULANTZAS, 1971, p. 189, v. II). (Grifos do autor).

A partir do seu entendimento das formulações produzidas por Marx, Engels, Lênin e Gramsci, Poulantzas buscou definir os diversos sentidos que revestem a problemática da burocracia. Em primeiro lugar, destacou o fato de que esta questão manifesta-se, principalmente, pela sua participação ao nível do aparelho de Estado, pois “ela põe, de algum modo, a funcionar as instituições do poder político” (POULANTZAS, 1971, p. 190, v. II). O segundo sentido, procurou designar esta categoria de modo apenas indireto, pois se trata de:

Um sistema específico de organização e de funcionamento interno do aparelho de Estado, que manifesta sobretudo o impacto político da ideologia burguesa sobre o Estado: fenómeno este frequentemente expresso pelo termo particular de burocratismo ou burocratização (POULANTZAS, 1971, p. 190, v. II).

Outro problema levantado acerca da burocracia é o entendimento de que os dois aspectos discutidos anteriormente apontam para o fato de que o fenômeno burocrático é da ordem do aparelho de Estado, e não do poder de Estado. Nesse caso, a burocracia, enquanto categoria social, “depende do funcionamento concreto do aparelho de Estado, e não do seu próprio poder de Estado” (POULANTZAS, 1971, p. 191, v. II).

A partir dessa premissa, o autor defende que não se pode atribuir à burocracia o estatuto de classe em si mesma, ou mesmo a de uma fração de classe que seja autônoma. Isso se explica porque:

Se o que a especifica é precisamente a sua relação particular com o poder institucionalizado e o facto de pertencer ao aparelho de Estado, ela não pode ser mais que o efeito da relação do Estado com as estruturas económicas por um lado, e com as classes sociais e frações de classe, por outro (POULANTZAS, 1971, p. 191, v. II).

A característica fundamental da burocracia é a sua relação particular com o aparelho de Estado, por esta razão, assevera Poulantzas, ela não pode ser compreendida a partir do conceito de classe social, ou ainda, de fração de classe. Além disso, o fato da burocracia ser considerada uma categoria social “exclui precisamente a sua autonomia de classe ao nível político, circunscrevendo o seu funcionamento dentro do poder de classe desse Estado” (POULANTZAS, 1971, p. 192, v. II).

O problema da relação entre a burocracia e as classes sociais aponta para a questão do pertencimento de classe da burocracia, concebida como categoria social específica:

Trata-se das classes ou frações de classe sociais de onde provêm as diversas camadas da burocracia, onde se recrutam os membros da administração. Marx, Engels e Lenine insistiram no facto de que a burocracia deve ser diferenciada, desse ponto de vista, em certas camadas distintas, com recrutamento e pertença de classe diferentes (POULANTZAS, 1971, p. 192, v. II).

Destarte, os clássicos do materialismo histórico, estabeleceram uma diferenciação entre o conceito classe-detentora do Estado e o de classe ou fração hegemônica. Neste caso, “essas cúpulas da burocracia podem provir de uma classe ou fração politicamente dominante, que faz parte no bloco no poder, mas que não é a classe ou fração hegemônica desse bloco” (POULANTZAS, 1971, p. 193, v. II). Isto ocorre por conta do desfasamento entre as classes e frações hegemônicas, reinantes e detentoras do Estado, a partir das quais são recrutados os membros da burocracia.

Nesse sentido, não é a pertença de classe que define o funcionamento próprio da burocracia enquanto categoria social específica, ou seja, não são os interesses políticos das classe das quais saíram os seus membros que definem a sua ação. Todavia:

Depende, antes, do funcionamento concreto do aparelho de Estado, a saber do lugar do Estado no conjunto de uma formação e das suas relações complexas com as diversas classes e frações. É o que, precisamente, permite à burocracia possuir, como categoria social, uma unidade e uma coerência próprias, a despeito da diversificação de recrutamento e da pertença de classe das suas diversas camadas: essa unidade política da categoria burocrática não pode, por isso, ser referida à classe-detentora do Estado (POULANTZAS, 1971, p. 194, v. II).

A atuação da burocracia também não se refere à classe hegemônica do Estado, que é a que possui efetivamente o poder de Estado. Além disso, o fato da burocracia não ser compreendida a partir dos conceitos de classe e fração de classe ela não pode ser dotada de poder político que lhe seja próprio. Nesse caso, o que mais se aproximaria de uma espécie de “poder burocrático”, é na verdade, segundo Poulantzas, apenas o “exercício das funções do Estado” (POULANTZAS, 1971, p. 194, v. II).

Este funcionamento corresponde aos interesses da classe ou fração de classe hegemônica do Estado, mas isso ocorre, diz Poulantzas:

Por intermédio da relação complexa entre o Estado e o poder político desta classe ou fração, e não através da pertença ou do recrutamento de classe da burocracia. Deste modo, se a burocracia não tem poder de classe próprio, tampouco exerce ela diretamente o poder das classes a que pertence, e, muito menos, pelo mero fato dessa pertença. Isto torna-se patente no caso dum desfasamento entre classe ou fração detentora do Estado e classe ou fração hegemônica; neste caso, [...]. a burocracia exerce, não um poder da classe detentora, mas um poder da classe ou fração hegemônica (POULANTZAS, 1971, p. 194-195, v. II).

Desse modo, Poulantzas atribui ao Estado a relação de mediação entre a burocracia e o poder político, negando a possibilidade de que os integrantes dessa categoria social específica ajam de acordo com os interesses particulares de sua classe e fração de classe de pertença (POULANTZAS, 1971, p. 195, v. II).

No que diz respeito aos objetivos deste capítulo, essas últimas formulações são fundamentais. Em primeiro lugar, concordando com Heloísa Fernandes (1979) e Décio Saes (1984), ambos tomando o conceito de empréstimo a Poulantzas, compreende-se os militares como integrantes da burocracia e, portanto, pertencentes a uma categoria social específica, cujo funcionamento está relacionado diretamente ao Estado e à sua pertença ao aparelho estatal. E, em segundo, porque os estudos sobre os militares no Brasil se ocupam, em grande medida, em tentar mapear as origens sociais dos oficiais e praças, buscando criar uma correspondência necessária entre a origem de classe e o seu comportamento político. Como se essa pertença fosse um fator determinante para o seu funcionamento enquanto corporação e instância do aparelho de Estado.

Nesse caso, é importante compreender o papel do Estado brasileiro enquanto organizador das classes e frações dominantes e do estabelecimento de uma acumulação capitalista destinada para a estruturação das forças produtivas voltadas para a industrialização, a partir de 1930. Além disso, o aparelho estatal também foi responsável por um processo de modernização da produção agrícola direcionada para a produção de divisas que financiariam,

através de política cambial e tributária, a indústria no Brasil, no período supracitado. E esse funcionamento do aparelho de Estado coincide em muito com as formulações teóricas de Poulantzas, quanto à questão da autonomia relativa do Estado frente às classes e frações dominantes. Os militares, enquanto categoria social, tiveram um papel importante, tanto na formulação, quanto execução de política econômica e, em determinados momentos, de crise de hegemonia assumiram a direção estatal.

Partindo do conceito formulado por Poulantzas, mas avançando em algumas questões mais particulares, Heloísa Fernandes (1979), detalhou o seu enquadramento dos militares enquanto pertencentes à categoria social. E, no caso específico da pertença de classe, e da importância da classe de origem dos militares, a autora destacou a importância de elementos como o pensamento militar e os efeitos práticos do recrutamento dos seus quadros. Analisando textos de oficiais responsáveis pela organização do serviço militar ela apontou para os elementos básicos que influenciam significativamente no processo de formação militar, segundo os regulamentos da própria corporação militar.

1) *Determinismo* do meio social sobre os indivíduos, retido como elemento que, em grande medida, modela sua personalidade. [...]. 2) A *capacidade de adaptação*, retida como capacidade dos indivíduos para modificar a sua conduta, ou seja, como adaptação a um *meio diferente* daquele de onde provém. [...]. 3) Como o determinismo de origem é o elemento fundante, a questão é mantida como problema de adaptação, ou seja, não se pode pretender uma “mudança de personalidade”, mas pode-se indicar personalidades com melhores condições de adaptação ao novo meio. [...]. A conjugação destes três elementos permite uma ponderação prática realista sobre o peso da origem de classe na questão da adaptação (FERNANDES, 1979, p. 153-155).

Fernandes relacionou a problemática da origem de classe dos militares com o processo de trabalho. Nos escritos de oficiais responsáveis pelo recrutamento de novos integrantes da corporação, a classe dos recrutas era considerado um indício significativo que definia a aptidão positiva ou negativa para o trabalho militar. Nesse caso, a determinação inicial, destacada acima, pode ser remoldada a partir de dois elementos principais: a hierarquia e a disciplina.

A hierarquia e a disciplina, os dois princípios que comandam o processo de trabalho no “meio militar” detêm a função principal neste “remoldar”. Entretanto, eles não funcionam “naturalmente” como e em decorrência da divisão técnica do trabalho. Não funcionam como mera imposição, mas devem ser incorporados, necessitam ser “legitimados”. Mais especificamente, se à disciplina cabe uma função impositiva – e há algumas classes que já estão adaptadas a ela no processo de trabalho [...] –, à hierarquia cabe predominantemente a função ideológica, cabe-lhe o papel principal no “remoldar” (FERNANDES, 1979, p. 158).

A função ideológica exercida pela hierarquia é possibilitada, diz Fernandes, porque ela é a parte aparente da corporação, a partir da qual a ideia de ascensão individual por critérios de aferição impessoais e burocráticos é mais visível:

A ideologia da ascensão individual corporifica-se na hierarquia militar: um canal de mobilidade social por merecimento individual. Esta corporificação tem dois efeitos: 1) a hierarquia e a disciplina, fundamentos de uma prática coletiva, reforçam o individualismo; 2) a hierarquia cujo fundamento é o reconhecimento real da desigualdade se transfigura no seu oposto: um caminho de igualitarização individual a longo prazo. Em síntese, justifica sua representação como distribuição de lugares onde a distribuição dos ocupantes obedece aos princípios da universalidade abstrata: “a liberdade, a igualdade, a propriedade e Betham” (FERNANDES, 1979, p. 158). (Grifos da autora).

Fernandes sugere, ainda, que a relação entre a ideologia da ascensão e a hierarquia militar é um elemento importante para repensar a questão da classe de origem, pois indica que ela não é necessariamente algo que seja externo à própria constituição da categoria social. Assim, é a própria “ideologia da ascensão social que localiza na hierarquia militar a corporificação visível da sua existência” (FERNANDES, 1979, p. 159).

Desse modo, para tentar explicar esta problemática, Fernandes lançou mão do conceito gramsciano de hegemonia. Destacou, então, o fato de que a burguesia, no processo de dominação, necessita demonstrar uma capacidade para organizar as relações de classe, a partir da incorporação de setores populares, tornando-se, portanto, classe dirigente. A hegemonia atua no sentido de possibilitar à burguesia a solidificação de sua dominação e, por outro lado, busca “domesticar” as classes populares, enquadrando-as a partir do Estado dirigido pela burguesia. Além disso, esse processo de “domesticação” das classes populares resulta em uma rachadura nessas, ou seja, na sua desorganização e pulverização enquanto classe, através do discurso ideológico do sujeito individualizado e isolado nas relações de produção (FERNANDES, 1979, p. 159-160).

Os efeitos da hegemonia, tais como, a solidificação da dominação burguesa e a divisão/desorganização das classes populares, são elementos importantes para o entendimento da questão do recrutamento do pessoal para a burocracia. Desse modo, “o recrutamento revela uma das faces da hegemonia burguesa. Ou seja, é um dos fatores da solidificação do ‘sistema estatal burguês’” (FERNANDES, 1979, p. 160). Isto ocorre, pois:

Uma das bases sociais da hegemonia burguesa é efeito do próprio recrutamento do pessoal do Estado. Isto significa que a “classe de origem” deve ser retida como um momento explicativo essencial. Contudo, ela deve ser referida à questão do porquê e do como. Isto é, a forma da inserção no aparelho do Estado denuncia que este pessoal fica sob direção burguesa (FERNANDES, 1979, p. 161). (Grifos da autora).

A despeito de possuir como uma de suas principais características a questão fundamental da autonomia frente às classes e frações dominantes, em última instância, o Estado capitalista é um Estado de dominação de classe. Portanto, a ação do aparelho estatal, e sua burocracia e categorias sociais, estará sempre marcada pelo atendimento aos interesses da burguesia em suas diversas frações. Como analisado acima, a partir de Poulantzas, é o Estado quem organiza o poder político da classe burguesa, ou ainda, citando novamente Fernandes:

Em síntese, o poder de Estado é a organização da classe burguesa, ou melhor, realização da sua organização como classe dominante. Este poder de Estado se manifesta na imposição (reprodução) da ordem social – como espaço da coabitação e luta “dentro dos limites” das classes dominadas. Os aparelhos de Estado, formas de realização do poder de Estado, garantem a preservação/reprodução desta ordem e, por esta via, realizam o poder de classe (FERNANDES, 1979, p. 138).

Diante do exposto, é preciso entender a atuação política dos militares no Brasil ao longo do período republicano, a partir destas premissas até aqui discutidas, ou seja, são concebidos como categoria social que é parte integrante do aparelho de Estado capitalista e, em última análise, a despeito de sua relativa margem de autonomia, atuam sob a direção da fração burguesa hegemônica.

3.2. A INSERÇÃO DOS MILITARES NA POLÍTICA

A partir do golpe, em 1964, e do regime daí advindo, surgiram diversos estudos realizados por historiadores, sociólogos e cientistas políticos que se debruçaram sobre a natureza, o papel e as consequências da atuação política dos militares. Em geral, esses trabalhos buscaram analisar os fundamentos institucionais da corporação militar, as relações entre os civis e militares, através do “padrão moderador”, e o rompimento desse a partir da constituição do Governo dominado pelos generais, a exemplo do livro *Os Militares na Política*, de Alfred Stepan (1975). Outros ainda deram ênfase à dinâmica das disputas políticas interna na corporação e o seu comportamento face às crises políticas no regime dominado pelos quartéis, como os livros *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*, de João Roberto Martins Filho (1995) e *A Política nos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*, da historiadora francesa Maud Chirio (2012). Houve também o esforço de construção de uma análise do

grupo de generais que comandou o golpe, estabelecendo uma espécie de perfil biográfico coletivo de uma geração que apareceu para a vida política do país em 1922, ocupou cargos públicos no âmbito do aparelho de Estado, a partir de 1930, chegando à maturidade e ao auge das suas carreiras, em 1964, a partir da tese intitulada *Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*, de Eduardo Munhoz Svartman (2006).

No seu *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, cuja versão brasileira é de 1975, o cientista político e brasilianista Alfred Stepan colocou como principal problema o porquê de se ter, a partir de 1964, alterado significativamente o modelo das relações políticas entre civis e militares no Brasil. Derivados desse problema, surgiram outros que questionavam a razão pela qual o modelo anterior havia sido rompido. Além disso, a partir do momento em que os militares assumiram o poder, o questionamento voltou-se para a capacidade de governança desses (STEPAN, 1975, p. 9).

Para tentar dar uma resposta satisfatória a estes questionamentos, Stepan analisou os aspectos institucionais, organizacionais e sociais que permeiam o exército brasileiro, chegando à conclusão de que esses fatores não são suficientemente sólidos para a explicação do comportamento político dos integrantes da corporação militar. Apontou, ainda, uma alternativa de interpretação, a partir da qual concebe as Forças Armadas como uma instituição política e os militares como parte integrante do sistema político. Quanto a esta questão, define Stepan:

No que diz respeito ao comportamento político e militar, minha opinião é que nenhum fator, seja institucional ou de qualquer outro tipo, terá uma explicação satisfatória ou um poder predizível quando considerado isoladamente. Um argumento básico desenvolvido neste trabalho é que, precisamente porque o militar não está isolado da política, mas de fato desempenha diversas funções políticas, descrições simples das instituições militares “ideais”, que podem enfatizar características como unidade militar ou orientação nacional, frequentemente revelam muito pouco sobre as interações entre militares e o sistema político. É necessário acentuar que os militares constituem parte integrante do sistema político. Considero mais adequado empiricamente e de maior utilidade no plano teórico analisar o papel dos militares na política em termos do militar como instituição política, sujeita a muitas das pressões que experimenta o governo (STEPAN, 1975, p. 11-12).

Esta assertiva foi construída como uma crítica a duas escolas interpretativas do fenômeno dos militares, que defendem exatamente a ideia de uma corporação castrense completamente isolada das pressões políticas da sociedade. A primeira delas, marcada pelo seu radical antimilitarismo, considera que os militares são uma força estranha à sociedade e que não interagem com outros grupos sociais, antes agem contra esses. A outra, mais otimista

quanto ao papel social dos militares, defende que por causa do isolamento desses face às disputas e interesses políticos que dividem a sociedade, “estão especialmente aptos para agirem como uma força burocrática modernizadora, como construtores da nação” (STEPAN, 1975, p. 11). Nesse caso, porém, ele construiu o seguinte contra-argumento:

Embora admitindo tal fato, penso que tanto a tradicional crítica liberal aos militares quanto aos modernos neorealistas muitas vezes superestimam a unidade e o auto isolamento da instituição militar e subestimam o grau com que as pressões políticas externas permeiam e moldam a organização militar. Obviamente, a situação varia de país para país. No entanto, se examinarmos a questão da contribuição dos militares à unidade nacional, fica evidente que em muitos países em desenvolvimento não só eles não estão isolados de tensões sofridas pela população em geral e portanto não podem agir como força integrante, mas também são um elemento da política que pode transformar tensões latentes em crises abertas (STEPAN, 1975, p. 14).

Para validar os seus argumentos, Stepan buscou analisar os processos e os procedimentos adotado pelo exército para o recrutamento de novos quadros, chegando à conclusão de que a política de alistamento baseada em peculiaridades regionais desautoriza qualquer ideia de uma política de estrita coesão nacional, além de contrariar a imagem do soldado profissional livre de ligações político-sociais com a sua região de origem. Essa constatação, aliada à análise histórica da atuação dos militares nas crises políticas de 1930, 1932 e 1961, cujas ações pautaram-se, em grande medida, pelas alianças e lealdades regionais, impede de caracterizar a instituição castrense a partir do signo da unidade e da orientação exclusivamente nacional (STEPAN, 1975, p. 13-20).

Outro elemento importante na análise de Stepan é a origem socioeconômica dos militares. A partir de dados coletados dos alunos da Academia Militar de Realengo, das turmas de 1941 a 1943, o brasilianista chegou à conclusão de que a maioria da oficialidade provém das classes médias, resultando também em uma baixa adesão ao recrutamento dos mais pobres e das classes mais altas. Em relação aos mais pobres, a explicação encontrada foi a progressiva exigência técnica e científica dos exames de admissão que dificultava que estes grupos tivessem a chance de chegar no oficialato, devido ao seu baixo grau de escolaridade. Em relação aos setores mais privilegiados, a gama de opções de carreira, tornava a vida militar menos atrativa. Apesar desse dado empírico, Stepan defende que a origem social não é um fator fundamental para explicar o comportamento político dos militares, antes podem ser definidos pelos seus elementos institucionais, organizacionais e burocráticos (STEPAN, 1975, p. 27-43). Em sua tese, de caráter funcionalista, o cientista político estadunidense lançou luz apenas sobre a questão institucional e não levou em consideração o caráter de classe do Estado capitalista. Pois, conforme discussão empreendida na seção anterior, a atuação dos

militares, enquanto membros da burocracia estatal não é neutra, porquanto, apesar de uma autonomia relativa, está a serviço da dominação de classe.

Por outro lado, ele destacou outros elementos que influenciam de diversas formas o comportamento político dos militares. Esses nem sempre são restritos ao âmbito interno da instituição castrense.

Devemos analisar o comportamento de uma instituição militar no contexto total de seu ambiente político por dois motivos. Primeiro, no nível mais básico, os papéis políticos que qualquer instituição militar desempenha são derivados, em grande parte, mais da posição que o subsistema militar ocupa dentro do próprio sistema político, do que características apenas da instituição militar. [...]. Em segundo lugar, num nível menos básico, é lógica e empiricamente evidente que a ideologia, a composição social e a estrutura de um exército particular não determinam de antemão todo o seu comportamento político em crises específicas. Normalmente, a qualquer época estão abertas ao militar várias opções de ação, e a escolha de uma delas está ligada, em grande parte, aos acontecimentos dentro próprio sistema político (STEPAN, 1975, p. 44).

Ao negar que a instituição militar seja monolítica, do ponto de vista psicológico e político, e isolada da vida em sociedade, além de ser marcada por sua heterogeneidade política, Stepan atribuiu, tomando como referência o excerto acima, às vontades individuais e ao voluntarismo de alguns oficiais a tomada de decisões políticas. Personalizando, assim, o comportamento político de uma corporação. Deste modo:

Na ausência de uma doutrina comum, as diferenças entre os oficiais podem influenciar suas percepções e processos políticos. Estas diferenças podem estar arraigadas em suas personalidades, em seus envolvimento políticos passados com os resultantes aliados e inimigos, ou em suas principais experiências de carreira, como participar de guerra ou estabelecer uma importante escola nova (STEPAN, 1975, p. 167).

Dito isso, a principal formulação teórica de Stepan para caracterizar as relações entre civis e militares no Brasil, e o conseqüente ativismo político destes últimos é o conceito de “padrão moderador” de atuação política do exército. Nesse caso, ele destaca que um fator importante nas relações civis-militares é a tensão que se apresenta no momento em que os políticos se vêm diante de um dilema: “de um lado, manter uma força armada como instrumento da política e da ordem interna e, de outro, garantir que o poder militar não usurpe o poder político” (STEPAN, 1975, p. 46). Além de destacar uma espécie de autocensura, desenvolvida pelos militares, que os impediriam de assumir o poder após a intervenção. Para a América Latina, na impossibilidade de se estabelecer uma tipologia clássica para a definição destas relações, foi definido o modelo moderador.

Isso se explica, porque, para Stepan, a característica fundamental na América Latina é a fraqueza política das instituições, pois nenhum grupo ou partido tem poder suficiente “para satisfazer as necessidades de desenvolvimento. As exigências políticas são elevadas, mas a capacidade política de convertê-los em resultados efetivos é pequena” (STEPAN, 1975, p. 49). Completa a análise definindo que as instituições sociais são todas altamente politizadas, mas as instituições políticas carecem de maior robustez política. Portanto, a instituição militar não foge à regra e também é caracteristicamente politizada. Fator que a torna alvo de disputas entre os diversos grupos políticos, que tentam a sua cooptação (STEPAN, 1975, p. 49).

Nas sociedades pretorianas, ou seja, marcada pela politização de suas instituições sociais, a fraqueza dos parlamentos inviabilizam a resolução dos conflitos políticos a partir desta instância. Pois:

Os partidos políticos, geralmente são fragmentados. Considerando o desejo das elites políticas de manter a ordem interna, de frear o executivo e de controlar a mobilização política de novos grupos e tendo em vista também a ausência de outras instituições para executar estas tarefas de modo eficaz, as elites políticas geralmente julgam conveniente conceder aos militares um grau limitado de legitimidade para desempenhar estas funções específicas sob certas condições (STEPAN, 1975, p. 50).

No excerto acima está estabelecido o limite da intervenção, ou atuação política, concedido pelos grupos políticos aos militares. Pois, segundo a concepção do cientista político estadunidense, a ideia de um governo controlado diretamente pelos militares carece de legitimidade. É exatamente neste ponto em que se constitui o fundamento do conceito de modelo ou padrão moderador. Deste modo, define Stepan:

Em tal modelo das relações entre civis e militares, estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhes é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudanças dentro do sistema político. Longe de se constituírem nos “construtores da nação” ou nos “reformadores”, como são encarados em alguns países, no modelo moderador os militares têm uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora na manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos (STEPAN, 1975, p. 50).

A relação entre civis e militares neste modelo é permeada por uma série de compromissos tácitos e a construção de legitimidade para a atuação em ambos os lados. Sendo assim, os pontos fundamentais deste relacionamento foram definidos da seguinte maneira:

1. Todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares. A norma é um militar politizado. 2. Os militares são politicamente heterogêneos, mas também procuram manter um grau de unidade institucional. 3. Os políticos importantes garantem legitimidade aos militares, sob certas circunstâncias, para agirem como moderadores do processo político, controlando ou depondo o executivo, ou até mesmo evitando a ruptura do próprio sistema, especialmente quando isto envolve uma mobilização maciça de novos grupos anteriormente excluídos da participação no processo político. 4. A aprovação dada pelas elites civis aos militares politicamente heterogêneos para depor o executivo facilita bastante a formação de uma coalizão golpista vencedora. A negação, pelos civis, de que a deposição do executivo pelos militares seja um ato legítimo, inversamente, impede a formação de uma coalizão golpista vencedora. 5. Existe uma crença firme entre as elites civis e os oficiais militares de que, embora seja legítima para os militares a intervenção no processo político e no exercício temporário do poder, é ilegítimo para eles assumir a direção do sistema político. 6. Tomado genericamente, este valor-congruência é o resultado da socialização civil e militar através da educação e da literatura. A doutrina militar do desenvolvimento também é, de modo geral, congruente com a de grupos parlamentares. A condescendência social e intelectual dos oficiais militares em relação aos civis facilita a cooptação e a contínua liderança civil (STEPAN, 1975, p. 50-51).

Para validar os seus pressupostos, Stepan se voltou para a análise empírica de conjunturas específicas da história republicana do Brasil, com destaque para o período compreendido entre 1945 e 1964. Nesse, ele analisou a utilização, ou a pretensão em utilizar, pelos militares, das suas prerrogativas de moderação em situações de crises políticas, acionados sempre pelos políticos civis. Destacando, neste caso, o grau de legitimidade política em cada um dos casos.

Nesse sentido, Stepan relacionou a propensão à intervenção dos militares na política com o nível de coesão das elites políticas. Ele afirma, ainda, que “esta propensão é elevada quando a coesão civil é baixa e reduzida quando a coesão civil é elevada” (STEPAN, 1975, p. 62). A outra hipótese levantada estabeleceu relação entre a possibilidade de golpe militar e a legitimidade outorgada publicamente aos militares e ao executivo. Posta esta questão, defende que:

Os golpes militares tendem a ter sucesso quando, antes da tentativa de golpe, a legitimidade do executivo é reduzida e a legitimidade conferida pelas camadas políticas à intervenção dos militares é elevada. Segundo esta hipótese, os golpes tendem a fracassar quando a legitimidade do executivo é elevada e a legitimidade atribuída aos militares é reduzida (STEPAN, 1975, p. 62).

Para avaliar a primeira hipótese, Stepan se voltou para uma análise empírica da atuação política dos militares durante a Primeira República. Neste período em três ocasiões os militares se envolveram em questões políticas e na tentativa de golpes, além do próprio processo de instalação do regime republicano, ignorado pelo cientista político, por não enxergar neste evento algo que pudesse validar as suas hipóteses.

Os três casos de intervenção militar para a solução de crises políticas giraram em torno das eleições. Em cada um deles ocorreram profundas cisões entre os civis. Em 1910, os militares foram atraídos; em 1922, não conseguiram êxito; e em 1930, saíram vitoriosos. Estes três casos tendem, pois, a confirmar a hipótese segundo a qual o envolvimento militar é elevado quando é reduzida a coesão entre as elites políticas importantes. A hipótese seria reforçada se pudéssemos demonstrar o inverso, isto é, que nos casos em que é reduzido o envolvimento político dos militares, a coesão da elite é de fato elevada (STEPAN, 1975, p. 64).

Sendo assim, Stepan lançou mão dos números dos resultados eleitorais para comprovar o grau de coesão entre as elites políticas. Ele sustentou que este seria um método confiável para averiguar suas premissas. Portanto, ele assegura que “os números, [...], fundamentam a hipótese de que o reduzido ativismo político-militar é função da elevada coesão das elites civis” (STEPAN, 1975, p. 64).

Buscando compreender a relação do êxito ou do fracasso da intervenção militar com o grau de legitimidade que civis atribuem ao poder executivo e aos militares, no cumprimento do seu papel de moderador, Stepan analisou os golpes e tentativas de golpes perpetrados pelos militares entre 1945 e 1964. Período considerado pelo autor aquele em que, efetivamente, os militares, enquanto corporação atuou, significativamente, a partir do modelo moderador.

O ativismo militar também cresceu neste período. Houve movimentos militares em 1945, 1954, 1964, uma tentativa frustrada em 1961 e um outro movimento em 1955, que precipitou um contramovimento em defesa das autoridades constitucionais. Os anos de 1945 a 1964 assinalaram o período da primeira experiência do Brasil com uma política competitiva, democrática e aberta. O papel dos militares de árbitro ou moderador do sistema político cresceu à medida que aumentava o conflito político (STEPAN, 1975, p. 66).

Nos acontecimentos de 1945, 1954 e 1964, a explicação para o sucesso da intervenção militar está diretamente relacionada com o baixo teor de legitimidade conferido ao chefe do poder executivo, ao mesmo tempo em que os militares gozavam de alto nível de legitimidade, conferido pelos elementos da elite civil situados na oposição. Segundo Stepan, a partir da análise de editoriais dos jornais, nos momentos anteriores aos golpes era presente o apoio, e até mesmo o apelo, que os civis lançavam para exigir o cumprimento da função de moderadores dos militares. Em contrapartida, em 1955 e 1961 a situação era exatamente o inverso. As tentativas golpistas eram frustradas nas conjunturas marcadas por um alto nível de legitimidade atribuído pelas elites civis ao chefe do executivo, que resultava em pouca legitimidade conferida aos militares para o exercício de seu papel de moderação.

Uma característica que Stepan destacou nesse período foi o fato de que havia uma espécie de acordo tácito na relação entre civis e militares. O brasilianista entendeu que o exército brasileiro, mesmo intervindo pontualmente em diversas conjunturas, não era estimulado pelos civis para assumir e exercer o poder (STEPAN, 1975, p. 82). Era a definição da “distinção entre a legitimidade da intervenção militar e a ilegitimidade do governo militar” (STEPAN, 1975, p. 83). Sendo assim,

Na semana que antecederam os movimentos de 1945, 1954, ou 1964, ou as tentativas de golpe de 1955 e 1961, nenhum editorial exigia explicitamente dos militares que assumissem o poder, embora muitos deles pedissem que intervissem para depor ou controlar o presidente. Do ponto de vista civil, um argumento bastante usado neste período era que se poderia confiar na ação militar contra o presidente, *exatamente* porque os militares conheciam e respeitavam as tradicionais limitações da intervenção, que os impediam de assumir poderes do governo (STEPAN, 1975, p. 83). (Grifo do autor).

O golpe de 1964 foi compreendido por Stepan como uma significativa ruptura do modelo moderador de intervenção dos militares no âmbito da política. A partir desse pressuposto, ele buscou os fatores preponderantes que pudessem explicar tal fator. Em primeiro lugar, ele apontou para a série de transformações que ocorreram na sociedade brasileira, como a emergência do movimento dos trabalhadores, a radicalização das reivindicações na cidade e nas áreas rurais, os movimentos pelas reformas de bases, a ação dos estudantes pela democratização do ensino, enfim, o adensamento das lutas reivindicatórias dos setores populares (STEPAN, 1975, p. 101-110).

Por outro lado, Stepan apontou para a progressiva perda de legitimidade do poder executivo frente aos setores da oposição das elites políticas. De acordo com a análise do autor, a ação da imprensa, de grupos organizados da sociedade civil e dos associados aos Estados Unidos foram interpretados como um sinal inequívoco de que o presidente já não poderia contar com o apoio civil. Em contrapartida, aumentava a pressão para a ação dos militares (STEPAN, 1975, p. 110-113).

Em segundo lugar, ele voltou-se para compreender de que maneira essas transformações reverberaram na corporação castrense, e de que maneira isso redundou em uma transformação nos padrões de atuação política dos militares. Nesse caso, Stepan destacou o temor da instituição em ver quebradas duas das características que mais a representa, ou seja, a hierarquia e a disciplina. O exemplo da Revolução Cubana que poderia redundar na destruição do quadro de oficiais. Além disso, o engajamento dos sargentos e marinheiros na política partidária, bem como sua aproximação com os sindicatos, era percebido pelo alto

oficialato como uma grave quebra na ordem militar. Por outro lado, ainda gerava temores de proletarização nos baixos e médios oficiais. Stepan, também creditava às ações de João Goulart, que politizando as regras de promoção, quebrava os padrões técnico-burocráticos do plano de ascensão da carreira militar (STEPAN, 1975, p. 114-124).

Do mesmo modo, principalmente após 1961, diz o autor, os militares julgavam que as ações do então presidente davam a entender que havia um plano para a concentração de poder, através de um golpe, nas mãos do executivo. Esse fator serviu como pretexto para que os militares rejeitassem, de maneira cada vez mais crescente, os limites considerados padrões de atuação política militar (STEPAN, 1975, p. 124-126).

Ainda com relação às mudanças na corporação, Stepan destacou o que considerou o papel preponderante da Escola Superior de Guerra (ESG) no processo de reformulação ideológica das forças armadas, representada pela Doutrina de Segurança Nacional, ao longo de aproximadamente duas décadas. As atividades desenvolvidas na ESG foram percebidas como fundamentais para fomentar o esgotamento do modelo moderador e na formulação de um novo padrão de atuação política castrense. Desse modo, o exército torna-se o “construtor da nação”. Além disso, era preciso unir a sociedade em torno da autoridade militar visando a defesa do Brasil contra as estratégias da dominação comunista. Os cursos da ESG que contavam tanto com civis como com militares na ministração e na assistência, buscavam a criação de estratégias, baseadas no binômio segurança-desenvolvimento para garantir uma homogeneidade de pensamento entre os diversos setores sociais (STEPAN, 1975, p. 127-137).

O trabalho de Alfred Stepan é pioneiro e, como toda obra tornada clássica, fundamental para o entendimento das complexas relações entre civis e militares que se desenvolveram no Brasil, durante o regime republicano. Dito isto, é inegável que suas hipóteses, problemas e conclusões apresentam limites claros que foram discutidos por diversos cientistas políticos que buscaram tratar da mesma temática.

Uma crítica fundamental que aparece ao seu livro, diz respeito à hipótese do padrão moderador. João Roberto Martins Filho (1996), em seu livro intitulado *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*, e baseado nas formulações de João Quartim de Moraes, afirma que a hipótese principal de Stepan poder ser caracterizada como uma:

Falácia da construção de modelos, [...], de padrões fixos de interação social entre “civis” e “militares”, em que o campo político das elites é definido sem que se

reconheça a concretude dos sujeitos e a determinação histórica dos processos de transformação política. (MARTINS FILHO, 1996, p. 29).

Nesse sentido, “a dedução da existência de um modelo de carece de cientificidade” (DOCKHORN, 2002, p. 79). Além disso, a análise histórico-empírica formulada por historiadores como Werneck Sodré e José Murillo de Carvalho, refutaram o argumento de que até 1964 os militares apenas agiam em conformidade com as regras estabelecidas pelas elites civis. Os trabalhos desses pesquisadores demonstram a predisposição dos militares em atuar na vida política do país, desde a proclamação da República. Isso invalida uma das principais premissas do modelo moderador: “a cooptação unilateral dos militares pelos civis” (MARTINS FILHO, 1996, p. 30), dando a entender que, nessa relação, os militares eram membros passivos. Nesse caso, “ao construir o modelo moderador, Stepan procurava atribuir às elites civis um papel fundamental na configuração do comportamento militar” (MARTINS FILHO, 1996, p. 30). O que era garantido pelo pressuposto da legitimidade concedida pelos civis para a obtenção do êxito na intervenção militar.

Martins Filho, ao contrário de Stepan, procura entender a participação política dos militares a partir da dinâmica interna da própria instituição castrense. Premissa que para esse autor é crucial. Outra questão levantada é a de que a concepção das Forças Armadas como uma elite burocrática, resultando em uma análise sistêmica do aparelho militar, “está na origem do papel ‘passivo’” que foi atribuído a esta instituição (MARTINS FILHO, 1996, p. 31-32).

Por se prender às hipóteses do seu modelo, Stepan deu ênfase, às vezes desmedidas, à conjuntura entre 1961 e 1964, como fator preponderante para as transformações ideológicas e comportamentais dos militares. Martins Filho considera que esta interpretação “ressalta aí uma subestimação evidente do quadro ideológico anterior das Forças Armadas brasileiras. Tudo se passa como se só então a corporação militar brasileira descobrisse as ideologias políticas” (MARTINS FILHO, 1996, p. 32). Isso denota que na análise de Stepan acerca do tema ainda permanece a “visão desses setores como uma elite ‘profissional’ ou ‘burocrática’”, advinda das teses do modelo profissional de Samuel Huntington (MARTINS FILHO, 1996, p. 32).

Martins Filho considera que, da concepção elitista-burocrática da instituição militar, deriva o fato de Stepan superestimar a homogeneidade militar, colocando em segundo plano as cisões no âmbito castrense (MARTINS FILHO, 1996, p. 33-34).

Após lançar uma série de críticas a Stepan, Martins Filho estabeleceu uma hipótese alternativa para o comportamento político dos militares. Ao contrapor a tese das elites

burocráticas, que priorizam a questão da homogeneidade da instituição, ele destacou características como “heterogeneidade, divisão e fluidez” (MARTINS FILHO, 1996, p. 36). Além disso, para o melhor entendimento desta primeira hipótese, defendeu uma análise que se voltasse para a “particularidade dos traços propriamente castrenses que definem a atuação política dos militares” (MARTINS FILHO, 1996, p. 36). Pressuposto também defendido por Maud Chirio (2012), cuja tese defendia a existência de uma divisão interna na instituição militar, cujos desdobramentos se perceberam nas agitações políticas nos quartéis, não apenas no alto oficialato, mas também entre a média e baixa oficialidade e entre os praças.

Para finalizar, Dreifuss e Dulci (2008) fizeram apontamentos pertinentes sobre a atuação dos militares no campo político, no artigo intitulado *As forças armadas e a política*, dos quais destacar-se-ão uns poucos, que podem se articular com a discussão realizada ao longo do capítulo. A primeira questão levantada é a de que o golpe de 1964 tornou as Forças Armadas brasileiras em um ator político reformulado, que foi obrigado a administrar um conjunto contraditório de reivindicações e interesses, ao mesmo tempo em que desdobrara-se para desempenhar múltiplas funções (DREIFUSS & DULCI, 2008, p. 135). Essa reformulação do papel político dos militares teria ocorrido nos seguintes termos:

Em primeiro lugar, uma legitimação de seu intervencionismo no sistema político. Essa legitimação se fundamentava na doutrina de Segurança Nacional elaborada na Escola Superior de Guerra, mas cujas origens remontam ao Estado Novo. Por outro lado, o intervencionismo militar foi alimentado pela ação das correntes contrárias ao regime populista, notadamente a União Democrática Nacional — UDN, que tendiam a recorrer à intervenção militar como forma de corrigir o que consideravam como desvios do meio político e dos resultados eleitorais (DREIFUSS & DULCI, 2008, p. 137).

Esse processo, ao contrário do que foi entendido por Alfred Stepan como uma confirmação empírica do seu modelo moderador, foi explicado por Dreifuss e Dulci como uma situação em que os militares “representavam um fator de poder de tipo bonapartista, legitimado constitucionalmente” (DREIFUSS & DULCI, 2008, p. 140). Este quadro se alterou significativamente após 1964, pois o golpe acabou com o “bonapartismo constitucional” e o AI-5 fez com as Forças Armadas se tornassem o Poder Dirigente do país (DREIFUSS & DULCI, 2008, p. 143).

Enquanto dirigentes, os militares “assumiram a promoção do Desenvolvimento pela garantia da Segurança, na forma definida pelos ideólogos da Escola Superior de Guerra e dentro das condições da lógica da coerção” (DREIFUSS & DULCI, 2008, p. 143). Sendo assim:

A passagem do papel bonapartista constitucional para o de Poder Dirigente representava menos uma mudança na natureza do que no âmbito de atribuições e na forma de implementação. Em ambos os casos as Forças Armadas constituíam um aparato do Estado, cujos valores circunscreviam-se ao universo das classes dominantes e cujas normas eram as de um bloco histórico capitalista (DREIFUSS & DULCI, 2008, p. 143).

Essa passagem é pertinente, pois indica que, apesar de uma mudança de papéis desempenhados pelos militares, no pré e no pós 1964, o que importa efetivamente é a sua condição de aparelho estatal. E, no âmbito do modo de produção capitalista, o Estado é capitalista e marcado significativamente pela dominação de classe. Nesse sentido, submetido à hegemonia das classes e frações de classe que detinham o poder de Estado. Dado esse que retoma os objetivos deste capítulo que é analisar a atuação política dos militares, bem como a sua relação com os setores dominantes na sociedade e compreender de que maneira essa instituição, mesmo possuindo relativa autonomia, atende, em última análise, aos interesses das classes e frações hegemônicas.

Juracy Magalhães foi um agente político e militar que, durante a sua vida pública, atuou sempre na articulação entre os setores civis e militares a partir de diferentes instâncias do aparelho de Estado. Ele pode ser considerado um elemento de intersecção entre esses diferentes interesses, embora sempre atuando de acordo com os interesses do bloco no poder que se estabeleceu nas diferentes conjunturas, entre 1930 e 1937. Portanto, para compreender, detidamente, o homem e o significado do seu processo de rememoração foi preciso esclarecer o que se entende por categorias que são caras a este propósito, tais como: Estado, sua autonomia relativa e a relação com as classes sociais; categoria social e burocracia estatal; e a atuação política dos militares no Brasil.

Nos capítulos seguintes será analisada, empiricamente, a atuação política e administrativa de Juracy Magalhães, desde a sua posse como interventor na Bahia, em 1931, até a sua saída do Ministério das Relações Exteriores, em 1967. O que se tentará demonstrar é que o exercício dos diferentes cargos e funções assumidos nas diversas instâncias do aparelho de Estado configurou-se como uma acomodação em relação às diferentes frações hegemônicas e, o que o definiu politicamente, foi o papel que desempenhou como um gestor dos negócios do capital, em um contexto de alterações no modelo de acumulação, buscando sempre se adequar a estas.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS OLIGARQUIAS NO PERÍODO 1930-1964

4.1. UM ANTECEDENTE NECESSÁRIO: AS OLIGARQUIAS BAIANAS DO INÍCIO DA REPÚBLICA ATÉ A REVOLUÇÃO DE 1930

O recorte temporal desse trabalho compreende o período que vai da Revolução de 1930 até o ano de 1967⁷. Esse intervalo correspondeu à trajetória política de Juracy Magalhães em que tiveram lugar os fatos transformados em substrato das suas memórias. Entretanto, a chegada à Bahia e o contato com as oligarquias do Estado foram fundamentais para que se estabelecesse um *modus operandi* em suas práticas, além disso, foi a partir de uma relação ambígua com esses grupos que ele definiu as memórias de sua atuação à frente da interventoria e do governo do Estado da Bahia.

Se faz necessário, portanto, contextualizar os personagens e a ação política das oligarquias baianas entre 1889 e 1930 buscando compreender de que maneira estas constituíram a sua dominação, desvelando as suas alianças para entender os códigos de acesso ao poder, bem como analisar, em que medida, o cenário político encontrado por Juracy Magalhães foi importante para o posterior desenrolar da sua administração.

No limiar da República, os elementos das classes dominantes, recrutados para assumir os postos de comando do aparelho de Estado, eram também membros destacados das organizações e instituições do regime monárquico, derrubado em 1889. Segundo Consuelo Novais Sampaio (1975), esses grupos acolheram a República a contragosto e somente quando perceberam que se tratava de um fato consumado (SAMPAIO, 1975, p. 17). Após o primeiro momento de inconstâncias e indecisões, as adesões começaram a aparecer:

Liberais e conservadores, com a mesma presteza e habilidade, amoldaram-se às novas instituições republicanas. Com maior destreza, fizeram com que elas também se ajustassem aos seus tradicionais padrões de comportamento. (SAMPAIO, 1975, p. 17).

A República assentou suas instituições na base estrutural da sociedade monárquica. Diante disso, alguns atores políticos que iniciaram sua trajetória nos partidos da Monarquia, passaram a se estabelecer enquanto grupo dirigente da Bahia Republicana (SAMPAIO, 1975,

⁷ Juracy Magalhães atuou junto aos vencedores da Revolução de 1930 e no ano de 1967 ele exerceu pela última vez um cargo público.

p. 17). Luiz Vianna representou um dos primeiros chefes políticos a se estabelecer enquanto líder de agrupamento disputando cargos eletivos e domínio político no aparelho estatal.

Ele era um latifundiário ligado ao Partido Conservador. Apresentou em sua trajetória o caminho clássico percorrido pelos filhos das classes dominantes: bacharelado, proteção de um padrinho poderoso e indicação a um cargo público. Estabeleceu-se como liderança de um grupo de políticos oriundos dos partidos do império e também de republicanos históricos. Segundo Luís Henrique Dias Tavares (2001), em uma manobra, ele conseguiu não assumir o governo depois da deposição de José Gonçalves, para ser eleito governador em uma situação mais cômoda, em 1896 (p. 306).

Antes de ser eleito para o Governo da Bahia, foi ainda Senador da Assembleia Constituinte baiana, presidente do Senado Estadual, desembargador e Presidente do Tribunal de Apelação da Bahia, liderou o surgimento de uma corrente política com o seu nome: o *vianismo* (TAVARES, 2001, p. 306). Ao ser sucedido pelo seu correligionário Severino Vieira, rompeu com seu antigo grupo político e foi para a Europa (TAVARES, 2001, p. 314). Ao voltar à Bahia foi eleito novamente para o Senado Federal, entre 1912 e 1920. Ao lado de ex-inimigos políticos, e também dos ex-governadores Severino Vieira e José Marcelino, montou uma entente visando estabelecer as forças oposicionistas ao domínio de J. J. Seabra (SAMPAIO, 1975, p. 77).

Desde o início do século XIX, a sua família estabeleceu seu domínio na região de Casa Nova, na zona do São Francisco (PANG, 1979, p.71-72). A chegada de seu grupo ao poder significou a reorganização das diferentes frações das classes dominantes baianas para reagrupar, em torno de um partido político de ocasião, os principais líderes políticos da Bahia. Dividida entre a fração agrária e agrário-mercantil que economicamente dominava as diversas regiões e recursos da Bahia, iniciou o processo de acordos temporários que tinham por objetivo o comando de um eleitorado ainda difuso e desorientado no início do regime republicano.

Na Primeira República, na Bahia, os partidos políticos não passavam de agremiações esporádicas que se reorganizavam de acordo as eleições, construídas com o objetivo de ter acesso aos recursos financeiros e cargos da esfera federal. O objetivo principal dos partidos era a arregimentação dos diversos setores das classes dominantes para a disputa pela hegemonia política no âmbito estadual e as alianças geradas eram sempre muito transitórias, pois a estabilidade dos acordos era precária, e não havia uma política de massas que possibilitasse a cada uma das frações de classe sustentar-se enquanto grupo dirigente nessa

instância estatal. Neste caso, estes partidos constituíam-se enquanto clubes de notáveis, que se formavam a partir de cada disputa eleitoral.

Tais alianças formadas pelas diferentes frações das classes dominantes contavam, principalmente, com os líderes remanescentes do Partido Conservador, cuja base de apoio político se encontrava nos chefes locais. Era uma oligarquia de feições agrárias que buscava se estabelecer enquanto grupo dirigente da Bahia e integravam essa precária aliança, o Barão de Camaçari, o Barão de Geremoabo e o 3º Barão do São Francisco, José Gonçalves e Severino Vieira (SAMPAIO, 1975, p. 39-42). Esses eram caciques políticos que se aliavam em prol da conquista de cargos no aparelho de Estado, mas que se separavam quando seus interesses imediatos não se concretizavam.

A aliança se desfez a partir de um rompimento que ocorreu entre Luiz Vianna e José Gonçalves, quando o primeiro foi contrário ao fechamento do Congresso Nacional determinado pelo Marechal Deodoro que recebeu apoio do segundo. (TAVARES, 2001, p. 303-307). Mais adiante, a disputa de poder entre Luiz Vianna e Severino Vieira, pelo controle do Partido Republicano Federal, concretizou a cisão (SAMPAIO, 1975, p. 45).

As oligarquias, desse modo, estavam em processo de acomodação de interesses. Isto se explica pelo fato de que, na República Oligárquica, o poder decisório se encontrava quase que completamente nas mãos dos grupos que detinham o controle do poder executivo (SAMPAIO, 1975, p.33). Desse modo, “não se submeter ao seu comando, não se acomodar aos acordos entabulados e à situação estabelecida, poderia significar a decadência ou o aniquilamento político” (SAMPAIO, 1975, p.33). A consequência deste modelo de organização do poder foi a disputa intensa entre os grupos e subgrupos da classe dominante baiana, além da maneira fluida e instável pela qual se comportavam politicamente.

O que garantiu a base material para o poder exercido por esta oligarquia agrária, da qual Luiz Vianna era um de seus representantes mais poderosos neste início da República na Bahia, foi uma condição fundamental: a “*presença de relações de produção pré-capitalistas no campo*” (SAES, 1998, p. 84-85) As relações entre proprietários e trabalhadores estavam baseadas em dominação e dependência pessoais. Havia por parte do proprietário de terra um poder econômico sobre o trabalhador, uma vez que o primeiro cedia ao segundo a posse da terra. Esta relação de domínio econômico gerava, por sua vez, uma dominação ideológica, a partir da dependência pessoal manifesta pela “*obrigação subjetiva de lealdade para com o senhor da terra, ou, num nível mais diretamente político, como fidelidade ao chefe local*” (SAES, 1998, p. 85) (grifos do autor).

A década de 1910 foi marcada pelo domínio mais acentuado da fração comercial da burguesia baiana, ato evidenciado pela ascensão ao poder de J. J. Seabra. Homem de origem urbana, de formação liberal e sem ligações pessoais mais profundas com os latifundiários, embora estabelecesse alianças tácitas com os chefes tradicionais, condição indispensável para que se obtivesse o mínimo sucesso nas ambições políticas naquele contexto, (TAVARES, 2001, p. 332). Seabra era considerado, na memória social dos baianos, como aquele que empreendeu intervenções urbanas violentas na velha Salvador “o homem da civilização à força, da higiene disciplinadora e perversa, que segregava pobres e negros para criar o ambiente asséptico desejado pela burguesia em ascensão” (SARMENTO, 2009, p.08). Detentor de uma trajetória política longeva que se estendeu de fins do Império, quando foi eleito deputado pela primeira vez, até o Estado Novo, em 1942, ano de sua morte, antes de ser eleito governador pela primeira vez em 1912, foi, também, Deputado Federal pela Bahia, em quatro oportunidades (1891, 1897, 1900, 1909); Ministro do Interior e Justiça no Governo Campos Sales e da Viação no Governo Hermes da Fonseca. Além de sua carreira política foi professor e diretor da Faculdade de Direito do Recife⁸.

Enquanto exercia seguidamente os cargos no Legislativo e nas Pastas Ministeriais, Seabra construiu a sua própria liderança política. Ao se afastar da influência *vianista* e se colocar na oposição ao domínio de Severino Vieira e José Marcelino, angariou o apoio de jovens estudantes da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito, tais como Otávio Mangabeira, Ernesto Simões Filho e Antônio Moniz (TAVARES, 2001, p. 330-332).

A eleição para o cargo de governador da Bahia representou, para Seabra, a consolidação de seu domínio político. Mais do que isso, significou, a ascensão do grupo ligado ao comércio exterior, que operava as transações comerciais e financeiras dos principais produtos de exportação na Bahia, no mais das vezes subordinados a empresas estrangeiras que controlavam diretamente a sua produção, beneficiamento e exportação (SANTOS, 1991, p. 73).

As ligações de Seabra com a fração comercial da burguesia baiana datavam ainda de sua gestão na pasta da Justiça no governo Rodrigues Alves, em 1902. Utilizando-se das prerrogativas do cargo interferiu no processo e influiu de maneira decisiva na execução das obras do porto da cidade de Salvador, consideradas de importância fundamental para maximizar os ganhos das chamadas “classes conservadoras” (SANTOS, 1991, p. 73).

⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-seabra> Acessado em 06/09/2016.

Após a sua posse diversas demandas da fração comercial passaram a ser atendidas, tais como:

Diminuição de impostos nos projetos de orçamento estadual e municipal para o exercício de 1914; da obrigatoriedade de registro de títulos e documentos particulares em projeto de lei no Congresso Estadual em 1914, e que, conforme os interessados, termina por não ser sancionado; de diminuição de impostos do orçamento de 1915. Realizaram-se obras públicas como a inauguração da Avenida Jequitaia, cuja construção fora iniciada quando ainda era Seabra Ministro da Viação, e melhoramentos no Bairro Comercial com a finalidade de facilitar o serviço do novo cais (SANTOS, 1991, p.82).

A pressão exercida pela fração comercial da burguesia na Bahia dirigia-se principalmente para as questões ligadas à política tributária, tanto no âmbito municipal, quanto no estadual. A diminuição de impostos era um ponto de pauta sempre presente nas reivindicações dos comerciantes baianos, muitos dos quais atuavam com os negócios de importação e exportação. Outra reivindicação era a necessidade de melhoramento urbano na cidade de Salvador, principalmente na região do centro comercial da capital e nas zonas próximas ao porto, visando maior agilidade no escoamento de mercadorias.

A atuação do governo Seabra para de atender aos interesses da burguesia comercial pode ser encontrada em sua preocupação com uma reforma urbana que pudesse dotar a cidade de Salvador de características modernas, portanto burguesas, e deixasse para trás seus aspectos de velha cidade colonial e imperial. Uma das primeiras ações ao tomar posse foi a derrubada de inúmeros sobrados e igrejas seculares para a abertura da Avenida Sete de Setembro. A igreja de São Pedro foi demolida para a construção da Praça do Rio Branco. Um novo palácio do Governo foi construído devido aos danos causados pelo bombardeio de 1912⁹. A intervenção na cidade se completou com as obras de construção do Porto de Salvador (TAVARES, 2001, p. 332-333).

O período de domínio mais acentuado do *seabrismo* (1912-1924) – os dois governos, mais o interregno representado pela gestão de Antônio Moniz, um fiel aliado – foi marcado pela tentativa de centralização política e administrativa a partir da concentração dos diversos grupos das classes dominantes da Bahia em um único partido, o Partido Republicano Democrata (PRD). Nessa legenda estavam ainda nomes como Luiz Vianna (TAVARES,

⁹ Dentro da chamada política das salvaçãoes, o presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) estabeleceu um processo de combate às oligarquias regionais, alijando-as do poder nos Estados, visando fortalecer o poder executivo federal. Neste sentido, Seabra, em disputa com o situacionismo estadual e apoiado pelo presidente da República, lançou-se candidato ao governo do Estado, em 1911. Após uma série de manobras realizadas, tais como a transferência da sede do executivo estadual para a cidade de Jequié, no sentido de evitar a posse do candidato oposicionista, a cidade de Salvador foi bombardeada por forças federais no dia dez de janeiro de 1912. Após este fato, Seabra conquistou a hegemonia do Estado durante aproximadamente dez anos.

2001, p. 332), eleito para o Senado Federal, além de Rui Barbosa, Otávio Mangabeira, Antônio Moniz e Moniz Sodré. Estes três últimos eleitos para a Assembleia Legislativa do Estado (PANG, 1979, p. 117).

O controle do Legislativo, no modelo eleitoral da Primeira República, era fundamental para a manutenção de um domínio mais completo sobre as demais frações da classe dominante. As eleições se decidiam, de fato, nas esferas do poder Legislativo, principalmente do Senado Estadual, uma vez que essa instituição era a responsável por validar os votos, tanto no âmbito estadual, quanto no municipal (PANG, 1979, p. 114). Esse fato criou uma relação de mútua dependência entre senadores e chefes políticos locais. Os votos estavam nos municípios, portanto, os coronéis que os controlavam detinham grande poder de barganha com as esferas superiores do aparelho de Estado (PANG, 1979, p. 114). Por outro lado, esses votos deveriam passar pelo crivo da Comissão Verificadora de Poderes controlada pelo Senado e responsável pelo seu reconhecimento. Desse modo, controlar o poder legislativo e definir os rumos da política municipal era condição *sine qua non* para que qualquer governador e o grupo político-social que representava, exercer o seu domínio político com um mínimo de possibilidade de sucesso (PANG, 1979, p. 114-115).

Ao assumir o governo, Seabra destacou o controle do Legislativo estadual como primeiro objetivo político, tendo o Senado como destaque. Nas palavras de Eul-Soo Pang (1979), “isso lhe daria poder de barganha para refazer o mapa geográfico da política do coronelismo na Bahia” (PANG, 1979, p. 115). Desse modo, “em meado de 1913, a maioria dos senadores abandonou o falecido PRB e passou para o PRD” (PANG, 1979, p. 115). Isso ocorreu em razão da dependência que os senadores tinham em relação ao governador, portanto, os primeiros funcionavam como elo entre os chefes locais e o chefe do executivo estadual. Eram eles os articuladores dos “acordos eleitorais, favores políticos e obras públicas para os municípios” (PANG, 1979, p. 115). Com isso, aderiram ao seu governo políticos ligados à oligarquia do Recôncavo, tradicionalmente voltada para a economia agroexportadora, e à burguesia da zona cacaueteira, também uma economia marcada pelas ligações com o mercado externo. Seguiram-se as adesões dos chefes regionais, representantes das oligarquias sertanejas. Seabra completou o controle político do legislativo baiano, subordinando a Assembleia Legislativa e o Senado estadual (PANG, 1979, p. 115).

Acompanhando essa estratégia, o outro passo dado por Seabra, para estabelecer o domínio político do estado, foi a reforma da Constituição Estadual. Um dos pontos alterados foi o fim das eleições para as Intendências Municipais. Como consequência, os intendentes passaram a ser nomeados exclusivamente pelo governador. Desse modo, a subordinação

direta daqueles que dominavam os municípios ao governador era um elemento essencial no principal objetivo político dos *seabristas*: estabelecer o domínio unipartidário na Bahia (PANG, 1979, p. 123).

Outro objetivo atingido, a partir dessa medida, foi a redução da influência dos senadores em relação aos principais aspectos referentes à política municipal. A relação, agora obrigatoriamente direta, entre governador e intendente, liquidou o poder dos senadores de decidirem pela validade, ou não, das eleições municipais. E, por fim, “a lei da reforma também aumentou a capacidade de Seabra monopolizar os processos eleitorais do estado”. (PANG, 1979, p 124).

A condição para a sobrevivência política dos grupos que disputavam a dominação política na Bahia era o acesso ao executivo estadual, portanto, as alianças precárias precisavam ser revisadas e renegociadas a cada eleição, fosse em nível local ou mesmo federal, uma vez que o apoio do poder central à fração que estivesse na oposição poderia selar uma mudança nos quadros municipais e/ou estaduais. Neste caso, o momento de escolha dos sucessores ao cargo de governador era marcado por tensões, negociações e, por vezes, rompimentos no bloco de poder que estava em posição de domínio no estadual no momento em questão.

Apesar de todo esforço de unificação política e partidária das frações da classe dominante da Bahia, o PRD, sob a dominação de Seabra, era formado por, pelo menos, três subgrupos capitaneados por chefes políticos que buscavam estabelecer a sua própria dominação política e ser o representante das oligarquias e diferentes frações da burguesia baiana. O processo de escolha do candidato à sua sucessão para as eleições de 1916 foi um contexto do aparecimento das dissidências. Insatisfeitos com a escolha do governador que recaiu sobre seu aliado Antônio Moniz, outros dois líderes partidários, Otávio Mangabeira e Ruy Barbosa iniciaram o processo de rompimento da unidade partidária que se consolidara depois das diversas crises políticas que ocorreram durante o governo Antônio Moniz (PANG, 1979, p. 124-133).

O governo de Moniz e o segundo governo de Seabra foram marcados por instabilidades políticas, revoltas dos coronéis do sertão, participações em campanhas para a presidência da República e, principalmente, desgaste da máquina eleitoral e política montada para a sustentação do bloco no poder que marcou o domínio *seabrista*, através do PRD (SAMPAIO, 1975, p. 95-119).

Ruy Barbosa e políticos de uma nova geração como Otávio e João Mangabeira, Francisco Marques de Góis Calmon e Miguel Calmon, Pedro Lago e Ernesto Simões Filho,

buscaram uma reorganização política na oposição ao *seabrismo* e, mais que isso, surgiram como novos representantes das frações financeira e comercial da burguesia no Estado, além de angariarem o apoio das oligarquias agrárias do sertão, descontentes com os destinos políticos que Seabra e seus aliados reservaram para eles. Portanto, do final da década de 1910 (final do governo Moniz e segundo de Seabra) até 1924, ano da eleição de Góis Calmon para o cargo de governador, se processou uma reorganização das forças políticas, com a conformação de uma aliança tácita entre o comércio, os usineiros, os coronéis do interior e os representantes das finanças, que estabeleceram a hegemonia na Bahia até 1930 (PANG, 1979, p. 140-200).

A escolha de Francisco Marques de Góis Calmon para a sucessão de Seabra, pelo próprio governador, se deu mediante uma intrincada rede de negociação que envolveu os principais grupos políticos e socioeconômicos dominantes na Bahia. Em primeiro lugar, Seabra saiu derrotado das eleições presidenciais de 1922, quando, na oportunidade, se lançou candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Nilo Peçanha, na chamada Reação Republicana. Este fato contribuiu significativamente para o seu enfraquecimento político, somando-se à sua já desgastada liderança entre os coronéis do interior e pelas divisões em seu grupo político. Aliado a isso, o presidente Arthur Bernardes convidou o irmão de Góis Calmon, Miguel Calmon, que era anti-*seabrista*, para ocupar a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, como uma maneira de minar ainda mais as forças do governador e seu grupo (PANG, 1979, p. 164), que acabou fortalecendo a oposição ao governo, resultando na formação de um embrião partidário, chamado de Concentração Republicana da Bahia (CRB). Esse foi formado por nomes como Pedro Lago, Vital Soares, Simões Filho, Miguel Calmon, Otávio e João Mangabeira e Aurelino Leal, principais articuladores das oligarquias e burguesias baianas durante a década de 1920 (PANG, 1979, p. 164-165). Em segundo lugar, a escolha de Seabra pode ser entendida, na avaliação de Luís Henrique Dias Tavares (2001) como uma tentativa de reaproximação com o presidente Bernardes “ou compor-se com políticos baianos não de todo fechados a entendimentos em torno de um candidato neutro” (TAVARES, 2001, p. 348).

Ainda sobre a escolha, Pang (1979, p. 168) destacou que o nome de Góis Calmon foi um acerto, pois ele, de alguma maneira, conseguia aglutinar os diversos interesses políticos e econômicos das diferentes frações da oligarquia e da burguesia baiana. Na perspectiva de Consuelo Novais Sampaio (1978):

A candidatura Góis Calmon, que poderia ser a salvação de **seabrismo**, trazia latente o peso de sua condenação. No entanto, considerando-se as circunstâncias políticas do momento e as condições estruturais da sociedade, não poderia ser mais feliz. Presidente do Banco Econômico da Bahia e do Instituto da Ordem dos Advogados, Seção da Bahia, Góis Calmon era membro de uma das mais ilustres tradicionais famílias baianas e também um dos elementos mais representativos da elite econômico-financeira do estado. Aparentemente isento de vinculações político-partidárias e, portanto, sem compromissos de ordem política a satisfazer, dificilmente seu nome poderia ser rejeitado, quer pela elite econômica, quer pelo mundo político local. (SAMPAIO, 1978, p. 134) (grifo da autora).

A decisão era contraditória e se mostrava inerente à maneira de organizar e a dinâmica das disputas políticas na Bahia. Ao mesmo tempo em que era o último suspiro de Seabra para tentar se manter, minimamente, no domínio do quadro das forças políticas do bloco no poder, mostrava-se como uma admissão de sua derrota e da perda de sua dominação no âmbito das forças políticas da Bahia. Isso porque o grupo reunido na CRB passou a destacar a candidatura de Góis Calmon para capitalizar a possibilidade de sua ascensão no jogo político baiano.

Essa conjuntura de aparente indefinição significou uma repactuação, uma acomodação de interesses, entre os diversos setores das classes dominantes baianas. No final do seu segundo mandato, Seabra e seu grupo já não eram mais bem quistos pela agremiação da fração comercial da burguesia baiana. A Associação Comercial da Bahia encontrou em Góis Calmon um legítimo representante dos seus interesses, pois era plenamente apoiado pelas “classes conservadoras” (SANTOS, 1991, p. 106). E seu currículo de membro da referida associação e integrante dos setores financeiros do estado o credenciavam para tal tarefa.

Sua carreira vinculava-se a atividades econômico-financeiras, jurídicas e intelectuais. / (...) / Em 23 de abril de 1987, fora nomeado fiscal do Banco da Bahia. Em 1911, presidente do Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal. Em 1919, diretor-presidente do Banco Econômico da Bahia, que reorganizou em moldes mais atualizados. Professor Catedrático de História Universal do Ginásio da Bahia desde 1918, (...), era homem culto e versado, principalmente, em assuntos de Economia e Finanças, não só pela prática profissional, mas, também, interessado em seus assuntos teóricos. / Capitalista, tinha investimentos em vários setores da vida econômica da Bahia: indústria, comércio, bancos, seguros, transportes, imóveis, mineração; era ainda, procurador de firmas estrangeiras. / Membro efetivo da Associação Comercial, para esta, seria o candidato, por excelência, das ‘classes conservadoras’, aquele que, pela comunidade de interesses, pela sua visão de dinâmico homem de negócios, saberia imprimir uma feição nova à administração pública do Estado, tornando-a capaz de criar condições para o crescimento das atividades produtivas (SANTOS, 1991, p. 106).

As frações vinculadas ao comércio e às finanças da Bahia mostraram-se muito à vontade em apoiar aquele que consideravam o seu legítimo representante. Os estudos clássicos trazidos para o debate aqui nesse texto destacaram as qualidades ou condições

necessárias para que qualquer indivíduo pleiteasse um cargo no exclusivo mundo político baiano, e brasileiro, naquele contexto: ser de boa família, dito em outras palavras, famílias com raízes no sistema de poder socioeconômico no império, e até na colônia; ser letrado e ter passado pelos cursos de medicina, engenharia e, principalmente, direito; ter tido experiências na docência superior. Góis Calmon preenchia tais requisitos, pois, sua família possuía raízes no Partido Conservador, durante o Império, tal qual Luiz Vianna. Contam em sua linhagem um barão e um marquês, seu pai foi almirante da esquadra imperial (PANG, 1979, p. 178). Além disso:

Os Calmon eram senhores de engenho em Santo Amaro e São Francisco do Conde, e casaram-se com membros de clãs igualmente aristocráticos, como os Araújo Pinho [família da qual também saiu um governador], os Costa Pinto e os Vilas Boas, para citar alguns latifundiários de sangue azul da Bahia. Quando Chico, o mais velho dos três irmãos, tornou-se governador representava uma extensa rede de elites econômicas baianas, cujos interesses comuns iam do açúcar ao banco (PANG, 1979, p. 178) (grifo nosso).

Calmon, além das características ressaltadas, era banqueiro, fazia parte da agremiação do comércio de importações e exportações da Bahia e, ainda, era representante de empresas estrangeiras. Significava, também, a recuperação política da tradicional oligarquia agrária do Recôncavo baiano e era o contexto em que as frações comercial e financeira da burguesia baiana teriam acesso direto às instâncias do aparelho de Estado, ocupando diretamente um lugar no bloco de poder. Desse modo:

Góis foi o primeiro homem de negócios a se tornar governador, (...). De certo modo era conveniente ter o banqueiro e homem de negócios Chico no cargo de governador, representando os complexos interesses econômicos das companhias e clãs, em vez de qualquer dos outros irmãos políticos, Miguel e Antônio. (PANG, 1979, p. 178).

A partir do governo Góis Calmon e do seu sucessor, Vital Soares, estabeleceram a dominação política na Bahia o seu irmão Miguel Calmon, os irmãos Mangabeira (João ligado à fração da burguesia vinculada à economia cacaueteira e Otávio deputado e ministro das Relações Exteriores no governo Washington Luís), Simões Filho, proprietário do jornal *A Tarde* e Pedro Lago, senador estadual e depois candidato a governador, eleito nas eleições de 1929 (SAMPAIO, 1975, p. 141-172) (PANG, 1979, p. 175-200).

Esse grupo foi organizado depois no Partido Republicano da Bahia (PRB), em 1927, oriundo da CRB e da mobilização de organização das forças de oposição ao domínio do grupo *seabrista* em sua fase final de desgastes. Além disso, eram também representantes de uma

composição heterogênea dos diversos setores das classes dominantes do estado naquele momento. Como dito acima, João Mangabeira fez sua carreira política contando com sua articulação com a burguesia cacauera do sul da Bahia. As disputas de poder entre os *seabristas* e os coronéis do interior fizeram com que integrantes dessa oligarquia agrária como Horácio de Matos e Franklin Lins do Albuquerque pactuassem com o PRB. Sustentando essa aliança, ainda estava a burguesia comercial que se envolveu diretamente nas eleições para o Congresso Nacional, em 1924, declarando textualmente seu apoio a alguns dos principais líderes do partido:

No primeiro distrito, ressalta o nome do Sr. Dr. Otávio Mangabeira, nosso consórcio benemérito, advogado espontâneo e desinteressado dos nossos mais vitais interesses, aos quais se há devotado constante e ininterruptamente, sempre com grande proveito dos nossos mais instantes e justos reclames. De toda equidade é, pois, que o comércio da Bahia, na circunscrição eleitoral desta cidade, sufrague sua tão digna candidatura./ No segundo distrito, sobreleva o nome do Sr. Dr. João Mangabeira, cuja candidatura tomamos a liberdade de recomendar às Associações Comerciais e a todo o comércio do mesmo distrito, a que particularmente há servido, com as providências e benefícios mais úteis e prestantes, o brilhante parlamentar, cuja ação fecunda não esmorecem em prol das necessidades das classes que, na circunscrição em apreço, carecem do amparo e da proteção de medidas de toda a ordem que lhes assegure o fomento e o progresso. / No terceiro distrito destaca-se, quanto a nós, a candidatura de Sr. Dr. Simões Filho que, na imprensa diária, se constituiu um ardente defensor das classes conservadoras, combatendo o excessivo regime tributário que as vexa e pugnando pela estabilidade da ordem pública, tão indispensável aos que lidam no comércio. / (...) / Estas são as candidaturas que a Associação Comercial recomenda com o mais vivo interesse aos respectivos distritos, certa de que sairão triunfantes das urnas no pleito de 17 de fevereiro. / Bahia, 29 de Janeiro de 1924. (Relatório da Diretoria da ACB, 1923, p. 267-269).

Se os irmãos Calmon representavam a articulação dos interesses da oligarquia agrária do recôncavo baiano com os setores bancários e do mercado agroexportador, os nomes citados acima representavam mais diretamente os setores burgueses mais diretamente de origem urbana. A CRB, assim também como o PRB, nunca foram agremiações homogêneas, elas funcionavam mais como um conglomerado de agrupamentos políticos e econômicos que restaram do declínio do domínio *seabrista*. Desde o início do governo Calmon, ocorreu uma nova reconfiguração das forças políticas do estado, baseada na aliança tácita entre os interesses *calmonistas*, *mangabeiristas* e dos *ex-seabristas*, atingidos pelo declínio político de Seabra. Essa heterogênea coalizção era responsável por um equilíbrio de poder bastante precário (PANG, 1979, p. 188-190).

Na aliança de ocasião destacava-se, por rivalizar com os irmãos Calmon, o nome de Otávio Mangabeira. O mais novo entre os irmãos Mangabeira, era engenheiro civil e iniciou sua carreira na imprensa e na docência na Escola Politécnica da Bahia e sua origem urbana o

colocava como um representante dos setores médios e burgueses da cidade de Salvador e seu entorno. Sua iniciação em cargos públicos se deu com a eleição para o Conselho Municipal de Salvador, em 1907, nas hostes do antigo PRB. Mas, divergindo do seu irmão, rapidamente foi para o PRD seabrista. Nesse partido, foi eleito deputado federal em três oportunidades (1911, 1915, 1918). No mesmo período, foi membro e vice-presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal. Ao cerrar fileiras na oposição, foi eleito novamente deputado federal nas legislaturas de 1920 e 1923. Foi o líder da bancada baiana e em 1926 assumiu o ministério das Relações Exteriores, no governo Washington Luís¹⁰.

Ser o articulador dos grupos dominantes da Bahia na esfera federal, além de assumir um cargo que significava ser detentor de prestígio junto à fração hegemônica da oligarquia cafeeira paulista, alçou o nome de Otávio Mangabeira à condição de líder de um subgrupo no interior do grupo que assumiu o poder em 1924, com a eleição de Góis Calmon. Destaque-se, mais uma vez, a sua origem de burguês e urbano, em uma classe dominante marcadamente caracterizada pela predominância de uma oligarquia agrária.

As definições para a escolha do candidato à sucessão de Calmon para governo da Bahia ocorreram após intensas negociações e tiveram que ser pactuadas entre os dois grupos. As eleições de 1927 representaram o resultado do compromisso estabelecido sob a mediação do presidente Washington Luís, entre os grupos liderados pelos Calmon e pelos Mangabeira, a escolha recaiu sobre o calmonista Vital Henrique Batista Soares (PANG, 1979, p. 192-193). Quando esse se licenciou do cargo em 1929 para ser candidato a vice-presidente na chapa governista, foi necessário outro acordo para a escolha do próximo governador. Em um cenário em que os nomes de Simões Filho, Miguel Calmon, Otávio Mangabeira e Pedro Lago, aspiravam à governança, o recrudescimento das disputas colocou à prova essa última tentativa de composição entre os diversos setores das classes dominantes da Bahia. Contando novamente com a mediação do presidente, a fórmula definida foi a renúncia de três dos líderes em favor de Pedro Lago. Essa escolha também significou a convergência de interesses entre as frações comercial, financeira e agroexportadora do estado, atingidos fortemente pela crise de 1929 (SAMPAIO, 1978, p.172). Eleito, Pedro Lago não chegou a assumir o cargo devido à vitória da Revolução de 1930.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mangabeira-otavio>>. Acessado em 06/09/2106.

4.2. O LUGAR DAS OLIGARQUIAS NA CORRELAÇÃO DE FORÇAS PÓS-1930.

Em setembro de 1931, Juracy Magalhães chegou à Bahia para assumir o cargo de Interventor Federal, após ser nomeado por Getúlio Vargas e encontrou a resistência dos diversos grupos que formavam a oligarquia baiana, organizados para a disputa do aparelho de Estado, desde, pelo menos, a instalação da República. Essas oligarquias exerciam o poder de maneira exclusivista, qual seja: definiam as regras do jogo político apenas com a participação dos seus pares e agregados. Sua base de domínio político estava intrinsecamente relacionada com a posse e exploração da terra, portanto, caracterizada como uma oligarquia agrária, aliada aos grupos urbano-mercantis, além de intelectuais e elementos dos setores médios que adentravam o jogo político em situação de subordinação.

Todos estes grupos e subgrupos formavam alianças periódicas visando a disputa pelo governo estadual, o que representava a luta pela hegemonia no âmbito regional. O que se pode perceber durante a Primeira República na Bahia é um caleidoscópio de letras e siglas que demonstrava de que maneira se faziam e desfaziam alianças de acordo com a conjuntura dos pleitos eleitorais¹¹. De todo modo, estas disputas estavam circunscritas a pequenos grupos familiares que formavam o conjunto da oligarquia baiana¹². E foram estes os grupos organizados que Juracy Magalhães encontrou no início de sua ocupação do cargo no executivo baiano.

Por ocasião da Revolução de 1930 havia uma aliança entre as frações da classe dominante baiana, formada a partir de um acordo entre os setores financeiro, comercial e agroexportador, além da oligarquia agrária representada pelos coronéis do sertão, que buscavam, através do Estado, a resolução para os problemas econômicos e financeiros gerados pela crise do sistema capitalista global em 1929.

Em virtude disso, a Bahia estava imersa em uma grave recessão econômica que desorganizou o setor agrário-mercantil dependente do mercado externo provocando, em consequência vários problemas sociais. Na década de 1930, o impacto causado pela queda das

¹¹ Sobre este tema, o estudo pioneiro da Professora Consuelo Novais Sampaio (1975), *Os Partidos Políticos na Primeira República: uma política de acomodação*, ainda é um dos mais importantes para que se entenda a dinâmica da formação de alianças e partidos políticos a cada eleição, nas esferas estadual e federal, e das disputas intestinas envolvendo os diferentes grupos e subgrupos das classes dominantes baianas durante o período da Primeira República.

¹² Acerca das discussões sobre o caráter de clãs e a composição familiarocrática das oligarquias agrárias da Bahia, destaque-se o também já clássico *Coronelismo e Oligarquias: 1889-1943*, de autoria do historiador estadunidense Eul-Soo Pang (1979).

exportações resultou em diminuição da arrecadação gerando dificuldades para o pagamento do serviço da dívida estadual. E, uma vez mais, o estado teve que se submeter às regras ditadas pelo mercado financeiro internacional na busca por condições diferentes para a resolução do problema. Submetendo proposta aos banqueiros ingleses e franceses buscou um “novo acordo de regularização do serviço” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p.07), já que o anterior também foi violado por impossibilidade de pagamento e pelas novas condições, o serviço deveria ser pago sob a base de papel até 1940, mesmo assim não conseguiu autorização para tal na Bolsa de Valores de Londres. Porque o crédito estava abalado por conta do não cumprimento de acordos anteriores, assim como houve uma alteração das regras que restringiu o pagamento do serviço para apenas quatro anos, em parcelas mensais e, finalmente, o pagamento deveria ser feito unicamente em libras esterlinas. Por este motivo, a dívida interna acumulada era de mais de 132.880 contos de réis e a dívida flutuante de mais de 44.340 contos de réis em dezembro de 1931. No entanto, o estado precisou de um empréstimo de 15.000 contos de réis para a realização de obras públicas emergenciais (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 07-08).

Os principais produtos de exportação da Bahia estavam sofrendo restrições no mercado internacional: no caso do cacau, o preço no exterior sofreu uma baixa de 62%, entre 1927 e 1932 (SAMPAIO, 1992, p. 33). Isso pode ser explicado, além dos efeitos da crise, pelo aumento da oferta, pois, “em 1931, de acordo com as cifras da revista alemã ‘Gordian’ de 27 de janeiro de 1932 houve um excesso de produção sobre o consumo mundial de 14.355 toneladas” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p.11). O segundo produto mais importante da pauta de exportações baianas, o fumo, também sofreu com oscilações de preço no exterior. O principal mercado consumidor para o fumo produzido na Bahia, a Alemanha, sobretaxou o produto, cobrando um novo imposto no valor de cento e oitenta marcos-ouro, por cada quilo de fumo que, porventura, entrasse no país (PAIXÃO, 2009, p.55).

Além destes problemas, a seca que castigou os sertões da Bahia em 1932 foi responsável por gerar, também, aumento do desemprego no campo e na cidade. Do mesmo modo, concorreu para o êxodo rural e a concentração da propriedade fundiária na mão daqueles que tinha maiores condições de resistir às turbulências. O resultado dessa confluência de fatores era que em uma economia baseada exclusivamente na exportação de produtos agrícolas, qualquer flutuação no mercado internacional era motivo de preocupação para as finanças do Estado. A situação descrita trouxe consequências desastrosas para os cofres públicos da Bahia, problema agravado pela turbulência político-social provocada pela Revolução de 1930 (PAIXÃO, 2009, p.55).

A classe dominante na Bahia era formada por um grupo heterogêneo representado por latifundiários que se dedicavam a explorar produtos destinados à exportação, de grandes comerciantes responsáveis por fazer a mediação entre os produtores e agentes do comércio internacional e pelos bacharéis, muitas vezes provenientes das classes médias, mas que, ideologicamente, identificavam-se com os membros das oligarquias.

O que os identificava, sob o ponto de vista ideológico, era o liberalismo. De acordo com Décio Saes (1984), o liberalismo oligárquico era uma reinterpretação com marcas periféricas e agrárias da base de sustentação ideológica do nascente capitalismo industrial. No Brasil, essas ideias serviram para justificar a segregação da maioria das populações urbanas e rurais, negando-lhes o mínimo de participação política que fosse além do direito formal ao voto, mesmo para os moldes burgueses. Neste caso, “o liberalismo oligárquico não fazia senão legitimar a dominação de classe dos grandes proprietários de terra”, constituindo “um conjunto ideológico original e conservador” (SAES, 1984, p. 47), porque fomentada e difundida em um ambiente acadêmico e contrapondo-se a uma população onde grassava o analfabetismo.

O liberalismo político das oligarquias fundava-se numa concepção da democracia representativa sem nenhuma relação com a representatividade da vontade popular; tratava-se, ao contrário, de uma concepção elitista que negava às massas incultas a capacidade de participação no processo decisório e atribuía aos homens letrados a responsabilidade exclusiva do funcionamento das instituições democráticas. No fundo, as oligarquias definiam a democracia como uma espécie de clube aristocrático do qual as massas rurais e urbanas deveriam ser descartadas em virtude de sua ignorância, incapacidade e imaturidade (SAES, 1984, p. 48).

Elementos ligados à classe média que tinham acesso à educação poderiam romper esse exclusivismo político da oligarquia, caso chegasse ao bacharelado e fosse apadrinhado por algum dos caciques locais que disputavam o aparelho de Estado. Essa dependência política em relação à oligarquia pode explicar a identidade ideológica das classes médias com o liberalismo oligárquico. Décio Saes (1984) se refere a essa predisposição das camadas médias em adotar o liberalismo, justificada pelas relações sociais, muitas vezes laços familiares e de lealdade. Por causa das atividades desenvolvidas por esses grupos tais como as profissões liberais, a alta burocracia do Estado, os executivos de empresas privadas, os setores médios defendiam a eficácia do liberalismo da classe dominante; e, muitas vezes, a ideia de “uma democracia de homens cultos aliava-se ao mito da capacidade e da qualificação intelectuais, ao qual estes grupos profissionais, (...), eram sensíveis” (SAES, 1984, p.50).

Embora as oligarquias da capital e do interior, representados em seus setores agrários, comerciais e financeiros, exercessem o domínio no âmbito estadual, a partir da instalação do regime republicano no Brasil, a partir de 1889, em nível nacional, a Bahia era considerada uma força política de segunda grandeza, em um regime cujo domínio era exercido pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Ao longo de toda a Primeira República a perda de peso econômico foi acompanhada sempre de diminuição de prestígio político. Não obstante, ao final da década de 1920, com a ascensão da liderança dos Calmon e dos Mangabeira, as classes dominantes baianas conseguiram estabelecer relativa estabilidade política; e não somente isso, as lideranças políticas locais tentavam recuperar uma posição de destaque no cenário nacional.

Não foi fácil para Getúlio Vargas indicar um nome para assumir a interventoria federal na Bahia que fosse do agrado das diversas facções que constituíam as oligarquias locais (SILVA, 2000, p.25-32). Localmente, o único grupo que apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930 foi aquele liderado por J. J. Seabra, que estava, desde 1924, longe do governo do Estado. Com a vitória da Revolução, o chefe dos *seabristas* concebeu este fato como uma possibilidade de voltar ao executivo estadual, ou, ao menos, poder influenciar na escolha do futuro ocupante do cargo. No entanto, esta pretensão foi rapidamente debelada, pois ao oligarca restou presidir um tribunal especial que o levaria a ter que julgar antigos correligionários. Juracy Magalhães, representando Juarez Távora, deu posse a Leopoldo do Amaral, engenheiro e professor da Escola Politécnica da Bahia, mas, este rapidamente caiu devido às divergências unânimes da Bahia (MAGALHÃES, 1957, p.48). Buscando evitá-las ou contorná-las, o governo provisório nomeou um baiano e cientista renomado, que era alheio às competições políticas locais, o médico e professor Arthur Neiva. Este enfrentou fortes resistências, principalmente porque colocou em prática um plano de reorganização administrativa dos municípios baianos, a partir do qual eliminou do mapa cidades centenárias, atingindo em cheio o poder do mandonismo local.

O substituto do prof. Arthur Neiva era objeto de preocupação por parte do governo provisório e várias foram as opiniões divergentes que giravam em torno do preenchimento do cargo de interventor da Bahia (MAGALHÃES, 1957, p.50).

A 19 de agosto realizou-se um comício, em que falaram Pereira Reis e Manoel Novais, em favor da candidatura de tenente Jurandyr Mamede; a 21, Hélio Sodré, Nelson Carneiro e Otávio Carvalho pediram, em público, a nomeação de Seabra; nesse mesmo dia, um partido de que só nessa data se ouviu falar, - o Partido Popular João Pessoa - lançou a candidatura do major Reis Príncipe. Ninguém se entendia. Ninguém. (MAGALHÃES, 1957, p. 48).

Juracy Magalhães foi convidado para ocupar o cargo, mas, inicialmente recusou. De acordo com as suas memórias, preferia o nome do também tenente, companheiro de escola militar e baiano, Jurandyr Mamede (MAGALHÃES, 1957, p.48). Aceitou o posto, justificou com a alegação de que a “revolução” ainda não se completara e por isto havia um imperativo de servi-la. Após a recusa inicial, salientou que os atributos do interventor escolhido foram descritos na explicação dada por Juarez Távora ao anunciar ao prefeito de Salvador, Pimenta da Cunha: “um dos mais brilhantes oficiais moços que fizeram a Revolução no Norte do país. Estou certo de que ele honrará, cabalmente o mandato que lhe confiou o governo provisório.” (MAGALHÃES, 1957, p.51).

O relato anterior, Juracy Magalhães deixa transparecer a ideia de que a escolha do seu nome foi resultado inequívoco dos seus serviços prestados à “revolução”, bem como teria sido um consenso entre os principais chefes do movimento. No entanto, em seu diário, o principal responsável pela nomeação do interventor na Bahia, Getúlio Vargas, sugeriu que havia alguma tensão na relação entre Juarez Távora e o seu então secretário e a indicação seria uma estratégia para apaziguá-la. Vargas refere-se a este fato da seguinte maneira: “acomodando divergências entre Juarez e Juraci, ficou resolvida a nomeação deste para interventor na Bahia, como o primeiro desejava” (VARGAS, 1995, p. 69).

Ainda nesse jogo de esconde/revela das memórias, o que não apareceu de maneira explícita em sua evocação deste fato, é que, era ele um dos responsáveis pelas ações e pela tomada de decisões da Delegacia Militar do Norte no momento de convalescência de Juarez. E, portanto, ele foi um dos articuladores deste movimento de militarização das interventorias do Norte, segundo Raimundo Hélio Lopes (2014).

Nesse processo de militarização, Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca, secretários da Delegacia, foram fundamentais. O período de substituição dos civis por militares coincide, inclusive, com o momento em que Juarez esteve relativamente afastado da Delegacia para tratamento de saúde. Uma circunstância que permitiu maior autonomia a seus assessores, no encaminhamento de uma proposta que precisava convencer Távora da importância da nomeação de interventores militares para a construção de uma base militar inter-regional, que sustentasse o projeto de centralização política do bloco nortista (LOPES, 2014, p. 126).

É neste processo que ele se envolveu em uma disputa com Fernandes Távora, o Manduca, irmão de Juarez, que foi retirado da interventoria do Ceará por influência de Juracy Magalhães (MAGALHÃES, 1982, p. 57-60). O entreviro entre Juarez Távora e Fernandes Távora e Juracy Magalhães, resultou no estretecimento da amizade entre os dois militares.

Juracy Magalhães ressaltou o ressentimento do antigo chefe em suas memórias. (GUEIROS, 1996, p. 137-138). Além disso, se colocou como esse elemento de prestígio e de manutenção da ordem, da disciplina e dos ideais revolucionários.

Juracy Magalhães atribuiu a escolha do seu nome a uma manobra política de Getúlio Vargas para limitar os poderes do chamado “Vice-Rei do Norte”, pois, ele representando uma escolha pessoal do chefe do governo provisório, deveria se reportar apenas a esse. Ficou, desse modo, ligado diretamente à autoridade de Getúlio Vargas e assumiu o posto de interventor em um dos momentos mais agitados do pós-revolução (GUEIROS, 1996, p. 21).

Até hoje acho que, naquela hora, faltou malícia ao velho amigo para entender o sutil jogo político de Vargas. Minha nomeação seria uma inteligente cartada no jogo do poder. Ao me indicar, pessoalmente, para interventoria de um Estado do Nordeste, Getúlio reduzia o prestígio do vice-rei Juarez, a quem cabia essa escolha. Discuti este aspecto, mas meu amigo achou que eu não tinha razão (GUEIROS, 1996, p. 21).

Juracy Magalhães chegou à Bahia em setembro de 1931 para assumir o cargo de interventor federal. Essa sua condição diz muito sobre a natureza do regime que então estava se instalando. Em uma situação em que as oligarquias haviam perdido as condições para continuar exercendo o domínio político a partir de um regime oligárquico marcado pela exclusividade do acesso aos postos de comando do aparelho do Estado, outros grupos oligárquicos, aliados a setores das classes médias, e buscando deter qualquer possibilidade de conquista de autonomia política por parte dos operários, destituíram o primeiro grupo e assumiram o poder do Estado. Passado esse primeiro momento, o que se seguiu foi a incapacidade prática de cada um dos grupos vencedores assumir o poder de maneira plena.

Como já foi explicitado acima, os setores médios que ascenderam ao poder, supostamente através de seus representantes, os tenentes, não possuíam uma plataforma política clara e muito menos uma base socioeconômica que permitisse aplicar as suas vagas ideias de “republicanizar a república e redemocratizar a democracia” (MAGALHÃES, 1957, p.). Por outro lado, as oligarquias dissidentes que lideraram a Revolução de 1930, também se viram incapacitadas para o pleno exercício do poder, pois, segundo Weffort (1978), estes setores que “eram menos vinculados à exportação” conseguiram “deslocar a representação política dos interesses cafeeiros, mas não [puderam] negar o fato de que o café ainda [era] a base decisiva da economia” (WEFFORT, 1978, p. 49). Em síntese, no processo de recrudescimento da luta de classes, em um momento cujas classes sociais em disputa foram incapacitadas de exercerem a hegemonia, a saída encontrada pela burguesia foi abrir mão do

seu poder político com o objetivo de manter o seu domínio social (DEMIER, 2012, p. 75). Nesse sentido a saída escolhida foi a montagem de um regime político que mantivesse uma autonomia relativa do Estado¹³.

O regime que se instalou após 1930 atribuiu ao Estado o papel de árbitro entre as diferentes classes sociais e, mais do que isso, fez com que assumisse, a partir desta autonomia relativa, a tarefa de gerente da organização social e econômica da sociedade. Daí adveio a montagem de uma estrutura de poder centralizada com um alto grau de autoritarismo baseado em um aparelho estatal e burocrático que tinha um grande peso na organização política (SOUZA, 1976, p. 83). No entanto, o processo de centralização não ocorreu de maneira imediata e foi se organizando a partir de 1930 e, mesmo após o Estado Novo (1937-1945), a estrutura político-burocrático não estava completamente implantada.

As interventorias representavam o primeiro mecanismo institucional pós-1930 posto em funcionamento e sua função precípua era interligar as oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República. Do ponto de vista prático, não interferiam diretamente nos pilares, na base econômica que garantia o poder político nos estados. No entanto, acabavam por enfraquecer as antigas situações oligárquicas, pois seu poder não estava ancorado nas relações estabelecidas internamente, mas na sustentação que recebia do governo federal. Sobre isso se refere Maria do Carmo Campello de Souza (1976): “removia-se, assim, boa parte dos empecilhos à centralização administrativa e estabelecia-se, através do interventor, uma convivência entre as diversas correntes da política regional, sem que o governo central entrasse em conflito com elas” (SOUZA, 1976, p.88-89). Estabelecia-se uma espécie de equilíbrio precário entre as forças políticas regionais e a máquina administrativa centralizadora:

Compatibilizava-se assim o mínimo necessário e máximo possível de mudança: configurava-se uma ditadura modernizante no combate à descentralização oligárquica da República Velha, forjando um novo modo de articulação entre as forças políticas, padrão esse que garantia, ou visava garantir, certo grau de autonomia ao poder federal para a efetivação de medidas econômicas urgentes e de grande envergadura para o período (SOUZA, 1976, p.89).

Portanto, era o interventor uma peça-chave no estabelecimento da relação entre o poder central e os estados. Desempenhavam um papel considerado crucial nas mudanças almejadas pela Aliança Liberal e o governo Vargas (SOUZA, 1976, p. 95). Sobre isso, Juracy

¹³ Entre os autores que defendem este conceito de Estado de compromisso ou da autonomia relativa do Estado, destacam-se Florestan Fernandes (1976), Francisco Weffort (1978), Boris Fausto (1982), Décio Saes (1984) e retomando estas teses clássicas e afinando-as a partir da teoria do bonapartismo, Felipe Demier (2012), (2013).

Magalhães, em carta enviada a Vargas em primeiro de novembro de 1931, pouco mais de um mês após sua decisão de aceitar o cargo de interventor, elencou exatamente as suas funções precípuas:

Vê assim, assim, Vossa Excelência, quanta responsabilidade pôs sobre os ombros de um “malsinado” tenente [reestabelecimento da saúde financeira do estado, combate ao banditismo no sertão, pacificação das disputas políticas], entregando-lhe para governar um Estado colossal, verdadeiramente maravilhoso, (...). Diz a consciência que tudo tenho feito para não desmerecer a confiança de Vossa Excelência e as esperanças de meus companheiros e do bom e digno povo da Bahia. Tenho trabalhado arduamente, empregando todas as forças de minha mocidade, *para que aqui se façam sentir, de maneira patente, os efeitos da vitória revolucionária* (MAGALHÃES, 1982, p.222-223) (grifo nosso).

Esta correspondência era uma prestação de contas de um subordinado destinado ao seu superior hierárquico. Assim como esta, outras mais, durante o tempo em que foi interventor, foram destinadas a Vargas no sentido de mantê-lo informado de todas as suas ações, fossem políticas ou econômicas, pois precisavam do aval do chefe do Governo Provisório. Além disso, destacou aquilo que era o principal objetivo para o qual ele foi colocado no posto de interventor: ser, efetivamente, o executor das ideias e dos planos construídos pelos vencedores de 1930.

As cartas apresentam um diagnóstico político, como também, indícios para se descobrir as estratégias utilizadas pelo interventor no sentido de isolar politicamente seus adversários, ao mesmo tempo em que iniciava a montagem de uma base de apoios que garantisse a dominação política do Estado. E esse processo iniciou-se concomitantemente com a sua administração:

A situação política continua inteiramente favorável ao governo. Quando dizemos que o norte não está preparado para a Constituição é porque conhecemos a mentalidade do nosso povo. O difícil para mim, é fazer a seleção do aluvião de adesões que me chegam. Em todos os municípios há duas ou três correntes disputando a preferência e a simpatia do Governo do Estado. Só tenho dado solução aos casos inteiramente líquidos, onde os candidatos, a par de qualidades administrativas, reúnem esmagadora maioria eleitoral. Em casos duvidosos vou aplicando o tempo como solução, e deixando que os grupos vão reafirmando a clássica “incondicional solidariedade” ...enquanto eu for Governo. Depois, então, com calma, vou resolvendo (GCPR, Bahia, Lata 85, 11/01/1932).

Mais uma vez, na correspondência, destacou-se seu caráter de relatoria, ou seja, buscou deixar Getúlio ciente da situação política da Bahia, principalmente em relação ao apoio recebido pelo governo federal. E nesse caso, uma das funções da interventoria foi cumprida, que era servir como instrumento de mediação e não permitir que as disputas locais

reverberassem no plano central. Além das características apontadas, pode-se destacar ainda o modo como o governo, em seu nível regional, continuou a ser percebido pelos poderes locais como aquele que pode intervir junto ao poder central para a conquista de alguma demanda. Por seu turno, o interventor utilizou-se desse comportamento político dos representantes do mandonismo local, bem como do poder de negociação, que por ora ele era o delegado, para manobrar no sentido de angariar o apoio necessário para o seu sucesso político e administrativo.

Ao chegar à Bahia, Juracy Magalhães articulou-se com diferentes setores remanescentes da classe dominante local, divididos em: comerciantes, banqueiros, intelectuais e professores universitários, juristas, jornalistas, profissionais liberais como médicos e advogados e a elementos ligados às oligarquias rurais do interior. Mas, antes mesmo de tomar posse oficialmente ele buscou contato com alguns dos líderes do grupo político aliado do poder no pós-1930. Ele “avistou-se com o sr. Pedro Lago. Procurou o sr. J. J. Seabra. Esteve com o sr. João Mangabeira e várias outras figuras de prol da Bahia” (MAGALHÃES, 1957, p. 52).

O jornal *Diário de Notícias* deu destaque para a busca do jovem tenente por apoio e conselho com lideranças tradicionais do jogo político na Bahia:

O “Diário da Noite” diz que o Tenente Juracy Magalhães teve na semana finda um gesto que repercutiu profundamente. Antes de seguir para a Bahia quis encontrar-se com algumas figuras da política baiana, não só para conhecê-las, pessoalmente, como para trocar com todas elas ideias acerca de seus planos de governo. / Num rasgo de superioridade, que bastante o eleva, o sr. Juracy não se limitou a encontrar-se, apenas, com os ‘leaders’ liberais ligados à luta contra a reação; ele avistou-se quer com o sr. J. J. Seabra, quer com os srs. João Mangabeira e Pedro Lago. Sabemos que a impressão deixada pelo sr. Juracy nos círculos baianos foi excelente. Como verdadeiro homem de governo, na altura da situação do Brasil, o jovem soldado venceu. O êxito de sua missão administrativa na Bahia depende do governo apoiado por todo o povo baiano. É essa obra de congraçamento e coesão de vontades superiormente dirigidas que o sr. Juracy está empreendendo, sob uma atmosfera de confiança e simpatia que estão dissipando mesmo nos que o combatiam as prevenções com que foi recebida a sua escolha. (BPEBa, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/09/1931, p. 01).

Destes, o único que se mostrou aberto a algum tipo de aproximação foi o ex- futuro governador Pedro Lago, cuja posse foi frustrada pelo movimento que teve Juracy como um dos seus participantes.

No almoço com Pedro Lago foram indicados nomes que se tornaram importantes aliados como, por exemplo, Medeiros Neto, caracterizado como um grande companheiro de organização política; Altamirando Requião, diretor do *Diário de Notícias* e Marques dos Reis, ex-secretário do Governo Calmon, considerado intelectual de renome e advogado prestigiado

na sociedade baiana (MAGALHÃES, 1982, p.74-75). Outro contato fundamental foi o desembargador Pedro Ribeiro, descendente de uma tradicional família da região do Recôncavo, que o apresentou ao seu filho, Clemente Mariani, completando, desse modo, o núcleo duro de seu grupo político. Além disso, a sua ligação com a Casa Magalhães, uma empresa exportadora e financiadora dos produtores de açúcar, o aproximou dos representantes do grande comércio baiano (CARONE, 1975, p.236).

O primeiro sinal emitido por Juracy Magalhães para uma aproximação com esses setores da classe dominante foi o pronto arquivamento dos inquéritos abertos pelo Tribunal Especial, responsável pelo julgamento político das ações dos membros do grupo que dominava o estado até 1930. Ele rapidamente pôs um fim às ameaças de confisco de bens e prisões arbitrárias, engavetando processos e encerrando represálias (MAGALHÃES, 1982, p.75):

Ao tomar posse no governo, eu tinha encontrado uma infinidade de inquéritos instaurados por meu antecessor, muitos deles sem o menor fundamento. A sociedade baiana estava com medo das providências ditas revolucionárias. Resolvi logo acabar com as ameaças de confisco de bens e de prisão sem justa causa, determinando o arquivamento dos processos de fundo político e anunciando que ninguém sofreria represálias por ter sido, em princípio, contrário ao nosso movimento (GUEIROS, 1996, p.130).

Ao falar dos chamados “políticos decaídos”, Juracy Magalhães reconheceu, em uma carta endereçada à Vargas, no dia primeiro de novembro de 1931, que eles “voltarão à carga” assim que o impacto inicial da queda arrefecer. Explicitamente afirmou que “as suas máquinas, em grande parte, foram mantidas intactas, porque a Revolução Brasileira, em sua essência, foi conservadora” (MAGALHÃES, 1982, p.223). Após este reconhecimento, destacou para o seu chefe a necessidade da rápida reorganização política caso desejasse levar adiante a “vitória da Revolução” (MAGALHÃES, 1982, p.223-224).

Maria do Carmo Campello de Souza, também compreendeu que:

O desmantelamento da velha ordem não ultrapassou os limites de uma “modernização conservadora”: sem qualquer reformulação radical da estrutura socioeconômica existente encaixavam-se no sistema político novos grupos e interesses, devidamente cooptados e burocratizados. Assim, dadas as características sociais do movimento de trinta, (...), a almejada implantação de um Estado forte e centralizado significou, de fato, **não** a marginalização dos interesses econômicos dominantes do período anterior, mas sim uma redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central (SOUZA, 1976, p.84) (grifos da autora).

Um elemento fundamental para o sucesso na carreira política era o ingresso em instituição de ensino superior (SAMPAIO, 1992, p. 189). Entre os cursos mais prestigiados estavam o de Direito, Medicina e Engenharia. Esse fato explica a relativa uniformidade cultural, e revela considerável insularidade destas classes dirigentes (SAMPAIO, 1992, p. 190).

Pelos jornais da capital baiana era possível flagrar os movimentos efetuados por aqueles que aderiam ao interventor. O *Diário da Bahia*, que até agosto de 1932 era ligado aos *seabristas*, portanto ferrenhos opositores de Juracy Magalhães, detectaram prontamente a debandada de “velhos políticos” para as hostes governistas. Em artigo intitulado, “Revolucionários de Fancaria”, acusava de oportunismo aqueles que eram “aduladores de todos os governos” e que “aguardavam nesta capital, o momento de implorarem ao novo interventor, as posições públicas” (BPEBa, BIÁRIO DA BAHIA, 25/09/1931, p.01).

A sua base foi se formando a partir de elementos que faziam parte da situação “decaída”. Os principais articuladores do grupo político formado por Juracy Magalhães tiveram trajetórias políticas similares, como, por exemplo, o fato de todos eles terem sido formados pela Faculdade de Direito da Bahia. Consuelo Novais Sampaio (1992, p. 180), estudando a composição social do Legislativo baiano de 1935, concluiu que a maioria dos que foram eleitos para ocupar o cargo de deputado nesse parlamento possuíam origens sociais semelhantes, percorreram caminhos profissionais análogos e construíram carreiras políticas muito parecidas. Para ela, a marca deste grupo era a uniformidade e homogeneidade.

A chegada ao restrito mundo político era marcada pelas relações pessoais. Em geral, para que um neófito pudesse alcançar um cargo, exercer uma função no aparelho do Estado, ele deveria ser lançado por um familiar que já fosse um chefe político de prestígio, ou ainda, devido às relações de amizade com chefes políticos, a um nível local ou estadual (SAMPAIO, 1992, p. 206).

Os quadros políticos formados nestas condições, do ponto de vista ideológico¹⁴, apontavam para a justificação do liberalismo, com tendências ao conservadorismo (SAMPAIO, 1992, p. 212). De que maneira se pode explicar esta aparente contradição¹⁵? Em

¹⁴ O conceito aqui aplicado está relacionado a “um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. (BOBBIO, 1998, p. 585).

¹⁵ Nesse caso, de fato, a contradição é aparente, ou ainda, um falso problema. Uma vez que o liberalismo foi adaptado à realidade brasileira e utilizado pelas classes dominantes como uma justificativa ideológica para sua dominação de classe. Isto se dava principalmente a partir da segregação das massas populacionais rurais e urbanas e subordinação das frações não hegemônicas da classe dominante. Sua adaptação resultou em uma ideologia excludente e conservadora. Esta versão do liberalismo à brasileira era fundada numa democracia representativa, na qual a representação não passava pela vontade popular. Era uma concepção elitista que negava

geral, as relações entre aqueles ligados aos interesses da grande propriedade rural, e o bacharel, que se constituía em um intelectual tradicional, defensor, na política, da prudência e da moderação. Esses políticos foram formados pela Faculdade Livre de Direito da Bahia e pela Faculdade de Medicina, nas quais absorviam a tradição do liberalismo à brasileira e eram limitados, devido à suas relações sociais, pela grande propriedade (SAMPAIO, 1992, p. 214).

Outro pesquisador que também se debruçou sobre a formação social dos quadros dirigentes na Bahia, foi Paulo Santos Silva (2011). Ele também concordou que esse grupo era formado principalmente por médicos e advogados. Mas, acrescentou um dado importante: um estágio fundamental para os aspirantes à atuação política e intelectual era o ingresso no jornalismo. Para esse autor, a formação escolar, até a chegada ao curso superior, era marcada por uma rigorosa seleção. Levando-se em conta o quadro sociopolítico e econômico do período estudado (1930-1940), ou seja, miséria econômica e um alto índice de analfabetos, aliado à ausência de escolas de nível ginásial e preparatório na maioria das cidades baianas, gerando um processo de socialização e coesão daqueles que atingiram os postos de comando na política baiana nas décadas de 1930 e 1940 (SILVA, 2001, p. 69).

Devido à escassez de instituições de nível superior no período, à ausência de uma universidade, somente criada em 1946, e a existência de poucas faculdades isoladas, destacando-se as de Direito, Medicina e Politécnica, o acesso à formação acadêmica era limitado. Esse fato contribuía para o fortalecimento e manutenção dos laços sociais entre os membros do seletivo grupo (SILVA, 2001, p. 71).

Em uma sociedade em que o acesso ao ensino formal era restrito a um grupo privilegiado, a posse de um diploma de nível superior significava maior oportunidade para se galgar uma posição de destaque. A formação acadêmica garantia a perspectiva de uma ascensão social, todavia, esse caminho, em geral, era composto por algumas etapas, entre as quais: o acesso ao jornalismo, a nomeação para o exercício de um cargo público, e a entrada na vida político-partidária (SILVA, 2001, p. 71).

A imprensa era a porta de entrada para o exercício intelectual e a atuação política. A partir dessa atividade se poderia conquistar projeção social e galgar um importante degrau rumo ao emprego público e à vida político-partidária. A constante, nestes casos, era aliar jornalismo, ação acadêmica e militância partidária (SILVA, 2001, p. 74). Em geral, os jornais atuavam como veículo de propaganda e disputa política a serviço de cada uma das facções da classe dominante em disputa pelo poder no estado.

às massas a participação no processo político-partidário. A qual era reservada aos escolhidos, homens cultos responsáveis pelo funcionamento perfeito da democracia (SAES, 1984, p. 47-48).

Muitos deles começaram a exercer cargos públicos eletivos ainda na Primeira República. Colocaram-se sob a proteção dos chefes das diferentes frações das oligarquias baianas que disputavam o poder no Estado, ou seja, foram iniciados na política por figuras tradicionais como José Marcelino de Sousa, Ruy Barbosa, Góes Calmon e Vital Soares.

Após a chegada de Juracy Magalhães à interventoria estabeleceu-se uma relação que não pode ser reduzida à ideia de simples cooptação. Em que termos isto pode ser esclarecido? Por um lado, Juracy Magalhães detinham em suas mãos os poderes na condição de preposto do grupo vencedor em 1930, as frações da classe dominante local que estavam alijadas do poder desde pelo menos 1924, por outro, possuíam a inserção e as redes de articulações político-sociais necessárias para que aquele pudesse estabelecer uma dominação política no Estado. Para o cumprimento deste objetivo foram co-fundadores do Partido Social Democrático (PSD), participando do seu diretório central e articulando os apoios necessários para que o interventor pudesse consolidar seu domínio. Todos foram eleitos pelo partido do interventor para ocupar uma vaga na Assembleia Constituinte, em 1933.

De acordo com as regras vigentes antes da Revolução de 1930, Juracy Magalhães não atendia aos pré-requisitos para ingressar na política baiana, visto que ele não se enquadrava em nenhuma das condições relatadas anteriormente. O que explica a sua ascensão à chefia do executivo estadual? Logo abaixo foram analisadas medidas do representante do varguismo visando angariar o apoio de chefes políticos na capital e no interior, a partir da distribuição de cargos no âmbito do aparelho estatal e recursos financeiros através de obras e fomento econômico para cada uma das suas regiões. Concomitantemente, ele chegou ao poder devido à sua participação na Revolução de 1930 e graças às relações desenvolvidas com alguns dos principais líderes do movimento, como Vargas, Juarez Távora, Osvaldo Aranha e José Américo, principalmente com os dois primeiros. O fato de ser integrante de um governo autoritário, sendo inclusive caracterizado como ditadura pelos seus membros, e de um executivo em processo de fortalecimento e de hipertrofia de suas prerrogativas, o possibilitou a adotar na Bahia o programa dos vencedores e, ao mesmo tempo, construir uma sólida base de apoios que garantiram a sua longevidade enquanto membro dos grupos dirigentes no Estado.

No ano seguinte, em 1934, elegeram-se para a Câmara dos Deputados. Assumiram a condição de líderes de partido e líderes da maioria e na casa legislativa. Pacheco de Oliveira e Medeiros Neto abriram mão de sua cadeira, pois foram eleitos indiretamente pela Assembleia

Constituinte estadual para o cargo de Senador, Marques dos Reis foi para o Ministério da Viação¹⁶.

Esses atores políticos integravam um quadro mais amplo representado pelo conjunto das classes dominantes da Bahia. Eles apresentavam trajetórias pessoais, acadêmicas e políticas comuns. O *modus operandi* foi também compartilhado, como o apelo às relações pessoais para se chegar às posições de destaque no cenário político.

Em outra carta endereçada a Vargas, em seis de maio de 1932, Juracy continuou a tratar daquilo que ele denominou de “[organizar] a Bahia, politicamente, ao lado da Revolução”. Mas, que, de fato, se tratava da arregimentação política de grupos das classes dominantes para a formação de uma base que pudesse sustentá-lo politicamente enquanto estivesse no governo. Para além dos grupos políticos *strictu sensu*, Juracy Magalhães se aproximou da fração comercial da burguesia baiana, através da sua agremiação de classe, a Associação Comercial da Bahia (ACB):

Na capital, onde o problema é mais difícil, já temos também elementos e valor da sociedade baiana, que se encarregarão de preparar a opinião ao lado das ideias revolucionárias. Ontem tive uma longa conferência com o Presidente da Associação Comercial e outras figuras prestigiosas das classes conservadoras, que estão dispostas a abandonar a atitude comodista que sempre mantiveram, em benefício dos seus próprios interesses (MAGALHÃES, 1982, p.228-229).

A associação de classe atuava, de acordo com a análise de Mario Augusto Santos (1991), como um grupo de pressão. O autor se debruçou sobre a referida instituição durante a Primeira República (1889-1930), mas acredita-se que os seus pressupostos sejam válidos para a temporalidade em questão, uma vez que não se perceberam rupturas significativas na estrutura econômica e social da Bahia após 1930. A explicação para tal afirmativa, portanto, advinha do fato de que, em momentos políticos mais significativos, mais evidentes, a associação se fazia presente buscando participação e reivindicando a satisfação de seus interesses e o atendimento de suas demandas (SANTOS, 1991, p.13).

A fração burguesa ligada ao comércio de importação e exportação era a que se fazia mais incisiva em suas reivindicações. Havia uma predominância dos interesses deste setor em relação às questões dos impostos e dos transportes, ou qualquer outro fator que pudesse dizer respeito à defesa de seus interesses. Santos compreendeu que:

¹⁶ Estas informações biográficas e de trajetória política destes e outros personagens da História Política brasileira podem ser encontradas no *site* do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Na opção referente ao Dicionário-Histórico Biográfico Brasileiro.

A força de tais interesses explica-se em função de duas circunstâncias: o papel fundamental que o setor exportador-importador desempenhava na economia do país, economia periférica, sempre dependente dos mercados internacionais, situação que exemplificava, perfeitamente, na Bahia: as posições que representantes daquele setor ocupavam dentro da entidade de classe (SANTOS, 1991, p.55).

Além disso, o peso relativo da Associação nas instâncias decisórias do Estado se explicava pelo fato de que ela apresentava, em primeiro lugar, uma tendência crescente no número de sócios, entre os anos de 1890 e 1929, e “isto impressionaria a opinião pública e daria forças às atitudes do órgão” (SANTOS, 1991, p.126). Além disso, em torno da associação gravitavam outras agremiações ligadas à atividade comercial, tais como a “Associação União dos Varejistas, Associação dos Empregados do Comércio, União Caixeral, Clube Caixeral e Centro Político Caixeral” (SANTOS, 1991, p.126).

Seu prestígio no conjunto das classes dominantes baianas derivava da sua capacidade financeira que, por sua vez, era decorrente das fortunas pessoais de seus associados. Isto se explicava porque estes consórcios eram ligados ao setor dos bens de capital e representavam os ramos de exportação e importação. Nesse sentido, “era a riqueza dos seus dirigentes – (...) – o que os qualificava e permitia à entidade criar e manter uma ampla teia de relações com o Poder, com os políticos (...)” (SANTOS, 1991, p.127-128).

E, por fim, o que conferia à Associação a sua importância no seio das classes dominantes da Bahia era o *status* social do qual gozava. Nesse caso, era “indiscutível a reputação de que gozava, sendo a antiguidade, provavelmente, um dos fatores contribuintes para a estabilidade do seu prestígio e para a sua autoridade” (SANTOS, 1991, p.129).

Desse modo, Juracy Magalhães não poderia prescindir do apoio necessário desse grupo, caso desejasse se inserir nos mais altos escalões da sociedade baiana. Por outro lado, a necessidade de manter intactas as condições propícias para a realização de seus negócios, instava a direção da agremiação a uma aproximação com a cúpula dirigente estadual. O comportamento da direção da instituição, após 1930, se processa nas seguintes condições:

No plano estadual, a Associação passaria a prestar ao novo governo uma colaboração que, enquanto puramente oficial, de início, evoluiria, posteriormente, para um estreitamento, adesismo até. Dois dos seus quadros, a Casa Magalhães e a Companhia Aliança da Bahia, dariam apoio ao interventor Juracy Magalhães que, por sua vez, já estava interessado em captar as simpatias das forças mais poderosas da sociedade baiana (SANTOS, 1991, p.114).

Em relatório, a direção da referida associação justificou o apoio dispensado aos vencedores do movimento de 1930. Sua tendência de aproximação com o chefe do Governo Provisório ocorreu com a aprovação de uma moção de apoio e congratulações pela vitória do

movimento “revolucionário”, em 21 de novembro de 1930. Este processo se intensificou com o estreitamente das relações com os interventores locais. O documento deixa transparecer o caráter adesista da instituição, uma vez que parece não importar qual a posição política do ocupante de momento do Palácio do Governo. Desde que atendidas as suas demandas,

A Associação Comercial da Bahia manteve sempre cordiais relações com os ilustres dirigentes do Estado (...). A sua feição de órgão representativo das classes conservadoras, alheia inteiramente das competições políticas, ou do partidarismo regional, permitira-lhe receber condignamente aos dignos interventores federais, que a distinguiram com a sua espontânea visita pessoal (Relatório da ACB, 21/02/1932, p. 177-178).

A visita de Juracy Magalhães à Associação ocorreu no dia 6 de novembro de 1931, pouco mais de um mês após a sua posse na interventoria do estado, ele compareceu a uma solenidade realizada na sede da instituição. Algumas palavras do presidente, Almir de Azevedo Gordilho, lançaram as bases, a partir das quais a relação deveria se alicerçar:

A sua presença nesta Casa, Sr. Interventor, tem uma significação de muito maior relevo que a de um simples ato de cortesia e urbanidade de si mesmo merecedor de cordial retribuição. / Como hei dito, é uma prova incontestada de ata deferência às classes conservadoras aqui associadas e reunidas neste momento, pelos seus valores, e ao mesmo tempo oferece uma oportunidade feliz de mutuamente se testemunharem e apreço e a confiança que alicerçam recíprocas relações. Ainda mais, os governos bem orientados, não prescindem de auscultar diretamente as expressões representativas de seu meio, e dentre elas, seria falsa modéstia ocultar, estão as classes conservadoras do Estado (Relatório da ACB, 21/02/1932, p. 183-184).

Após estas elogiosas palavras iniciais, o presidente da Associação se utilizou do discurso de boas-vindas para apresentar ao interventor a plataforma de reivindicações da fração comercial da burguesia baiana. Tacitamente, o apoio oferecido ao novo chefe do executivo estadual era condicionado à ação desse em defesa dos interesses dos representantes do comércio. Condição que já estava presente inicialmente, vide o fato de que a visita foi entendida como uma deferência em relação àquele grupo. Além disso, os membros da Associação se colocaram como os detentores dos conselhos que poderiam facilitar o trabalho dos governos, principalmente em matéria de finanças e economia.

Não é de hoje, que a Associação Comercial da Bahia advoga calorosamente a realização deste programa [equilíbrio orçamentário, compressão de despesas, extinção do banditismo no interior]. Em abril do ano passado, em memorial dirigido ao poder público e subscrito por quem ora o repete, esta Instituição publicava o seguinte: “De todos os recantos do Estado chegam-nos, dia a dia, apelos os mais veementes, os mais intensos em prol de medidas que venham suavizar a situação das classes produtoras ou intermediárias, sendo que cada núcleo, quer o da indústria,

quer o do comércio, que o da lavoura, mais calorosamente argui as suas necessidades e os seus reveses, todos, entretanto, mercedores de igual amparo e proteção. Dois índices sobejamente significativos indicam e reclamam especial atenção dos poderes públicos, para o que se passa entre as classes conservadoras – o número de falências e a receita pública. A proporção que as primeiras aumentam consideravelmente, decresce a olhos vistos a segunda. Onde, então, vai procurar o Estado a recompensa a esse desequilíbrio para a estabilidade de seus orçamentos? Exaurindo a capacidade tributária dos que ainda resistem à onda absorvente da crise? Não. Seria impatriótico, antieconômico, e até, quiçá, subversivo, assim procedendo. Faça-se uma arrecadação, oriunda de lançamentos escrupulosamente realizados, procurando se obter (*sic*) do contribuinte o que, na verdade, possa ele satisfazer, e ter-se-á uma receita inesperada e compensadora, que, certamente, muito concorrerá para o equilíbrio orçamentário, coadjuvado pela correlata restrição de despesas” (Relatório da ACB, 21/02/1932, p. 184-185).

A continuação do discurso transformou-se em um misto de diagnóstico da situação econômica no contexto de crise na unidade federativa que era também marcada pela hipertrofia da dependência em relação ao mercado externo. Apresentavam-se, também, explicitamente os termos condicionantes do apoio que as “classes conservadoras”, por ora, ofereciam ao novo interventor. A pressão era exercida, sobretudo, em relação à política tributária que deveria ser adotada pelo governo estadual. Prova disso, foi a participação de membros da diretoria da Associação na comissão montada para preparar um novo código tributário para a Bahia. Nesse caso, urgia a diminuição imediata da carga de impostos que era uma ferramenta utilizada por diversos governos para estabilizar a situação de *déficit* orçamentário.

Em ofício encaminhado ao presidente da Associação Comercial da Bahia, datado de 26 de janeiro de 1932, Juracy Magalhães destacou a importância do apoio conferido pelas “classes conservadoras” à sua interventoria.

Em meio à confusão derrotista, que os poucos inimigos da revolução e do atual governo procuram estender até as classes conservadoras, torna-se admirável esta atitude serena e superior, esta resistência pacífica e convicta do comércio da Bahia, trazendo à administração do Estado o conforto de seu prestígio, festejando-o com as seguranças de sua simpatia, e, principalmente, solidarizando-se com ele para a grande obra de reconstrução financeira e administrativa em que se acha empenhado (APEBa, Fundo Republicano, Secretaria de Governo, cx. 1854 doc. 2027, 26/01/1932, fl. 152)

O apoio explícito da Associação Comercial ao novo interventor foi considerado inoportuno no contexto das disputas intraoligárquicas que se estabeleceram na Bahia logo após 1930. O Jornal *O Imparcial* constituiu-se como um dos principais críticos desta aproximação entre o chefe do poder executivo estadual e os representantes do comércio baiano. Em uma nota intitulada *A última solidariedade*, publicada em 11 de novembro de 1931, o articulista relembrou o fato de que o presidente da Associação já havia também

convidado para uma recepção e coberto de honrarias o ex-interventor Arthur Neiva e nesse convívio teria dito que a Bahia não seria governada por um “tenentezinho”. Uma referência direta a Juracy Magalhães. Esse foi o mote necessário utilizado para criticar o afastamento da associação de sua pretensa neutralidade política (BPEBa, O IMPARCIAL, 11/11/1931, p.02).

O que ficou patente na relação entre os representantes da fração comercial da burguesia baiana e o novo interventor foi a confluência de interesses entre ambos. O segundo, apesar de ter a legalidade do poder, posto que, era um lugar-tenente dos vencedores de 1930, necessitava de inserção na fração econômica da classe dominante caso desejasse colocar em prática o seu projeto de poder. Em contrapartida, os primeiros precisavam estabelecer um contato mais íntimo com os detentores do poder político caso desejassem que as suas demandas fossem acolhidas pelo Estado. E, por outro lado, atuavam, como já foi dito, enquanto grupo de pressão, que se utilizava de seu poder econômico para forçar o Estado para se aprovarem medidas fiscais e tributárias que favorecessem os seus negócios.

Uma demanda da fração comercial levada ao interventor e que contou com a sua mediação foi a questão cambial. Diante das dificuldades dos comerciantes em adquirir moedas estrangeiras para desenvolver as suas transações comerciais, apelaram para a sua relação em desenvolvimento com Juracy Magalhães:

O sr. Tenente Juracy Magalhães, Interventor Federal, procurando remover as dificuldades existentes para aquisição de cambiais ao Banco do Brasil, já se dirigiu ao sr. Ministro da Fazenda, pedindo providências imediatas, em torno da matéria (BPEBa, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/12/1931, p. 1).

Em comunicação à referida associação, reproduzida pelo *Diário de Notícias*, o executivo estadual prestou as devidas satisfações de suas ações que visavam dirimir os seus problemas com o Banco do Brasil:

Tenho a grata satisfação de levar ao conhecimento de v.s. e dessa benemérita Associação que o sr. Interventor, tomando na devida conta a representação feita pelas firmas importadoras desta praça contra a limitação da compra de cambiais pelo Banco do Brasil, telegrafou ao exmo. sr. ministro da Fazenda pedindo providências. E dada a relevância do assunto intimamente ligado à economia comercial deste Estado, é de prever-se que a solução não tardará (BPEBa, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/12/1931, p. 1).

Outra questão sensível que afetava o comércio baiano era o endividamento. Juracy Magalhães, novamente, foi inquirido a responder às demandas dos comerciantes da Bahia. Altamirando Requião, diretor do *Diário de Notícias*, funcionava como um intermediário entre

o interventor e a ACB, e saiu em defesa da fração comercial, para solicitar ao Estado a prorrogação e o desconto de impostos devidos:

A benemérita ‘Associação Comercial da Bahia’, órgão legítimo das nossas classes conservadoras e uma tradição de operosidade construtora e sadia, em nossa terra acaba, no cumprimento salutaríssimo programa de ação de endereçar longo ofício ao sr. Interventor do Estado, pleiteando providências, no sentido de ser decretada a prorrogação do pagamento dos impostos estaduais de indústrias e produções, relativos ao presente exercício financeiro até 31 de dezembro do corrente ano, com isenção das respectivas multas e do acréscimo de 25%, de que trata o art. 18 da Lei nº 2.226, de 16 de setembro de 1929 (BPEBa. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/12/1931, p. 2)

Uma vez que, na capital baiana, a inserção social de Juracy Magalhães passava pela aliança com políticos tradicionais e membros da fração comercial da burguesia, via Associação Comercial da Bahia, no interior, aquele montou uma sólida base de apoio que alicerçou seu domínio político no estado. A sua aliança com os coronéis foi justificada nos seguintes termos:

Tenho que me defender de velhas raposas políticas, treinadas na arte de enganar o próximo, procurei criar um lastro político que permita à Revolução, na Bahia, uma situação estável, defendida de qualquer manobra de última hora (MAGALHÃES, 1982, p.225).

Desse modo, ele buscou mostrar para Vargas a necessidade da arrematada política enquanto um antídoto para volta dos chamados “decaídos”:

Depois de meu regresso do Rio é a primeira vez que posso lhe enviar notícias. Os atropelos da confecção do orçamento e as conversas políticas com os homens do interior e da capital absorveram-me, completamente, o tempo. Felizmente tudo marcha a contento. Como tenho que me defender de velhas raposas políticas, treinadas na arte de enganar o próximo, procurei criar um lastro político que permita à Revolução, na Bahia uma situação estável, defendida de qualquer manobra de última hora. Minha maior preocupação é evitar que os políticos, que estão se aproximando depois da vitória da Ditadura, adquiram a força perdida com a exploração de desfrutarem o prestígio oficial. Assim, tenho organizado diretamente os diretórios municipais contando já com a esmagadora maioria do Estado. Isto retardou um pouco o Congresso partidário que só será instalado a 23 do corrente, quando espero ter concluído a organização política do interior (MAGALHÃES, 1982, p.225-226).

As oligarquias ainda mantiveram parte de seu poder concentrado, sobretudo, na esfera local, assim, aqueles grupos ligados ao regime derrotado foram substituídos pelos representantes da antiga oposição, desse modo, o poder central as subordinou através das interventorias que impediam o controle do executivo estadual (FAUSTO, 1982, p. 110).

A base de apoio político que foi construída em favor de Juracy Magalhães ocorreu com a anulação política dos derrotados política e militarmente em 1930, ele iniciou esse processo criando uma intrincada rede de alianças utilizando-se de uma relação direta com os chefes locais. Ao mesmo tempo em que prestigiava os seus aliados com o atendimento de suas demandas, dificultava o acesso aos recursos financeiros para os seus adversários:

Acho exagero condenar o coronel; ele não é uma figura que mereça ser estigmatizada. Em minha vida política, apeguei-me aos coronéis que me pareciam os mais adequados e repudiei os que não mereciam a minha confiança. Escolhi estes últimos, que eram poucos, entreguei aos primeiros a responsabilidade da liderança política local. Eles assumiram compromissos políticos comigo e exerceram uma liderança correta, trazendo muitos louros para minha pessoa. / O que fiz, na realidade, foi aproveitar os elementos válidos de cada municipalidade para criar uma sólida base política e assegurar a continuidade revolucionária. Além disso, dei autonomia política às chefias locais, eliminando intermediários, como João Mangabeira e Chico Rocha, para tratar dos problemas diretamente com os pequenos chefes municipais, que passaram a me manifestar suas preferências, indicando eles próprios o candidato a deputado que desejavam apoiar em sua área, de modo a estabelecer nossa vinculação em bases absolutamente democráticas e reais (MAGALHÃES, 1982, p.83).

O recurso ao apoio dos coronéis explica-se pelo fato de que a chamada Revolução de 1930 não alterou as estruturas socioeconômicas, e nem era efetivamente o seu objetivo, além disso, e o mais fundamental, era que as formas de acesso à posse da terra mantiveram-se intactas. Portanto, o atraso social, político e econômico ainda grassava nos sertões baianos e era esse retardamento que permitia, ainda, que o sucesso de qualquer agrupamento político passasse pelo crivo do apoio significativo dos coronéis.

A eliminação de intermediários foi fundamental para que Juracy Magalhães pudesse estabelecer uma estrutura política que tivesse o município por base. Ele buscou minar o poder dos principais políticos e incentivou aqueles de menor expressão, diretamente submetidos a ele, para a montagem da máquina política que resultou na fundação do Partido Social Democrático, em 1933.

Um desses líderes políticos, Manuel Novais, se tornou meu oficial-de-gabinete, pois demonstrou desde cedo extraordinário pendor para a política. Embora fosse um rapaz de apenas vinte e três anos, oriundo do sertão pernambucano, entreguei-lhe uma espécie de chefia de estado-maior na organização política da qual resultou o Partido Social Democrático da Bahia. (MAGALHÃES, 1982, p.83).

A repactuação, envolvendo o Estado e os chefes locais, permitiu que se continuassem as práticas políticas marcadas pelos acordos e barganhas entre os coronéis e os representantes dos vencedores de 1930. A continuidade do coronelismo no estado, na análise de Eul-Soo

Pang (1979), “dependia da necessidade recíproca de favores e acordos entre as elites governantes central e local. Isto constituía exatamente a quintessência da nova ‘velha ordem’ na Bahia”(PANG, 1979, p.230). A partir dessa perspectiva:

Os coronéis não só sobreviveram à revolução de outubro de 1930, mas também mantiveram mais uma vez seu direito de dominar o sertão como oligarquias familiocráticas. O sistema de clientela política continuou, com clientes antigos e novos patrões. Os novos patrões eram Juraci Magalhães, Juarez Távora e Getúlio Vargas. A revolução não derrotou os coronéis: os coronéis venceram (PANG, 1979, p.231).

A vitória veio seguida de uma transformação do mandonismo local, integrando-o em uma política nacional. Para o chefe local ter acesso às verbas e obras estatais ele precisou se integrar em uma estrutura de poder cada vez mais centralizada. O coronel que era marcado por um poder altamente personalista, precisou se disciplinar e se submeter à estrutura de um partido político centralizado e burocratizado, visando sobreviver politicamente (PANG, 1979, p.232).

A nova relação do coronel com o poder público pode ser representada pelo fato de que Franklin Lins do Albuquerque, famoso chefe político da zona do São Francisco, após ser preso, em 1930, passou a integrar o Partido Social Democrático que seria montado pelo interventor, para arregimentar as forças políticas baianas ao seu favor (TAVARES, 2001, p.389-390). Sintomático foi o fato de que, nessa nova conjuntura, o seu instrumento de ataque aos adversários foi a compra de um jornal cuja principal função era atacar o novo interventor federal imposto por Vargas, Landulfo Alves, depois da implantação do Estado Novo (LINS, 1997, p.66). Além disso, os seus filhos, que foram “se ilustrar” na capital, construíram a sua trajetória política sob a liderança política de Juracy Magalhães: Wilson Lins foi nomeado Secretário de Educação em seu governo; Valdomiro foi promotor público e seu oficial-de-gabinete; o médico Teódulo de Albuquerque foi eleito deputado federal várias vezes (MAGALHÃES, 1982, p.83).

O primeiro passo para uma organização mais centralizada dos chefes políticos locais foi a inauguração da Coligação Sertaneja, em dezenove de janeiro de 1933, na cidade de Juazeiro. Na ata que registrou o evento, estavam estabelecidos os motivos para a fundação da agremiação:

A extensa faixa de terra banhada pelo Rio São Francisco, politicamente, estava retalhada. Conforme noticiamos, os homens públicos daquela região, num exemplo de grande alcance patriótico, acabam de se arregimentar consolidando as suas forças

políticas, para o engrandecimento do sertão e defesa de seus múltiplos interesses, fundando a “Coligação Sertaneja”. (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933).

Essas palavras são representativas do significado da arregimentação dos principais chefes políticos da zona do Rio São Francisco: o que se destaca é a ideia de pacificação das disputas que tanto marcaram a região na Primeira República. Nesse sentido, a organização das lideranças sertanejas em uma agremiação política centralizada, submetida ao controle do interventor, constituiu-se em subordinação ao poder central, após o seu desarmamento depois de 1930.

A reunião de fundação do referido grupo foi convocada com a anuência e sob a autoridade de Juracy Magalhães e de Getúlio Vargas, que estavam buscando uma maneira mais eficiente de subordinar politicamente uma região marcada pelas disputas pessoais e pelo personalismo do poder. A instalação da agremiação política apareceu exatamente como uma estratégia de dominação política daquela zona (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933). Portanto, era preciso ter, diz Juracy Magalhães em carta ao seu preposto na região, Nelson Xavier, após a organização dos diretórios políticos locais, “todos integrados nos ideais revolucionários e, para acautelar todos os interesses da zona como salvaguardá-la da repetição de atritos que tanto a tem desabonado, propunha a assinatura de um pacto” (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933). Leia-se “ideais revolucionários” como a tentativa de estabelecimento no Brasil de uma modernização burguesa, através de uma centralização política conservadora e “por cima”. E, para tanto, era necessário dobrar qualquer obstáculo particularista e autônomo dos poderes locais. O pacto que foi proposto/imposto pelos poderes regional e central, em seus diversos pontos, deixava clara a intenção de subordinação do mandonismo local. Portanto, se destacarão aqueles considerados mais relevantes para subsidiar a discussão proposta:

I – Fica criada a “Coligação Sertaneja” firmada pelos signatários da presente, a qual apoiará o Exmo. Snr. Tenente Juracy Montenegro Magalhães digníssimo Interventor Federal, e a sua obra política, sejam quais forem as consequências a que nos levem o resultado desse apoio. / II – Manter plena harmonia de vistas na escolha de seus representantes políticos com o Diretório Político Central, cujas decisões apoiará (...). / III – Esquecer completamente as velhas dissensões partidárias e pessoais acatando como vontade arbitral a decisão da coligação (...) (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933).

Este documento celebrou o início do processo de organização política na Bahia sob novas bases. Ele não destituiu completamente o poder dos chefes locais nos seus municípios. Inclusive não se imiscuiu em questões de fronteiras e limites entre as localidades, que deveriam ser resolvidas entre os membros signatários da coligação. Mas, para exercerem a

dominação política, os coronéis deveriam se enquadrar nas regras ditadas pelo interventor. Inicialmente, ficou claro que aquela organização tinha por objetivo principal o apoio político a Juracy Magalhães, independentemente das consequências que essa atitude trouxesse.

Em relação ao Diretório Central, a coligação detinha uma posição de subordinação, pois deveria apoiar as suas decisões e, por fim, mais uma vez, foi ressaltada a necessidade da pacificação política da região. Isto se explica pela impossibilidade de Juracy Magalhães controlar as ações dos seus prepostos no interior em uma situação de instabilidade marcada pelas disputas pessoais. Tendo por líderes Nelson Xavier, trazido pelo interventor para presidir a Empresa de Navegação do São Francisco, Franklin Lins do Albuquerque, chefe das cidades de Remanso e Pilão Arcado e Abilio Wolney, chefe político da região de Barreiras, a coligação tinha por objetivo consolidar a presença mais efetiva do Estado na região.

A arregimentação política dos chefes municipais, que continuou com a fundação do Partido Social Democrático (PSD), serviu para Juracy Magalhães demonstrar a Vargas o prestígio que ele havia conquistado na Bahia, ao mesmo tempo em que provava sua força para os adversários. O fato de ter conseguido deslocar lideranças políticas de diversas cidades do interior para a capital, fez transparecer que o interventor, de fato, estava se tornando uma importante liderança, tanto em nível regional, quanto no âmbito nacional.

Deu-me um grande trabalho essa arregimentação, pois, como Vossa Excelência sabe, a política baiana é cheia de grupinhos, formados, em geral, por incompatibilidades pessoais. Apesar disso, consegui reunir elementos que asseguram à Revolução em esmagadora maioria, no Estado. Vieram ao Congresso, pessoalmente, velhos chefes sertanejos, muitos dos quais nunca tinham comparecido a uma reunião política e outros jamais tinham vindo à capital. (...). Basta dizer a Vossa Excelência que a gente do São Francisco veio *unânime*, depois de ter feito a fusão de todas as suas forças políticas, em uma reunião na cidade de Juazeiro. Parece-me o fato mais expressivo do momento político baiano, pois aquela gente viveu sempre dividida por lutas tremendas. (MAGALHÃES, 1982, p. 237) (grifo do autor).

O seu propósito em controlar as disputas pessoais dos chefes locais e fazê-las reverberar nas estruturas do Estado, para que ele pudesse atuar enquanto um árbitro foi confirmada nesta correspondência. Ao se fazer uma comparação entre este parágrafo e os principais artigos do pacto que fundou a Coligação Sertaneja, pode-se perceber quase uma repetição de palavras. Principalmente no que diz respeito às incompatibilidades pessoais. Destacou, ainda, a pacificação dos sertões como “o” fato de relevo no momento político da Bahia. Continuou a enfatizar a sua estratégia de mobilização política do interior do estado, através da montagem de uma máquina de dominação política que garantisse o sucesso no processo de inserção da Bahia em uma rota de modernização burguesa:

Parece-me que acertei no plano concebido por minha *calourice* política. fiz aparecer a gente que tem prestígio real, promovendo o afastamento dos intermediários parasitas. (...). Dei uma oportunidade aos homens de prestígio de aparecerem no cenário político, pessoalmente, e isto, ao lado de ter contribuído para destruir o falso prestígio dos “gros bonets” da política baiana, vai fazê-los dar um rendimento muito maior, pois trabalharão ardorosamente para mostrar que o prestígio era deles (MAGALHÃES, 1982, p. 237) (grifo do autor).

Ao tirar do caminho a maioria dos políticos tradicionais que dominavam o cenário anterior a 1930, diga-se, *seabristas*, *calmonistas*, *mangabeiristas* de primeiro escalão, Juracy Magalhães pôde manobrar com aqueles de menor prestígio, que também eram os mais fisiológicos. Ele agiu assim, pois contou com uma estrutura e uma forma de comportamento político das oligarquias, na qual, não importava quem estivesse no poder, elas eram governistas. A conjuntura permitiu que o seu partido fosse majoritário em grande parte dos municípios, inclusive em alguns “estão reorganizados dois diretórios; prestigiamos o melhor, mas mesmo assim, os diretórios de oposição local apoiam o governo” (MAGALHÃES, 1982, p.237). Para finalizar o seu relato, a confirmação de que, enquanto preposto do Chefe do Governo Provisório, estava encaminhando a Bahia para que ficasse em conformidade com os planos do bloco no poder: “posso hoje assegurar a Vossa Excelência que a Bahia será um dos Estados, em cujo apoio político pode o seu governo mais tranquilamente confiar. Daqui não sairão surpresas” (MAGALHÃES, 1982, p.237).

O que Juracy Magalhães informa como resultado de seu gênio político e perspicácia, é fruto, na verdade, de uma situação política e de correlação de forças concreta. Os trezentos e quarenta e seis representantes, municipais e distritais, que participaram do congresso de lançamento do PSD estavam administrativa e hierarquicamente subordinados a ele, pois cabia ao interventor a nomeação e a consequente demissão dos administradores municipais. Ele relatou o resultado da reunião de fundação do PSD em uma carta/relatório enviada para Vargas, em 31 de janeiro de 1933.

(...) consegui reunir elementos que asseguram à Revolução uma esmagadora maioria, no Estado. Vieram ao Congresso, pessoalmente, velhos chefes sertanejos, muitos dos quais nunca tinham comparecido a uma reunião política e outros jamais tinham vindo à capital. Somente o Góis Calmon, que fez política no interior, e para o interior, conseguiu trazer à capital talvez a metade dos elementos que se reuniram neste memorável Congresso. Basta dizer a Vossa Excelência que a gente do São Francisco veio unânime, (...). Parece-me este o fato mais expressivo do momento político baiano, pois aquela gente viveu sempre dividida em lutas tremendas. / (...) / Posso hoje assegurar a Vossa Excelência que a Bahia será um dos Estados, em cujo apoio político pode o seu governo mais tranquilamente confiar. Daqui não sairão surpresas. (MAGALHÃES, 1982, pp. 228-229).

Portanto, o sucesso de público daquele evento dependeu, também, do poder de coerção de um Estado que, naquele contexto, enfrentava uma centralização autoritária, uma vez que, a partir de outubro de 1930, foram destituídos os chefes dos executivos estaduais, todos os parlamentares em todos os níveis e todos os prefeitos. Os ocupantes dos cargos foram escolhidos pelos interventores, que, por sua vez, foram indicados pelo Chefe do Governo Provisório. E, de todo modo, esse já havia aparecido diretamente na imposição do pacto que resultou na formação da Coligação Sertaneja.

Em um relatório datado de 1933, de autoria desconhecida, sugeria que Vargas, ou outro membro do alto escalão do Governo Provisório, estava espionando os seus delegados, nomeados para as Interventorias Federais nos estados. O autor descreveu as reuniões de fundação da Coligação Sertaneja e de organização do PSD, tendo, inclusive, acesso a todos os documentos dessas instituições, com destaque para os regimentos. Ademais, o documento foi uma verdadeira avaliação do comportamento e das realizações políticas de Juracy Magalhães e do grupo que estava montando em torno de si. O tom da descrição variava entre a reprovação e a aberta condenação do que o autor considerava um desvio de conduta de alguém que deveria “consolidar a vitória da revolução” e acabou pactuando com elementos ligados à “política dos decaídos”.

O documento relaciona-se com importante papel desempenhado por Juracy Magalhães na correlação de forças que equilibrava a situação política local e nacional. Para além das desconfianças apontadas, a fonte revela a importância e o cuidado com as interventorias nos estados da federação e a continuidade dos problemas apontados pela Aliança Liberal. Ela se constituiu em um exemplo da maneira pela qual Juracy Magalhães foi tecendo a sua rede de contatos e alianças que permitiram a sua permanência na vida política e ocupando cargos em diversas esferas institucionais do aparelho de Estado, por aproximadamente quarenta anos. Nesse caso, foi sintomático o fato de que o relatório foi produzido em um momento que Juracy Magalhães ainda poderia ser considerado um iniciante na vida pública.

O documento encontrava-se dividido em sessões diversas. Na primeira, foi possível identificar o período da viagem e o itinerário do autor do relatório: chegou à Bahia no dia 21 de janeiro e partiu para Sergipe em 28 de janeiro; retornou à Bahia em 1 de fevereiro; foi ao Bom Jesus em 3 de fevereiro; retornou novamente à Bahia em 6 de fevereiro e foi para o Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 1933.

Na segunda, pode-se perceber um relato detalhado da convenção que resultou na organização do PSD, com destaque para o estatuto, o programa partidário, o regimento interno e o prestígio político do partido. No último ponto, o relator ressaltou que o partido

“representava mais de 80% da força eleitoral baiana” (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, p. 3). Depois, teve lugar a caracterização e a situação política do Interventor, da oposição, do alistamento eleitoral. Por fim, situou um breve relato da situação administrativa do Estado. Ao final do relatório, foi possível encontrar uma série de anexos, compostos de matérias da imprensa versando sobre o quadro político no estado. Bem como, o estatuto do PSD; o anteprojeto do programa do partido; o Regimento Interno do Congresso Político da Bahia; e uma espécie de dossiê sobre os principais nomes que compunham a direção partidária, e, conseqüentemente, os aliados e articuladores políticos de Juracy Magalhães; a ata de inauguração da Coligação Sertaneja.

O documento em questão apresentou possibilidades de análise sobre o quadro político na Bahia no início de 1933, ano fundamental para a reorganização das forças políticas do estado, devido à eleição para a formação da Assembleia Constituinte. Entre elas, pode-se ressaltar o relato/julgamento que o relator produziu sobre a desenvoltura política de Juracy Magalhães. Em primeiro lugar, esclareceu o fato de que o interventor atuava nas sombras para articular com os chefes municipais e que a censura estabelecida por ele, na imprensa local, impediu que fosse noticiado a exigência da indicação do seu nome para o governo constitucional da Bahia.

Ninguém ignora que o Interventor é o animador do Partido Social Democrático. Este dá-lhe prestígio integral. (...). Manobrou habilmente com a política municipal, o que deu em resultado o pacto de 28 de junho de 1932, dos municípios do S. Francisco (...). Os jornais não publicaram a 2ª clausula deste pacto, e que reza assim: ‘A Coligação Sertaneja compromete-se a indicar o nome do Tte. Juracy Magalhães para primeiro governador constitucional da Bahia’ (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, p. 03).

Destaca-se, neste trecho, a estratégia utilizada por Juracy Magalhães para estabelecer rapidamente uma base de sustentação política. Utilizou-se de sua condição de indicado e diretamente ligado ao chefe do Governo Provisório para garantir o apoio dos chefes políticos do interior. Ao lançar mão de suas relações com Vargas, manobrou com a dependência característica dos coronéis em relação aos recursos do poder central, fundamentais para que pudessem manter o seu poder na esfera local (SAES, 1988, p. 105-106). Outra questão que apareceu foi a intenção, desde o início da arregimentação política, de estabelecer minimamente as bases de um domínio político, ao forçar o apoio dos seus aliados/subordinados à indicação e consolidação do seu nome como governador da Bahia, tão logo retornasse o regime constitucional. Após esta breve introdução, o autor do relatório estabeleceu em dez pontos um diagnóstico da atuação do Interventor:

1- Está com a força eleitoral da Bahia, isto é indiscutível – talvez 90% de todo eleitorado./ 2- Quer ser o primeiro governador constitucional, ou então dar o poder a João Marques dos Reis – e, provavelmente, o conseguirá./ 3- É político hábil, tendo o defeito de *querer tornar-se simpático a todas as correntes*./ 4- É totalmente *destituído de escrúpulos em política*./ 5- Está embalado pela segurança de seu triunfo; mas como aproveitou, às vezes, os piores elementos (v.g. Franklin de Albuquerque, Rosendo Almeida, Pinto Dantas, Duque, et caterva...), só pelo motivo de terem força nos municípios, é capaz de ter grandes dissabores, pois este pessoal é destituído de escrúpulos e o esquecerá bem cedo./ 6- É duro nos processos administrativos – adversários não alista ninguém./ 7- Não parece estar muito ligado ao Aranha. É inimigo do João Mangabeira, a quem convidou para o partido e que impôs, como condição sine qua, sua eleição para a presidência do Diretório Central e a posse política de vários municípios dos mais importantes, como Ilhéus, Jequié, etc., o que foi recusado. Foi impossível apurar suas relações com José Américo./ 8- Tem contra si boa parte dos bons elementos da Capital, por causa do caso dos estudantes da Faculdade de Medicina./ 9- Quer agradar e o consegue em cerca de 70% dos casos. É inteligente, orador regular, maneiroso e hábil, além de muito manhoso./ 10- *Cercou-se de elementos díspares, em que predominam os elementos maus que tem prestígio político* (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, p. 03-04) (grifo nosso).

Esta longa citação demonstrou que Juracy Magalhães se aliou e trouxe para o bloco de poder, forças sociais heterogêneas. Algumas expressões utilizadas deram a justa representação desta compreensão: “querer tornar-se simpático a todas as correntes”; ser destituído de escrúpulos em se tratando de política; o proveito dos piores elementos, desde que eles desfrutassem de prestígio político. Independente do julgamento moral, o que foi relatado confirmava o fato de que seria impossível para Juracy Magalhães, ou qualquer outro que assumisse o cargo, governar alheio às diferentes frações das classes dominantes da Bahia. Segundo as impressões apresentadas no documento, o interventor estava tendo êxito em sua estratégia de arregimentar as oligarquias do estado, vide a sua força eleitoral que contava com aproximadamente noventa por cento do eleitorado e conseguia agradar em setenta por cento das vezes, embora não haja nenhuma explicação metodológica de como teria chegado a este número.

Para completar estas informações, ao final do relatório há um dossiê, em anexo, a respeito dos principais aliados de primeira hora de Juracy Magalhães, a partir de sua chegada à Bahia, que ajudou na compreensão do processo de construção da rede de apoios sociais, políticos e econômicos que constituiu a sua base política. Destaquem-se as informações sobre Correia de Menezes, Pacheco de Oliveira e os chefes políticos da zona cacaueteira, Gileno Amado, de Itabuna e os irmãos Arthur Lavigne e Eugênio Lavigne, de Ilhéus. Sobre Correia de Menezes, secretário do Interior de Juracy Magalhães, foi dito, entre outras coisas, que: “nunca foi revolucionário, sempre foi *seabrista* e adepto fervoroso do Sr. Moniz Sodré. Com a vitória da Revolução, em 1930, passou-se com armas e bagagens para a corrente dos

tenentes” (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, anexo nº04, p. 02). A análise sobre Pacheco de Oliveira foi mais extensa, porque esse era um dos principais articuladores políticos do interventor, rivalizando com Clemente Mariani, Marques dos Reis, Medeiros Neto e Manoel Novais:

Assumindo o Tenente Juracy a interventoria, o Sr. Pacheco de Oliveira se insinuou de tal forma que hoje é um dos pró (*sic*) homens da situação. O “Diário da Bahia”, jornal de propriedade do Sr. Geraldo Rocha e que estava arrendado ao Sr. Moniz Sodré, foi adquirido pelo Sr. Pacheco de Oliveira, que, auxiliado pelo Sr. Tenente Juracy, constituiu uma Sociedade Anônima com o capital de 600 contos, sendo passadas ações aos prefeitos e a todos os chefes políticos do interior. O Club 3 de Outubro muito combate a ação preponderante que o mesmo exerce sobre o interventor. É o chefe político da capital, tendo nomeado 15 sub-Comissários. Conseguiu a nomeação de um genro para médico do Corpo de Bombeiros, um filho para Promotor da Capital, e dois irmãos para escriturários do Saneamento e da Prefeitura (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, anexo nº04, p. 02).

Também proveniente da situação anterior, Pacheco de Oliveira foi o responsável pela degola da bancada de Minas Gerais na Câmara Federal, e viu na adesão à nova situação a única possibilidade de sobrevivência política. Por outro lado, o novo interventor utilizou-se do prestígio político que o ex-deputado possuía na capital para, neste local, conseguir estabelecer o seu domínio frente ao grupo político deposto pelo movimento de 1930, e que possuía a sua base entre os setores burgueses de Salvador.

Juracy Magalhães, junto ao seu novo aliado, construiu um canal de comunicação que fosse a voz do governo frente à opinião pública, para isso, utilizou-se de sua função no Estado para facilitar a compra de um veículo de imprensa, o *Diário da Bahia*, a partir de sua posse na interventoria. Finalmente, a continuação das velhas práticas de nepotismo e patrimonialismo, mostrando que sem a alteração das estruturas socioeconômicas, não haveria mudança significativa na organização política. Juracy Magalhães teria que aceitar essas práticas se quisesse constituir uma base minimamente eficaz e consolidada.

Ao prestigiar Gileno Amado e os irmãos Lavigne, Juracy Magalhães, de uma só vez, buscou minar o poder de João Mangabeira na região, eliminando-o da condição de intermediário e estabelecer uma relação mais direta com a fração burguesa ligada aos negócios do cacau. Sobre o primeiro, chefe político de Itabuna, assim analisou o documento: “sempre foi perrepista exaltado, até que, em 1932, o Sr. Juracy chamou-o para o seu partido. Foi o orador dos Convencionais de 1933, saudando o Sr. Juracy Magalhães.” (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, anexo nº04, p. 03). Esse foi mais um, entre tantos outros, que, pensando na sobrevivência política, esqueceu qualquer tipo de coloração partidária ou identificação ideológica e mudou-se por completo para o grupo governista. Juracy Magalhães,

por outro lado, utilizou-se do seu poder de barganha, daquele que possuía o poder de distribuir os recursos do Estado, em forma de empregos, verbas e melhoramentos urbanos para ampliar a base social de seu grupo político em formação.

4.3. A CENSURA À IMPRENSA: MAIS UMA ESTRATÉGIA NA BUSCA PELA DOMINAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO

O tema da censura foi um dos principais elementos que marcaram a relação entre Juracy Magalhães e os seus adversários na Bahia, sendo que, em seu bojo, foi construída a imagem do interventor como um político truculento que perseguia implacavelmente os seus opositores. Em contrapartida, o personagem em questão sempre tentou relativizar essa questão em seus relatos memorialísticos, ora alegando razões de Estado para agir de maneira truculenta contra aqueles que iam de encontro às suas determinações, ora negando veementemente tais práticas, atribuindo os relatos de censura à uma campanha sistemática de difamação perpetradas pelos seus antagonistas.

Um dos primeiros direitos que foram suspensos pelos vencedores da Revolução de 1930 foi a liberdade de imprensa, a partir da instituição da censura prévia ao conteúdo que deveria ser publicado. Aliado a isso, foi comum o “empastelamento” de jornais e a perseguição, agressão e prisão de jornalistas que, porventura, emitissem opinião e notícias que contrariassem ao governo. Os episódios de censura e perseguição à imprensa tiveram lugar e seus relatos foram comuns durante o governo de Juracy Magalhães.

Cabem aqui algumas elucidações sobre as características e as conformações sociais que envolviam alguns desses jornais. O *A Tarde* foi um dos veículos de imprensa da capital baiana que durante todo o governo de Juracy Magalhães assumiu uma postura de ferrenha oposição. Isto se explica pelas relações que seu diretor, Ernesto Simões Filho, mantinha com elementos ligados ao grupo das oligarquias baianas que, ao serem retiradas do poder em 1930, se aglutinaram na chamada Concentração Autonomista (GUEIROS, 1996, p. 131).

O diretor do jornal *Diário de Notícias*, Altamirando Requião, era oposição e teve sua eleição cassada pelas oligarquias que governavam o Estado até outubro de 1930. Portanto, o apoio à nova situação significava a possibilidade de uma ascensão política que lhe era vetada pela correlação de forças anteriores. O apoio a Juracy Magalhães, velado até 1934, se tornou aberto, militante e panfletário a partir da indicação e eleição do professor e jornalista para a Câmara Federal pelo PSD, neste mesmo ano.

Até agosto de 1932, o jornal *Diário da Bahia* era dirigido por Muniz Sodré, que possuía ligações políticas de longa data com J.J. Seabra e, portanto, apresentava uma linha editorial voltada para uma constante crítica à administração de Juracy Magalhães. Essa postura pode ser creditada ao fato de que os aliados de Seabra, após a saída de Arthur Neiva, esperavam que o velho líder político fosse o indicado para o cargo. Ao ter as suas pretensões frustradas, Seabra e o seu grupo lançaram uma série de ataques, a partir da imprensa - configurando-se o *Diário da Bahia* como um dos principais veículos - à pessoa, à administração e aos aliados de Juracy Magalhães.¹⁷

Depois de um interregno de aproximadamente um mês e meio, o jornal voltou a circular sob uma nova direção e orientação editorial. Pacheco de Oliveira assumiu o veículo de imprensa e se tornou um dos aliados de primeira hora de Juracy Magalhães. A mudança de administração contou com o apoio decisivo, inclusive financeiro, do interventor varguista. Julgando necessário possuir um porta-voz na imprensa contra os seus adversários políticos, Juracy Magalhães auxiliou Pacheco de Oliveira a constituir “uma Sociedade Anônima com o capital de 600 contos, sendo passadas ações aos prefeitos e a todos os chefes políticos do interior” (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, anexo nº 4, p. 2). Pacheco de Oliveira justificou e explicou o novo caráter assumido pelo jornal e estabeleceu um processo de diferenciação, aliado à valoração dos dois momentos:

(...), o Diário da Bahia, oferece nesta sua nova fase, uma diretriz não condizente com os seus dias de outrora, (...), quebrando, assim, aquela linha de exclusivismo que era a sua única razão de ser, e abandonando o seu tão proclamado objetivo, sob a inspiração de um pensamento genuinamente faccioso. A época não é mais de criações artificiais e parcialíssimas na conveniência de um grupo contra o grande número, como se para alguns devessem ser as alturas e os gozos e para os demais a condição de escravos de todos os sofrimentos. Da mesma forma, não é possível deixar de aceitar a arrancada de Outubro de 1930, que derribou toda uma maquinaria política, que há 40 anos, dominou o país. E, como após todos os triunfos que o passado nos mostra, não há negar que o espírito público, com extraordinária intuição, se integrou no movimento vitorioso, queiram ou não os renitentes de uma fé que já se devera ter rendido a evidência dos aplausos da vontade nacional. (BPEBa, DIÁRIO DA BAHIA, 12/10/1932, p. 02).

A Associação Baiana de Imprensa (ABI) era o fórum no qual reverberavam as denúncias dos profissionais de imprensa contra as perseguições, prisões, censuras e violências de todo o tipo perpetrado pelos membros do governo em suas variadas esferas. Ao fazer o levantamento de suas atas foi possível chegar a um panorama da situação de tensão que

¹⁷ As relações conflituosas entre Juracy Magalhães e os editores do *Diário da Bahia* tiveram como um dos principais episódios a publicação de um artigo intitulado *Brios Baianos*, em vinte e três de setembro de 1931, poucos dias após a posse do novo interventor. Disponível na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, setor de Obras Raras.

representava a relação entre os jornais e o interventor, enquanto representante na Bahia do poder central. Ademais, a entidade prestava assessoria jurídica aos seus associados e atuava como um grupo de pressão frente às instâncias estatais.

Os episódios de truculência contra a imprensa ocorreram mesmo antes da posse do interventor supracitado, visto que a censura e a violência são atos de dominação permanente e expedientes utilizados pelos detentores do poder. Em reunião do dia 24 de Julho de 1931, portanto, ainda sob o governo Arthur Neiva, foram relatadas as circunstâncias do fechamento do jornal *O Imparcial*, por determinação da polícia e a consequente prisão do seu diretor, o senhor Mario Monteiro. O motivo de tal ação policial se deu por causa de “uma crítica movida pelo ‘O Imparcial’, em linguagem tida por inconveniente por parte da autoridade competente, que considerou violada a Circular do Governo Federal” (ABI, Ata do dia 24/07/1931).

A partir do relato dos fatos, abriram-se discussões que sugeriam certas tensões entre os membros da associação. Entre os quais, o professor e jornalista Altamirando Requião apresentou uma postura reticente, senão crítica, quanto ao diretor d’*O Imparcial*, destacando sua imprudência no exercício da atividade jornalística (ABI, Ata do dia 24/07/1931). Em uma longa lista de considerações, o presidente da Assembleia Geral deu mostras de uma tendência de conciliação com o novo bloco no poder e já em uma das primeiras deixou entrever a natureza do regime:

Considerando que, estando, como se acha, o país, sob o regime de uma Ditadura Civil, disposta pelas armas revolucionárias, em a liberdade opinativa sofre restrições, de cuja necessidade e grau é o poder público o único julgador, neste momento [...] (ABI, Ata do dia 24/07/1931).

O tom que autor confere à informação é positivo, ao destacar-se o conjunto do texto. Ademais, assim também o faziam os membros da burocracia estatal alçados ao poder após 1930, que consideraram a situação de restrição de liberdades uma medida eficaz para sanear a ordem pública do país. Com efeito, é possível inferir que a prática da censura era determinada e chancelada por uma política de Estado, que visava o controle das informações a serem publicizadas e das opiniões que, porventura, desagradassem às autoridades constituídas pela dita revolução. Cabia, nesse caso, à autoridade estatal “a restituição da liberdade do pensamento e opinião” (ABI, Ata do dia 24/07/1931), e alegava o autor das considerações que “nada pode conseguir, com eficiência, presentemente, a Associação Baiana de Imprensa” (ABI, Ata do dia 24/07/1931).

A 28 de Dezembro de 1931, em uma grande manchete de primeira página, o jornal *A Tarde* noticiou o fim da censura prévia à imprensa (BPEBa, A TARDE, 28/12/1931). Tal fato foi objeto, também, de grande alarde pelo *Diário da Bahia* (BPEBa, DIÁRIO DA BAHIA, 29/12/1931), no dia 29 e de um artigo de segunda página do *Diário de Notícias* no dia 31, do mesmo mês e ano (BPEBa, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31/12/1931). Apesar de, oficialmente, o ministro da Justiça, Macedo Soares, ter sancionado a liberdade de imprensa, em cidades do interior da Bahia, como Vitória da Conquista e Jequié, por exemplo, os jornalistas continuavam alvos do arbítrio das autoridades policiais (ABI, Ata do dia 31/12/1931). Ademais, as denúncias de ataques à liberdade de imprensa continuavam a ser rotina nas sessões ordinárias da AIB. Os destaques do dia 01 de Março de 1932 foram o empastelamento do *Diário Carioca*, ocorrido a 25 de Fevereiro do mesmo ano, e, possivelmente, um mesmo destino estaria reservado para o *Diário da Bahia*, segundo relatos do jornalista Nelson de Souza Carneiro (ABI, Ata do dia 01/03/1932).

Apesar de, em suas memórias, o antigo interventor negar veementemente as práticas de perseguição aos jornalistas da oposição (MAGALHÃES, 1957, p. 58), os relatos não deixam pairar qualquer dúvida sobre o fato de que redatores e articulistas pertencentes a veículos de imprensa contrários ao governo sofreram com prisões, espancamentos e sevícias. As vítimas foram acumulando-se na interventoria de Juracy Magalhães, logicamente com o aval do governo central em sua escalada centralizadora de poder. Vale ressaltar, no entanto, que ao se referir à questão da censura, o preposto do governo provisório não agia a partir de uma deliberação pessoal e particular, a partir de suas interpretações sobre estes fatos, a sua relação com os opositores sempre foi justificada como uma necessidade para fazer valer os objetivos daqueles que estavam no poder, colocando-se, portanto, como um legítimo representante dele.

Na emergência das eleições, em 1933, para a Assembleia Nacional Constituinte e, em 1934, para preenchimento das vagas para a Câmara e o Senado Federal, a reorganização das forças políticas em disputa gerou o acirramento dos ânimos que acabaram por reverberar nos jornais que se posicionaram em relação aos grupos em disputa.

No contexto de agravamento das tensões entre os *juracistas* e os *autonomistas*, duas expressões políticas das frações da classe dominante na Bahia em disputa pelo poder no aparelho de Estado, gerou uma situação em que o fim da censura foi meramente uma formalidade. Se, por um lado, possibilitou uma série de opiniões contrárias ao chefe do executivo estadual, por outro, despertou a reação governista que respondeu com mais agressões aos jornalistas. Nesse caso, a letra da lei não correspondia à conjuntura de disputas

políticas, marcada pelo processo de fortalecimento do poder central e para a explicação de Juracy Magalhães, as ideias propagadas pela oposição apenas iriam gerar desordens e a possibilidade do retorno à situação pré-revolucionária, portanto, sua defesa de uma opinião única significava defender o regime que representava.

Nesse contexto, *O Imparcial*, marcado pela sua postura de intransigente oposição, foi censurado, empastelado, e seus jornalistas foram presos, em mais de uma ocasião (ABI, Ata do dia 31/07/1933; 02/01/1934). O jornal *A Tarde*, porta-voz oficial da oposição liberal oligárquica, foi também um alvo constante de ataques vindos da parte dos governistas e seu aparato repressivo. Em 18 de Maio de 1934, o vespertino, foi submetido a uma “suspensão por tempo indeterminado” (ABI, Ata do dia 18/05/1934). E foram denunciados na ABI, “os vexames e dissabores da fauna jornalística” (ABI, Ata do dia 18/05/1934), promovidos “por ordem do delegado do governo provisório nesse estado” (ABI, Ata do dia 18/05/1934). O jornal somente voltaria à livre circulação após dez dias, no dia 28, depois de protestos que reverberaram na mesa diretora da Assembleia Constituinte, a partir de manifesto assinado por deputados oposicionistas (ABI, Ata do dia 28/05/1934).

Para finalizar os relatos sobre os episódios de violência do governo contra os seus opositores, destaca-se um dos mais graves, que foi o caso de agressão aos jornalistas Wenceslau Galo e Simões Filho, respectivamente articulista e proprietário do jornal *A Tarde*. Em dezembro de 1934, estes dois personagens foram alvo de espancamentos nas ruas da cidade de Salvador, capital da Bahia. O *A Tarde* deu ampla repercussão ao caso, que, novamente chegou à plenária da Constituinte através do deputado Aloysio de Carvalho Filho, aliado de Simões Filho e virou pedra de toque dos ataques dos *autonomistas* ao governo e à pessoa do interventor getulista (ABI, Ata do dia 21/12/1934).

As interpretações de Juracy Magalhães sobre a questão da censura aos jornais oscilaram entre a negação veemente da prática e ambiguidade de atribuir a perseguição de jornalistas opositores a correligionários mais zelosos. Ele afirmava que editores, redatores e articulistas como Simões Filho, Moniz Sodré, Wenceslau Galo e Nelson Carneiro o atacavam porque ele “não lhe cerceava jamais a liberdade de imprensa” (GUEIROS, 1996, p. 22) e que pela ação desses personagens ele passou a ser conhecido como um político truculento. Em suas memórias foi notório o esforço empreendido para tentar suavizar a imagem de homem público autoritário que não dava voz ao contraditório, chegando ao ponto de destacar que em seu segundo governo teria construído “um ambiente de liberdade política total” (MAGALHÃES, 1982, p. 152). Isto se explica pela ocorrência de violências que se sucederam contra membros da oposição ao longo do seu governo, tanto na capital como no

interior, fato que possibilitou aos seus adversários explorarem esta memória negativa ao longo de toda carreira política.

Outro ponto a se destacar, diz respeito ao fato de que Juracy Magalhães não foi o único ocupante de um cargo público que se utilizou deste expediente como um fator importante de exercício de poder. A conjuntura em questão estava marcada por uma tensão política considerável e o grupo que tentava se estabelecer no domínio do aparelho estatal estava em processo de fortalecimento do executivo federal e, mesmo com o retorno da ordem constitucional, em 1934, a escalada autoritária se mantinha em curso. Esse processo foi fruto de análise na seção abaixo, portanto, o procedimento truculento do interventor, depois governador, não representava uma exceção, antes pode ser entendido como uma política deliberada de Estado visando controlar quaisquer possíveis “desvios” do “programa revolucionário” estabelecido em 1930.

4.4. 1934-1937: A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1934 E A ESCALADA AUTORITÁRIA

No período compreendido entre 1934 e 1937 consolidou-se a hegemonia dos grupos regionais. Foi posta em prática a execução de uma política conservadora, propiciada pela acomodação das disputas anteriores e o retorno dos exilados em 1930 e 1932. O Congresso, após as eleições de 1934, apresentou feições oligárquicas ainda mais claras devido à vitória dos partidos e candidatos das interventorias (DULCI, 1986, p. 61). Além disso, as eleições majoritárias para presidente, governadores e prefeitos foram decididas de maneira indireta nas casas legislativas. Conforme observou Otávio Soares Dulci, “a pacificação entre as oligarquias e os militares fez com que prosperassem tendências autoritárias, visando restringir o âmbito das liberdades públicas” (DULCI, 1986, p. 61).

Após a promulgação da Constituição, em 1934, e as eleições legislativas nacionais, estaduais e locais, agitaram nos círculos políticos, a previsão no texto constitucional, da realização das eleições presidenciais, em 1938. Esse processo foi completamente controlado por Vargas e seus governadores aliados: Juracy Magalhães, da Bahia; Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul; Armando Sales, de São Paulo; Benedito Valadares, de Minas Gerais e Lima Cavalcanti, de Pernambuco. Demonstrando o domínio que Vargas detinha no cenário político nacional, foi apresentada, pelos governadores acima citados, uma lista contendo os nomes de possíveis sucessores no pleito eleitoral de 1938, ou seja, foi facultado ao presidente,

eleito por via indireta, a escolha de seus possíveis sucessores (MAGALHÃES, 1982, p. 98-102).

Ao passo em que os governadores estavam envolvidos no processo eleitoral previsto para 1938, Vargas mantinha silêncio sobre a temática. As suas ações, após 1935, estavam voltadas para o contínuo processo de fortalecimento do poder executivo federal. No início desse ano, a Maioria Parlamentar fez tramitar a Lei de Segurança Nacional no Congresso Nacional. Esta deveria ser dirigida contra o "extremismo" operário, representado pela emergência de uma maior mobilização e organização autônoma das classes populares. Significou, no entanto, o crescimento do autoritarismo, ainda que formalmente se conservassem as instituições definidas em 1934 (DULCI, 1986, p. 62).

Para o governo, contudo, [o levante de 1935] serviu de motivo para o recrudescimento da ação repressiva. O estado de sítio foi decretado, ampliando-se mais tarde no "estado de guerra". O Congresso, através de sucessivas concessões, avalizava a orientação antidemocrática que passava a prevalecer. O fantasma da subversão da esquerda era utilizado para atemorizar a opinião liberal. As medidas de exceção, assim, recebiam o suporte das oligarquias situacionistas, de exército, da igreja, do Integralismo, de setores médios e empresariais. Após atingir a ANL, alcançaram os sindicatos, as organizações de base operária, os militares de esquerda ou simplesmente 'suspeitos, intelectuais e parlamentares. Em 1936, o Congresso aprovou a criação do Tribunal de Segurança Nacional. (DULCI, 1986, p.62).

Os decretos de estado de sítio e de guerra foram constantes a partir do levante comunista. Esse fato se tornou a justificativa perfeita para o recrudescimento da proposta de centralização política que veio à tona desde 1930. Mesmo as negociações e as articulações que desembocaram na Constituição de 1934 foram, de algum modo, controladas pela presidência e a sua aliança com militares. A suspensão dos direitos civis e a interferência direta no poder legislativo, inclusive com a prisão de deputados, foram constantes nessa conjuntura e com o aval dos parlamentares (DEMIER, 2013, 111-147).

O decreto do Estado de Guerra foi anunciado na edição do *A Tarde* do dia 24 de março de 1936 e a justificativa era que havia indícios de nova investida extremista contra o regime. Após o decreto, as garantias do artigo 113º da Constituição foram suspensas. A introdução do artigo apresenta as seguintes garantias individuais: "A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade [...]" (BPEBa, A TARDE, 24/03/1936).

E, nesse sentido, Vargas pôde atuar livremente na perseguição aos seus adversários e, principalmente, aliados com potencial para rivalizar com o seu poder. A caça às bruxas começou com a prisão de Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro, acusado de simpatizar

com o “credo vermelho” e de participação no movimento. Deputados foram presos, entre os quais, João Mangabeira, eleito pela Concentração Autonomista da Bahia (BPEBa, A TARDE, 25/03/1936). Logo depois, foram suspensas as imunidades de parlamentares, governadores de Estado e ministros da Alta Corte (BPEBa, A TARDE, 25/03/1936).

Estava, dessa maneira, aberto o caminho para o recrudescimento da escalada autoritária do regime. Conforme a análise de Dulci (1986), a ofensiva contra o parlamento foi apoiada pelo próprio, através da ação da Maioria, a partir de um processo de expurgo autofágico. O declínio das liberdades políticas foi reforçado pelo aumento do controle do Executivo sobre o Legislativo e sobre os governos estaduais (DULCI, 1986, p. 62).

Nessa linha de ação ele estabeleceu uma intervenção velada em Estados governados por aliados como Bahia, São Paulo e Pernambuco, a partir da nomeação de executores do estado de guerra, em 29 de abril de 1937. Dessa maneira, Vargas passaria a ter um controle mais efetivo sobre as ações dos governadores, uma vez que os militares responsáveis pela execução do estado de guerra se reportariam apenas ao presidente (BPEBa, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/04/1937). *Pari Passu*, Flores da Cunha foi afastado do cargo no Rio Grande do Sul, a partir da alegação de que ele estava estocando armas para se rebelar contra o governo central. Igualmente, Lima Cavalcanti, governador de Pernambuco, também foi preso sob a acusação de ligações com o comunismo (BPEBa, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/05/1937). Juracy Magalhães passou a ser investigado e intimidado pelo Coronel Antônio Fernandes Dantas, o executor do Estado de Guerra na Bahia. Entre os motivos dos conflitos entre os dois militares estavam: a alegação de que o governador da Bahia não havia se empenhado na repressão ao comunismo; a suspeita de que o governo estadual estava estocando armas e o veemente protesto de Juracy Magalhães contra a prisão dos deputados oposicionistas Péricles Noblat, Crescêncio Lacerda, Nestor Duarte, Álvaro Sanches, Aliomar Baleeiro e Maria Luiza (MAGALHÃES, 1982, p. 283-286; 288-289).

A partir de 10 de Novembro de 1937, com o Estado Novo, houve um fortalecimento do poder executivo, com intensa propaganda oficial e perseguição aos adversários políticos, visando à construção de uma imagem positiva do regime. Esse foi construído a partir da formação de um dispositivo militar, aliado ao fortalecimento da burocracia estatal, que, dotada de relativa autonomia em relação as classes sociais, empreendeu o processo de aceleração da industrialização no país e deu sustentação a Vargas. No entanto, as oposições, formadas pelas oligarquias alijadas em 1930, em aliança com aqueles que romperam com o bloco no poder, fortaleceram suas atividades conspiratórias, a partir do início da década de

1940. Contando com o auxílio de militares, que outrora foram sustentáculos da ditadura, derrubaram Vargas e reestabeleceram a democracia liberal em 1945.

Entre 1931 e 1937, Juracy Magalhães compôs um bloco de poder formado por diversas frações da classe dominante baiana: articulou-se com a fração comercial, através dos apoios e das relações construídas com as agremiações representantes do comércio; teve como correligionários elementos ligados ao setor financeiro, como foi o caso de Clemente Mariani; organizou politicamente e contou com a sustentação dos chefes políticos do interior, os coronéis do sertão; angariou, ainda, o apoio da burguesia cacauzeira. Conforme documento acima analisado, ele não demonstrou qualquer escrúpulo em se aliar aos diferentes grupos socioeconômicos que formavam a classe dominante da Bahia, desde que esta base de apoio viabilizasse a sobrevivência de seu grupo político, as alianças com as forças mais heterogêneas não passavam por quaisquer crivos morais ou de afinidades de ideias, caso o objetivo fosse a viabilização do domínio do *juracisismo*.

A repactuação de Juracy Magalhães com as forças oligárquicas e a sua inserção em setores das classes dominantes da Bahia foi analisada por alguns autores como uma traição aos ditos princípios revolucionários tenentistas. Edgard Carone e Dulce Pandolfi partiram da premissa de que havia um programa ideal defendido pelos tenentes e esses aplicariam os seus ditames tão logo conquistassem o poder em 1930. Em virtude disso, as suas análises acerca das práticas de Juracy Magalhães à frente da interventoria da Bahia, dizia respeito a uma trajetória fora da curva. Carone avaliou a postura de Juracy à frente do cargo citado:

Ele é exemplo clássico da corrente tenentista, oportunista, pois a primeira coisa que faz é se ligar às correntes oligárquicas contrárias a J. J. Seabra. É assim que cria novas bases oligárquicas, pressionando os prefeitos para aderirem ao seu governo, até que em 1933 funda o seu Partido Social Democrático. / Particularmente, seu governo foi agitado por perseguições pessoais e atos de agressão física contra os inimigos. Todos os atos e atitudes condenáveis do velho sistema ressurgem com novas formas neste novo período (CARONE, 1975, p.233).

Todas as críticas do autor dirigidas à postura de Juracy Magalhães à frente do poder executivo estadual são mais do que pertinentes, mas, o seu pressuposto parte de uma perspectiva idealista da Revolução de 1930 e do papel que os tenentes deveriam desempenhar nela. Ele apontou as posturas de Juracy como se fossem degradações de uma ideia pura, pois o interventor militar teria se afastado de um suposto ideal político, marcado pelas seguintes características:

Os tenentes do Norte eram de um modo geral, no pós-30, homens dispostos a romper com a prática oligárquica tradicional da República Velha. Eles se diziam avessos à “política” e definiam como seu objetivo principal realizar uma boa administração. Ora, realizar uma boa administração em regiões onde as condições objetivas eram precárias e o mando pessoal muito forte tornava-se tarefa difícil. Para pessoas vindas de fora, descompromissadas com a rede de alianças locais, seria mais fácil intervir na coisa pública, já que o tenentismo colocava o interesse público acima dos interesses privados. (PANDOLFI, 1980, p.346).

Ainda, segundo a supracitada autora, esta era a norma política cuja administração de Juracy Magalhães deveria ser pautada, visto que ele, na condição militar e pertencente ao grupo de jovens oficiais que lutou em 1930, foi colocado na interventoria enquanto parte de um movimento de militarização cujo objetivo era trazer estabilidade política para os estados do Norte. Entretanto, esta administração deveria prescindir do contato político com as classes dominantes locais, sob o risco de se desviar dos pretensos “ideais revolucionários”. E, portanto, ele foi caracterizado como aquele que representava “a melhor expressão de conciliação com as forças oligárquicas locais” (PANDOLFI, 1980, p.351). E, novamente, a prática de Juracy Magalhães foi criticada em termos de desvio de um ideal que deveria ser seguido:

Juraci Magalhães, dentre os interventores do Norte, talvez seja o que mais tenha se *distanciado dos princípios revolucionários* tenentistas. A conciliação plena com os setores oligárquicos – uma constante na sua administração – acabaria por identificá-lo com a prática política dominante na República Velha. (...). Em 1933, quando da rearticulação partidária, Juraci organiza o Partido Social Democrático da Bahia, compondo tanto com elementos da antiga ordem como com elementos sem vínculos com a República Velha (PANDOLFI, 1980, p.354) (grifo nosso).

Aliada à ideia de quebra da integridade de princípios revolucionários, destaca-se nesta análise a premissa de que o movimento de 1930 teria significado uma ruptura com as estruturas anteriores. Nesse caso, a conciliação com setores da oligarquia baiana significaria a interrupção do programa revolucionário e a retomada das práticas políticas anteriores. Continuando a análise, Pandolfi afirmou que:

Em termo de *modelo*, a Bahia foi o estado do Norte que mais se aproximou da trajetória assumida pelo Governo Provisório: dentre aqueles, foi certamente o que manteve maior grau de conciliação com as forças oligárquicas (PANDOLFI, 1980, p.351) (grifo do autor).

Em relação à construção destas críticas é necessário retomar o fato de que em razão da estrutura socioeconômica brasileira, a Revolução de 1930 não pode ser pensada muito mais do que um contexto de crise de hegemonia, cujo resultado gerou um regime no qual as partes

integrantes, a saber, os setores dissidentes da oligarquia e elementos das classes médias representadas pelos oficiais de baixa patente, não possuíam a força necessária para o estabelecimento de uma dominação política. Por outro lado, a burguesia interna, no Brasil, porque inserida de maneira dependente no sistema capitalista, em sua etapa monopolista, não poderia assumir a sua tarefa histórica de efetivação de uma revolução de caráter democrático-burguês.

Portanto, a transformação do Brasil de um país agrário e rural, em urbano e marcado pela industrialização, deveria ser tarefa do Estado, o qual, através de uma centralização autoritária, com um modelo de modernização conservadora, “por cima”, deveria, assumir o papel de fomentador da implantação de uma industrialização burguesa no país, controlando no processo qualquer sorte de convulsão social que viesse a abalar a ordem vigente. Esse deveria conviver com a permanência de setores ligados às antigas oligarquias, que ainda detinham o controle massivo da população rural em uma situação em que os vencedores de 1930 subordinavam seu acesso às instâncias de poder.

Na Bahia, as forças da inércia, representadas pelos diversos setores oligárquicos, na capital e no interior, resistiram, o quanto puderam, às tentativas, após 1930, de controlar as suas formas de dominação, o que explica a alta rotatividade de interventores antes de setembro de 1931, quando Juracy Magalhães assumiu o cargo. E aí está a questão fundamental: esse personagem político não se desviou de nenhum programa previamente estabelecido, não traiu, necessariamente, movimento algum. As suas próprias alianças contavam com elementos tradicionais de diversas oligarquias estaduais, portanto, a sua postura política respondeu a uma necessidade que se colocava, ou seja, na Bahia, somente era possível alcançar o mínimo de base de apoio político se transigisse e negociasse com os diversos grupos de sua classe dominante; fossem os bacharéis, comerciantes e políticos profissionais da capital, ou os chefes locais, os coronéis do interior. E, desse modo, seguindo a proposta de centralização política e econômica preconizada por aqueles que ascenderam ao poder em 1930 e que buscavam a modernização capitalista do Brasil, Juracy Magalhães, articulado à frações da classe dominante baiana, estabelecia, também, as bases desse mesmo processo na Bahia. Com a ressalva de que esse foi duplamente dependente: do centro dinâmico da economia nacional e do capitalismo monopolista internacional.

5. INTERVENÇÃO ECONÔMICA E PLANEJAMENTO ESTATAL: OS INSTITUTOS DE FOMENTO ECONÔMICO E O LUGAR DA AGRICULTURA NO ESTADO PÓS-OLIGÁRQUICO

5.1. ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

A partir da sua posse como interventor da Bahia, Juracy Magalhães passou a atuar como um preposto das políticas econômicas preconizadas e executadas pelo regime Vargas. Estando à frente do executivo baiano por seis anos, ele constituiu parâmetros e foi um personagem importante para que o seu governo estabelecesse relações com o processo de inflexão no modelo de acumulação que estava em curso no país. Apesar do sucesso ou fracasso destas iniciativas, o que se percebeu foi a estreita relação com as instâncias federais, incluindo o próprio presidente da República, e o compromisso com a criação de instrumentos que pudessem tornar mais forte, neste contexto inicial da década de 1930¹⁸, o poder de intervenção do Estado, transformando-o não somente “em um agente regulador do mercado, mas também como sujeito econômico direto” (DEMIER, 2013, p. 79). A criação dos Institutos do Cacau, do Fumo e da Pecuária, bem como a implantação de fazendas e estações experimentais e, ainda, a montagem de um órgão que centralizasse as ações de fomento econômico na Bahia foi entendida como um indicio de que Juracy Magalhães pode ser considerado como um elemento fundamental na execução do planejamento e a intervenção estatal na economia.

Os anos pós 1930 ficaram marcados pelas alterações estruturais do Estado brasileiro. Essa conjuntura significou, do ponto de vista político, a desagregação do Estado oligárquico, sem necessariamente exprimir o fim das oligarquias¹⁹, e, da perspectiva da economia, a

¹⁸ Juracy Magalhães nas décadas de 1940 e 1950 ainda defendia a atuação e o planejamento estatal como pressupostos para o desenvolvimento econômico do país, com destaque para o setor energético e de mineração, não foi por acaso a sua atuação como presidente das empresas estatais Vale do Rio Doce e Petrobrás, cuja atuação será analisada em seção posterior. Entretanto, já nessa fase, ele advogava pela participação, cada vez mais efetiva, da iniciativa privada na realização destas empreitadas e, nos anos de 1960, 1970 e 1980, suas relações com este setor, inclusive aquele associado ao capital estrangeiro, se tornaram cada vez mais estreitas.

¹⁹ Teoricamente, a acomodação de grupos tendo em vista mudanças políticas abruptas é um processo recorrente no Estado burguês, onde esses procuram se realocar e se reagrupar, é explicada a partir do conceito de autonomia relativa do Estado e da montagem de um Estado de Compromisso, já discutidos anteriormente. Nesse sentido, as frações ligadas ao café foram retiradas do poder de Estado, contudo, ainda mantinham certo domínio econômico, pois o café se mantinha como um importante fator de arrecadação, aliado a isso, os outros grupos oligárquicos não conseguiram assumir efetivamente a dominação política. Conforme análise de Demier (2013),

emergência de um novo modo de acumulação capitalista. De acordo com Octávio Ianni (1979), a chamada Revolução de 1930 foi responsável por gerar as condições necessárias para o estabelecimento de um Estado propriamente burguês, no Brasil. Este processo apresentou “um sistema que engloba[va] instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês” (IANNI, 1979, p. 13). No período compreendido entre os 1930 e 1970 ocorreram, reformulações nas “condições de funcionamento do mercado de fatores de produção, [...], bem como as relações internas de produção, e as relações internas de produção, e as relações entre a economia brasileira e a economia internacional” (IANNI, 1979, p. 14).

Alteraram-se, também, as relações entre o Estado e o sistema político e econômico, estas se deram a partir de medidas na área econômica e na criação de uma nova estrutura institucional. Uma vez que a crise do capitalismo, em 1929, desagregou todo o modelo econômico do país, baseado exclusivamente nas exportações de produtos primários, o que denotava uma situação de dependência e vulnerabilidade em relação ao capital externo, os vencedores de 1930 buscaram soluções para resolver o agravamento da situação econômica. As medidas econômico-financeiras e as reformas político-administrativas se constituíram em respostas do governo para dar solução “aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, por injunções de interesses e pressões econômicos, políticos, sociais e militares” (IANNI, 1979, p. 15) e, completando, “às vezes as pressões e os interesses – principalmente econômicos e financeiros – eram de origem externa” (IANNI, 1979, p. 15).

As novas diretrizes governamentais caracterizaram-se por um distanciamento, ou mesmo condenação aberta, das ações do liberalismo econômico vigentes durante a República oligárquica. A solução encontrada pelos novos governantes foi “reformular, redimensionar e integrar órgãos governamentais preexistentes; ou criar novos” (IANNI, 1979, p. 22). O contexto a partir de 1930 foi marcado por um processo de centralização econômica por parte do Estado e de intervenção nos processos de trocas econômicas e no ordenamento das funções das forças produtivas do mercado, no Brasil. Para tanto, o governo federal e os governos

“renovado, incorporado e adquirindo novas atribuições, o *núcleo duro* do aparelho estatal, composto pelo poder executivo com sua burocracia e Forças Armadas, elevou-se sobre todas as frações do capital justamente para preservar aquilo que, essencialmente, interessava a todas elas: a manutenção da sociedade burguesa no Brasil” (DEMIER, 2013, p. 76) (grifos do autor). Nessa conjuntura, o Estado assumira as “necessidades urgentes da reprodução do capital em um contexto de reconfiguração das relações externas, conduziu e determinou a realização desse ‘compromisso’ intraburguês” (DEMIER, 2013, p. 76). Isso significou que o Estado oligárquico já não atendia a essas demandas de acumulação capitalista, no entanto, as oligarquias continuaram fazendo parte do bloco no poder, desta vez com o seu papel redimensionado, pois para Florestan Fernandes ainda mantinham controle sobre parcela significativa da população, resultando em considerável força eleitoral, por outro lado, de acordo com Francisco de Oliveira e Caio Prado Júnior, as divisas geradas pelo setor agrícola foram fundamentais para o processo de implementação de um modelo industrial na economia brasileira.

estaduais, estes submetidos cada vez mais àquele, buscaram o planejamento econômicos a partir de diversos órgãos de fomento, de estudos e de aplicação de técnicas de produção.

Assim, nos anos de 1930-1945, o governo federal criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. Além disso, promulgou leis e decretos. E incentivou a realização de debates, em nível oficial e oficioso, sobre os problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais, tecnológicos e outros. As medidas adotadas pelo governo alcançaram praticamente todas as esferas da sociedade nacional. Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral (IANNI, 1979, p. 22).

O Estado assumiu a tarefa de transformação das atividades produtivas no país. O processo de centralização buscou dar uma direção à economia nacional em um contexto específico de crise e depressão no centro do capitalismo internacional e, neste caso, “demonstram as possibilidades e condições de expansão do modo capitalista de produção, em um país dependente” (IANNI, 1979, p. 24). A criação de órgãos como conselhos, consultorias, institutos visava à realização de estudos e soluções técnicas para os mais variados setores da economia brasileira. Estas iniciativas significavam, efetivamente, “as primeiras manifestações da tecnoestrutura estatal, que iria desenvolver-se bastante nas décadas seguintes” (IANNI, 1979, p. 25).

Precisamente, porque 1930 significou uma crise de hegemonia, o aparelho de Estado será a instância responsável pela criação das condições para que o Brasil deixe de ser um país agrário e rural e torne-se urbano e industrial, e seja plenamente inserido no novo modelo de acumulação advindo da crise. Neste sentido, Dreifuss (1981) destacou que:

O Estado tornou-se um importante produtor de bens e serviços e de infraestrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado no Brasil. O Estado auxiliou também o capital industrial com a criação de uma série de mecanismos destinados a reorganizar a economia, dando prioridade ao processo de acumulação capitalista e transferindo recursos de outras áreas para a indústria. A industrialização foi também estimulada pela vital transformação do consumo não-produtivo dos proprietários de terra, através do país, em capital de giro para os centros industriais. Isso foi alcançado através da estrutura bancária, que se expandiu enormemente no início da década de quarenta e que se ligou em parte aos setores agrários e à indústria através de laços comerciais e familiares, reforçando assim a interdependência entre a oligarquia e a indústria (DREIFUSS, 1981, p. 23)

Na citação, destaque-se o papel ativo do Estado no fomento à economia, nomeadamente em relação ao setor secundário, ao criar as condições básicas para o desenvolvimento da atividade fabril. Além disso, foi o aparelho estatal o responsável por imprimir o ritmo da transformação do capital. A partir da terceira década do século XX, lenta,

mas constantemente, os recursos dos diversos setores econômicos foram transferidos para o setor secundário da economia, visando a consolidação do capital industrial e para a fração da burguesia correlata. Contudo, merece relevo o papel da agricultura neste processo.

O setor agropecuário de exportação, mesmo perdendo a hegemonia, foi fundamental para a expansão do parque industrial no Brasil. Os recursos provenientes de sua comercialização no mercado externo passaram a ser direcionados para o novo padrão de capitalização. Neste caso, antes de ser um empecilho para a modernização, a atividade agrícola foi um meio indispensável para que este objetivo fosse devidamente alcançado. Passou-se, então, a “cumprir o papel de gerador de divisas, estas essenciais para garantir as importações necessárias para o próprio crescimento industrial” (FONSECA, 2014, p.194). Além disso, foi importante como fornecedor de “matérias-primas industriais e alimentos às populações urbanas, embora isto já fosse encontrado no período precedente” (FONSECA, 2014, p.194).

A interdependência entre os dois setores para o processo de acumulação capitalista fica, então, patente, e, neste caso, o Estado seria o viabilizador do arranjo entre parte da oligarquia e de capitalistas comerciais e financeiros, associados ao capital agrário. Nas palavras de Otávio Dulci:

No nível econômico, a política implementada no período esteve voltada para manutenção da complementariedade de interesses entre tais frações dominantes, na medida em que conservava a estrutura rural, estimulando ao mesmo tempo a expansão da economia urbano-industrial. [...]. Os proprietários rurais, à medida que corria este processo, procuravam assegurar certas condições que tinham como indispensáveis, e das quais dependia o seu apoio à política de industrialização: a intangibilidade da estrutura agrária, a manutenção das relações de produção no campo, a defesa dos preços, o incentivo à diversificação da produção, a utilização de insumos agrícolas na indústria. Seus trunfos, de resto, eram decisivos: a produção agrícola era indispensável para o crescimento industrial, tanto como geradora de divisas quanto como abastecedora dos mercados urbanos [...] (DULCI, 1986, p. 26).

Essa perspectiva corrobora, com a definição do papel dos setores agrários para o desenvolvimento da industrialização no Brasil. Em um processo crescente de perda de hegemonia, situação que se concretizou nos anos de 1960, a fração de classe ligada a estas atividades ainda mantiveram parte de seu poder devido à pressão pela sustentação da estrutura fundiária e das relações de trabalho no campo. Estas condições foram fundamentais para que os ganhos com a exportação de produtos primários fossem direcionados para o implemento progressivo das atividades industriais. Neste caso, era fundamental que o Estado mantivesse uma política de fomento aos principais produtos de exportação do país.

É nesse contexto que, na Bahia, também a partir da década de 1930, o Estado iniciou uma série de políticas públicas, de estudos técnicos e de organização de órgãos de fomento ao setor primário da economia. Juracy Magalhães, interventor, indicado por Vargas, aplicou no Estado o receituário do governo federal e estabeleceu medidas centralizadoras e intervencionistas no sentido de debelar os efeitos da crise econômica que se abateu sobre a Bahia, devido à queda na arrecadação dos principais produtos primários de exportação e fontes de receita. Em suas memórias, a serem discutidas no último capítulo, serão recorrentes as referências às suas ações como fundador das autarquias, empresas e institutos destinados à tentativa de intervenção e saneamento da economia baiana. Neste processo, ele interferiu para gerar a imagem de um político e administrador competente e eficiente e que seria destinado à resolução dos principais problemas do estado.

O principal produto da pauta de exportações da Bahia era o cacau, que durante toda primeira República sustentou economicamente o Estado, logo em seguida aparecia o fumo. Ambos os produtos sofreram com a queda no volume das vendas externas e a diminuição drástica dos preços no mercado internacional, devido à depressão na década de 1930. Seguindo as diretrizes econômicas do Governo Provisório, Juracy Magalhães organizou e fundou uma série de institutos de fomento que visavam o planejamento, a racionalização e a busca por melhores condições de produção e comercialização dos produtos e, ainda, da melhoria de infraestrutura para o escoamento da sua produção. Entre os principais, destacaram-se o Instituto do Cacau da Bahia, Instituto do Fumo, Instituto da Pecuária e o Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia.

As instituições foram concebidas como parte deste processo de acumulação capitalista voltados para a industrialização, onde os setores agrários se fizeram fundamentais, ao mesmo tempo em que estes ainda mantinham elementos de seu poder. A ação reguladora, impulsionadora, centralizadora, planejadora e intervencionista do Estado esteve presente na implementação das mesmas. Juracy Magalhães integrou-se à nova postura estatal frente aos diferentes problemas econômicos e fez deste um ator ativo no fomento às principais atividades econômicas da Bahia.

5.2. O INSTITUTO DO CACAU DA BAHIA

A economia cacauera representava, na década de 1930, a principal atividade econômica da Bahia, e, desse modo, sua principal fonte de recursos financeiros²⁰. No entanto, Juracy Magalhães, em documento endereçado a Getúlio Vargas, denunciou a situação de abandono enfrentada pela lavoura em questão. Um dos problemas relatados foi a questão da superprodução que derrubou os preços no mercado internacional. Trazendo dados de uma revista alemã, a *Gordian*, o interventor afirmou que, em 1931:

Houve um excesso de produção sobre o consumo mundial de 14.355 toneladas, tornando-se necessário cuidar-se da melhoria da produção baiana, para que possa vitoriosamente fazer parte do corpo do consumo mundial e, assim, não sofra tão fortemente os efeitos da crise que se avizinha (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 11).

Por ser um produto primário e de exportação, assim como tantos outros no Brasil, cujo maior exemplo era o café, o cacau estava, igualmente, sujeito às flutuações e humores do mercado internacional. Eventos como a crise de 1929, a depressão da década de 1930 e o início da Segunda Guerra Mundial foram fatores que corroboraram para a dificuldade na exportação e geraram desestruturação da lavoura e levaram a uma recomposição em novas bases, conforme estudo de Amílcar Baiardi (BAIARDI, 1984, p. 63). Os prejuízos precisavam ser sanados pela ação intervencionista do Estado, portanto era dessa maneira que Juracy Magalhães encarava o problema do cacau na Bahia. Ao trazer os números que representavam a importância da produção do cacau para a economia baiana, o interventor ressaltava que:

Ocupa a Bahia o segundo lugar na produção mundial de cacau, logo em seguida à Costa do Ouro, que produz 241.336 toneladas. A exportação baiana de cacau em 1931 foi de 73.303 toneladas. Em 3º lugar fica a Nigéria, cuja produção foi de 50.047 toneladas no mesmo ano (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 11).

Para Juracy Magalhães, uma lavoura de tal importância para a economia, não somente da Bahia, mas também do Brasil, não deveria ser abandonada à própria sorte. Aqui aparece já a crítica à política liberal em relação à produção do cacau quando afirmou que o produto em

²⁰ Os valores movimentados pela exportação do cacau chegaram a pouco mais de um milhão de contos de réis, entre os anos de 1921 e 1931 (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 10). Em números proporcionais, o comércio das amêndoas de cacau respondia por 42% das exportações da Bahia (BAIARDI, 1984, p. 64). Em relação ao Brasil, a quase totalidade da exportação de cacau do Brasil era proveniente da lavoura baiana, cuja proporção chegava aos 95% (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 30).

questão “jazia em completo abandono” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 10) e acusava os antigos governantes de não atenderem durante quarenta anos (exatamente a duração da república oligárquica-liberal) as reivindicações dos produtores para a solução dos problemas, a partir da ação estatal.

O Instituto do Cacau da Bahia (ICB), criado em oito de junho de 1931, ainda na interventoria de Arthur Neiva, seria a resposta para solucionar os “magnos” problemas da lavoura cacauceira e foi, efetivamente, a primeira ação perpetrada pelo Estado no sentido de intervir neste setor da economia, na Bahia (MARINHO, 2001 p. 2). A ação intervencionista do Estado teria por objetivos “a racionalização da lavoura do cacau, através de sua atividade bancária, comercial e técnico-agrícola” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 11). Se constituindo enquanto “uma sociedade de caráter cooperativo”, outro objetivo era a tentativa de controle das operações de compra e venda visando evitar a tendência especulativa que caracterizava anteriormente o comércio do cacau, além dos investimentos em infraestrutura (BAIARDI, 1984, p. 64). E, neste sentido, os princípios que regeriam a sua organização, seriam os seguintes:

1º) Organização do crédito hipotecário a prazos longos e do crédito agrícola móvel, sob o controle dos próprios produtores, de maneira a garantir-lhes o financiamento de suas propriedades em condições estimulantes para a produção, assegurando-lhes independência econômica e conseqüentemente a liberdade de transações de maior capacidade para melhoramento dos seus meios de produção.

2º) Campanha intensiva visando o melhoramento dos processos de cultura e beneficiamento do cacau para obtenção do melhor produto pelo menor preço compatível com as necessidades de um preparo superior e de um gradual alteamento do padrão de vida da nossa gente rural.

3º) Rigorosa padronização, classificação e imunização do cacau exportado de jeito a garantir-lhe mercados crescentes pela honestidade dos tipos e rigor da seleção.

4º) Fomento da policultura na zona de cacau para garantir uma melhor organização da sua economia rural, evitando os males da monocultura e a importação das necessidades de vida conforme sucede atualmente.

5º) Melhoramento e barateamento dos meios de transporte. (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 11-12)

O complexo que formava o ICB também deveria ser constituído por uma rede de armazéns gerais que seriam construídos em Salvador²¹ e em Ilhéus. Estes depósitos e entrepostos de exportação foram “destinados à classificação e à afixação dos padrões ou tipos, e, ao mesmo tempo, ao serviço de imunização e conserva do produto, constitui uma necessidade indeclinável para a defesa biológica e econômica de produção” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 37).

²¹ O armazém geral de Salvador já estava em construção, em 1933. Ele integraria a sede do Instituto do Cacau da Bahia e seria inaugurado, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, em 1936.

Os pilares destacados nortearam a fundação do Instituto e foram estabelecidos como pressupostos para o desenvolvimento de uma intervenção política no setor agrícola, muito bem sucedida, que se completaria com a fundação da CEPLAC, no final da década de 1950. De acordo com a afirmação de Amílcar Baiardi, ela será composta por uma ação articulada entre “pesquisa, extensão rural e o crédito, além da comercialização de insumos, na linha de apoio à unidade de produção capitalista” (BAIARDI, 1984, p. 62).

A partir da declaração de princípios acima exposta, pode-se entender as preocupações relacionadas aos problemas que afetavam a produção cacaueteira desde, ao menos, os anos finais da década de 1920. Havia, neste caso uma perspectiva nítida de tentar controlar a atividade econômica em questão: o crédito agrícola que se colocava como fundamental para a expansão da capacidade produtiva e dos meios de produção; a questão das técnicas de cultivo e beneficiamento, visando a melhoria das condições de negociação no mercado e aliado a isso, a tecnologia deveria contribuir para a garantia de um lugar para o cacau baiano nos mercados internacionais, como uma marca, trazendo como característica a linguagem da massificação industrial, como padronização e classificação. O chefe do executivo estadual apontou, também, para uma alteração no modo com que se percebia o papel do setor agrário: a tendência para a diversificação da produção agrícola. E para finalizar, destacou a importância de uma rede de escoamento, através de portos, estradas e ferrovias que permitissem que o produto chegasse mais rápido ao seu destino. De acordo com Pedro Lopes Marinho, além destes princípios e objetivos:

Dois princípios básicos norteiam o ato de criação do ICB: o primeiro de caráter emergencial visa o urgente atendimento aos lavradores nas dificuldades financeiras, agravadas pela conjuntura da crise generalizada que afeta particularmente os produtores agrícolas de exportação. O outro volta-se para oferecer à lavoura apoio permanente. No primeiro caso, objetiva restabelecer o ritmo normal das atividades de produção e comércio, desorganizado pelos efeitos da crise, e no segundo, propõe-se a adoção de política econômica capaz de garantir o desenvolvimento da cacauicultura baiana em bases mais sólidas (MARINHO, 2001 p. 5).

O início do funcionamento do ICB contou com aporte financeiro do governo federal, via aporte financeiro do Banco do Brasil, sob garantia do Governo da Bahia que liberou os recursos destinados ao empréstimo hipotecário para os produtores e para o investimento em infraestrutura de transportes, principalmente a construção e a recuperação de estradas de rodagem, na região produtora. Sobre este fato, Juracy Magalhães relatou ao *Diário da Bahia* que:

Realizou o Instituto do Cacau, por meu intermédio, uma brilhante operação financeira, que como todas realizadas em meu governo, são justo título de orgulho para a atual administração do Estado. No governo Neiva conseguiu o Instituto, no Banco do Brasil, com a garantia do Estado, um empréstimo de 10 mil contos a juros de 8% e prazo de 4 anos. Posteriormente já em meu governo, foi transferido este empréstimo para a Caixa Econômica, sendo aumentado para 25 mil contos, prazo de 17 anos e com o mesmo juro. Agora, graças ao crédito do Estado e do Instituto, foi este empréstimo aumentado para 40 mil contos com a redução dos juros de 8 para 6,5%, o que representa uma ótima operação financeira (BPEBa, DIÁRIO DA BAHIA, 04/10/1933, p. 3).

Entretanto, estes valores não foram aplicados de uma só vez e dependeram de estudos e avaliações relacionadas às propriedades a serem hipotecadas como garantia para os empréstimos. Em relação aos recursos aportados para as primeiras operações, o interventor destacou que:

Já foram aprovados cerca de 12.232 contos de empréstimo a prazos de 12 a 20 anos e juros de 8%, tendo sido avaliadas ou estando em curso de avaliação cerca de 580 propriedades, na estimativa de um valor superior a 60.000 contos de réis. Convém salientar que os juros anuais na lavoura do Sul do Estado eram de 18, 24 e até 30%! (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 12).

O planejamento para as estradas de rodagem contava com a previsão de aproximadamente três a quatro mil contos de réis, a serem investidos entre 1932 e 1933. No setor de infraestrutura, estava em estudo ainda a construção de armazéns para estoque e classificação das amêndoas do cacau, em Salvador e em Ilhéus (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 12-13). Estas primeiras realizações definidas logo após a criação do ICB demonstraram que estavam em curso o aprofundamento e a extensão da ação do Estado na área econômica, caracterizados pela intervenção, marcada, segundo Fonseca, pelas seguintes características:

Burocratização, racionalização e centralização da tomada de decisões, tendo como polo impulsionador o governo federal. Estas vão facilitando mudanças – econômicas, políticas e sociais –, que se constituem verdadeiro processo de transformação capitalista (FONSECA, 2014, p. 193).

Os jornais baianos, ligados ao grupo político do interventor, também destacaram as ações do Estado no sentido de fomentar, intervir e racionalizar a produção do cacau e de outros produtos agrícolas. O *Diário da Bahia*, em artigo do dia vinte seis de agosto de 1933, exaltou o papel exercido pelo Governo Provisório na criação do ICB. Entretanto, antes de partir para o elogio ao “Ditador”, o articulista lembrou o fato de que a Bahia era sustentada economicamente pela lavoura cacauzeira e sua importância era tamanha para as finanças baianas “que pode ser considerada para o mecanismo público do Estado, o que o sangue é

para o organismo humano” (BPEBa, DIÁRIO DA BAHIA, 26/08/1933, p. 2). Mas a despeito disso, continuava o artigo, “nunca conseguimos obter da união a menor soma de auxílio para essa lavoura mãe” (BPEBa, DIÁRIO DA BAHIA, 26/08/1933, p. 2).

Era preciso estabelecer uma diferença entre os dois períodos para que o ato de criação do ICB fosse divulgado como um marco fundamental na história da Bahia, associando a imagem de Getúlio Vargas como aquele que conseguiu solucionar o problema da produção agrícola do Estado.

O governo Arthur Neiva ideou e o atual [Juracy Magalhães] realizou essa organização benemerita do Instituto do Cacau. Que seriam, senão mera utopia, esse plano e realização, não fora a boa vontade do sr. Getúlio Vargas, concedendo os recursos financeiros e legais disponíveis à defesa da principal cultura baiana? (BPEBa, DIÁRIO DA BAHIA, 26/08/1933, p. 2).

Em nova exposição destinada a Vargas, dessa vez referente ao exercício de 1932, Juracy Magalhães continuou a tratar dos temas referentes à lavoura do cacau e às políticas de Estado com vistas à planificação, ao planejamento, à intervenção e à aplicação de conceitos técnico-científicos, por meio das ações implementadas pelo ICB. Neste documento, por ter conseguido completar um ano inteiro à frente do executivo estadual, o interventor apresentou em sua descrição um quadro mais completo e detalhado sobre as condições da cacauicultura e das atividades já desenvolvidas pelo seu órgão regulador.

A primeira informação que se destacou foi o aumento significativo da produção, em número de sacas de amêndoas de cacau²². O aumento da produção baiana não foi um fato isolado e acompanhava uma tendência mundial, cujo total, em 1931, foi de 546.208 (quinhentos e quarenta e seis mil e duzentos e oito) toneladas. A curva ascendente na produtividade da lavoura do cacau, em nível internacional, significava o risco da superprodução em relação à capacidade do consumo, resultando na formação de estoques crescentes do produto. Diante desse quadro, Juracy Magalhães considerou que apenas o planejamento racional, a partir da ação do Estado, teria a capacidade para dirimir os riscos que esta situação acarretaria. Ele entendia que a conjuntura “determinar[ia] uma luta econômica nos mercados, da qual tirar[ia] maiores vantagens o país que pude[sse] apresentar o melhor produto, convenientemente padronizado, pelo mais baixo preço possível” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 31). Nesse sentido, o interventor justificou criação do ICB como um

²² A safra referente aos anos de 1931-1932 foi a maior, considerando-se um período de dez anos, registrando um total de 1.531.776 (um milhão quinhentos e trinta e um mil e setecentos e setenta e seis) sacas. A título de comparação, a safra anterior, de 1930-1931, produziu 937.599 (novecentas e trinta e sete mil e quinhentas e noventa e nove) sacas. (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 30-31).

elemento fundamental em matéria de planejamento econômico, pois que “assegura[va] a defesa dessa nossa produção, dentro de uma orientação racional e em atuação cuidadosa e vigilante” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 31). Quando criado, na opinião do interventor, o ICB apareceu como uma “tábua de salvação” para os produtores agrícolas:

Anteriormente, ao início de suas atividades a mera criação de uma entidade destinada ao amparo da lavoura, agira, entre os lavradores, à feição de um tônico, reerguendo-lhes o moral abatimento e reanimando-os com as perspectivas de uma próxima salvação (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 32).

Por ser parte de um relatório e representar uma prestação de contas para o chefe do Governo Provisório, a linguagem empregada se utilizou de hipérboles e metáforas cujo objetivo era convencer ao superior hierárquico de que o trabalho realizado pelo interventor estava a contento. Entretanto, apesar dessa questão, destacou-se o apoio à produção cacaueteira e da perspectiva de fomento a esta atividade econômica.

Foram destacados diversos setores em que a atuação do ICB se fazia presente. A perspectiva da ação estatal, através desta autarquia, era marcada pelo planejamento e pela intervenção em toda a cadeia produtiva. A começar pela dotação de recursos financeiros através de empréstimos hipotecários a juros baixos e prazos dilatados. De acordo com o interventor, nas primeiras operações:

A Carteira Hipotecária [do ICB] operou com grande eficiência, realizando 757 avaliações e concedendo 390 empréstimos no valor de 23.221:400\$000, dos quais 242, no valor de 14.472:850\$000, já definitivamente realizados. [...]. Aquele total de operações representou na zona em apreço a diferença entre a salvação da respectiva lavoura e a sua, quiçá, fragorosa ruína ou completa desorganização por anos (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 33).

O Estado atuou enquanto um agente financiador direto da recuperação econômica dos produtores de cacau, através do Banco do Brasil. A operação financeira contou com a redução de juros de empréstimos anteriores em renegociações que permitiram, inclusive, a possibilidade de os devedores continuarem a receber mais recursos. Um resultado prático desta intervenção estatal foi o aumento da circulação de numerário nas cidades que formavam a zona cacaueteira (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 33-34). Diante disso, reafirmou Juracy Magalhães que estava ocorrendo uma renovação na região, fruto “direto da ação do Instituto, o qual beneficia assim todos quantos desenvolvem a sua atividade no sul baiano, quer na lavoura, quer no comércio, quer nas lides profissionais” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 34).

Além do financiamento direto da produção agrícola, através de uma carteira de crédito, o ICB era responsável, igualmente, pela intermediação comercial entre os produtores locais e os representantes dos importadores de cacau no mercado internacional, através da sua Carteira Comercial. Esta atuação se deu por conta da necessidade em se corrigir aquilo que Juracy Magalhães chamou de medidas antieconômicas. As circunstâncias da crise exigiram:

Que o instituto entrasse a comprar no mercado, em virtude do natural pequeno vulto de consignações feitas no primeiro ano, concorrendo, dest'arte, para uma maior animação no mercado interno e evitando uma queda ainda mais ruinosa de preços (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 35).

Neste caso, o Estado, através da ICB, atuou como um verdadeiro gerente dos negócios do cacau. E isto significava, de acordo com Monteiro, que “mesmo sendo o ICB órgão estadual, ele cumpre fielmente o papel delineado aos outros institutos pelo governo federal” (MONTEIRO, 2001, p.7). O modelo pioneiro para este tipo de órgão estatal foi o Conselho Nacional do Café, depois, Departamento Nacional do Café e, conforme afirma Fonseca, “a intervenção federal na política cafeeira foi, pela relevância do produto, aspecto essencial da centralização econômica governamental a partir de 1930” (FONSECA, 2014, p. 163). O que significa que as ações da interventoria federal estavam de acordo com a política de centralização e intervenção na área econômica, empreendida pelo Governo Provisório, como forma de tentar sustar os efeitos da crise de 1929 e seus resultados devastadores sobre os principais produtos de exportação. E o documento ora analisando é um sintoma desta situação e, ainda sobre esta questão, Juracy Magalhães trouxe para a sua exposição, endereçada a Vargas, trechos do relatório Diretoria do ICB, no qual são reforçados o princípio norteador e o caráter da instituição:

Quem quer que tenha a mais ligeira e superficial noção de organização econômica compreenderá, à primeira vista, que seria inútil tentar qualquer obra deste porte (da do Instituto) sem que ela abrangesse todos os fatores que constituem a entrosagem da organização econômica de uma lavoura, desde os seus labores iniciais no plantio e amanho da terra, até a definitiva colocação da mercadoria colhida e beneficiada. *Em todos os momentos e detalhes dessa jornada laboriosa, o Instituto pode e deve legitimamente intervir, no cumprimento de sua missão de orientador e defensor da lavoura, atalaia incansável dos seus interesses e do seu bem estar. Analista rigoroso das condições nas quais se processam ciclos produtor e distribuidor da mercadoria, das mãos do lavrador às do consumidor. Excluída, embora qualquer preocupação de valorizações antieconômicas, artificiais ou violentas, não seria possível desassociar a legítima defesa comercial do cacau do seu fomento agrícola ou reparo financeiro.* No particular, a seara comercial é tanto competência do Instituto como os demais aspectos da organização econômica da produção. *A defesa econômica da lavoura, [...], porém, exige, imperiosamente, uma série de medidas relacionadas como o próprio comércio da mercadoria até a sua eventual colocação nos mercados consumidores* (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 35-36). (Grifo nosso).

As pretensões em abarcar todas as esferas possíveis que tivessem ligação com a produção, armazenamento, transporte e comercialização das amêndoas do cacau estão reproduzidas nesta citação. Esta postura estava em consonância com os aspectos basilares das novas relações estabelecidas entre o Estado e a economia, após 1930, marcada pelo intervencionismo e que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, a partir de então (FONSECA, 2014, p. 197). Este fato significou um apelo cada vez maior à centralização econômica, que estava sendo levada a cabo na esfera federal e que se reproduzia a nível estadual (FONSECA, 2014, p. 165).

A necessidade de intervenção na área comercial se completava com a demanda de uma estocagem adequada para produção. Além disso, era preciso estabelecer as regras de triagem, fundamentais para o estabelecimento de uma padronização das amêndoas destinadas ao mercado internacional. Todas estas questões deveriam passar pelo crivo regulamentador do Estado, via ICB. A construção dos armazéns era resultado de cálculos, cujas implicações eram baseadas nas “atuais necessidades do comércio de cacau baiano e sua expansão previsível no futuro imediato, correspondendo a uma percentagem de armazenagem entre 20 a 25% da safra atual” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 37).

Neste caso, os estudos técnicos passavam ainda pelas previsões estatísticas da produtividade da lavoura, em uma tentativa de planejar as futuras safras e o espaço destinado à estocagem e à “padronização de tipos de exportação, garantidora de prestígio do produto baiano nos mercados consumidores e base de toda a moderna eficiência industrial e comercial.” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 38). Dessa maneira, o Estado, pós 1930, continuou a desenvolver a sua tendência de estabelecer o estudo, a coordenação, proteção, disciplina, reorientação e incentivo às atividades produtivas. Destaque da política econômica, por parte do governo, para os problemas relacionados ao comércio exterior, questão sensível para um país dependente no concerto das nações capitalistas (IANNI, 1979, p. 22-29).

Para atender ao processo de centralização, o armazém mais importante, aquele que aglutinaria todas as funções atribuídas ao ICB, não seria localizado na região sul da Bahia, aquela que era o âmago da produção cacaeira, mas em Salvador, sede do executivo estadual, portanto, ao alcance do controle mais efetivo do Estado. Neste caso, a configuração do projeto que deveria comportar o armazém geral e a sede do ICB, na capital baiana, se deu da seguinte maneira:

Aproveitando a construção dos seus armazéns gerais na Bahia, o Instituto instalará, numa das partes do edifício, a sua sede definitiva, compreendendo os serviços bancários, comerciais, sociais e de propaganda, incluindo um grande hall de exposição, de caráter demonstrativo e educativo, para a apresentação artística de todos os aspectos da lavoura cacaueteira. O custo total da instalação da sede propriamente não excederá de 10% do custo total do edifício e mecanismos, além de constituir um índice de civilização e progresso da Bahia (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 38).

O setor responsável por esta ação era a secção Técnico-Agrícola do Instituto, criada através de uma ação conjunta em que o Governo Provisório, por meio do Ministério da Agricultura, transferiu para o Estado da Bahia, em dezanove de janeiro de 1932, a Estação Geral de Experimentação de Ilhéus. Oficialmente, o ICB integrou este órgão à sua estrutura organizacional, em nove de março do mesmo ano (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 38). Juracy Magalhães, desse modo descreveu de que maneira o Instituto do Cacau iria intervir nos aspectos técnicos da lavoura cacaueteira e regulamentar a sua produção:

A secção Técnico-Agrícola do Instituto, com sede nessa Estação, visa difundir por todos os meios práticos e eficientes os ensinamentos da técnica moderna relativa à cultura, trato e beneficiamento do cacau e aproveitamento de seus subprodutos; proceder às pesquisas, análises e experiências exigidas para a consecução dos seus fins, mantendo os necessários laboratórios e estações experimentais; fomentar o desenvolvimento da policultura na zona do cacau, garantindo uma boa organização de sua economia rural e evitando os males monocultura (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 38-39)

Esta era a faceta técnico-científica da política estatal para a resolução dos problemas que afetavam os diversos setores econômicos da Bahia, nomeadamente aquele ligado aos produtos agrícolas destinados à exportação. A insistência em destacar o caráter de inovação e modernidade referente ao trato com a lavoura e a importância da pesquisa nos laboratórios e estações experimentais podem indicar, ainda, uma defasagem e uma obsolescência no trato com a principal fonte de recursos financeiros para a economia baiana, no período anterior. Fica, então, subentendido, que somente após um processo de modernização, através de práticas científicas e tecnológicas eficientes, a cacauicultura poderia lograr êxitos com o aumento da produtividade e a ampliação de suas rendas.

Outra questão sensível, que mais uma vez apareceu na exposição de Juracy Magalhães, foi a defesa da importância da policultura e, nesse caso, novamente, o interventor estava seguindo as determinações e diretrizes econômicas preconizadas para o setor agrícola por parte do Governo Provisório. Conforme estudo de Fonseca, “o governo não deixou de tomar medidas favoráveis ao café, mas na área agrícola foi o incentivo à policultura a principal marca de sua política econômica após 1930” (FONSECA, 2014, p. 219).

Na Bahia, o cacau era o produto que representava a monocultura, entretanto, em relação ao quadro econômico nacional, o incentivo à lavoura cacauzeira significava o fomento à variação da produção agrícola. Juracy Magalhães defendia a necessidade da diversificação do setor primário, ou seja, o fomento deste setor produtivo passou a ser considerado como um fator de “soerguimento” da economia baiana.

Sobre a questão relacionada à necessidade de uma malha de transportes eficiente, Juracy Magalhães relatou que:

No decurso do ano de 1932, o Instituto procedeu aos trabalhos de reconhecimento de toda a zona do cacau com o fito de organizar o plano rodoviário exigido para o fácil e econômico escoamento da produção, plano esse já esboçado, que atende, nos seus vários trechos, à finalidade econômica do transporte do cacau dos centros produtores para os pontos de embarque ao comércio e que, no seu conjunto, constitui uma série de estradas inter-municipais de alto valor social. [...]. O plano rodoviário compreende 800 quilômetros de novas rodovias, às quais serão anexados cerca de 140 quilômetros de estradas já existentes ou a serem construídas (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 39-40).

Nesta exposição aparecem os elementos que apontam para o gradativo processo de racionalização, através de planos e estudos que buscavam dar conta de todas variáveis que poderiam influenciar o desenvolvimento da produção agrícola. Em relação ao tema dos transportes, destaca-se a perspectiva de controle e centralização da zona produtora, através da integração, via rede de rodovias, além da promessa de eficiência e rapidez no escoamento da produção, desde o lavrador até os centros de distribuição, contribuindo, desse modo, para o barateamento do produto no mercado. E, completado as ações neste setor, os recursos seriam também investidos na construção de pontes de concreto, facilitando o acesso às localidades produtoras mais remotas.

Conforme visto anteriormente, a criação de órgãos de fomento não era uma exclusividade da interventoria federal na Bahia (FONSECA, 2014, p. 220). Além disso, a pesquisa científica visando desenvolver as diversas culturas era realizada em diversas regiões do Brasil, destacando-se, na Bahia, o caso do cacau, do fumo e da fruticultura.

Em um discurso publicado no *Diário da Bahia*, datado de vinte e sete de agosto de 1933, durante a passagem de Vargas por Salvador, Juracy Magalhães, além de destacar a ação do Governo provisório no financiamento da lavoura do cacau, abordou os casos do algodão, café, açúcar e pecuária. Todos os setores alvos de fomento e intervenção estatal, através de institutos e órgãos de experimentação e melhoramento agropecuário.

O algodão plantado e cultivado por processos primitivos, foi, igualmente, beneficiado com o crédito destinado à propaganda, instrução técnica dos lavradores e instalação de usinas modernas para beneficiamento e acondicionamento do produto e conseqüentemente o barateamento da produção e melhor aceitação nos mercados consumidores. Graças também à interferência oportuna e sábia de V. Exa., o lavrador de café recebeu instrução científica ministrada por técnicos especializados na espécie, colimando a seleção do produto e a faculdade dos meios indispensáveis para resistir a deblace sofrida pela mais rica lavoura brasileira. O açúcar com a criação do Instituto, órgão de defesa açucareira do Brasil, assinalou um passo largo para o seu desafogo financeiro e estabilidade econômica. A pecuária, mercê da aquisição de reprodutores de raças finas, toma novos rumos que levarão certamente a Bahia a um lugar de relevo entre os grandes estados criadores (BPEBa, DIÁRIO DA BAHIA, 27/08/1933, p. 1).

Desse modo, percebe-se uma reorientação na política econômica voltada para o financiamento e a modernização da produção agropecuária no Brasil e na Bahia. Neste caso, a criação do ICB funcionou, no setor agrário da economia baiana, como um centro de irradiação de novas práticas, uma vez que a experiência com o cacau foi aproveitada na organização do Instituto do Fumo, da Pecuária e fazendas e estações experimentais dos mais diversos produtos de exportação.

Sendo assim, comparem-se algumas formulações defendidas por Vargas em discurso proferido na abertura das atividades da Assembleia Constituinte, no ano de 1933, com aquelas anteriormente divulgadas por Juracy Magalhães. O chefe do Governo Provisório partia do princípio, óbvio, de que àquela altura, no início da década de 1930, as bases que sustentavam a economia do Brasil estavam assentadas sobre a produção agropecuária e de matérias primas, que significava também a sustentação de sua pauta de exportações. Por conta desta dependência, explicava Vargas, a crise generalizada gerou conseqüências graves, como tendências significativas de queda no comércio internacional (VARGAS, 1938, vol. 3, p. 104). Mas, considerava que parte do problema decorria de questões internas, marcadas pela “péssima organização da lavoura e da precariedade do crédito agrícola” (VARGAS, 1938, vol. 3, p. 104).

Na busca pela resolução dos problemas relacionados às questões internas o governo precisou intervir no setor primário da economia significativamente no sentido de “melhorar a produção, estimulando-lhe o desenvolvimento dentro de condições mais racionais e de mais seguros resultados” (VARGAS, 1938, vol. 3, p. 105). Um dos aspectos desta ação estatal foi:

A criação de bancos especializados, de acordo com as necessidades a atender, principalmente de crédito agrícola em geral, com intuito determinado de promover o surto de novas riquezas agrícolas e amparar as indústrias de produção existentes: café, açúcar, cacau, álcool-motor, pecuária e seus derivados. Além disso, pretendemos, cada vez mais, intensificar, nacionalizando-as, a pesquisa e a

exploração de minérios, em cujas jazidas inexploradas se oculta segura fonte de riqueza (VARGAS, 1938, vol. 2, p. 44-45).

A ação estatal, neste caso, passava pelo financiamento, via abertura de linhas de crédito para o setor agrícola, que visava sanar as dificuldades que afligiam os principais produtos da pauta de exportações do Brasil, além de possibilitar um incremento à policultura. Acrescente-se, ainda, a preocupação do governo com a pesquisa e a exploração das riquezas minerais. Estas questões diziam respeito à “preocupação de valorizar e defender a produção e a exportação pelos meios racionais de seleção e melhoria dos produtos” (VARGAS, 1938, vol. 3, p. 106).

Um dos imperativos para o estabelecimento da melhoria técnica, da diversificação da produção agrícola no Brasil e do atendimento da necessidade de dotar a agricultura brasileira de um maior grau de racionalidade era a transformação da estrutura administrativa do Ministério da Agricultura e a ampliação de suas funções como o órgão que centralizaria o novo modelo de exploração econômica do setor agropecuário e mineral.

A organização e o desenvolvimento da produção nacional constituem tarefa de suma importância, que deve encontrar no Ministério da Agricultura o seu órgão especializado. Para adaptá-lo a essa finalidade, impunha-se, desde logo, imprimir-lhe nova orientação, remodelando e ampliando, em moldes técnicos e racionais, os serviços distribuídos pelas diversas seções que lhe centralizam a atividade (VARGAS, 1938, vol. 3, p. 106-107).

Para tanto, Vargas, ao continuar a sua comunicação na Assembleia Constituinte, destacou o fato de que o reaparelhamento do Ministério da Agricultura tornaria este órgão responsável por atender às seguintes finalidades definidas como suas prioridades:

a) estudar o aproveitamento racional das matérias primas minerais, vegetais e animais, padronizando e fiscalizando os tipos de produção; b) estender a rede de pesquisas geológicas e mineralógicas, de forma a estabelecer um cadastro tão completo quanto possível da riqueza mineral do país; c) avaliar as disponibilidades da energia utilizável pela indústria, determinando a potência das quedas d'água, a capacidade das jazidas de carvão e a existência de depósitos petrolíferos; d) aperfeiçoar nossas condições agrícolas pela seleção de espécie e escolha do habitat mais favorável ao seu desenvolvimento; e) estudar a adaptação de plantas e animais exóticos ao nosso meio, transformando-os racionalmente em novas fontes de riqueza nacional f) aperfeiçoar os meios de combate às pragas e enfermidades que prejudiquem o desenvolvimento das plantas e animais; g) e, finalmente, modificar, pelas instruções técnico-profissionais — racional e cuidadosamente ministradas —, a mentalidade do nosso meio agrícola e pastoril (VARGAS, 1938, vol. 3, p. 106).

O plano do Governo Provisório era buscar transformar o Ministério da Agricultura em um superministério e este objetivo era acrescido da necessidade da pesquisa e da aplicação de inovações técnico-científicas na lavoura e nas criações. Por fim, intentava mudar, via educação agrônômica, o comportamento e a mentalidade dos agricultores.

Uma das secções mais importantes que integravam o ministério era o Serviço De Inspeção e Fomento Agrícolas. Esse setor era responsável pela produção de pesquisas e difusão do ensino agrícola através de campos de cooperação, os quais “nos dois anos de 1931 e 1932, funcionaram em número de 330. Os seus campos de sementes produziram, no mesmo período, mais de 600 toneladas de diversas espécies” (VARGAS, 1938, vol. 3, p. 116). Além disso, Vargas destacou outras ações de fomento à agricultura em todo o país:

Em vários municípios dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, *Baía*, Alagoas, Paraíba e Amazonas, foram levantados interessantes questionários agrícolas, que vieram enriquecer a importante coleção de trabalhos dessa natureza, há anos iniciada. *Em várias regiões do país fez o Fomento Agrícola valiosos inquéritos e estudos sobre as culturas da batatinha, do coco, do cacau, da castanha, da cana, da cebola, do arroz, do feijão, do marmeleiro, da vinha, da mandioca, da soja, do mate, do fumo, da banana e do abacate* (VARGAS, 1938, vol. 3, p. 116-117) (Grifo nosso).

O Serviço de Indústria Pastoril apresentava entre os seus principais objetivos trabalhar o melhoramento das raças, inspecionar o abate, a produção e o comércio de carnes e derivados, controlar as zoonoses e fomentar a produção pecuarista (VARGAS, 1938, vol. 3, p. 118). Entre as suas realizações no biênio 1931-1932, destaque-se:

Para fomentar a criação nacional e instruir os criadores, distribuiu, neste biênio, mais de 6.500 revistas e livros; concedeu transporte para cerca de 900 animais; melhorou o serviço genealógico e de marcas de animais; aparelhou e aperfeiçoou as suas instalações rurais; incentivou os estudos agrostológicos em diversas regiões do país e fomentou a avicultura, não só na Capital como nos Estados, *sobretudo no da Baía, onde orientou a instalação da secção de avicultura do Campo de Experiências e Demonstrações "Antônio Muniz", na Capital do Estado* (VARGAS, 1938, vol. 3, p. 119) (Grifo nosso).

Os discursos proferidos pelo interventor federal na Bahia aproximavam-se muito, em forma e conteúdo, com aqueles apresentados pelo chefe do Governo Provisório o que demonstrava a vinculação de Juracy Magalhães com o governo Vargas e com a fração oligárquica burguesa dominante, bem como uma dependência estrutural dele e da Bahia à esfera federal. Ao se analisarem as memórias da sua atuação neste contexto, podem-se encontrar algumas contradições com as condições objetivas que as engendraram. Os relatos memorialísticos destacaram estas realizações como fruto do seu gênio político e de uma

capacidade administrativa que o possibilitava resolver os problemas econômicos do Estado, subestimando, desse modo, os limites impostos à sua vontade e decisão individual.

A inauguração do edifício-sede do Instituto do Cacau da Bahia, em vinte e um de novembro de 1936, foi uma oportunidade para que se pudesse reforçar a estreita correspondência entre o governo do Estado e o governo Federal em relação à política econômica para o setor agrário. O discurso proferido por Juracy Magalhães neste ato político apresenta uma série de passagens que remetem à concepção do lugar que os vencedores de 1930 reservavam para a agricultura e pecuária.

A primeira questão que se destacou no discurso de Juracy Magalhães foi a crítica destinada ao liberalismo econômico, caracterizado como “vácuo infecundo do liberalismo anárquico” e exaltou aquilo que chamou de “democracia da cooperação”, cujo maior exemplo seria exatamente a obra realizada pelo ICB (MAGALHÃES, 1957, p. 111):

É esta, meus senhores, a obra formidável que realiza o Instituto de Cacau da Bahia, verdadeiro laboratório de psicologia experimental de cooperação, de onde havemos de colher, - da lição magistral que exprime, do ensinamento edificante que encerra, do conselho de mais alta sabedoria que aponta -, as sementes férteis e os grãos robustos com que iremos semear, futuro em fora, a terra luxuriante, todavia debilmente desbravada, da economia brasileira (MAGALHÃES, 1957, p. 111).

As referências à criação do referido órgão estatal dizem respeito, no discurso do então governador à tendência a tratar da economia, política e administração a partir de critérios pretensamente racionais, técnicos e científicos. Neste caso, o estudo do problema do cacau era tarefa premente e deveria ser realizada a partir de “uma análise mais nítida e uma interpretação mais exata, análise e interpretação que poderemos, com mais rigor científico, estender ao círculo geral de toda a nossa organização econômica” (MAGALHÃES, 1957, p. 111).

Juracy Magalhães apresentou a sua grande obra, o ICB, como uma espécie de redenção desta atividade econômica, símbolo máximo da reconstrução econômica do Estado, após a sua chegada.

Neste alto, breve e histórico, em que, olhando para um passado assaz minguado em anos e já bastante rico de beneficência, tenho a sensação de descortinar toda a paisagem econômica brasileira; neste alto, ligeiro e memorável, sinto a alegria cívica de ver, no sucesso completo da obra relevante do Instituto de Cacau de Bahia, *o aceno veemente que se desprende deste edifício, para atingir todos os quadrantes da economia pátria, mostrando a quantos queiram vislumbrar a verdade, com o clarão de seu esplendor, a trilha da reconstrução, o caminho da riqueza do país* (MAGALHÃES, 1957, p. 112) (Grifo nosso).

Na narrativa do governador da Bahia, o ICB se transformou em paradigma que representou a superação da desorganização dos setores exportadores do país a partir da crise de 1929. Neste caso, de acordo com a perspectiva dele, muito além de ser um elemento de fomento à economia estadual, o órgão seria a prova cabal de que o Brasil estaria trilhando novos caminhos na produção de riquezas. Diante de uma plateia de notáveis da política nacional como Getúlio Vargas, Juarez Távora, José Américo e Oswaldo Aranha, era preciso dotar o evento de uma grandeza que justificasse suas presenças na capital baiana, portanto se fazia necessário extrapolar a sua importância. Por outro lado, não se pode negar o fato de que os recursos provenientes da exportação do produto eram consideráveis para um bom desempenho da balança comercial.

Mas, era preciso destacar, peremptoriamente, que a criação do ICB constitui-se em um marco para a produção cacaueteira, conforme declarou Juracy Magalhães: “até a fundação do Instituto, pode-se dizer com acerto, a produção cacaueteira só aumentou por força exclusiva da crescente consumo universal” (MAGALHÃES, 1957, p. 113). Portanto, o quadro da cacauicultura, anterior a 1931, foi descrito da seguinte maneira:

Recapitulemos o quadro sinistro: produção originariamente anárquica e posteriormente em desorganização constante; transportes primitivos, antieconômicos e deficientes; condições feudais e desumanas de trabalho; capital amortecedor da produção e dinamogênico da usura; crédito rural quimérico e agiotagem desenfreada; comércio com um sistema artério-venoso de intermediários que, em vez de fatores de uma circulação normal, desencadeiam estases, congestões e hemorragias; riqueza que se reparte, como um cristão num circo romano; sistema fiscal egoísta e indiferente; técnica rotineira e empírica (MAGALHÃES, 1957, p. 118).

Feito o diagnóstico geral da situação pré-Instituto, Juracy Magalhães tratou de ressaltar, também, a importância da Revolução de 1930 como um fator de transformação no cenário econômico do país. Por conseguinte, destacou a obra desse movimento para o “engrandecimento” da economia baiana e considerou o edifício que estava a ser inaugurado como um “símbolo da nova era de democracia econômica, que o imperecível movimento de Outubro veio inaugurar no Brasil” (MAGALHÃES, 1957, p. 119). E, mais do que isso, definiu que era “o Instituto de Cacau da Bahia, a primeira expressão completa da nova mentalidade econômico-revolucionária brasileira” (MAGALHÃES, 1957, p. 119).

Segundo estas afirmações, o governador eleito indiretamente, e antes interventor, indicado por Vargas, considerava-se responsável por levar adiante a “missão” da revolução. Neste caso, a prova do seu sucesso seria exatamente a materialização das ações do ICB, elevado à condição de símbolo máximo e pioneiro de uma nova mentalidade econômica. Esta

partia, novamente, da crítica ao liberalismo econômico e da necessidade de organização e controle das atividades econômicas a partir do Estado e em moldes racionais.

As exigências imperiosas do momento não permitiam a continuação da política do *“laissez faire”*, *“laissez aller”*, a qual dera margem à situação acima referida, e que não se coadunava com os rumos modernos de organização econômica e com os próprios deveres rudimentares dos poderes públicos. Havia mister agir, mormente em face do apelo angustioso da lavoura ao Governo da Bahia, no sentido de salvá-la do abismo em que se encontrava e conduzi-la a melhores destinos. Caso contrário, a própria ordem social periclitaria e danos econômicos, de talvez irreparável gravidade se verificassem (MAGALHÃES, 1957, p. 120).

A crise, neste caso, não seria dirimida senão a partir do controle governamental, através da intervenção, bem como “de um plano de racionalização de todo ciclo produtivo e distribuidor, que lançasse sólidos alicerces para completo restabelecimento da lavoura e lhe abrisse novos horizontes” (MAGALHÃES, 1957, p. 120). Para que este objetivo fosse alcançado, o Estado atuou de maneira a direcionar cada fase da produção que apresentava os seguintes elementos: “uma assistência técnica eficiente, um racional sistema de transportes e créditos a juros módicos e prazo longo” (MAGALHÃES, 1957, p. 121).

Juracy Magalhães encerrou o discurso ressaltando novamente que a inauguração do ICB significava o êxito do governo do Estado no setor econômico e, em virtude disso, dois outros órgãos de fomento foram criados – o Instituto do Fumo e o Instituto da pecuária – com o objetivo de regular, controlar e racionalizar todo o processo produtivo dos insumos agrícolas correlacionados. Ao se somarem ao ICB, os outros dois Institutos constituíam-se em “três grandes sistemas econômicos, assessorados pelo Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, verdadeiro plexo termo-regulador da economia baiana” (MAGALHÃES, 1957, p. 121).

As práticas intervencionistas do Estado representavam estratégias utilizadas para o processo de estabelecimento de um novo padrão de capitalização. A ação planejadora do Estado, com a sua interferência na economia, na Bahia, era importante, pois o cacau também desempenhava um papel estratégico no modelo de acumulação deflagrado em 1930. A intervenção estatal tirava a autonomia da fração econômica da oligarquia burguesa, além disso, este Estado assumiu o papel de direcionador do processo de acumulação, a partir de um equilíbrio precário entre os interesses das diferentes frações das classes dominantes (MONTEIRO, 2001 p. 4).

A criação do ICB, em 1931, reflete a situação que se configura a partir de 1930. Ou seja, o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado. Esse

fenômeno não implica o alijamento dos grandes proprietários na estrutura política, perdem a primazia e importância no aparelho do estado. A transferência do eixo da acumulação do setor agrícola exportador para o industrial determina a redefinição dos papéis. Cabe ao setor rural exportador através da expansão “extensiva” da produção gerar as divisas para o processo industrial. Tal transferência acoberta-se pela política cambial nitidamente favorável à indústria (MONTEIRO, 2001, p. 7).

Juracy Magalhães abordou a questão destacando a união dos diferentes grupos oligárquicos baianos que se colocaram na oposição ao seu governo, a partir do momento em que perderam o domínio político do Estado. A perda significou, do mesmo modo, o alijamento desses setores do papel de formuladores da política econômica, bem como de condutores do processo de acumulação. Conforme o interventor, teria conseguido “unir na oposição os grupos mais heterogêneos do estado, coligando contra mim gente como Seabra, Mangabeira Calmon e Simões Filho” (MAGALHÃES, 1982, p. 73). A aproximação de lideranças que, até 1930, estavam envolvidas em constantes disputas intraoligárquicas pode ser compreendida como uma reação às intervenções estatais, que representavam, na prática, a sua subordinação ao novo arranjo de poder instituído a partir da conjuntura acima referida.

Ele elaborou, por conseguinte, uma justificativa para a sua mediação entre as oligarquias e o executivo federal. Neste caso, destacou que, “para assegurar a continuidade revolucionária” e, portanto, a aplicação do programa de planejamento na economia, tratou diretamente com os chefes locais, retirando de cena aqueles que serviam como intermediários, como, por exemplo, João Mangabeira, da região produtora de cacau. Esta ação atingia, por um lado, seu objetivo de dominação política, a partir da neutralização de elementos que foram considerados capazes de rivalizar com a sua liderança, e, por outro, trazer para o controle estatal as iniciativas de fomento da produção econômica.

Tratando-se do papel exercido pela lavoura cacauzeira como geradora de divisas para o processo de estabelecimento do novo padrão de capitalização, Amílcar Baiardi, igualmente, levantou a questão do lugar da Bahia e da sua produção agrícola no quadro econômico nacional. Segundo o autor, por não estar no centro dinâmico da economia do Brasil, e, em contraposição aos discursos oficiais de engrandecimento da posição desse Estado em relação às outras economias estaduais, principalmente em comparação aos Estados do centro-sul, “a economia da região cacauzeira movia sua acumulação através do segmento agrário-exportador que, [...], não era matriz do capital industrial” (BAIARDI, 1984, p. 65). Por outro lado, as divisas geradas eram indispensáveis para a importação de bens de capital que estavam

alavancando o setor industrial da economia do país, mas, que, propriamente, não se refletiam na atração de indústrias para a região²³ (BAIARDI, 1984, p. 65).

A intervenção do Estado na economia tirava a autonomia da fração econômica da oligarquia burguesa e Juracy Magalhães atuava significativamente como um mediador entre estes dois polos. Além disso, controlava, via ICB, o fluxo de capitais destinado a irrigar os investimentos destinados à zona de influência de um dos seus principais adversários no estado da Bahia, João Mangabeira, que tinha na região cacauceira a sua principal base eleitoral e de dominação política.

5.3. OS INSTITUTOS DO FUMO, DA PECUÁRIA E O CENTRAL DE FOMENTO DA ECONOMIA DA BAHIA

Nas palavras de Juracy Magalhães, o fumo representava “uma riqueza econômica que precisa[va] ser amparada, afim de que seja o seu desenvolvimento, um fator relevante para a prosperidade nacional” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 13). Esta advertência se explicava pelo peso que a produção fumageira da Bahia representava no cenário nacional, respondendo por noventa por cento desta lavoura no Brasil. Entre 1920 e 1930, a exportação do fumo em folha atingiu o valor de quinhentos e setenta e nove mil e setenta e oito contos de réis.

Havia, por parte do governo do Estado, a tendência a enxergar que o fumo, assim como o cacau, necessitava do fomento estatal para que se tornasse um gerador de divisas significativo no processo de acumulação capitalista, a partir de 1930. Portanto, o interventor afirmou que era uma preocupação do executivo estadual:

Amparar a lavoura do fumo, em bases mais ou menos idênticas à organização de defesa da do cacau, o que ainda não efetivou pela falta dos créditos para isso necessários, estando, porém, já convenientemente estudado o assunto. [...]. Mantém o Governo do Estado campos de cooperação, destinados a selecionar sementes para distribuição gratuita aos lavradores, nas principais regiões produtoras (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 13-14).

²³ De acordo com os estudos de Baiardi (1984), entre 1931 e 1957, ou seja, no período marcado pela ação do ICB, a produção passou de 73 mil toneladas para 104 mil toneladas, por outro lado a área cultivada saltou de 109.405 hectares para 302.418 hectares, significando uma sensível queda na produtividade. Nesse intervalo de tempo, a cotação da arroba de amêndoas, “em relação a um valor básico de referência igual a zero cruzeiros, de – Cr\$ 35,00 em 1933 para + Cr\$ 78,00 em 1937 e daí para – Cr\$ 45,00 em 1940, passando para + Cr\$ 56,00 em 1941” (BAIARDI, 1984, p. 62-63).

Era o início do processo, já discutido anteriormente, do fortalecimento do Estado para o setor da agricultura. O que se iniciou a partir da experiência com o cacau expandiu-se para o fumo, o café, o algodão, a citricultura, a sericicultura e a pecuária, cujos resultados práticos se fizeram representar pelos institutos, estações e fazendas experimentais. No caso em questão, havia também o suporte técnico por parte do Ministério da Agricultura, em nível nacional, e seu congênere estadual, responsável por distribuir “prospectos, e ministra[r] instruções, por intermédio de delegados agrícolas sobre o plantio e a cultura do fumo em folha” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 14).

Os problemas da lavoura fumageira derivaram de, ao menos, duas situações: “os derivados do fumo, que constituem as maiores indústrias de cigarros e charutos neste Estado, muito têm sofrido com o aumento alarmante da tributação federal” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 14), que poderia ter como resultado uma drástica diminuição na produção, por outro lado, o fumo “sofreu um golpe muito pesado, quando a Alemanha, seu principal mercado, criou uma sobretaxa sobre o produto, cobrando um imposto de 180 marcos - ouro, por quilo de fumo que entrasse no país” (PAIXÃO, 2009, p. 55). Este fato também contribuiu significativamente para um decréscimo da produção e “em razão dessa circunstância, grande quantidade de fumo ‘bichava’ nas propriedades, sem compradores” (PAIXÃO, 2009, p. 55).

E o que, de fato, ocorreu foi uma baixa, tanto da produção, quanto dos preços, gerando “prejuízos incalculáveis aos agricultores” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 54)²⁴. Outra questão diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos lavradores, em geral pequenos proprietários. Em primeiro lugar, o poder público “considerava a tecnologia utilizada [pelos lavradores], até então, obsoleta e defasada, portanto, não possuía condições favoráveis para o aumento da produção” (PAIXÃO, 2009, p. 57). Em segundo, os lucros provenientes da produção fumageira, em geral, ficavam nas mãos dos donos de trapiche. Estes eram responsáveis:

Pelo beneficiamento, embalagem, armazenamento e venda ao exterior do produto. Além disto, alguns deles também produziam charutos, agregando ainda mais valor ao produto, diferente dos pequenos agricultores que vendiam o produto in natura, conseguindo um preço bem menor pelo seu produto. [...]. Eles definiam os preços, onde, como e quando o fumo seria vendido. (PAIXÃO, 2009, p. 59).

²⁴ A comparação entre as safras exportadas de 1931 e 1932 apresentou os seguintes resultados: “a nossa exportação exterior (sic) de fumo em folha, em 1931, foi de 27.987.415 quilos, no valor a bordo de 47.751:374\$000, ficando a de 1932 em 23.898.060 quilos, correspondente a 33.436:911\$000” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1933, p. 54).

Os donos de trapiche eram comerciantes que atuavam também na política e, nas cidades produtoras, principalmente na região do Recôncavo, eles assumiram postos importantes como o de intendente, prefeito, vereador e conselheiro municipal, dentre eles muitos detinham o posto de coronel. Um caso exemplar era a cidade de Alagoinhas, situada à aproximadamente cem quilômetros de distância de Salvador, no Agreste baiano. Nas décadas de 1920 e 1930, os principais chefes políticos da cidade eram intimamente ligados à produção fumageira. Nomes como Joaquim Cravo, Coronel Santinho, Coronel Saturnino Ribeiro e Mario da Silva Cravo amealharam riqueza e conquistaram poder político tendo por base a lavoura, armazenamento, processamento e exportação do fumo (PAIXÃO, 2009, p. 59).

O Instituto do Fumo foi criado para garantir o fomento à lavoura do fumo a partir do financiamento dos agricultores através do crédito, além de ser um centro irradiador, entre os produtores, dos métodos considerados modernos para o desenvolvimento do supracitado produto. Em geral, os objetivos e o *modus operandi* desta instituição eram os mesmos definidos para o ICB, ou seja, seguir as diretrizes governamentais para o planejamento das ações visando desenvolver as principais atividades econômicas do Estado.

Assim como no caso do cacau, o Instituto do Fumo atuava em cidades que eram áreas sob a influência política dos seus adversários, cujo exemplo emblemático foi a cidade de Alagoinhas, tradicional reduto político/eleitoral de Otávio Mangabeira, que além de ser atendida por essa autarquia, ainda recebeu uma Estação Experimental de Citricultura, para fomentar o desenvolvimento da lavoura da laranja (PAIXÃO, 2009, p. 61).

A pecuária era outra atividade econômica do setor primário, responsável por gerar divisas para a Bahia, através das exportações, seja de animais ou de seus derivados²⁵. Juracy Magalhães, da mesma maneira que tratou os outros produtos, destacou a ação do Estado, após 1930, no sentido de intervir e efetivar o fomento para a pecuária: “a primeira iniciativa organizada do Estado em favor da pecuária, coube ao atual governo” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 18).

As tentativas de fomento da pecuária baiana passaram pela criação do Campo de Experiências e Demonstração de Ondina, em Salvador, e a Estação de Monta, em Vitória da Conquista, ambos ligados ao Instituto de Pecuária da Bahia. Os objetivos destas ações passavam pela seleção e importação de animais reprodutores visando à melhora na produção, além da:

²⁵ O total exportado em 1931 foi de sete mil setecentos e trinta e duas toneladas que gerou o valor de vinte e quatro mil quatrocentos e vinte e cinco e seiscentos e vinte contos de réis.

Isenção de impostos e assistência de técnicos, o desenvolvimento da indústria do charque, da manteiga, do queijo, produtos estes que a Bahia importou dos outros estados, em 1931, no valor de 24.733:033\$000, quando podia suprir o seu consumo e abastecer outros mercados, sobretudo, do nordeste do Brasil (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1932, p. 18).

Outros aspectos referentes às ações desenvolvidas pelo Instituto da Pecuária dizem respeito à “fiscalização e controle das correntes emigratórias de gado; defesa sanitária do mesmo; relação entre criadores e comerciantes; instalação de postos sanitários; currais, balanças, banheiros carrapaticidas; pedilúvio” (BPEBa, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20/06/1936, p. 1). A ideia era dotar a pecuária baiana das técnicas de manejo consideradas modernas e explorar o potencial de geração de divisas desta atividade, inclusive através do crédito destinado aos criadores.

Juracy Magalhães pronunciou-se, em um discurso, a respeito dos problemas que afetavam a pecuária da Bahia e suas possíveis soluções, no Primeiro Congresso de Criadores Baianos, entre os dias vinte a quatro a trinta de maio de 1936, em Vitória da Conquista. Neste evento, promovido pelo Instituto da Pecuária, estiveram presentes, além do Governador e secretários da Fazenda, Agricultura e Educação; prefeitos de Vitória da Conquista, Itambé, Encruzilhada, Condeúba, Itirussú, Mata de São João, Jequiriçá e Rio Novo; criadores da região; autoridades do Ministério da Fazenda, como, por exemplo, o inspetor do Fomento Animal, inspetor de Defesa Sanitária Animal, os chefes do Serviço Técnico do Café e da Inspeção de Plantas Têxteis; entre outros profissionais ligados à estrutura técnico-burocrática do Estado, responsáveis pelo fomento, ensino e planejamento agropecuário (BAHIA RURAL, Ano III, n. 33-34, Maio-Junho de 1936, p. 1079-1080).

O Congresso foi concebido como uma espécie de exposição dos resultados obtidos a partir da intervenção e do planejamento estatal via Instituto da Pecuária. Segundo matéria do *Diário de Notícias*, o evento foi percebido como “a melhor oportunidade para a apresentação das provas reais do grau de desenvolvimento, ultimamente atingindo, pela pecuária baiana, e de suas altas possibilidades” (BPEBa, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/05/1936, p. 1).

Na mesma edição, o jornal repetiu os argumentos do governador, em relação ao anterior atraso, a ponto de destacar o desespero vivido pelos sertanejos, antes da “organização traçada em moldes seguros”, por parte do Estado. Replicando os argumentos de Juracy Magalhães, afirmou que “coube à administração atual dar ao problema a sua devida e racional solução”, a partir da criação do Instituto da Pecuária, em forma de cooperativa (BPEBa, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/05/1936, p. 1).

No discurso proferido pelo governador, há o destaque para os problemas econômicos e de infraestrutura que afetam a Bahia, para, em seguida, o mesmo apontar as devidas soluções, das quais, muitas que já estavam em andamento em seu governo. Mencionou primeiramente a situação dos transportes e à condição das estradas, ferrovias e navegação:

Não temos uma rede de transportes em seu verdadeiro significado. Possuímos trechos de estradas de ferra, rodovias descontínuas, alguma viação marítima e fluvial. Corre-nos o dever de articula-las em um sistema nacional de transportes. A maioria das sedes de municípios carecem dos mais elementares serviços públicos: a luz elétrica, o abastecimento d'água. Nem a capital é ainda dotada de um serviço de esgotos. Praticamente inexistente saúde pública no interior e ridícula é a instrução facultada pelos poderes públicos aos filhos dos sertanejos, face ao reclamo das necessidades ocorrentes. Frente ao avião ousamos mobilizar o nosso roncoiro carro de boi, o 'positivo' tenta equiparar-se ao rádio (BAHIA RURAL, Ano III, n. 33-34, Maio-Junho de 1936, p. 1083).

Vale lembrar que estas palavras não foram ditas por um Juracy Magalhães recém-chegado ao governo da Bahia. A esta altura, em 1936, ele já estava aproximadamente cinco anos à frente do executivo estadual e, de acordo com algumas passagens analisadas acima, a partir da sua interventoria, a situação do Estado havia se alterado radicalmente, em relação ao período imediatamente anterior. Então, o que pode explicar uma mudança tão acentuada em relação a discursos e mensagens anteriores? A partir do contexto e da continuação da sua fala, é possível perceber que esta estratégia é ao mesmo tempo uma indicação para os presentes, políticos e criadores regionais, além de agentes do Estado, para mostrar conhecimento dos problemas sertanejos, bem como a demonstração de que sabe como agir para dirimi-los. Por outro lado, aparece também, uma resposta aos ataques da oposição, principalmente em relação à questão do aumento de impostos, levada a cabo em 1936 e que foi alvo de críticas por parte de diversos setores econômicos do Estado.

Continuando com o seu diagnóstico, a falta de crédito foi descrito como um “verdadeiro drama para as atividades sertanejas”²⁶. Em virtude desta situação, afirma Juracy Magalhães:

Com uma renda tão diminuta não é possível, ao governo mais vantadoso, sincero e eficiente, atender às múltiplas necessidades dos serviços públicos. Todavia a grita contra os impostos é grande e, até certo ponto, razoável, de vez que o campo fiscal é reduzido e a tributação vai incidir sempre sobre o mesmo limitado número de contribuintes. (BAHIA RURAL, Ano III, n. 33-34, Maio-Junho de 1936, p. 1083).

²⁶ Juracy também destacou que a “Bahia teve, no ano de 1935, a sua arrecadação ‘record’ com 78.885:305\$469. Escolmada da renda industrial [devida ao governo federal] reduzir-se-á para 68.007:875\$174” (BAHIA RURAL, Ano III, n. 33-34, Maio-Junho de 1936, p. 1083)

Nesta passagem, a arrecadação considerada baixa, foi utilizada como uma justificativa para as dificuldades que o Estado, porventura, enfrentava no atendimento aos serviços públicos. Juracy Magalhães apontou quais os responsáveis pelos problemas vividos pelos sertanejos e ele tentou deixar claro que, por mais que buscasse soluções, estas questões fugiam do seu controle. Neste sentido, havia uma contradição com os discursos direcionados a Vargas e aos deputados, nos quais ele buscava criar uma imagem de alguém que estava solucionando os problemas econômicos da Bahia. Diante de um grande grupo, formado por chefes políticos locais e criadores, ele precisava justificar os impasses que eram colocados frente à sua administração. Além disso, sua postura frente ao aumento de impostos era ambígua. Ele enfrentava pressões, principalmente dos comerciantes, para que controlasse ou até diminuísse a incidência de impostos. Este setor, através de sua associação de classe, construiu uma minuta de projeto, versando sobre o tema, entregando ao governador, que em outras oportunidades já havia atendido às suas reivindicações.

Mas, a despeito da listagem dos problemas na economia, nos serviços públicos e na infraestrutura do Estado, o próprio governador apresentava as soluções e a fórmula já havia sido apresentada em outras oportunidades: “só a racionalização do trabalho e o aparelhamento da produção criarão a necessária riqueza, de onde promanará a solução da maioria de nossos problemas” (BAHIA RURAL, Ano III, n. 33-34, Maio-Junho de 1936, p. 1083).

Juracy Magalhães prosseguiu o seu discurso justificando as suas ações como parte de um contexto maior, cujas causas estavam presentes em acontecimentos nacionais e internacionais e ele colocava-se como porta-voz e como agente de um novo tempo. Mais do que isso, como representante de um tipo distinto de Estado, aquele que dirigia a economia, que intervinha, planejava e era o responsável pela reorganização do processo de um tipo diferente de acumulação capitalista, aquele que redundaria em uma economia baseada na industrialização. É na passagem seguinte que aparece com mais nitidez a sua correspondência com a concepção de Estado e economia praticada e difundida pelo governo Vargas.

Para regular o descalabro da superprodução, do subconsumo, da concorrência de preços, da diminuição do poder de compra, dos ‘sem-trabalho’, fora de dúvida se torna a imprescindibilidade da ‘economia dirigida’. Há os que profere o eufemismo de ‘economia controlada’, para neutralizar os defensores do individualismo econômico, da velha economia liberal. De uma ou outra forma, o que indubitável se patenteia é a necessidade de intervenção do Estado para regular as relações dos fenômenos econômicos da produção e do consumo. É uma consequência lógica do próprio evoluir econômico (BAHIA RURAL, Ano III, n. 33-34, Maio-Junho de 1936, p. 1083-1084).

O discurso do governador estava completamente articulado à conjuntura que se desenvolveu após a crise de 1929 e ao receituário utilizado para resolvê-la, tanto no cenário nacional, quanto no internacional. Juracy Magalhães indicou que o liberalismo econômico, mais do que incapacitado para resolver os problemas advindos da crise, foi o próprio responsável pela situação. Além disso, constata-se a defesa da direção da economia através das instâncias estatais e a certeza de que apenas a intervenção do Estado seria a única coisa capaz de controlar as relações entre a produção e o consumo, antes caóticas, por conta dos interesses individuais dos industriais.

Diante disso, a criação dos institutos de fomento constituiu-se como “uma aplicação desse pensamento econômico a que se praticou em nosso meio”, nas palavras de Juracy Magalhães. Portanto, a intervenção e o planejamento econômico, através de órgãos de estudo, financiamento e controle da produção agropecuária, foram instrumentos utilizados pelo Estado para a geração de excedentes a serem direcionados para o padrão distinto de capitalização, isso através da regulamentação do comércio internacional, do incentivo à produção e da tentativa de proteção do mercado interno.

O final do discurso foi dedicado ao Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, tal como ocorreu na solenidade de inauguração do edifício-sede do ICB. Esta autarquia fora criada como o objetivo de centralizar e coordenar o complexo de instituições estatais voltadas para o fomento das atividades econômicas da Bahia.

Em outro documento, a exposição dos seus atos administrativos à frente do governo da Bahia, endereçada à Assembleia Legislativa, Juracy Magalhães, em 1936, expôs mais detalhadamente o processo de criação deste órgão, além de explicar seus objetivos e a maneira pela qual ele se encaixava no planejamento econômico estatal. A princípio repetiu-se acerca das tarefas do seu governo em relação às atividades agropecuárias da Bahia, ou seja, o seu aparelhamento por parte do Estado como elemento necessário “à sua estabilidade econômica progresso técnico e melhoramento incessante da produção” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1936, p. 128-129).

Portanto, depois de dotar financeiramente, através de linhas de crédito específicas, as atividades mais importantes, Juracy Magalhães destacou que: “fazia mister cuidar eficientemente das demais lavouras e indústrias rurais, ainda não beneficiadas por institutos especializados” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1936, p. 129), ou seja, ampliar a área de atuação do Estado que buscava, a partir das primeiras experiências, explorar o maior número possível de setores economicamente viáveis. Além disso, era alvo do planejamento estatal o incentivo a

“novas indústrias ou culturas, no que tange às suas indeclináveis exigências de créditos” (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1936, p. 128-129).

Nesse caso, buscava-se fomentar lavouras até então pouco relevantes para a economia baiana como o café, o algodão e a fruticultura, em geral, e a citricultura, em particular. Esta última já contava com uma Estação Experimental, responsável pela distribuição de mudas e difusão de técnicas modernas de manejo, em Alagoinhas, mas ainda careciam de efetiva política de créditos e de financiamento da produção. Intentava-se, ainda, atender as necessidades em crescimento dos institutos especializados, e tornar mais eficiente a administração dos fundos creditícios disponíveis. O aumento da complexidade das operações financeiras envolvendo a produção agropecuária na Bahia demandava a:

Organização de um banco ou um instituto central que federalizasse os institutos especializados e que através de facilidades de redesconto ou por meio de um *pool* dos seus recursos de giro lhe aumentasse a amplitude e eficiência ou desse aplicação reprodutiva a saldos periódicos disponíveis (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1936, p. 130).

O Estado, a partir da criação da autarquia Instituto Central do Fomento Econômico da Bahia, cujo projeto foi enviado à Assembleia Legislativa, em abril de 1936, buscava fechar o arco de ações que visavam intervir na organização da economia baiana. Este órgão projetaria e centralizaria todas as operações de crédito e financiamento através da administração do total de recursos provenientes dos outros três institutos. Além de ser o responsável pela definição da política econômica a ser desenvolvida e aplicada, na Bahia. Pois, as suas funções foram definidas da seguinte maneira:

No caso, trata-se de um serviço de amparo e fomento econômico, no qual não só se cogita a parte relativa a crédito rural, como se lhe atribui, igualmente, uma serie de prerrogativas que *visam torna-lo um verdadeiro organismo orientador da economia baiana* (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1936, p. 133). (Grifo nosso).

A sua estrutura administrativa demonstrava a complexidade, o desafio das suas atribuições, além de ser resultado da coalizão entre o Estado e representantes das frações agrária e financeira das classes dominantes baianas, a partir da direção do primeiro.

Aquela [administração] ficará confiada a um conselho no qual terão assento representantes de cada uma das grandes atividades agropecuárias da Bahia, intimamente identificados com as suas necessidades e a orientação econômica e administrativa do seu respectivo Instituto especializado, um Diretor-Gerente, homem de carreira bancária, para superintendência internas dos serviços, e um Presidente, escolhido pelo governador, que será um coordenador geral dos trabalhos do Instituto (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1936, p. 133).

Ao funcionar, também, como um agente financeiro, O Instituto Central de Fomento operava através de três modalidades distintas de crédito rural: à maneira de banco de redesconto dos institutos especializados; banco de crédito direto para as atividades que não possuíam órgãos específicos e especializados para atenderem as suas demandas e como banco de fomento para a implantação de novas lavouras e produções industriais. Nas palavras do governador, proferidas em 1937, na mesma Assembleia Legislativa, a criação da autarquia tinha por finalidade:

Completar o plano de organização, fomento e amparo às fontes de produção baianas, programadas pelo governo, para completar a obra iniciada com o Instituto do Cacau. Através do Instituto de Fomento Econômico, o nosso algodão, as nossas florestas, as nossas variadas plantas oleaginosas, as ricas jazidas minerais, as nossas fibras vegetais, e tudo mais que possuímos, será atendida com crédito e a assistência técnica indispensável. E não somente isto. Pela sua carteira de colonização, o Instituto de Fomento Econômico, estimulará a organização do braço trabalhador, fator preponderante para o êxito de qualquer empresa (APEBa, EXPOSIÇÃO, 1937, p. 54-55).

Nota-se que o Instituto de Fomento foi concebido como uma espécie de complexo econômico, voltado para articular, organizar, coordenar, planejar e financiar todos os setores produtivos baianos, da agricultura, passando pela indústria, até a mineração. Embora a industrialização na Bahia somente se estruture enquanto política pública, na década de 1970, com a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, havia, ao menos, enquanto projeto. Além disso, a instituição buscava regulamentar as relações entre o capital e o trabalho, organizando e, principalmente, controlando a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das atividades econômicas. Seguindo a política aplicada pelo governo federal, garantia a extração de excedentes que seria empregada na acumulação capitalista em curso.

O Instituto de Fomento desempenhava, a nível estadual, o papel do Conselho Federal do Comércio Exterior. Este órgão, fundado em 1934, inicialmente, tinha por objetivo de centralizar politicamente todas as questões referentes ao comércio exterior no país. Mas, com o aprofundamento do processo de centralização política e intervenção e planejamento econômico, “seu âmbito de atuação foi ampliado, tornando-se o conselho órgão de assessoramento ao governo em muitas questões, foi remodelado em 1937, tornando-se, [...], um órgão central de coordenação econômica” (SOUZA, 1976, p. 110-101). No caso baiano, centralizou as decisões acerca das diretrizes econômicas do Estado e, no segundo governo de Juracy Magalhães (1959-1963) deu origem ao Banco do Estado da Bahia.

Embora, durante toda a sua primeira passagem à frente do governo da Bahia, Juracy Magalhães tenha buscado destacar, através de diversos documentos até aqui analisados, as suas ações para estabelecer a recuperação, o fortalecimento e a diversificação econômica do Estado, a economia baiana não acompanhou o processo de industrialização que ocorreu na região Centro-sul do país. Apesar de ter tentado fomentar os principais produtos de exportação e criar oportunidade para a emergência de novos, os recursos provenientes destas operações foram destinados para o financiamento de parques industriais distante da Bahia. O Estado ainda iria esperar outra conjuntura, marcada por uma nova reorientação da acumulação do capital, a partir das décadas de 1960, e, principalmente, de 1970, para poder entrar efetivamente em um lento processo de industrialização.

Nas interpretações sobre a conjuntura discutida acima, produzidas por Juracy Magalhães, este tipo de questão não aparece, pois as memórias sobre o seu primeiro governo assumem, em grande medida, um tom de engrandecimento de suas ações, destacando-se a imagem de um administrador e um político competente que tratou de resolver os entraves para o desenvolvimento da economia baiana. A memória construída para dotar de sentido o segundo governo, bem como as passagens pelas estatais e pelo parlamento foi marcada pela ideia de maturidade e experiência. Neste caso, ele produziu uma imagem de si mesmo de um político experimentado e pronto para assumir compromissos cada vez mais importantes, em uma narrativa teleológica utilizada para explicar as suas pretensões à presidência da República.

Quanto às contradições entre as memórias e as condições objetivas que revelaram uma situação de crescimento econômico insuficiente da Bahia, em relação à região mais industrializada do Brasil, nenhuma referência. A narração destes problemas somente pôde ser observada em outros documentos, como discursos e relatórios, citados e analisados ao longo deste capítulo.

Após este período, como já tratado anteriormente, estabeleceu-se um Estado de compromisso no qual, oligarquias dissidentes, militares, setores das classes médias urbanas, em posição de subalternidade não conseguiram estabelecer uma hegemonia e criou-se uma situação de autonomia relativa do Estado. Diante desta questão, o aparelho estatal encarregou-se de dirigir a economia, voltando-se para o estabelecimento de uma acumulação capitalista de tipo industrializante. Portanto, as oligarquias, voltadas para a exportação de produtos agropecuários, são alijadas do poder, mas, ainda são importantes no jogo político, pois suas atividades econômicas fornecerão as divisas que irão financiar o nascente parque industrial.

No caso da Bahia, a burguesia agrária ligada ao cacau, ao fumo e à pecuária perdeu o acesso direto aos recursos do Estado e já não mais ditavam diretamente as diretrizes das políticas de valorização do produto. A partir da criação dos institutos, os recursos, o planejamento e os objetivos das lavouras passaram a ser geridos por órgãos técnicos e financeiros ligados ao Estado, cujo objetivo último era gerar recursos para prover o novo modelo de acumulação capitalista. Os responsáveis por gerir estas instituições eram aqueles elementos pertencentes à burocracia estatal, provenientes das camadas médias, que apresentavam um discurso pretensamente marcado pela neutralidade científica, no entanto, assumiram os cargos devido às relações estabelecidas com os novos “donos do poder” que ascenderam após 1930.

5.4. O ENIGMA BAIANO E O PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA: O BINÔMIO DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960.

A criação de órgãos de fomento para os principais produtos da pauta de exportação da Bahia, a partir da década de 1930, não conseguiu fazer com que a economia baiana superasse a sua situação de atraso e dependência em relação ao centro dinâmico do capitalismo internacional, pois se tentou apenas o fortalecimento do modelo agrário-exportador, ao comparar-se com a região centro-sul, em pleno processo de industrialização. Pelo contrário, o investimento no cacau, fumo, algodão e na pecuária, significou que o setor primário, que sofreu intervenção estatal, serviu como gerador de recursos que foram utilizados para o financiamento da indústria, fora do seu território.

Além disso, de acordo com estudo de Amílcar Baiardi (1984), a lavoura cacaeira sofreu uma crise entre as décadas de 1930 e 1950, como resultado do aprofundamento dos problemas que já se apresentavam ao final dos anos 1920. Segundo o autor supracitado, a situação era decorrente de duas questões que se inter-relacionavam, a saber: “o expressivo aumento de área cultivada acompanhado de queda de produtividade” (BAIARDI, 1984, p. 62). Neste caso, as consequências deste desequilíbrio eram as seguintes:

Estavam dadas as condições para uma profunda crise de realização dos negócios que acarretou um estado de insolvência generalizado dos produtores juto às casas de exportação. Desta crise resultaram desmembramentos de propriedades e os segmentos produtivos menos afetados eram aqueles que realizavam também a comercialização da amêndoa. Foi expressivo o número de produtores que teve de se

desfazer de suas para salvar dívidas junto aos bancos oficiais, agiotas e casas exportadoras (BAIARDI, 1984, p. 63).

Percebe-se, que mesmo com o discurso oficial, que tentava estabelecer uma ruptura com o passado, a dinâmica das transformações que estavam em curso no Brasil, a partir dos anos 1930, aprofundou a posição de subalternidade da Bahia, tanto do ponto de vista político, e principalmente do econômico. Tendência que se mostrava em crescimento desde o início do período republicano, e, neste caso, o cacau tornava-se emblemático, pois a fundação do ICB foi anunciada e defendida como um paradigma de crescimento para o conjunto da economia baiana. No entanto, nada disso foi “suficiente para promover a dinamização da cacauicultura tornando-se necessário outro feixe de medidas ensejadas pela criação da CEPLAC” (BAIARDI, 1984, p. 64).

Segundo dados analisados por Marcial Castro (2010), na década de 1940, os fatores que poderiam explicar a situação de estagnação da economia baiana eram os seguintes:

A instabilidade da nossa economia que era primária, reflexa e dependente, endógena e exogenamente; o desgaste do intercâmbio comercial interno com a política cambial vigente e a escassa capacidade de poupança e estímulo aos investimentos, agravando a tendência estrutural da deterioração da relação de preços dos produtos exportados para os outros estados e das mercadorias deles importadas (CASTRO, 2010, p. 25).

Outra lavoura que sofria com a longa crise estrutural que se abatia sobre a economia da Bahia era a do fumo, produto importante na pauta de exportações e que havia sido alvo de intervenção e planejamento, na década de 1930, a partir da criação do seu próprio instituto. Prova disso foi que, entre as décadas de 1920 e 1940, houve estagnação nas indústrias fumageira e têxtil, a despeito da sua importância e potencial, conforme registros do início do século XX (CASTRO, 2010, p. 25).

Eventos internacionais, provocaram impactos significativos em economias dependentes e sensíveis às oscilações deste, o resultado foi a queda da exportação de produtos como o café, o cacau, o fumo, a laranja, a madeira e etc. Além do aumento dos estoques e da baixa de preços (IANNI, 1979, p. 46-48).

Juracy Magalhães, conforme seção anterior, aplicou na Bahia as políticas econômicas que redundaram na manutenção do *status quo* do Estado frente às regiões economicamente mais dinâmicas, apesar do discurso voltado para o crescimento e a modernização da produção. Mesmo conseguindo aumentar a arrecadação em determinados momentos, estruturalmente, as condições de dependência da economia baiana frente às vicissitudes do mercado internacional não se alteraram. Nesse caso, a economia baiana era duplamente dependente, pois os recursos

gerados a partir de sua produção agropecuária, muitas vezes fomentadas pelo Estado, não eram invertidos em benefício de seu processo de industrialização.

As frações das classes dominantes que estiveram à frente do governo do Estado nas décadas de 1940, 1950 e 1960 buscaram respostas para a situação de estagnação da economia baiana, em uma conjuntura de industrialização cada vez mais acelerada do Brasil. A explicação encontrada por estes grupos foi a cunhagem da expressão “enigma baiano”, que pode ser caracterizada como um “eufemismo [...], lapidado pelo governador Octávio Mangabeira, como forma de justificar o atraso da Bahia em relação aos outros estados da federação, especificamente os do centro sul” (CASTRO, 2010, p. 25).

A expressão foi proferida quando das comemorações dos quatrocentos anos da cidade de Salvador, em 1949. De acordo com Paulo Santos Silva, do ponto de vista dos principais nomes das oligarquias baianas significava uma ocasião perfeita para a celebração, pois se juntaram à conjuntura política, questões ligadas à memória histórica, a partir da “alegorização do passado”, com os discursos da Bahia grandiosa e “terra mater” do Brasil, e ao cenário intelectual, através do I Congresso de História (SILVA, 2011, p. 197). Além disso, os *autonomistas*, que compunham com os *juracistas* a UDN baiana, haviam retomado o poder no Estado depois de estarem afastados desde 1930. Ainda segundo Silva:

Os “autonomistas” estavam no poder. Na Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 2 de dezembro de 1945, haviam tomado lugar os mais expressivos nomes do “autonomismo” baiano, eleitos pela UDN: para o governo do estado foi eleito, em 1947, o “autonomista” Otávio Mangabeira e na prefeitura da cidade do Salvador estava um historiador “autonomista”, José Wanderley de Araújo Pinho (SILVA, 2011, p. 197).

Os discursos oficiais proferidos nesta efeméride foram marcados pela ideia da grandeza passada da Bahia, bem como da sua condição de lugar primacial na formação da nação brasileira. No entanto, apareceu uma preocupação com o atraso do Estado e a sua aparente incapacidade em transformar a situação. Neste caso, além de exaltar o passado de glórias da Bahia seriam necessárias, no presente:

Ações enérgicas por parte do governo para superar o passado, inserindo o estado na corrente de progresso material da qual fora se afastando à medida que outras regiões do país foram assumindo o primeiro plano na atividade econômica nacional. Assim, o IV Centenário foi concebido como um marco sinalizando o fim de uma época que precisava ser lembrada, mas imediatamente superada (SILVA, 2011, p. 202).

Contraditoriamente, os mesmos que produziam uma memória histórica responsável pela criação de uma imagem grandiosa do passado da Bahia, eram os mesmos que, no

exercício do poder, percebiam que esta mesma Bahia não havia acompanhado o processo de transformação socioeconômica que havia afetado outras regiões do país. Por isso, defende Silva, Otávio Mangabeira, legítimo representante e líder deste grupo autodenominado *autonomista*, produziu falas que se voltavam mais para o futuro e menos para as glórias passadas (SILVA, 2011, p. 202). Portanto,

Quanto ao futuro, Otávio Mangabeira sublinhava com certo realismo que só seria promissor se a Bahia caminhasse na perspectiva de superação do seu atraso econômico. Atraso que colocava em dúvida o “passado glorioso” referido pelas comemorações do centenário e que denunciava a incompetência política das elites dirigentes locais para assegurar ao estado relevo no conjunto da nacionalidade (SILVA, 2011, p. 203).

Enquanto a fração *autonomista* da UDN baiana havia retomado o controle do executivo estadual, após 1945, politicamente, Juracy Magalhães, assumiu uma vaga de deputado federal na Assembleia Constituinte, em 1946. Neste contexto, efetivou-se uma aliança tácita, de caráter liberal-conservador, entre alguns setores udenistas, entre os quais o próprio Juracy Magalhães, e o governo Dutra. O ex-governador baiano foi, inclusive, um dos artificios desta aproximação.

De acordo ele, havia uma tentativa de acordo que previa o apoio udenista ao Marechal Eurico Gaspar Dutra como uma forma de transição conciliada, mas a intransigência de líderes antivarguistas como Virgílio de Mello Franco e Carlos Lacerda impossibilitou a ideia. No entanto, tratativas para aproximação entre os dois agrupamentos políticos foram retomadas após as eleições. Juracy Magalhães explicou que se utilizou do trunfo eleitoral da UDN na Bahia para “influir no sentido de conduzir o partido a colaborar com o governo Dutra” (GUEIROS, 1996, p. 251). O objetivo desta decisão política era o seguinte: “separar o general-presidente das hostes getulistas ainda mobilizadas à sua volta. E com isso abríamos espaço para a UDN crescer” (GUEIROS, 1996, p. 251).

Em sua articulação para levar a UDN para o governo do general-presidente, o então deputado buscou angariar adesões para a sua empreitada. Para isso contou com o apoio de Otávio Mangabeira, eleito governador da Bahia; Macedo Soares, senador; os deputados federais udenistas baianos Nestor Duarte e Aliomar Baleeiro, além do banqueiro, e depois embaixador, Walter Moreira Sales. Este último usou do prestígio e trânsito junto aos setores empresariais e políticos para “convencer os ardorosos udenistas a dar um apoio técnico ao governo Dutra, em nome da união nacional capaz de tirar o país do secular atraso” (GUEIROS, 1996, p. 252).

A adesão foi discutida em uma convenção partidária e aprovada após acalorados debates entre os partidários ligados a Juracy Magalhães e a Carlos Lacerda. Ademais, dois nomes ligados à UDN já faziam parte do governo na condição de ministros, como os casos de Clemente Mariani, na pasta da Educação e Raul Fernandes, no Ministério das Relações Exteriores (GUEIROS, 1996, p. 252).

Segundo análise de Dulci (1986), o acordo representou o êxito dos setores que adotavam uma visão política tradicional, de tipo oligárquico e do ponto de vista do governo significou dissolver muito do ímpeto oposicionista dos perdedores de 1945, colocando uma cunha no partido e constringendo os movimentos dos seus mais influentes chefes (DULCI, 1986, p. 93).

Além disso, cumpre destacar que o primeiro presidente eleito após o fim do Estado Novo começou a governar ainda sob os auspícios da Constituição autoritária e de inspiração fascista que legitimou o regime anterior. A manutenção da carta de 1937 representava uma ferramenta de amortecimento da oposição e um meio de constringimento dos setores populares (DULCI, 1986, p. 90).

A análise de Maria do Carmo Campello de Souza (1976) sobre a transição de regimes destacou que “a queda do Estado Novo foi amortecida, e sua estrutura geral aproveitada para a nova armação institucional” (SOUZA, 1976, p. 134). A autora destacou as engrenagens institucionais do Estado Novo que se imiscuíram no novo regime:

a) a absorção, através do PSD, das interventorias e bases municipais, e através do PTB, das clientelas urbanas sindicalizadas [...]; b) a emergência do getulismo como formação ou movimento político organizado ao nível do simbolismo pessoal [...]; c) a garantia antecipada do controle ou pelo menos o papel decisivo por parte dos remanescentes estadonovistas sobre a primeira legislatura, através da manipulação dos instrumentos de legislação eleitoral; d) inscrição no próprio texto constitucional de vários dispositivos asseguradores dessa mesma continuidade, notadamente os referentes à representação [...] e à centralização de poderes no executivo. (SOUZA, 1976, p.134-135);

Ao analisar estes mesmos fatos, Dulci destacou que a continuidade ressaltada acima:

Punha em questão, [...], o caráter democrático do regime que se iniciava, contraditado fundamentalmente pela hegemonia preconcebida do getulismo no sistema, através de sólida maioria partidária; pela confirmação do projeto de desenvolvimento que vinha sendo levado a cabo; apoiado na intervenção do Estado. (DULCI, 1986, p. 91.).

A constituição de 1946, formalmente, foi responsável por estabelecer o conjunto de regras democráticas que deveriam reger a sociedade, mas ao mesmo tempo criou mecanismos

que expressaram os limites precisos a partir do quais elas deveriam funcionar (DULCI, 1986, p.91). Em primeiro lugar, uma parcela considerável da população estava de fora das regras do jogo democrático, uma vez que analfabetos estavam impedidos de votar, além da proibição de concorrer a cargos elegíveis que se abatia sobre os oficiais de baixa patente, gerando um déficit considerável de participação popular no regime que ora se instalara.

A formação do governo Dutra, primeiro presidente eleito ainda sob os efeitos da máquina burocrática montada no Estado Novo, contou, tal como explicitado acima, com o estabelecimento de uma aliança de contornos claramente conservador e antipopular. Sob a influência dos primeiros sinais da Guerra Fria e antecipando-se ao mais duro macarthismo, em 1947, o Congresso, em aliança com o judiciário, suspendeu o registro do Partido Comunista e cassou o mandato dos seus parlamentares, entre os quais, nomes como Luís Carlos Prestes, senador e os deputados Carlos Marighela e Jorge Amado. Em suas memórias, Juracy Magalhães narrou o episódio que abriu o precedente para a cassação dos comunistas, demonstrando o caráter eminentemente conservador e o clima de anticomunismo que marcavam a Câmara Federal, as autoridades militares e a Justiça Eleitoral, além, é claro de um alinhamento à hegemonia estadunidense, pós Segunda Guerra Mundial. Segue o relato:

A cassação do mandato dos parlamentares comunistas teve origem em um aparte meu a Luís Carlos Prestes. Ele fazia um discurso defendendo a intervenção da Rússia na Finlândia como uma manobra de cobertura de flanco necessária à segurança dos soviéticos. Para fortalecer seus argumentos, Prestes invocou meu testemunho de militar, e não tive como deixar de concordar com ele [...]. A partir daí, entretanto, ele começou a emaranhar-se. Perguntei de que lado ficaria caso houvesse uma guerra entre o Brasil e a URSS, e sua resposta não correspondeu ao patriotismo indispensável a um congressista. [...] Prestes titubeou e abriu um flanco para a expulsão dos comunistas. [...], minha intervenção era o principal argumento contra os comunistas: “Depois do histórico aparte do sr. Juracy Magalhães, ninguém mais tem dúvidas de que o Partido Comunista obedece a uma orientação internacional. Criada a questão, Alcio Souto, chefe da Casa Militar, do General Dutra, militar de formação nitidamente anticomunista, convocou-me ao seu escritório, no Palácio do Catete. Fui recebido por ele e pelo general Canrobert, ministro da Guerra, que apelaram para que assumisse a liderança da campanha pela expulsão dos comunistas. Nesse momento, eles estavam empenhados em obter do Tribunal eleitoral uma decisão favorável à cassação do registro do Partido Comunista, afinal conseguida por três a dois (MAGALHÃES, 1982, p. 122-123).

O anticomunismo presente nas ações das classes dominantes foi operacionalizado para tentar expurgar do cenário político do país aqueles que consideravam como uma ameaça à ordem. Para tanto, manipularam os tramites regimentais, legais e processuais, pois, como continua Juracy Magalhães:

Felizmente, prevaleceu a resolução legislativa, pois, se raciocinarmos em termos de teoria política pura, a Câmara não teria o direito de lhes cassar o mandato. [...]. A lei existe, é verdade, apenas acho que não pode estar acima dos interesses do povo. E, naquele momento de nossa evolução política, eu entendi que a legalidade do Partido Comunista enfraquecia o Brasil. Certa ou errada, esta foi minha posição (MAGALHÃES, 1982, p. 123).

Juracy Magalhães utilizou-se de um discurso ideológico e se colocou como um representante legítimo dos interesses do povo, isto justificou, inclusive, uma interpretação pouco ortodoxa dos processos legais, desde que esta manobra atendesse a um bem pretensamente maior. Em nome destas questões, organizaram-se ainda ataques às organizações autônomas dos trabalhadores. A Confederação dos Trabalhadores do Brasil fechada, bem como decretada a intervenção entre 140 e 400 sindicatos²⁷, além do expurgo de funcionários públicos. As medidas autoritárias contra a expressão de autonomia das classes populares traduziram-se ainda na proibição e violenta repressão de manifestações públicas (DULCI, 1986, p. 95; DREIFFUS, 1981, p. 29-30).

A atuação política de Juracy Magalhães foi considerada, por estudiosos da UDN, como “chapa branca” (DULCI, 1984; FONSECA, 2014), ou mesmo “oportunista” e “pragmática” (BENEVIDES, 1981). A justificativa para essas análises pode ser encontrada na maneira pela qual o personagem em questão agiu politicamente, visto que após compor com o governo Dutra uma aliança de forças conservadoras e autoritárias, e liberais do ponto de vista das questões econômicas, em 1945, Juracy Magalhães, novamente, nas eleições de 1950, buscava o entendimento com o PSD como um caminho possível para a vitória eleitoral do seu partido (MAGALHÃES, 1982, p. 123-124). Enquanto líderes partidários como Carlos Lacerda, Prado Kelly e Virgílio de Mello Franco apostavam novamente na candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, o ex-governador da Bahia defendia a tese de que:

A UDN deveria chegar ao governo por etapas. Primeiro, participar, como participou, do governo Dutra; depois, em consequência deste passo, formar uma coligação com o PSD, elegendo um vice-presidente; finalmente, na terceira etapa alcançar a presidência. Era uma estratégia de fortalecimento gradativo (MAGALHÃES, 1982, p. 124).

Havia na estratégia *juracista* algo de oportunismo e pragmatismo, mas também a percepção de que do ponto de vista social e dos interesses políticos e econômicos, não poderiam ser encontradas diferenças dignas de nota entre os dois partidos em questão, pois

²⁷ Não há um consenso entre os estudiosos acerca do número exato de sindicatos que ficaram sob intervenção no período. Dulci (1986) afirma que foram 143, Dreiffus (1981) defende o número de 400 entidades.

em suas fileiras estavam abrigadas as oligarquias tradicionais que revitalizaram, a nível local, as práticas coronelísticas (DULCI, 1986, p. 108).

A reaproximação com Vargas, de quem havia se afastado em 1937, inclusive participando da articulação do golpe em 1945, ocorreu já em 1950, com o convite do presidente eleito para que Juracy Magalhães assumisse o Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Isso ocorreu a despeito da existência de setores no interior da UDN que eram marcados por uma forte atuação antipopulista, em geral, e antivarguista, em particular. Este grupo, ligado a Carlos Lacerda, era chamado de “banda de música” (DULCI, 1984, p. 108). O convite não foi aceito por conta da posição contrária do governador eleito da Bahia, Régis Pacheco, que, em uma entrevista publicada pela imprensa, vetava a nomeação do seu adversário da política baiana ao cargo²⁸ (MAGALHÃES, 1982, p. 129-130).

Depois disso, em 1951, novamente convidado por Vargas para fazer parte do seu governo, assumiu a presidência da Companhia Vale do Rio Doce, cargo em que permaneceu por dois anos. A aceitação do comando da mineradora foi condicionada a um pedido de Juracy Magalhães, qual seja: após o cumprimento de sua função, ele gostaria de ser nomeado adido militar nos Estados Unidos, o qual foi atendido e rumou para Washington, em 1953. Voltou ao Brasil e, ainda articulando-se com Vargas, apoiou o candidato do presidente, Antônio Balbino, enfrentando resistências udenistas, nas disputas eleitorais para o governo da Bahia, em 1954. Neste mesmo ano, elegeu-se para o Senado e, novamente a pedido de Vargas, foi o primeiro presidente da recém-fundada Petrobrás.

Não é objetivo da seção esmiuçar os detalhes de todos estes eventos citados, entretanto, a reaproximação entre os dois personagens será um pretexto para discutir as afinidades que se foram construindo em relação ao modelo de organização do capitalismo no país.

Nesse caso, o fato de Juracy Magalhães voltar a trabalhar junto ao antigo aliado e ser um executivo importante na implantação de sua política de planejamento, fomento e intervenção do setor econômico, nomeadamente o da indústria de base, em uma nova fase de acumulação do capital, pode elucidar a maneira pela qual este articulava sua perspectiva ideológica de um modelo de desenvolvimento para o Brasil²⁹.

²⁸ Apesar de buscar uma recomposição com Juracy Magalhães, Getúlio Vargas acabou por apoiar Régis Pacheco na disputa para o governo do Estado da Bahia, contra o seu antigo interventor, nas eleições de 1950.

²⁹ Conforme Lombardi (2013), “os termos desenvolvimento, industrialização, modernização e maquinação se confundem, numa ideologização que os toma como sinônimo de desenvolvimento, necessariamente articulado ao mito de nação que, num contexto marcado pelo fortalecimento do Estado” (LOMBARDI, et al, 2013, p. 48).

Após um intervalo marcado pelo cariz liberal na condução da política econômica³⁰, no governo Dutra, que primava pela criação das condições necessárias para a livre circulação do capital estrangeiro e a tentativa de eliminação da estrutura montada para o intervencionismo (IANNI, 1979, p. 81), a volta de Vargas à presidência da República significou, novamente, uma reorientação nas relações entre Estado e Economia (IANNI, 1979, p. 109).

O período entre o final da Segunda Guerra Mundial e 1950, foi marcado pelo crescimento econômico que tinha como pressupostos “a ampliação das atividades econômicas, com grandes investimentos na exploração de minerais, na metalurgia, na siderurgia, setores tecnologicamente mais sofisticados” (LOMBARDI, *et al*, 2013, p. 46-47). Destaque-se, neste caso, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1946 e a Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1942, completando-se o complexo minerador-siderúrgico³¹. No entanto, nesta conjuntura intensificou-se a associação e dependência em relação ao capital estrangeiro que adentrou massivamente no país, principalmente para a viabilização da instalação do monopólio da produção do aço (LOMBARDI, *et al*, 2013, p. 47).

No contexto internacional, o final da Segunda Guerra Mundial, e principalmente, a partir da década de 1950 ocorreu um processo de crescimento acelerado dos níveis de desenvolvimento econômico, tanto no centro dinâmico do capitalismo, quanto nas chamadas economias planificadas, do bloco soviético. No entanto, o Brasil apresentava graves defasagens de infraestrutura que não permitiram ao país dar um salto qualitativo em sua economia e em sua produção industrial (LOMBARDI, *et al*, 2013, p. 47). O crescimento da indústria por demanda ociosa havia encontrado um ponto decisivo de estrangulamento. Os dilemas econômico-financeiros enfrentados pelo Estado, no segundo governo Vargas, eram da seguinte ordem: “inflação, o desequilíbrio da balança de pagamentos, a insuficiência de

³⁰ Entre 1945 e 1950 ocorreu, de acordo com Ianni (1979), uma reformulação das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos, estreitando-as significativamente. Este estreitamento teve como corolários as seguintes ações: participação na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, da qual saiu a elaboração o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em 1947; em 1948, elaboração da Carta da Organização do Estados Americanos; ainda em 1948, o início do funcionamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que visava a realização de estudos, formulação de projetos, e o fomento e execução dos mesmos, contando com a ajuda técnica e financeira de empresas e do governo estadunidense (IANNI, 1979, p. 111). Além disso, Muniz Bandeira (1973) destacou a ação de lobistas representando empresas ianques que buscavam barrar o projeto de exploração autônoma das reservas petrolíferas e fazer passar no Congresso leis que permitissem o acesso do petróleo brasileiro às petrolíferas estrangeiras, nomeadamente aquelas com sede nos Estados Unidos.

³¹ Muitos destes recursos foram capitados no exterior ainda durante a ditadura varguista. A CSN, por exemplo, foi montada a partir de capital estadunidense em um acordo efetivado entre os dois governos na Segunda Guerra Mundial, enquanto a Companhia Vale do Rio Doce foi implantada no período do Estado Novo.

energia e transportes, a insuficiência da oferta de gêneros alimentícios para as populações dos centros urbanos em rápida expansão, etc.” (IANNI, 1979, p. 112).

Diante destes problemas estruturais, o Estado se tornou uma instância voltada para o planejamento econômico e um conjunto de engrenagens destinado ao fomento do processo de industrialização. O aparelho estatal foi responsável direto pelas ingerências neste processo, principalmente através das políticas fiscais e cambiais que estabeleciam a acumulação de capital, que transferia os excedentes gerados pela produção agropecuária para o setor industrial (LOMBARDI, *et al*, 2013, p. 48-50; DREIFUSS, 1981, p. 32).

Getúlio Vargas apresentava um discurso nacionalista, de desenvolvimento industrial autônomo, entretanto, havia tendência para estabelecer a combinação entre indústrias estatais e aquelas formadas por capital privado (DREIFUSS, 1981, p. 32). Além disso, outras características definidas por esta política econômica eram as seguintes:

O tipo de regime e sistema político almejado pelo Executivo sob as rédeas de Getúlio Vargas, incluía a reapresentação de uma proposição que já havia sido vencida uma vez. Essa proposição envolvia a consolidação de um aparelho administrativo de Estado e formulador de diretrizes políticas, relativamente livre de influência exclusiva das classes dominantes, capaz de apoiar a industrialização nacional e de limitar os interesses multinacionais. Concomitantemente desenvolvia-se um esforço tendente a assegurar a implementação de um bloco industrial-trabalhista apoiado pelo Estado e a acomodação de interesses agrários. Porém, [...], os empresários locais, longe de serem hostis à penetração multinacional, até favorecem-na. Os empresários enfatizam a campanha nacionalista muito mais em torno da produção industrial em solo brasileiro, do que em torno da origem do capital ou da tecnologia envolvida. Os empresários temiam também uma forma de desenvolvimento nacionalista liderada pelo Estado. O processo de concentração de capital desenvolver-se-ia então lado a lado com um processo de internacionalização da economia (DREIFUSS, 1981, P. 32-33).

Esta citação elucida muito bem as disputas de projeto que estavam se concretizando em torno do projeto voltado para a industrialização do país. Aquele que defendia um desenvolvimento autônomo e nacionalista, articulado com a inserção política subordinada das classes trabalhadoras urbanas, garantindo a aliança com os setores agrários via manutenção de seu status quo sociopolítico e econômico; e outro que defendia um desenvolvimento industrial em associação com o capital externo, sem necessariamente ficar a reboque da intervenção estatal. Em um primeiro momento, os interesses multinacionais, juntamente com os seus aliados de interesses locais ficariam sem a devida representação por conta do arranjo político e econômico concebido por Vargas. (DREIFUSS, 1981, p. 33).

Juracy Magalhães, exercendo os cargos de presidente da Vale do Rio Doce e da Petrobrás, além de membro das Comissões de Finanças Segurança da Câmara dos Deputados

e Economia do Senado, esteve diretamente envolvido nos debates e nas decisões que envolviam a política econômica e os devidos rumos que a economia brasileira deveria tomar.

Em diversos discursos proferidos no exercício destas funções é possível compreender as suas relações, afinidades e distanciamentos ideológicos com Vargas, e depois com JK, bem como a defesa de interesses do capital privado internacional e os seus associados locais, nomeadamente sua estreita relação e defesa, algo entusiasmada, do modelo político e econômico dos Estados Unidos.

Em sua posse na presidência da Petrobrás, em 1954, Juracy Magalhães proferiu um discurso que iniciou destacando a importância desta empresa no processo de industrialização do país, além de demonstrar, naquela conjuntura, uma relação de correspondência ideológica com Vargas, ao menos no que tange às estratégias de política econômica. Segue, portanto, o relato:

As palavras que começo a proferir nesta solenidade de tão elevada significação, constituem o meu primeiro ato como presidente da Petrobrás, a arrojada empresa que o eminente Chefe do Governo lançou com o auspicioso destino de solucionar o magno problema do petróleo no Brasil. [...]. Meu agradecimento é para o preclaro presidente Getúlio Vargas, que mais uma vez me honra com a sua confiança, entregando-me a direção de uma sociedade cuja tarefa, se realizada, influirá, de maneira decisiva, nos quadros econômicos do país pela grandiosidade que encerra (MAGALHÃES, 1957, p. 239).

Posteriormente seguiu na defesa da estatal petrolífera enquanto alavanca para o desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira, bem como tratou dos meios de financiamento para o seu devido funcionamento.

A Petrobrás é uma etapa decisiva na implantação da indústria petrolífera no Brasil. Empreenderá o voo difícil e arriscado do pássaro que vivia alimentado pela mãe, no próprio ninho, - no caso, o Tesouro Nacional -, para lançar-se à aventura de criar os próprios recursos com que viver. Tem que fazer renda própria para subsistir. Passa a ser uma entidade industrial, com receita e despesa a serem escrupulosas e inteligentemente equilibradas, como numa organização particular. O Brasil decidiu, depois de um exaustivo debate, em que nem sempre predominou a serenidade, que a maneira de explorar o petróleo no país fosse a solução estatal, exercida pelo Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização, e pela Petrobrás, como órgão de execução (MAGALHÃES, 1957, p. 240). (Grifo nosso).

Nesse trecho do seu discurso foram resumidas as principais questões a respeito da exploração do petróleo no Brasil. Em primeiro lugar, destaca-se a série de discussão que teve lugar no país, desde ao menos a década de 1930, sobre qual seria a natureza desta. Se privada ou estatal, se monopólio ou associação entre o público e o privado, ou ainda, regime

de concessão e partilha. Como sublinhou o primeiro presidente da empresa, foram longos os debates, principalmente após 1945, a respeito desta questão. O debate suscitado entre as duas casas do Congresso Nacional, os militares, a imprensa, além da ação das empresas petrolíferas estrangeiras que exerceram um poderoso *lobby* buscando evitar a solução estatizante, que acabou por ser efetivada (IANNI, 1979, p. 122-126; DULCI, 1986, p. 116-117).

A segunda questão diz respeito às fontes de financiamento para a instalação da empreitada. O Estado foi o responsável pelo aporte financeiro inicial que resultou na criação da empresa, embora, com se verá mais adiante, em outro discurso de Juracy Magalhães, a montagem do complexo industrial que teve por base a exploração monopolista do petróleo contou com a significativa participação do capital privado estrangeiro. Conforme a afirmação de Dreifuss (1981), a Petrobrás materializou “uma política de nacionalista de desenvolvimento capitalista, apoiado por uma combinação de empresas industriais estatais e privadas” (DREIFUSS, 1981, p. 32).

Em seguida, Juracy Magalhães destacou o fato de que a criação da Petrobrás representou a possibilidade do desenvolvimento de uma cadeia produtiva que se relacionava com a indústria petrolífera, como, por exemplo, aquela ligada aos setores dos complexos químicos e petroquímicos, bem como ela estava relacionada ao desenvolvimento de uma rede de infraestrutura de portos, ferrovias, hidrovias e rodovias.

O problema é complexo, e de sua solução depende a solução de outros que lhe são tributários, como os que visam, por exemplo, ao desenvolvimento dos transportes rodoviários, ferroviários e aeroviários, da navegação, da mecanização da agricultura e da indústria, pois sabemos que o “petróleo é riqueza geradora de outras riquezas”. Na Mensagem com que encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei destinado a criar a Petrobrás, o eminente Presidente da República disse, [...], que “o petróleo é um fator básico para a emancipação econômica e o bem-estar do nosso povo. E escreveu me seguida: - “Embora não tenhamos, ainda, realmente, experiência administrativa de direção e gerência de organizações congêneres desse porte, não há por que duvidar da nossa capacidade de dirigir grandes empreendimentos industriais ou comerciais, sem deixá-los cair, fatalmente, nos moldes do gigantismo burocrático” (MAGALHÃES, 1957, p. 241).

A Petrobrás foi criada como uma resposta para o modelo de desenvolvimento econômico que estava em processo no país. Conforme Ianni (1979), a criação da empresa foi um empreendimento de fundamental importância para a economia brasileira pelas seguintes razões:

Em primeiro lugar, criava-se uma indústria básica para o funcionamento, a expansão e a diversificação do sistema econômico brasileiro, como um todo. Em segundo lugar, devido à importância do petróleo e derivados, nas relações entre o subsistema

brasileiro e empresas e governos dos países dominantes, a criação do monopólio estatal da pesquisa, refino, e transporte do petróleo foi um fato decisivo na história do nacionalismo no Brasil. Correspondeu a uma afirmação da vontade de emancipação econômica, em face dos interesses e pressões de empresas petrolíferas estrangeiras. Nesse sentido, a Petrobrás tornou-se um símbolo do nacionalismo econômico e político brasileiro. Inclusive, provocou o fortalecimento de setor público, no conjunto do sistema econômico do País. [...]. Em terceiro e último lugar, a criação da Petrobrás foi uma manifestação particularmente significativa da maneira como funcionava, então, a tecnoestrutura estatal. Os estudos e debates realizados na esfera do Poder Executivo, [...], resultaram da conjugação de interesses de empresários (nacionais e estrangeiros), militares, políticos, técnicos, administrativos e economistas (IANNI, 1979, p. 126-127).

Embora ressalte o fator nacionalismo como um elemento ideológico importante para a definição das pautas e das resoluções da política econômica, principalmente durante o segundo governo Vargas, Ianni (1989), destacou, também, que esta questão apresentava limites muito claros. Isto porque o comércio de derivados continuava a efetuado pelas empresas estrangeiras e as suas subsidiárias instaladas no país. O monopólio não se estendia a esta atividade, portanto, “a fundação da Petrobrás não afetou os interesses econômicos estrangeiros preexistentes: afetou apenas as suas pretensões no campo da indústria petrolífera” (IANNI, 1979, p. 127). Logo, este autor considerou a fundação da Petrobrás “um ato nacionalista ambíguo, e não apenas parcial” (IANNI, 1979, p. 127).

A defesa do capital associado ao estrangeiro como uma solução para a resolução dos problemas infraestruturais da economia brasileira e modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, apareceu de maneira mais explícita no discurso de Juracy Magalhães, a partir de 1955³². Além disso, nos governos Café Filho e Juscelino Kubitschek, a política de desenvolvimento representou o reforço de um padrão de desenvolvimento associado (DREIFUSS, 1981, p. 34).

No discurso pronunciado no Senado, em março de 1955, por ocasião do início das operações da Refinaria de Cubatão, Juracy Magalhães discorreu sobre a importância dessa unidade de produção para estabelecer a substituição de importações para o setor petroquímico e o quanto esse fato seria benéfico para a balança comercial do Brasil. Entretanto, o elemento mais revelador deste documento foi a maneira pela qual o ex-presidente da Vale do Rio Doce e da Petrobrás ressaltou a presença do capital e da assessoria técnica estrangeiros para o fomento econômico e industrial do país. Inicialmente, ele mostrou preocupação quanto às soluções de financiamento das obras públicas e depois ressaltou sua posição em relação à participação do Estado e da iniciativa privada em relação às atividades econômicas.

³² Não por acaso, após ele ter voltado do seu cargo de embaixador nos Estados Unidos e de ter iniciado as operações na Petrobrás.

Sou, Sr. Presidente, em princípio, favorável à iniciativa privada, no campo das atividades econômicas. O Estado deverá exercer apenas uma ação supletiva, quando faltarem os estímulos aos investimentos privados, e houver uma evidente necessidade nacional, de ordem econômica ou estratégica, para que não se protele a iniciativa julgada necessária e inadiável. Neste caso, como aconteceu com a construção da Usina Siderúrgica Nacional, – até agora o marco mais significativo de nosso desenvolvimento econômico –, cabe ao Estado apelar para o recurso das sociedades de economia mista, onde, infelizmente, o capital privado tem contribuído com percentagens insignificantes (MAGALHÃES, 1957, p. 283). (Grifo nosso).

Embora ele tenha defendido a necessidade de uma ação de planejamento para o desenvolvimento de setores industriais básicos, apareceu nesta passagem a defesa da iniciativa privada. No entanto, asseverou que a falta de estímulo aos investimentos privados exigem uma ação estatal que venha a dar seguimento nas ações estratégicas para o desenvolvimento da indústria no país. Em última estância, vai se deslindando uma tendência cada vez mais presente na fala de Juracy Magalhães, que é a justificativa de um modelo de desenvolvimento associado ao capital, principalmente o internacional. Na continuação do discurso, esta questão aparece de maneira explícita:

Em volta redonda, graças às inspirações, à inteligência e à sinceridade de um grande cidadão do mundo, – o saudoso Presidente Franklin Delano Roosevelt –, foi possível ao Governo Brasileiro contar com a colaboração técnica substancial de firmas especializadas americanas e, mais do que isso, com o financiamento das organizações oficiais de crédito do Governo Americano, no caso o benemérito “Export and Import Bank of Washington”, responsável também, entre outros, pelo financiamento da Companhia Vale do Rio Doce (MAGALHÃES, 1957, p. 283-284).

No caso da refinaria em questão, ele se ressentiu por conta da não repetição do modelo de negócio, ou seja, o Estado não obteve sucesso com a demanda do financiamento via agência de crédito do exterior. Todavia, neste caso, os estrangeiros atuaram na assessoria técnica:

Vale, entretanto, assinalar que não faltou ao empreendimento a colaboração técnica de firmas americanas e europeias, *inclusive de algumas que são produtoras de petróleo, como a Esso Export Corporation e a Standard Oil Company of California, interessadas no suprimento do óleo cru à Refinaria de Cubatão.* Foi responsável pela organização do projeto e supervisão das obras, a Hydrocarbon Research Inc., e pela construção civil, a Arthur Mc-Kee & Company (MAGALHÃES, 1957, p. 283-284). (Grifo nosso).

Conforme destacado anteriormente, o projeto de desenvolvimento nacionalista representado pela criação, no Brasil, da indústria de base em geral, e da petrolífera, em particular, esbarrava em limites muito claros. De um lado a escassez de recursos, mesmo com

toda a política fiscal e cambial que destinava os excedentes da agricultura para a indústria, que atrasava a conclusão de obras de infraestrutura e de complexos industriais, cuja refinaria supracitada era um exemplo, gerando a dependência de financiamento externo. Por outro, a dependência tecnológica era uma realidade e o crescimento do parque da indústria pesada demandava tecnologia e técnicos para a implementação de suas operações. Outra questão que se destacou, foi o fato de que as companhias oligopolistas internacionais do petróleo, a despeito de toda a pressão que exerceram e de terem suas pretensões frustradas com a criação da Petrobrás, não foram retiradas do jogo. Neste caso, a ainda pequena produção da estatal brasileira não seria suficiente para a demanda de óleo cru necessário para o refino e a fabricação de insumos e derivados. Mas além destas constatações acerca da dependência econômica e tecnológica que marcaram o processo de industrialização do Brasil, é preciso ressaltar que Juracy Magalhães era um entusiasta deste tipo de modelo. Para ele, esta situação deveria ser resolvida a partir da associação com o capital e o *know-how* tecnológico externo, principalmente o estadunidense.

Em outro discurso, proferido em junho de 1955, tratando da questão da mineração e da siderurgia, Juracy Magalhães continuou externando as suas concepções acerca do melhor caminho a seguir para o desenvolvimento industrial do Brasil. Inicialmente ele lamentou e atacou a continuação do modelo agroexportador representado pelo café, ainda o principal sustentáculo das exportações do país, a despeito de todo esforço, representado pela política estatal para a industrialização, desde, ao menos, a década de 1930.

Todos sabem que o café tem sido a base do nosso movimento exportador. Não se pode, entretanto, esse produto continuar arcando, sozinho, com tamanha responsabilidade, uma vez que vem num crescendo assustador as exigências da importação de produtos vitalmente essenciais à vida do país. [...]. De qualquer modo, porém, temos de compreender a necessidade de se multiplicar o número de produtos exportáveis, porque, é claro, se permanecermos enleados pela condenável política da monocultura, como é o caso do café, seremos fatalmente derrotados no quadro das trocas comerciais. A evolução econômica do país, é, pois, uma providência que se impõe e a ela teremos de dedicar o melhor de nossos esforços, com determinação e patriotismo (MAGALHÃES, 1957, p. 305).

Desde a década de 1930, quando assumiu a interventoria federal na Bahia, Juracy Magalhães apontava para a necessidade de superação da dependência da economia brasileira em relação à monocultura cafeeira. Passados mais de vinte anos, e a não resolução desta questão demonstra a complexidade do processo de acumulação do capital em direção à industrialização, avultou também a demanda por equipamentos e insumos industriais

necessários à montagem do parque industrial brasileiro, cujo excedente extraído da produção cafeeira não estava mais atendendo a contento.

Este pretexto foi utilizado para defender a necessidade de investimento mais significativo na produção mineral, com vistas a atender a crescente demanda por minério de ferro, cobre e manganês nos Estados Unidos e Europa.

No momento, como de alguns anos a esta parte, as nossas esperanças se voltam para o setor da mineração, uma vez que é, sem dúvida, bastante acentuada a procura dos nossos minérios, [...]. Quantidades astronômicas de matérias-primas são atiradas nos fornos famintos que, como cogumelos, se espalham principalmente pelos Estados Unidos. [...]. Na exploração do minério de ferro está uma das maiores fontes de divisas para a crise cambial que o Brasil enfrenta no momento (MAGALHÃES, 1957, p. 305-306).

Seu discurso foi considerado pertinente, inclusive pelos seus pares, os senadores, pelo fato de ter exercido a função de presidente da estatal mineradora e ter aproveitado um acontecimento da conjuntura internacional, a Guerra da Coreia, em 1951, para aumentar o preço por tonelada de minério de ferro e, conseqüentemente, a produção e o faturamento da empresa. Além disso, o tempo que passou nos Estados Unidos como adido militar possibilitou que ele tivesse um conhecimento das características do mercado daquele país. Outra questão que se destaca é a preocupação com o déficit da balança comercial e com a necessidade de divisas para a importação de máquinas e equipamentos que iriam ser utilizados na montagem das indústrias. Pois, em sua concepção, “o lançamento da nossa indústria pesada, [era] o caminho mais certo da nossa emancipação econômica” (MAGALHÃES, 1957, p. 306).

Novamente, como no caso da indústria petrolífera, Juracy Magalhães destacou que, mesmo com toda a demanda no mercado internacional por nossos minérios e a possibilidade de atendimento de nossas reservas, a infraestrutura deficiente não permitia a produção à plenitude. Para tanto, o auxílio do capital e da tecnologia provenientes do exterior, eram a solução para este problema.

V. Excia., representante de Estado diretamente interessado no problema da exportação do minério de ferro, sabe que a Companhia Vale do Rio Doce tem um programa para elevar a exportação até o nível de três milhões de toneladas. *Poderá, entretanto, no futuro, aceitar a colaboração de países interessados, famintos de minério de ferro, para o desenvolvimento dessa produção a níveis bem mais elevados.* No decorrer do meu discurso V. Excia. verá que *defendo a tese de que o Brasil só deve preparar-se para essa grande exportação em conexão com empresas siderúrgicas e países consumidores no minério de ferro.* (MAGALHÃES, 1957, p. 307). (Grifo nosso).

A partir desta passagem, Juracy Magalhães, em mais de uma ocasião, voltará a esta questão, ou seja, a defesa de que as atividades econômicas envolvendo os setores da indústria pesada que exigissem maior aporte de recursos financeiros e complexidade tecnológica, deveriam se desenvolver em associação com o capital estrangeiro, tal como no trecho a seguir:

Sou de opinião que a exportação deve ser feita pela ferrovia. A Estrada de Ferro Vitória a Minas dará vazão perfeitamente, até o limite de 3 milhões de toneladas. Para exportação de maior vulto, de 20 ou 30 milhões de toneladas, deverá ser construída, conforme disse, nova estrada de ferro. Aí, o problema econômico assume importância vital e só interessará ao Brasil preparar-se para semelhante empresa, se estiver com um mercado consumidor assegurado. Nesta oportunidade, terá cabimento recebermos a colaboração da Alemanha, América do Norte, França, enfim, de todos os países consumidores de minério, que queiram colaborar conosco na arrecadação do capital necessário a empreendimento deste porte (MAGALHÃES, 1957, p. 316,317).

Outra questão que se repete, em relação ao problema do petróleo, é a reiteração da importância da indústria mineradora e siderúrgica para a consolidação de um tipo específico de desenvolvimento para o país, aquele voltado para o setor secundário e que possibilite a superação, em algum momento, da monocultura.

A Companhia Vale do Rio Doce, como todos sabem, tem uma função importantíssima no setor da economia brasileira, não só porque veio resolver, definitivamente, o problema da extração, transporte, e exportação do minério de ferro, como também despertar uma vasta região para uma intensa vida econômica, de grande repercussão em todo o país (MAGALHÃES, 1957, p. 312).

Aqui há o destaque para a resolução, através da estatal mineradora, ao menos em parte, do problema relacionado à exploração e exportação dos minérios, que, até então, ficava diretamente sob o controle do capital externo. Foi feita, também, menção à dinamização econômica na região produtora, a partir da cadeia produtiva gerada pela mineração. Além disso, Juracy Magalhães destacou os possíveis benefícios que a plena capacidade de produção da Vale do Rio Doce traria ao conjunto da econômica brasileira.

1 – propicia-nos um acréscimo de divisas, facilitando o nosso intercâmbio comercial, através de um aumento do poder aquisitivo brasileiro; 2 – assegura, aos nossos aliados do mundo ocidental, uma fonte tranquila do suprimento de uma matéria-prima essencial ao progresso pacífico dos povos e vital a um esforço de guerra, para a defesa comum (MAGALHÃES, 1957, p. 320).

Neste caso, esclareceu-se uma das principais limitações que o Estado enfrentava em seu processo de fomento da industrialização: a falta de divisas, de moeda forte internacional,

utilizada para a importação de máquinas, equipamentos e insumos para a produção industrial. Desde o início da década de 1950, o governo sofria com a escassez crônica de recursos financeiros, que não eram suficientemente providos pela produção agroexportadora. Juracy Magalhães apontava, neste caso, a ampliação da pauta de exportações, principalmente com a adição de produtos que possuíam maior valor agregado. O senador levantou, também, a importância do papel estratégico do minério de ferro para a segurança. Em um contexto mundial marcado pela Guerra Fria, ele apontou para a necessária aliança com o “mundo ocidental” e destacou que a Vale do Rio Doce possuía um valor estratégico para a defesa deste conjunto de nações.

Mais uma vez ele voltou a defender a indústria mineradora e petrolífera como os alicerces importantes que possibilitariam o desenvolvimento e a estabilidade econômica do Brasil.

No Vale do Rio Doce, que é, hoje, uma imensa oficina de progresso, repousam as mais fagueiras esperanças do povo brasileiro, que sabe residir no ferro, como no petróleo e outras atividades, a redenção econômica deste país, que precisa evoluir do campo restrito da monocultura, para uma produção variada que lhe dê maior estabilidade (MAGALHÃES, 1957, p. 325).

Entretanto, a defesa da indústria nacional, para Juracy Magalhães, estava atrelada a uma íntima relação com o mercado estadunidense para os produtos brasileiros. Por conseguinte, o parâmetro que ele tomava para avaliar os limites e possibilidades da produção de minério no Brasil era a crescente necessidade do parque industrial dos Estados Unidos por ferro e lamentava a pouca capacidade de exploração e exportação da mineração brasileira e apontava para um dilema:

Estamos na era do ferro, e pela falta de recursos, não podemos aproveitar, convenientemente, um manancial tão grandioso que poderia ajudar poderosamente o equilíbrio de nosso balanço de pagamentos (MAGALHÃES, 1957, p. 329).

O problema dizia respeito à falta de recursos para investir em equipamentos mais complexos que possibilitariam uma maior produtividade, que, por conta disso, gerariam mais divisas, e assim, sucessivamente. Ao final do discurso, Juracy Magalhães, apoiou abertamente o modelo de desenvolvimento dos Estados Unidos como um exemplo a ser copiado pelo Brasil, demonstrando admiração entusiasmada pela potência imperialista do norte.

No cadinho de raças daquele país vive, na realidade, *um povo extraordinário, que construiu o seu progresso sobre o ferro e petróleo*. Com esses elementos, com sua

honradez e com a sua operosidade, *pode ele produzir a civilização de mais alto nível de vida que a terra conheceu*. Conseguiu uma situação de tal natureza que ainda pode, com o seu sentimento de magnanimidade, ajudar o próximo menos feliz. Vi, nos Estados Unidos, mais do que na vez anterior em que visitara [década de 1940], um *desejo sincero de estreitar mais suas relações conosco e fortalecer a sua política de cooperação*. Voltei mais convencido do que nunca da identidade de interesses que nos irmana. Aliás, mais tarde, quando lá passei um ano, em missão militar de nosso governo, muito mais se acentuou a minha convicção nesse sentido (MAGALHÃES, 1957, p. 329-330). (Grifo nosso).

Juracy Magalhães foi se colocando como um dos principais defensores do estreitamento das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos. As temporadas em que passou neste país – na década de 1940, em treinamento militar e na década de 1950, como adido militar da embaixada brasileira – foram fatores determinantes nesta sua postura, que será marcante em sua trajetória política daí em diante. Defendeu a busca por financiamento no mercado estadunidense, além da cooperação que, supostamente, eles estariam eles estariam dispostos a oferecer. O senador se estabelecia como um dos representantes dos interesses dos Estados Unidos, na política e na economia do Brasil.

Esta defesa da associação com o capital privado constituiu-se em uma convicção tão arraigada, que cerca de quarenta anos passados da publicação destes discursos, ele ainda era da opinião de que o problema do petróleo não deveria ser “contaminado” pelas “paixões nacionalistas”. Além de defender a contratação do engenheiro estadunidense Walter Link, ex-funcionário da Standard Oil, para a chefia do Departamento de Exploração da Petrobrás, em sua gestão na empresa, nas memórias publicadas, na década de 1990, ele retomou os intensos debates públicos que ocorreram no país acerca do monopólio estatal para os negócios do petróleo.

Os debates em torno do monopólio estatal e da Petrobrás sempre foram carregados de emoção e suscitaram grandes brigas entre as correntes nacionalistas estatizantes e as favoráveis à economia de mercado. No ano de 1957, meu amigo Adolpho Gentil, então deputado federal, apresentou um projeto na Câmara para modificar a lei 2.004, que dispunha sobre a política de petróleo no Brasil, tornando possível aos capitais privados o exercício das atividades de pesquisa, lavra, refinação e transporte de petróleo e seus derivados, paralelamente, à Petrobrás. Foi, a meu ver, a primeira tentativa inteligente de flexibilizar o monopólio estatal do petróleo e permitir que outras empresas tentassem achar óleo em nosso território (GUEIROS, 1996, p. 276).

Nessa passagem em um dos seus livros de memória, que serão analisados mais detidamente à frente, estão presentes algumas das questões mais cadentes do debate político e econômico nas décadas de 1950 e 1960. Em primeiro lugar, a disputa entre dois modelos de desenvolvimento econômico e industrial, um que defendia uma matriz pretensamente autônoma e nacionalista, marcada pela ideia de que o Estado deveria ter o monopólio do

financiamento e da exploração de setores estratégico da economia e outra que atuava em defesa da associação com a iniciativa privada, fosse ela brasileira ou estrangeira, contanto que não se dependesse exclusivamente da atuação estatal para o fomento das principais atividades econômicas, tais como o financiamento da montagem do parque industrial brasileiro. Em segundo, derivado da primeira, era que a questão do petróleo era uma espécie de síntese desta disputa. Como, em 1957, era JK o presidente, e mesmo ele permitindo a entrada maciça de capital estrangeiro e uma internacionalização cada vez maior da economia brasileira, do ponto de vista ideológico, a defesa do monopólio da Petrobrás era alvo de defesa apaixonada pelos setores nacionalista.

Ele continuou a defender a presença de técnicos do setor privado e empresários agindo de dentro da estrutura estatal na definição de políticas públicas. Um exemplo desta postura foi a maneira elogiosa com que ele se referiu às ações do empresário do ramo energético Hélio Beltrão, ligado ao grupo Ultragás, e um dos principais apoiadores do golpe de 1964, inclusive atuando em cargos do alto escalão do regime³³.

Quem me deu uma ajuda inestimável e extremamente racional no plano de organização da Petrobrás foi Hélio Beltrão, que nessa época era membro do Conselho Nacional do Petróleo, [...]. Hélio também foi um dos autores do programa da UDN e estreitara boa amizade comigo ao tempo de sua fundação. É um planejador sem igual. Devo-lhe muito (GUEIROS, 1996, p. 276).

Esta referência às ações de um empresário do setor de petróleo e gás atuando diretamente no interior do aparelho de Estado e interferindo no planejamento e definindo políticas, pode ser explicado pela análise empreendida por Dreifuss (1981) sobre a montagem de um aparato técnico-burocrático que atendia aos interesses do capital monopolista multinacional e associado. A instituição de empresas, institutos e escritórios de consultorias e de estudos técnicos e econômicos formava verdadeiros anéis administrativos que atuavam por fora da estrutura estatal, agindo de forma a conduzir a política de desenvolvimento econômico do Estado.

Na década de 1990, após as políticas neoliberais, aprofundadas principalmente pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, foram efetivadas as primeiras investidas visando a quebra do monopólio estatal sobre o setor petrolífero. Juracy Magalhães entendeu este movimento como benéfico para a economia brasileira, uma vez que, como vem sendo

³³ Hélio Beltrão foi ministro do Planejamento do governo Costa e Silva e ministro da Desburocratização do governo Figueiredo. Foi ainda Presidente do Banco Nacional da Habitação e da Petrobrás. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/helioBeltrao.html>>. Acessado em 21/11/2017.

discutido até aqui, ele era um entusiasmado defensor da presença do capital privado na economia e, principalmente, para as indústrias de base.

Hoje, na era da informática, com a globalização da economia reduzindo as ideias xenófobas, e depois das grandes modificações ocorridas em todos os conceitos que regem o mercado, já se admitiu que o monopólio estatal do petróleo pode e deve ser flexibilizado, permitindo a concorrência de outras companhias além da Petrobrás, no sentido de chegarmos mais depressa à nossa tão sonhada autossuficiência em matéria de petróleo (GUEIROS, 1996, p. 276).

No contexto da ofensiva neoliberal, após a queda do muro de Berlim, do consenso de Washington e da propalada ideologia do fim da História, Juracy Magalhães pode, finalmente, defender seus interesses privatistas sem perigo de ver suas declarações censuradas. Se, em décadas anteriores ele ainda mantinha algum escrúpulo de opinião estatista, nesta conjuntura específica, as suas concepções acerca do papel do Estado e da iniciativa privada, na economia, se estabeleciam como hegemônicas.

De modo geral, pode-se afirmar que Juracy Magalhães, conforme as análises de Dreifuss (1981), defendia uma estratégia de desenvolvimento que estabelecia as condições para a proeminência econômica do capitalismo oligopolista multinacional e associado e atuou para proporcionar a abertura de canais no sentido de estabelecer políticas favoráveis aos interesses multinacionais e associados. Nesta concepção, o papel do Estado era defendido como fator de desenvolvimento para dissimular o domínio real do capital. (DREIFUSS, 1981, p. 34-38).

Estas intervenções no senado, a favor dos estadunidenses fazem dele, ainda seguindo uma interpretação baseada em Dreifuss (1981), uma espécie de intelectual orgânico dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro (DREIFUSS, 1981, p. 66). Pode-se afirmar, de acordo com o mesmo autor, que ele fazia parte de “um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado” (DREIFUSS, 1981, p. 71).

De acordo com Dulci (1986), os grupos mais poderosos da burguesia no Brasil, associados ao capital estrangeiro, passavam a constituir a fração mais relevante do empresariado. Era a hora do grande capital e da internacionalização da burguesia brasileira (DULCI, 1986, p. 127). A estratégia de desenvolvimento implicava na dependência econômica do país, sob nova feição. Valia-se da nova ordem econômica que foi implantada em seguida à recuperação do pós-guerra, através da seguinte estratégia: de um lado retórica

nacionalista para alimentar a legitimidade do Estado perante os setores populares e os militares e, do outro, um modelo econômico de associação que redefinia e ao mesmo tempo aprofundava a dependência do país em relação aos países centrais; uma causa essencial da crise que destruiria o sistema (DULCI, 1986, p. 142-143).

Após acumular experiências e conhecimento sobre o processo do desenvolvimento da industrialização no Brasil, atuando diretamente na definição de políticas em setores estratégicos para a sua efetivação, Juracy Magalhães apresentou um diagnóstico não muito animador sobre a situação econômica da Bahia. Destacou, principalmente, o atraso da Bahia em relação aos centros econômicos mais dinâmicos do Brasil. Aproveitando a formatura dos alunos da Escola de Eletromecânica da Bahia, no final de 1954, da qual foi paraninfo da turma, ele fez um discurso abordando a necessidade do Estado em superar o modelo agrário-exportador e a emergência da instalação do seu parque industrial. Segue o pronunciamento:

Somente após a fase agrária, ainda bastante atrasada, em que nos achamos, é que poderemos fazer valer o peso de nossa contribuição econômica nas receitas da República. Não deixa de ser entristecedor vermos nosso principal produto de exportação vendido em bruto, em tonelagem ainda impressionante, sem o mais simples beneficiamento, que daria a esse cacau valor duas e meia vezes maior nas bolsas internacionais! Não tenhamos ilusões. São precárias as economias, como a nossa, alicerçadas em produtos agrícolas e na indústria extrativa, ambos solidamente sujeitos a violentas flutuações de preços, governados, como são, por mercados compradores que dispõem de fortes instituições econômicas e financeiras, e que controlam, em última instância, a política mundial de preços (MAGALHÃES, 1957, p. 258-259).

O quadro demonstrado por Juracy Magalhães era o resultado da atuação estatal desde a década de 1930, que a partir de impostos sobre a produção agrícola e uma política cambial destinavam os excedentes da produção agrícola para a indústria. Enquanto interventor, ele atuou na condição de delegado do governo federal e seu incentivo ao fomento agrícola foi importante para a acumulação capitalista. Mas, a partir do início da década de 1950, ele passou a defender os interesses da indústria, que aprofundou e tornou mais complexas as relações do Brasil com o imperialismo que adentrava o país através do “financiamento da importação de equipamentos relevantes para a estruturação do parque industrial nacional e também a entrada de capital estrangeiro em forma de maquinarias sem controle cambial” (LOMBARDI *et al*, 2013, p. 50).

Portanto, diante da conjuntura nacional e internacional, a Bahia, que ainda dependia das divisas provenientes da lavoura cacauzeira, estava estagnada economicamente e sem perspectivas de crescimento caso a sua matriz econômica não se alterasse. De maneira categórica, Juracy Magalhães, que também se utilizava da crítica para atacar seus adversários

políticos na Bahia, defendeu a industrialização como a única solução para o crescimento da economia baiana.

Somente industrializando nossa terra, conseguiremos elevar o padrão de vida de nossa gente, já que, pela própria organização econômico-social em que atualmente vivemos, os proventos oriundos de nossa economia, de caráter nitidamente extrativa e agrária, – nação subdesenvolvida que somos –, não remuneram, suficientemente, os fatores de produção nela empregados, de molde a trazer aquela elevação tão cobiçada. O único caminho é o que seguis nesse momento, – o caminho da industrialização –, do qual sois peça essencial e primordial. Industrializar é multiplicar e não apenas somar, quando não estiolar, quando não se ousa quebrar os grilhões de colônia produtora, apenas, de matéria-prima (MAGALHÃES, 1957, p. 259).

Apontou, além disso, para a potencialidade dos recursos minerais da Bahia, uma vez que foi em subsolo baiano que em primeiro lugar se descobriu petróleo do Brasil. E ele, na condição de ter sido o primeiro presidente da Petrobrás, indicou possíveis soluções para aumentar as fontes de recursos para o desenvolvimento do Estado.

A Bahia, terra bendita pela natureza, dispõe de solos férteis, clima ameno e reservas minerais poderosas e inestimáveis. Olhemos juntos o futuro com euforia, e esperemos melhores dias. Lembremo-nos de que o óleo cru baiano tem, nas bolsas internacionais, valor bem maior que os óleos de outras procedências, que ainda importaremos para atender ao nosso parque de refinarias e terei bem viva a assertiva de minhas palavras. A refinaria de lubrificantes que a primeira Diretoria da Petrobrás projetou e mandou construir para o aproveitamento do óleo parafínico do Recôncavo, é um importante passo dado, no sentido de enriquecimento. Planejamos ali o melhor aproveitamento de u'a matéria prima, dando a ela o máximo de seu rendimento industrial. *Com um investimento da ordem de treze milhões de dólares, far-se-á uma economia anual de divisas, no valor de trinta e dois milhões* (MAGALHÃES, 1957, p. 260). (Grifo do autor).

A proposta apresentada foi a da industrialização a partir da substituição de importação. Este modelo foi o impulsionador das atividades secundárias no Brasil, a partir da década de 1930 e aprofundado após a Segunda Guerra Mundial, mas que na Bahia era algo ainda recente. Juracy Magalhães enfatizou, ainda, que a sua atuação na presidência da Petrobrás lançou as bases para a montagem, ainda incipiente, da infraestrutura destinada a abrigar a indústria pesada na Bahia.

E, um último elemento a se destacar no discurso foi novamente a crítica da matriz econômica baiana, descrevendo textualmente o lugar da Bahia no quadro da economia brasileira: o de fornecedor de divisas para a acumulação capitalista das unidades da federação localizadas no sudeste do Brasil. Enfatizando a necessidade de superá-lo.

Com a elevação do ganho médio, teremos ultrapassado a fase de fornecedores de divisas e moedas fortes para nossos irmãos mais poderosos do sul, que inteligentemente caminharam no sentido da industrialização e conseqüentemente elevação dos níveis de vida de suas populações. Enquanto exportarmos o nosso cacau “in natura”, e tivermos de importar lâmpadas que iluminam os nossos lares, enquanto exportarmos nosso fumo e tivermos que importar a roupa que nos vestimos, continuaremos pobres e fracos. Tenhamos bem vivo que, mesmo entre irmãos unidos, como o somos, são mais respeitados aqueles que são mais ricos... (MAGALHÃES, 1957, p. 262).

Este trecho descreveu a situação dos Estados do nordeste, cuja parte da produção agropecuária financiou a industrialização no sudeste, em troca da manutenção de sua dominação sobre considerável contingente populacional e a não alteração do regime de propriedade rural, responsável pela exploração do excedente de trabalho do trabalhador rural.

Na década de 1950³⁴, Juracy Magalhães participou diretamente das três eleições para o governo do Estado da Bahia. Em 1950, foi derrotado por Régis Pacheco, após o acidente que vitimou Lauro de Freitas. Esta derrota foi atribuída ao boato, supostamente espalhado por Antônio Balbino, de que Juracy Magalhães teria colocado açúcar no motor do avião que levava o ex-candidato do PSD. Em 1954, depois de sua reaproximação com Vargas, e atendendo a um pedido deste, levou a UDN a apoiar o seu antigo desafeto, o candidato do PSD, Antônio Balbino, e, em 1958, em uma nova candidatura, foi eleito para o seu segundo mandato como governador da Bahia.

Neste contexto, ele já havia atuado em diversas instâncias do aparelho de Estado e estava, conforme visto acima, articulado com aqueles que defendiam o modelo de desenvolvimento industrial associado ao capital internacional, bem como passou a defender para a Bahia a montagem de um parque industrial que explorasse os seus recursos minerais, principalmente o petróleo, através da Refinaria de Mataripe. Ele destacou a experiência administrativa adquirida para justificar a sua atuação novamente à frente do executivo estadual baiano:

Neste segundo governo, eu já era um político mais experiente e um administrador de primeira linha, testado na presidência de grandes empresas, como a Vale do Rio Doce e a Petrobrás. Imprimi uma nova mentalidade ao governo do estado (MAGALHÃES, 1982, p. 150).

Tal como na década de 1930, em que ele soube se adequar ao modelo de desenvolvimento e se utilizar dos órgãos e planejamentos desenvolvidos na esfera federal,

³⁴ A situação da UDN na Bahia, na década de 50, conforme análise de Dulci (1986): a divisão interna entre *autonomistas* e *juracistas*; a saída do grupo ligado a Otávio Mangabeira para o PL e depois a saída do grupo ligado a Manuel Novais, também para o mesmo partido; a ligação de Juracy Magalhães com Vargas e a aliança UDN-PTB que elegeu Antônio Balbino Governador, em 1954.

neste segundo mandato, ele negociou recursos do recém-fundado BNDE para o financiamento da obra da barragem do Funil, importante fonte de energia que iria servir à região cacauzeira, responsável, ainda, pelo principal produto da pauta de exportações da Bahia.

Além dessa obra, sua preocupação continuava a se voltar para os problemas de infraestrutura de transportes e atuou para reestruturação da Companhia de Navegação Baiana e de estradas de rodagem. Numa tentativa de fomentar efetivamente a industrialização do Estado, o antigo Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia foi transformado em Banco do Estado da Bahia. Se o primeiro era voltado para o planejamento e execução de projetos voltados para o desenvolvimento de atividades agrícolas, na década de 1930, o segundo era parte de uma mudança de perspectiva estatal para o desenvolvimento baiano. Nesse caso, a preocupação, mais de uma vez demonstrada por Juracy Magalhães, para mudar a matriz econômica da Bahia, apresentou-se com a necessidade de superar o modelo agrário exportador monocultor e dotá-la de um parque industrial nos moldes daqueles instalados na região sudeste do Brasil.

Ao fim do seu segundo mandato, Juracy Magalhães continuava a ser uma liderança considerável na política baiana, dividindo-a com Lomanto Júnior, seu sucessor no executivo estadual e Luiz Viana Filho³⁵, além da ascensão de Antônio Carlos Magalhães (DIAS, 2016).

Após o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura que o seguiu, Juracy Magalhães e Luiz Viana assumiram cargos na esfera federal, convidados pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e o afastamento das questões mais específicas das disputas políticas na Bahia, abriu caminho para o aumento considerável da influência e da liderança de Antônio Carlos Magalhães. O antigo interventor varguista, após servir ao regime de 1964 como embaixador e ministro da Justiça e das Relações exteriores, ainda provou o seu prestígio político ao emplacar o seu filho, Jutahy Magalhães, como vice-governador de Luiz Viana (DIAS, 2016).

Nesse capítulo discutiu-se atuação de Juracy Magalhães, em diversas instâncias, cargos e funções no aparelho de Estado, seja como interventor, governador por duas vezes, deputado, senador, adido militar e presidente de empresas estatais, ao longo das décadas de 1930 a 1960. Este personagem político soube articular-se ao discurso ideológico construído pelos grupos dirigentes para a política econômica e, em muitas ocasiões, ele foi o executor desta.

As suas ações enquanto interventor articularam-se ao processo de direcionamento das divisas provenientes das exportações de produtos agropecuários para o financiamento estatal

³⁵ Este último ocupou o cargo a partir de 1967.

do processo de industrialização no sudeste do país. Enquanto um chefe do executivo estadual de uma região eminentemente agrícola e com o histórico de dominação oligárquica, ele serviu como uma correia de transmissão entre os interesses de uma oligarquia cooptada e o poder central que buscava o controle desta. Os órgãos de fomento criados em sua interventoria, cujo modelo foi buscado no complexo técnico-burocrático de planejamento e intervenção do governo federal, buscavam alavancar a produção dos principais produtos de exportação e os recursos daí advindos, através de políticas cambiais e fiscais, eram destinados à montagem do parque industrial distante de sua região de origem.

Em sua atuação na condição de presidente de estatal foi perceptível a concepção para o modelo de modernização e industrialização, qual seja, aquela ligada à associação com o capital monopolista internacional. Ele era da opinião de que a iniciativa privada tivesse a prioridade nos investimentos para a nossa indústria, salvo em situações urgentes e setores estratégicos, tal como via se desenhando ao longo deste período a sua defesa engajada de uma relação econômica cada vez mais próxima com os Estados Unidos, advogando também pela solicitação, sempre que possível, de consultorias técnicas para o desenvolvimento de projetos industriais.

Na trajetória política de Juracy Magalhães, ao longo de mais de trinta anos, foi possível compreender as suas relações com as oligarquias e com as frações comercial, industrial e financeira da burguesia, na Bahia e no Brasil, e em muitas ocasiões se percebeu que ele atuou em defesa dos interesses desses grupos dominantes. Pode-se inferir que a sua longa vida pública pode ser entendida como consequência de sua capacidade para agir e adequar seu discurso e prática conforme as determinações políticas e econômicas que estavam em voga.

6. O MEDIADOR DA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

O presente capítulo tem como principal objetivo analisar a atuação de Juracy Magalhães no ministério das Relações Exteriores, cargo que exerceu entre janeiro de 1966 até março de 1967, para, a partir deste ponto, situar as suas memórias sobre a atuação na diplomacia brasileira. Será analisado o seu papel no processo de redefinição da política externa do Brasil, após 1964, tarefa que cumpriu em conjunto com o seu antecessor Vasco Leitão da Cunha e o planejador desta ação, o marechal-presidente Castelo Branco. Advinda daí, sua relação com os Estados Unidos será destacada, pois esta é considerada fundamental para explicar a sua postura à frente do planejamento, coordenação e execução da diplomacia brasileira, nas suas memórias, e, no seguimento do que vem sendo discutido até aqui, perceber nas ações de Juracy Magalhães a defesa dos interesses burgueses associados ao capital monopolista internacional e como o seu compromisso com a burguesia e o imperialismo serão tratados em suas memórias.

Estes elementos serão todos discutidos a partir de um estudo de caso, que possui um potencial de síntese, pois nele aparecem as principais questões referentes à política externa brasileira na década de 1960. Para tanto, serão analisados uma série de acordos que foram firmados entre os dois países, representados pelos ministros Juracy Magalhães, chanceler brasileiro e Franco Nogueira, o congênera português, em setembro de 1966. Estes acordos tiveram por objetivo ratificar um Tratado de amizade e consulta entre Portugal e Brasil, firmado em 1953. Foram quatro os acordos firmados: Acordo de Comércio; Acordo Básico de Cooperação Técnica; Acordo Cultural e uma Declaração sobre Cooperação Econômica entre Portugal e o Brasil.

A partir destes, abordar-se-á as relações entre Brasil e Portugal em um complexo contexto marcado pela guerra fria, as guerras de descolonização em África, especificamente as lutas pela independência das colônias portuguesas neste continente, as ditaduras nos dois países, além da presença do imperialismo estadunidense como um balizador das negociações, por parte do chanceler do Brasil, tendo sempre como meta verificar como ocorrem os fatos narrados nas memórias de Juracy Magalhães.

Através da análise destes acordos será possível o entendimento das prioridades e do modelo de política externa desenvolvido pelo regime ditatorial e, principalmente, compreender o papel desempenhado por Juracy Magalhães no estabelecimento desta E cotejar, posteriormente, como Juracy Magalhães vai narrar tais eventos em suas memórias

tentando estabelecer a relação entre o lembrado e o ocultado. Desse modo, entender de que maneira a sua inserção nas diversas frações da classe dominantes do Brasil, que se tornou hegemônica a partir de 1964, possibilitou que ele desempenhasse um papel de destaque nos primeiros anos do regime. Além disso, o estudo comparado da situação brasileira com o processo histórico de Portugal e a experiência autoritária portuguesa pode lançar luz sobre a montagem de um regime de exceção no Brasil e a maneira pela qual a burguesia em cada país, articulada em situação de dependência com suas congêneres internacionais, tomou o poder e estabeleceu sua hegemonia e de que maneira a sua atuação nas engrenagens do regime, em seus três primeiros anos, foi um fator importante para a conformação de suas memórias sobre o período.

6.1. JURACY MAGALHÃES E A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL APÓS 1964

O golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, em 31 de março de 1964 provocou uma redefinição na política externa brasileira. A partir do momento em que Castelo Branco assumiu a presidência e indicou Vasco Leitão da Cunha para o cargo de ministro das relações exteriores e Juracy Magalhães para assumir o posto de embaixador, nos Estados Unidos, iniciou-se o processo de desmantelamento da chamada Política Externa Independente, em vigor no período imediatamente anterior, ou seja, nos governos Quadros e Goulart. Esta tinha por características a defesa do nacionalismo econômico, uma proposta de maior estreitamento de laços com os países da América Latina e a tomada de posição autônoma do Brasil em relação ao mundo bipolarizado durante a guerra fria, em especial à hegemonia estadunidense (CERVO, 2010, p. 368).

Segundo definição do marechal-presidente, a independência na diplomacia seria um contrassenso diante da conjuntura marcada por um mundo bipolar, no qual era preciso escolher um lado na disputa. Além disso, a neutralidade pretendida anteriormente não fazia sentido, pois o Brasil era um país bastante ativo no mundo. Depois, o nacionalismo econômico provocava a fuga de capitais estrangeiros, considerados necessários para o crescimento econômico e industrial e a intervenção estatal prejudicava a entrada e o desenvolvimento das empresas privadas. E, por fim, em sua concepção, a defesa intransigente do anticolonialismo poderia gerar a ruptura dos históricos laços construídos com Portugal, envolvido na luta colonial em África, desde o início dos anos 1960 (CERVO, 2010, p. 369).

Segundo Amado Luiz Cervo (2010), entre os anos de 1964 e 1967, prevaleceram as seguintes diretrizes, definidas como instrumento norteador para a política externa brasileira:

1. *A Bipolaridade*. Além de servir internamente, ao engendrar a noção de inimigo interno, de guerra civil, em que as Forças Armadas passaram a desempenhar funções policiais, a bipolaridade foi tão relevante externamente, ao ponto de bastar-se como estratégia. Incorporou, com efeito, as categorias do ocidentalismo, da interdependência, da segurança coletiva, da aproximação com os Estados Unidos e da abertura econômica, de forma que se articulassem pela ideologia anticomunista e pela geopolítica. Castello tomou a bipolaridade como o dado da realidade determinante das condições objetivas e da vontade. [...]. As relações com os Estados Unidos, prioritárias neste esquema, destinavam-se, [...], a cruzar os interesses econômicos e comerciais com a afinidade política e a segurança coletiva. Vasco da Cunha assimilou o ocidentalismo ao anticomunismo, enquanto Castello o referiu à “fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental”. [...]. 2. *A abertura ao capital estrangeiro*. Essa dimensão não se apresentou, por certo, como uma novidade, a não ser como elemento da bipolaridade, e, ainda, enquanto se contrapunha ao nacionalismo e à estatização. [...]. E o governo Castello propôs-se então a criar as referidas condições, com a finalidade de induzir o desenvolvimento pelo livre jogo do mercado, sem Estado, sem fronteiras (CERVO, 2010, p. 369-370). (Grifos do autor).

Carlos Estevam Martins (1975) resumiu da seguinte maneira a definição da política externa durante o governo de Castelo Branco:

No período Castelo Branco, a política externa tem como seu principal fundamento os interesses virtuais da burguesia internacionalizada, na qual se incluem, naturalmente, os grupos nacionais associados aos investimentos estrangeiros ou dependentes em moldes tradicionais, do setor externo da economia. Simultaneamente, verifica-se, pelo menos no interior do governo, uma estreita correlação entre a defesa da política exterior posta em prática e o apoio ao projeto de institucionalização de um modelo político elitista, mas de corte liberal-democrático. No campo da doutrina militar, prevaleceram teses defensivas, ligadas ao conceito de segurança coletiva. Finalmente, a ideologia dominante no período foi o chamado liberal-imperialismo (MARTINS, 1975, p. 57).

Os discursos de Juracy Magalhães³⁶ proferidos na cerimônia em que assumiu o cargo de ministro e em outras ocasiões solenes do Itamaraty estavam em sintonia fina com a política exterior concebida por Castelo Branco. Ele era, decerto, um continuador das propostas e ações empreendidas pelo grupo vencedor que ascendeu ao poder a partir de 1964. Na sua posse no ministério das Relações Exteriores, em 17 de janeiro de 1966, ele reafirmou o compromisso da diplomacia brasileira com a defesa do que denominou de “mundo livre”, do ocidente e atacou a neutralidade pretendida pela política anterior.

³⁶ Neste capítulo todas as citações de Juracy Magalhães foram retiradas do livro *Minha Experiência Diplomática*, publicado em 1971. Ele é composto por uma coletânea de discursos proferidos entre 1964 e 1967, quando ele assumiu os cargos de embaixador nos Estados Unidos e depois no ministério das Relações Exteriores.

Nossa política externa é que espelha, aos olhos do mundo e aos nossos próprios, a plenitude da nossa imagem como povo e o sentido mais profundo do processo histórico que hoje vivemos. Essa política, tal como a definiu o Presidente Castelo Branco, no magistral discurso do Instituto Rio Branco, em julho de 1964, não pode perder de vista o fato primordial de que é um instrumento a serviço dos interesses nacionais brasileiros. E, para bem defendê-los, com legitimidade de propósitos e conveniência de resultados, tal política não pode ignorar as determinações de nossa realidade histórica, geográfica e cultural, que fazem do Brasil um membro nato do Mundo Livre, parte integrante da sociedade ocidental, à qual nos ligam a herança comum do passado e a identidade dos anseios para o futuro. [...]. Ato voluntário e consciente, essa filiação cultural ao Ocidente, essa solidariedade política ao Mundo Livre – fundamento de nossa política externa – não lhe esgota o conteúdo nem constitui hipoteca de qualquer espécie, capaz de lhe tolher o passo, na consecução do objetivo maior, que é aquela defesa intransigente dos interesses nacionais. Por ser legítima e voluntária, essa opção fundamental tem a vantagem decisiva de escoimar, desde logo, nossa política externa de qualquer veleidade autárquica ou tendência neutralizante [...] (MAGALHÃES, 1971, p. 9-10).

Estavam presentes nas palavras iniciais do novo chanceler a defesa do estreitamento de relação com o “mundo livre”, algo como um sinônimo para ocidente, e a explicação que utilizou para descartar qualquer política de neutralidade frente às forças que estavam em enfrentamento neste contexto. A defesa da bipolaridade implícita estava articulada com a política interna, baseada na definição do inimigo interno, por um lado, e no desenvolvimento associado e dependente, por outro (CERVO, 2010, p. 373). Adiante, na continuação de seu pronunciamento, foi apontada outra importante diretriz, a defesa intransigente do alinhamento com os Estados Unidos:

O Brasil empresta especial importância às suas relações com os Estados Unidos da América, em quem reconhece o líder do Mundo Livre e o principal guardião dos valores fundamentais da nossa civilização. Entendo que essas relações, que tive o prazer de ver fortalecidas a partir de abril de 1964, devem ampliar-se a aprofundar-se permanentemente, num alto nível de confiança, amizade e respeito recíprocos. Para que assim ocorra, será fator de decisiva importância a presença em Washington do eminente Embaixador Vasco Leitão da Cunha, que leva para a chefia daquela Missão o prestígio do seu nome e as qualidades de um dos mais eminentes profissionais da nossa diplomacia (MAGALHÃES, 1971, p. 11). (Grifo nosso).

Nestas afirmações, o que primeiro se destaca é o deslindamento das relações íntimas entre aqueles que perpetraram o golpe em 1964 e os Estados Unidos, e mais além, seria como se a continuação destas políticas dependesse do aval da potência imperialista do norte. Esses aspectos justificariam, na concepção de Juracy Magalhães, como um dos proponentes desta política externa, a colocação das relações com os Estados Unidos em um lugar prioritário, e, ao final, fica perceptível a solução de continuidade, no sentido de não haver ruídos e nem “desvio” de rota do Itamaraty.

O discurso de Juracy Magalhães estava ainda relacionado com as estratégias definidas e implementadas por Castelo Branco e os seus assessores “americanistas”, com destaque para o ex-governador da Bahia, que tinha um histórico de relações com os Estados Unidos, tendo ocupado antes os cargos de adido militar e embaixador em Washington; Vasco Leitão da Cunha, além de Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. Juracy Magalhães destacou ainda que ele e o seu antecessor foram convocados por Castelo Branco para formar “uma equipe capaz de criar nos Estados Unidos a imagem que merecia a Revolução Brasileira” (MAGALHÃES, 1971, p. 273). A articulação entre política econômica interna, representada pelos dois últimos e a externa, cuja ação dos dois primeiros foi fundamental em sua definição nos primeiros anos da ditadura, foi definida em duas frentes principais, de acordo com Cervo (2010):

a) eliminar atritos nas relações entre o Brasil e a potência hegemônica do bloco ocidental para viabilizar a associação dos capitais, dos mercados, e da tecnologia, em harmonia com a afinidade política; b) enquadrar as relações interamericanas em esquema funcional – a serviço da bipolaridade - mediante a segurança coletiva e o mesmo tipo de vínculos econômicos (CERVO, 2010, p. 374).

Havia, por parte daqueles que assestaram o golpe, a pretensão de que as suas ações pudessem ser entendida pelos estadunidenses como uma contribuição brasileira ao fortalecimento da hegemonia dos Estados Unidos. Ainda conforme Cervo (2010):

Nos termos da chancelaria brasileira, as relações com os Estados Unidos foram ‘recolocadas’ no eixo das prioridades em 1964, consolidadas em 1965, para atingirem o nível de ‘excelência’ em 1966 (CERVO, 2010, p. 374).

De acordo com Dreifuss (1981), o Ministério do Exterior sofreu mudanças drásticas em sua orientação, deixando de lado suas políticas neutralistas e favoráveis ao terceiro mundo, por um alinhamento quase automático aos EUA. Juracy Magalhães deu prosseguimento e enfatizou essa política (DREIFUSS, 1981, p. 441). Na qual o princípio da soberania nacional teve o mesmo destino dos interesses industriais e comerciais não envolvidas na internacionalização do mercado (DREIFUSS, 1981, p. 441).

Estas relações foram exaltadas já no discurso de apresentação de Juracy Magalhães ao presidente Lyndon Johnson, ao assumir o cargo de embaixador em Washington, em julho de 1964:

O Brasil tem perfeita consciência da importância de suas relações com os Estados Unidos da América e é firme intenção de meu Governo desenvolvê-las tanto quanto possível. A identidade dos princípios que correspondem às aspirações de nossos

povos e que regem a conduta de nossos governos muito facilitará esse propósito (MAGALHÃES, 1971, p. 127).

Portanto, o ministro das Relações Exteriores foi incumbido de acertar a sintonia do Brasil em relação aos Estados Unidos, tarefa que ele começou a cumprir ainda nas suas primeiras ações após o golpe, ao assumir a embaixada brasileira em Washington:

Felizmente, quando tive a honra de exercer as funções de embaixador em Washington, foi-me dado o prazer de assistir ao revigoramento de nossas relações com os Estados Unidos, graças à sólida política em boa hora restabelecida pelo Governo Revolucionário, relações essas que procuramos fazer com que se ampliem e aprofundem, dentro da melhor tradição legada ao Itamarati pelo Barão do Rio Branco, num alto nível de confiança, amizade e respeito recíproco (MAGALHÃES, 1971, p. 18-19).

Na defesa da reaproximação com os Estados Unidos como fundamento básico na orientação da política externa, Juracy Magalhães, apresentou algumas justificativas, entre as quais, a alegação do peso comercial que este país representava em nossas exportações e enquanto fonte de financiamento para o desenvolvimento industrial. Segundo ele, “os Estados Unidos já são, de longe, o maior e melhor freguês do Brasil, como de lá provém a maior parte dos investimentos estrangeiros em nosso país, juntamente com a maior soma de conhecimentos e experiência tecnológica” (MAGALHÃES, 1971, p. 19).

Graças ao esforço de reaproximação com os Estados Unidos, que nos permitiu ser novamente ouvidos no inegável centro da política mundial, que é Washington, voltamos a contar com a efetiva colaboração financeira norte-americana, tão necessária para a realização de nossos anseios de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que logramos incrementar as nossas exportações para aquele país, como se deu no caso do café e do cacau (MAGALHÃES, 1971, p. 33).

Entretanto, o chanceler brasileiro parecia consciente do atraso relativo e das desvantagens que os produtos brasileiros enfrentavam no mercado internacional, frente àqueles produzidos no país do norte e buscava “a concessão, pelos Estados Unidos, de preferências compensatórias das desvantagens que vários de nossos produtos de exportação encontram noutras áreas” (MAGALHÃES, 1971, p. 19).

Juracy Magalhães encarava a política exterior como uma extensão das questões internas. Neste caso, o binômio desenvolvimento/segurança, tão alardeado como motivo para a perpetração do golpe, em 1964, também foram elevados a diretriz da ação da chancelaria brasileira.

De fato, política exterior não se improvisa, não é suscetível de inovações súbitas e suas diretrizes não de ser parte e reflexo da política nacional, em seu aspecto global, surgindo necessariamente da confluência dos meios de ação e dos interesses nacionais com a conjuntura internacional (MAGALHÃES, 1971, p. 31).

Entre estas ações, o Itamaraty agiu também como promotor e representante dos interesses econômicos dos grupos capitalistas monopolistas multinacionais e associados, no Brasil, e, Juracy Magalhães, como chefe de tal órgão, defendia as mesmas políticas.

Essa maleabilidade sadia e franca da ação política exterior, esse cuidado de dar atenção tanto às questões políticas quanto aos assuntos econômicos, fez com que o Itamaraty, nestes três últimos anos [1964-1967], reformulasse seu esquema de promoção comercial, inculcando em seus funcionários, dobrado interesse em proporcionar a nossos exportadores toda assistência por eles requerida, procurando, na medida de nossas possibilidades, suprir a relativa inabilitação notada em alguns dele. Nesse campo, a ação do Itamaraty secundou sempre, dando-lhes necessária a cobertura, as iniciativas valiosas de diversos órgãos diretamente interessados no comércio exterior, como, por exemplo, o Ministério da Indústria e Comércio, o Instituto Brasileiro do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce (MAGALHÃES, 1971, p. 34).

Em outra oportunidade, falando para empresários, em março de 1966, reforçou o papel do ministério das Relações Exteriores, e da sua gestão à frente do órgão, na promoção da iniciativa privada do Brasil, na defesa dos interesses da fração burguesa associada e dependente:

E, por fim, para não prolongar esta série de exemplos da ação do Itamaraty no campo econômico e comercial, quando busca novos mercados para nossos produtores e exportadores, proclamando sua competência, difundindo suas possibilidades, pondo-os em contato com eventuais fregueses. *O Itamaraty é cada vez mais uma instituição a serviço dos homens de empresa brasileiros*, numa demonstração eloquente de seu reconhecimento da importância que a iniciativa privada tem para a economia nacional e, daí, para o progresso do país. *Como sinal de importância que dou a esse aspecto do trabalho do Itamaraty, cunhei e tenho repetido a frase de que bom embaixador e bom cônsul são aqueles que vendem bem!* (MAGALHÃES, 1971, p. 218-219). (Grifo nosso).

E, além disso, destacou a sua ação nos Estados Unidos para viabilizar a venda de produtos brasileiros no mercado estadunidense, bem com a captação de recursos para financiamento de projetos de desenvolvimento, bem como a renegociação de dívidas.

Graças à boa vontade que soube criar junto às autoridades americanas, vi o Governo brasileiro obter o reescalonamento das dívidas nacionais nos Estados Unidos, quando começou a arrancada para o restabelecimento do crédito do país no exterior; assisti ao crescimento de nossas vendas de café, de cacau, de tecidos e de açúcar; e verifiquei pessoalmente, pelo acatamento e atenções de que me vi cercado, o quanto

se modificou a imagem do Brasil na grande nação em que o representava (MAGALHÃES, 1971, p. 276).

Para que estas concessões do mercado estadunidense se concretizassem, entretanto, foram necessárias contrapartidas para facilitar a entrada e a livre circulação de capitais provenientes daquele país, na economia brasileira. De acordo com Martins (1975), o capital estrangeiro foi fundamental para a efetivação do modelo de desenvolvimento dependente e associado e, para tanto, a política econômica da Brasil “esmerava-se em criar um clima saudável para os negócios norte-americanos” (MARTINS, 1975, p. 60). Entre estas, se destacaram o combate à inflação através da compressão dos salários, gerando o barateamento da mão-de-obra e o limite ao acesso do crédito, cujo efeito se fez sentir em setores do empresariado brasileiro. Além disso, alterou-se a lei de remessa de lucros, que suspendeu as restrições ao movimento dos capitais estrangeiros e a publicação da Instrução 289, da SUMOC, que possibilitava às empresas estrangeiras o usufruto de linhas especiais de créditos com juros muito baixos (MARTINS, 1975, p. 60-61).

A partir do momento em que as premissas de desenvolvimento dependente na esfera econômica e de hegemonia norte-americana não questionada no campo político foram aceitas pelo Itamarati e pelo governo, tornou-se possível implantar uma política externa que alguns autores caracterizaram como subimperialismo (DREIFUSS, 1981, p. 441-442). Algo que poderá ser percebido na maneira como o Brasil atuou nas negociações de acordos bilaterais com Portugal.

6.2. O PROCESSO DE REAPROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA COM PORTUGAL

Um aspecto importante da chamada “correção de rumos” da política externa brasileira, diz respeito às relações entre Brasil e Portugal e tudo isso permeado pela presença constante dos Estados Unidos como elemento balizador da ação brasileira. Juracy Magalhães, na condição de personagem central neste processo, devido aos cargos ocupados nesta conjuntura, tratou de produzir uma interpretação para estes fatos. Em suas memórias, ele ressaltou a importância de buscar uma legitimidade para o golpe no exterior, tarefa executada quando assumiu a embaixada brasileira em Washington, e, na chefia do Itamaraty, seguiu com a política externa de alinhamento com a potência capitalista. No bojo desse processo, Juracy Magalhães ressaltou a série de viagens que realizou ao exterior que tiveram por objetivo a defesa das posições estabelecidas pelo governo brasileiro, após 1964. Entre elas, ele citou a

viagem a Lisboa, cujo intuito era o reestabelecimento das relações entre os dois países, embora, como se verá adiante, esta não se deu de maneira pacífica, pois, o chanceler não tinha interesse em se imiscuir nos assuntos internos do país europeu. Os relatos memorialísticos de sua passagem por Portugal não ganharam contornos mais aprofundados, pois interessava apenas a realização dos acordos comerciais, o que efetivamente ocorreu. Ganharam mais destaque nas memórias sobre a experiência diplomática, as reuniões na Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo contexto de maior tensão, em sua passagem pelo ministério das Relações Exteriores, foi a resolução da invasão da República Dominicana, com a participação de tropas brasileiras, sob a justificativa de defesa da democracia e para que se evitasse o surgimento de uma nova Cuba nas Américas.

Este país estava enfrentando as guerras de libertação desde o início dos anos de 1960 e sofria pressões da comunidade internacional por meio de várias sanções nos organismos internacionais, referentes aos conflitos. A diplomacia brasileira nos governos de Jânio Quadros e João Goulart se definiu independente e anticolonialista votando sempre contra os interesses portugueses. Sendo assim, a cúpula do Estado Novo português ressentia-se da postura das autoridades brasileiras nesta questão, a própria eleição de Jânio Quadros acendeu o sinal da alerta do regime salazarista. Em diálogo com o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, em 16 de abril de 1961, Salazar arrazoou sobre a situação internacional e sua relação com Portugal, citando principalmente os casos do Brasil e o dos Estados Unidos:

E no fundo de que me acusam? Alegam que o ambiente internacional nos é desfavorável. Pois é, isso é. Mas que culpa tem o governo? Vendo bem, estão a acusar-me de ter perdido as eleições no Brasil e nos Estados Unidos³⁷. Mas então, porque nos é hostil num dado momento a atmosfera internacional, nós vamos mudar a nossa política? Então os interesses portugueses estão a depender de quem manda no Rio ou em Washington? Não pode ser. (SALAZAR *apud* NOGUEIRA, 1987, p. 15-16).

Em seu diário, Franco Nogueira discorreu sobre a postura do Brasil frente à situação portuguesa na África e em geral suas opiniões eram de censura com relação às autoridades brasileiras que não tomavam partido de Portugal. Tal como ocorreu em um encontro com João Goulart, em Roma, em 30 de junho de 1963, onde o presidente brasileiro afirmou que “nós somos anticolonialistas, Portugal é colonialista, e o Brasil é contra, e pronto” (NOGUEIRA,

³⁷ “Oliveira Salazar queria referir-se às eleições de Jânio Quadros no Brasil e de John Kennedy nos Estados Unidos. Ambos haviam iniciado uma política hostil a Portugal”. Nota nº 1 da página 15.

1987, p. 68). A partir daí a avaliação do chanceler português sobre presidente do Brasil não foi das mais lisonjeiras:

Não encontrei conversa que valesse com um homem que é o chefe de Estado do Brasil. Primarismo das ideias, ignorância de pasmar quanto a coisas elementares, vocabulário tosco, conceitos demagógicos e infantis – e tudo isso envolto na inconsciência e na irresponsabilidade. É afirmativo, não tem dúvidas, e mostra a audácia dos ignorantes (NOGUEIRA, 1987, p. 68).

Na posição brasileira defendida na ocasião da reunião do Conselho de Segurança da ONU, datada de 24 de julho de 1963, o representante da diplomacia do Brasil proferiu um “discurso muito antiportuguês, nada de positivo, salvo que se oporia a sanções contra Portugal” (NOGUEIRA, 1987, p. 70).

A partir da política exterior preconizada por Castelo Branco, Portugal voltou a ser tratado de maneira privilegiada, e para isso alegavam-se os laços históricos e afetivos entre os dois países. A aproximação chegou a tal nível que a Marinha do Brasil cogitou participar junto a portugueses e sul-africanos em ações militares no Atlântico Sul (MARTINS, 1975, p. 66). Juracy Magalhães afirmou o seguinte sobre o que esperava da aproximação com Portugal:

Por ter a nossa ancestralidade portuguesa no mais alto apreço, por amar e admirar Portugal, por me sentir vinculado à campanha de preservação dos liames de nossa comunidade é que tenho, em minha vida pública, procurado ser sempre um servidor leal e esforçado da nossa causa comum. Por acreditar que à cultura lusíada está reservado um papel singular na evolução da humanidade é que sempre me associo, convictamente, a quantos movimentos e iniciativas possam conduzir ao estreitamento das relações luso-brasileiras (MAGALHÃES, 1971, p. 165).

Outro aspecto que interferiu na reaproximação entre Brasil e Portugal, para os formuladores da política externa brasileira, foi a articulação de uma identificação da guerra anticolonial com o comunismo internacional e a postura do Itamarati como integrantes do bloco capitaneado pelos Estados Unidos. Estes consideravam qualquer “luta de liberação” como uma estratégia da guerra fria promovida pelo bloco socialista para ampliar a sua influência no mundo, portanto, por este viés, a defesa de Portugal era mais que inevitável, era natural (MARTINS, 1975, p. 66). Neste caso:

Para os mentores da política externa brasileira o lado português era identificado com a causa justa, enquanto o lado africano, colorido pelas tintas vermelhas da Conferência de Bandung e compelido a buscar apoio no bloco socialista, era visto como terreno infiltrado pelo comunismo internacional, que ali explorava a miséria e a ignorância das massas recém-saídas da selvageria. Nessas condições, a disposição de contribuir para salvar a África tinha necessariamente que prevalecer não só sobre

o interesse de vender para a África como também sobre a política de estar na África (MARTINS, 1975, p. 66).

Do ponto de vista português, o que mais interessava na reaproximação diplomática com o Brasil era, justamente, a possibilidade de se contar com mais um aliado que defendesse as suas posições coloniais nos organismos internacionais. E, justamente neste ponto, apareceram algumas arestas e ruídos nesta relação, que serão discutidas ao longo do capítulo. Nesse caso, este tópico específico das relações entre Brasil e Portugal foi fruto de esquecimento no processo de rememoração do então chanceler brasileiro. Sua atitude de silêncio ao tratar a questão no calor dos acontecimentos, igualmente, marcou a sua interpretação sobre os fatos, pois o que ele intentava era, tão somente, a celebração dos acordos bilaterais, não era preocupação dele qualquer envolvimento com as questões coloniais portuguesas, além disso, havia o fato de que ele atuava, também, como um representante de interesses de setores burgueses que pretendiam a exploração econômica das colônias, principalmente o petróleo de Angola.

Com o objetivo de angariar o apoio brasileiro, o ministro dos Negócios Estrangeiros embarcou em uma missão diplomática para o Brasil, em junho de 1965. Franco Nogueira buscava arrancar das autoridades brasileiras muito mais do que palavras de efeito e elogio à Portugal e à nossa “herança lusitana”. Durante toda a viagem, ele se preocupou em angariar uma ação, ou mesmo uma declaração mais objetiva de apoio à situação portuguesa em África. A partir das anotações em seu diário, percebe-se certa frustração diante da postura esquiva dos brasileiros, pois na sua chegada, no dia 8 de junho de 1965, em um primeiro encontro com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, a sua impressão foi a seguinte:

Duas horas de conversa. Julgo que exponho, em argumentação cerrada, quanto importa à nossa política em África. Vasco da Cunha ouve, escuta, pergunta, anota, pondera, e cinge-se a dizer, com aparente verdade: “a tua é grave, infinitamente mais grave e difícil que eu imaginava”. E não saiu disto: não destrói um único argumento meu, não dá razão a único argumento meu (NOGUEIRA, 1987, p. 130).

No dia seguinte, 9 de junho, desta vez em Brasília, o encontro foi com o presidente Castelo Branco e o assunto tratado foi o mesmo:

Pede-me [Castelo Branco] depois de para expor toda a política portuguesa em África. Faça-o mais concentradamente do que no Itamaraty. Castelo Branco, ainda que sem se comprometer a fundo, é muito mais compreensivo do que Vasco da Cunha, e entende muito melhor como na África portuguesa se podem jogar os interesses brasileiros, tanto políticos e econômicos como estratégicos. (NOGUEIRA, 1987, p. 130).

Em sessão solene no Gabinete Português de Leitura, a 10 de junho, de volta ao Rio de Janeiro, Franco Nogueira, pela primeira vez, não abordou diretamente a defesa da política colonial e se ateve aos temas mais genéricos como, por exemplo, a “alma” e o “universalismo” lusíada.

Para um português que tenha selado pacto com a sua terra, e só com a sua terra, não é possível entrar no Gabinete sem emoção, sem recolhimento, e sem curvar o seu espírito como perante um altar. E hoje mais uma vez abriu as portas o Gabinete para uma das suas grandes noites. É dia de Camões e dia de Portugal. Vem o chefe de Estado brasileiro, Marechal Castelo Branco, e preside. É em seu nome que abro a sessão, que dou a palavra aos oradores, que encerro a cerimônia. Há aqui uma projecção portuguesa, a expressão de um vínculo que está para além das contingências, uma afirmação de universalismo lusíada, que só podem ser indiferentes aos que não sentirem Portugal. E como explicar isto à ONU, e como podem os afro-asiáticos, ou os americanos, ou mesmo os portugueses tecnocratas, entender isto? E se entendessem – que valor lhe atribuiriam? (NOGUEIRA, 1987, p. 131).

Este foi o relato de um dos principais nomes do Estado Novo português, abaixo apenas do presidente do Conselho de Ministros, eufemismo formal para designar o ditador Oliveira Salazar e em pé de igualdade com Marcelo Caetano, inclusive tendo disputado com este o lugar de sucessor do primeiro. Aparece, de maneira pouco sutil, a defesa de um Portugal como pátria grande e de nação designada por um grande destino.

O excerto acima pode ser entendido quase como uma paráfrase da célebre declaração salazarista “virando costas ao mundo, orgulhosamente sós, glória antiga, volta para nós”, na qual o regime defendia, perante o mundo, o fato de ser uma das últimas nações colonialista em um contexto de descolonização. Além disso, estão presentes críticas aos países defensores da libertação das colônias e do não-alinhamento às potências mundiais, também, aos Estados Unidos, que, a partir do governo Kennedy, passaram a pressionar o governo português, via sanções através da ONU, no sentido de intervir no processo de independência das colônias portuguesas na África, inclusive com o fornecimento de armas e financiamento a grupos de rebeldes (ROSAS, 1998, p. 481-483; TORGAL, 2009, p. 559).

Apesar de todo o esforço em tentar um comprometimento maior do Brasil com Portugal, em sua política colonial, Franco Nogueira voltou para o seu país sem conseguir qualquer garantia mais efetiva, nem ao menos uma declaração oficial de alinhamento, conforme matéria da imprensa brasileira:

Embora não se tenha verificado qualquer declaração oficial a este respeito, os observadores concluem do comunicado que o Governo do marechal Castelo Branco

acompanhará “com simpatia” a posição do Governo português nos próximos debates em organismos internacionais nomeadamente no que se refere à atitude de Portugal relativamente aos seus próprios territórios ultramarinos (ANTT, Arquivo Salazar, NE-30, CAIXA 409, PT 21, fl. 428).

Franco Nogueira, ao prestar contas dos resultados obtidos na visita diplomática ao Brasil, proferiu uma conferência pública e formal de imprensa, na qual deu explicações sobre a política externa portuguesa, e, especificamente, sobre as potencialidades e as condições para a formação de uma Comunidade Luso-Brasileira³⁸ (NOGUEIRA, 1987, p. 133).

Inicialmente, esta conferência discutiu as perspectivas objetivas para a construção de uma comunidade luso-brasileira.

Que ideia ou concepção queremos fazer da Comunidade-luso brasileira? Este é um ponto exclusivamente político, que deveremos tratar em termos políticos, e portanto dentro de um realismo que se sobreponha a uma demagogia transitória e fácil e que ultrapasse os aspectos sentimentais, por muito respeitáveis que estes sejam. Quer isto dizer que as relações luso-brasileiras não podem sofrer de insegurança nem estar à mercê de interrogações periódicas; [...], não podem conduzir-se em termos de modas ideológicas ou sujeitar-se aos conceitos que, num dado momento, beneficiem de maior ou menor curso internacional. Quer isto dizer também que os dois povos e os dois Governos têm de ter a coragem de se determinar apenas pelos interesses permanentes e vitais de ambos os países, [...]; e têm de agir assim ainda que não sejam algumas vezes entendidas pelo resto do mundo ou que tenham de seguir aparte ou mesmo contra este (NOGUEIRA, 1967, p.23).

Nesta ocasião, o ministro prestou satisfações de suas ações à alta cúpula do Estado português, mas, também, enviou um claro recado à diplomacia brasileira e a sua orientação político-ideológica após 1964. Em primeiro lugar, uma crítica a pouca efetividade dos discursos brasileiros em relação à questão crucial que realmente interessava a Portugal, a sua situação na África, e o fato de que esses apenas focavam no caráter emotivo das relações históricas e culturais entre os dois países.

Em segundo lugar, defendeu de maneira intransigente da posição portuguesa frente à pressão sofrida na comunidade internacional pela independência de suas colônias. Havia algo de orgulho nesta postura e esta se impunha enquanto uma condição indispensável para o sucesso das relações luso-brasileiras, em seu entendimento, Franco Nogueira convocava o Itamarati para o enfrentamento do que ele definia como modismos e ideologias oportunistas.

De acordo com Castro (2006), estas palavras iniciais representavam parte do significativo esforço de Franco Nogueira em “demover a intenção brasileira de prosseguir uma política externa independente em África, política essa que podia ser tida como

³⁸ Este pronunciamento foi realizado em Lisboa, a 5 de agosto de 1965.

abertamente contrária aos interesses portugueses naquele continente” (CASTRO et al, 2006, p. 279).

Ao mesmo tempo, havia implícita neste trecho, uma provocação às estreitas relações e compromissos do Brasil para com os Estados Unidos, constituindo-se um elemento sempre complicador para a efetivação da propalada comunidade, visto que Portugal enxergava com desconfiança a ação dos estadunidenses em toda esta situação. Entretanto, temia que os principais nomes da diplomacia brasileira, como Vasco da Cunha e Juracy Magalhães, marcados pelo “americanismo” entravassem, ou não se empenhassem o suficiente para a consecução dos seus objetivos.

Embora criticasse o sentimentalismo e a pouca objetividade nas declarações das autoridades brasileiras, não deixou de apelar para o oferecimento da fraternidade portuguesa ao Brasil “pela identidade de língua, pela comunhão do espírito, pela herança do mesmo sangue, pela cultura e pela religião, pelo seu multiculturalismo” (NOGUEIRA, 1967, p. 24), e, a partir daí, destacou a identidade de interesses entre os dois países, do ponto de vista prático:

Neste sentido as posições portuguesas são posições brasileiras espalhadas pelo mundo; e no plano econômico, no plano da defesa, no plano humano e cultural, a sua manutenção como portuguesas não pode ser indiferente ao Brasil, porque sendo portuguesas serão sempre brasileiras e deixando de ser portuguesas nunca passariam, mesmo indirecta ou remotamente, a ser brasileiras porque logo seriam presa de outros que justamente só terão interesse em entrar o Brasil. Por tudo isso temos afirmado que quem ataca e pretende destruir valores e posições portuguesas está destruindo interesses brasileiros; e por isso se afigura lícito dizer que as verdadeiras fronteiras do Brasil e de Portugal, naquilo que têm de permanente e de autêntico, não são as fronteiras geográficas de cada uma das nações mas as que delimitarem a Comunidade luso-brasileira (NOGUEIRA, 1967, p. 24).

A defesa da identidade de interesses, tal qual apareceu no trecho acima, foi marcada pela ideia construída da grandeza das duas nações. Por um lado, Portugal trazendo a tradição secular de exploração do mundo, com fronteiras que ultrapassavam o limite geográfico da península ibérica e que se espalhava por todos os continentes, inclusive a América, e o Brasil, uma potência do futuro, cujo destino de grandeza deveria coincidir com a união com o parceiro histórico. Inclusive com a proposta de uma aliança luso-brasileira para a defesa do Atlântico Sul. Havia neste raciocínio algum resquício do ideal do vasto império português (TORRALBA, 2009, p. 478), ao menos a título de efeito retórico, aliado a um sentido prático enquanto estratégia para convencer o Brasil a defender oficialmente as suas posturas internacionais.

Oficialmente, o instrumento operacionalizado para selar o processo de reaproximação entre os dois países foi a efetivação do Tratado de Amizade e Consulta (CASTRO *et al.*, 2006), assinado ainda em 1953, mas que não redundou em nenhuma ação prática desde então. De ambos os governos havia a intensão de utilizar-se deste Tratado para dinamizar as relações, marcada pelas intermitências políticas nos dois lados do Atlântico.

No que mais de perto interessa às relações entre os dois países, o ministro Franco Nogueira e o embaixador Leitão da Cunha analisaram matérias que tornam necessária a dinamização do Tratado de Amizade e Consulta, a fim de que esse instrumento diplomático possa tornar-se mais operante. Neste sentido foi sublinhado o desejo de ambas as partes de dar mais efectiva execução ao sistema de consultas previstas no referido tratado, reconhecendo-se a real vantagem dos contactos agora havidos e o estabelecimento de novas reuniões periódicas da mesma natureza. Além de questões fundamentais, que importam às relações luso-brasileiras, os dois ministros não deixaram de abordar alguns aspectos da política cultural e das relações económicas entre os dois países (ANTT, Arquivo Salazar, NE-30, CAIXA 409, PT 21, fl. 428).

Franco Nogueira também defendeu, além da efetivação, a ampliação das prerrogativas do Tratado, jogando com os possíveis interesses brasileiros, acenou com a possibilidade da exploração econômica dos territórios ultramarinos portugueses, eufemismo para se referir às colônias.

É por isso que temos proposto o alargamento do Tratado de Amizade e Consulta a todos os territórios brasileiros e portugueses em todos os continentes; por isso temos proposto a criação de portos francos brasileiros, tanto na metrópole como no ultramar português, nos territórios onde forem julgados mais úteis; e para isso temos proposto uma acção externa comum para garantia e defesa do património territorial, cultural e moral que a ambas toca. E de quanto procede haveremos de extrair várias importantes conclusões (NOGUEIRA, 1967, p. 24-25).

A proposta consistia em partilhar com o Brasil o potencial econômico de suas colônias na África. O chanceler português, ciente dos interesses brasileiros nos recursos naturais em abundância, como as reservas de petróleo em Angola, os colocava à disposição das autoridades brasileiras. No entanto, cobrava, necessariamente, uma contrapartida, qual seja, a defesa incondicional da política externa portuguesa, frente à comunidade internacional, na prática, em troca da exploração de suas colônias, Portugal exigia que o voto do Brasil, na ONU, se alinhasse ao seu.

Quando sem restrições colocamos tudo o que somos e temos à disposição do Brasil presumimos que igualmente o Brasil encarará sem restrições tudo o que somos e temos porque uma política como a que sugerimos seria incompatível com quaisquer hesitações ou reservas por parte brasileira quanto a toda Nação Portuguesa, ou com fórmulas alheias mais ou menos oportunas que, no fundo, tem em vista a destruição

daquelas mesmas posições portuguesas; e solicitamos com empenho aos nossos amigos brasileiros que acreditem que, uma vez destruídas, daquelas posições nada mais restaria para portugueses nem para brasileiros (NOGUEIRA, 1967, p. 25).

Havia na passagem uma exigência de reciprocidade, além de uma abordagem prática no que diz respeito às pretensões brasileiras em expandirem os seus negócios. Era recorrente nas abordagens de Franco Nogueira, uma desconfiança em relação às reais intenções brasileiras em sua aproximação com Portugal. A sua leitura era a de que havia claramente uma pretensão do Brasil em se tornar uma subpotência a dominar o Atlântico Sul, enquanto que dependentes e perigosamente (para os interesses portugueses) atrelados à política externa dos Estados Unidos. Em sua concepção, nada mais justo que uma reciprocidade, na qual Portugal cederia parte dos seus privilégios coloniais, em troca do apoio de um parceiro, considerado cada vez mais importante.

Uma última cartada para conseguir o apoio do Brasil para a sua causa, foi apelar para a defesa do “mundo livre”, segundo a chancelaria portuguesa, seriamente ameaçado pelos movimentos de libertação nacional que varreram a Ásia e a África a partir do final da Segunda Guerra Mundial, e que se intensificaram sobremaneira na década de 1960.

E também pedimos aos brasileiros para acreditarem que aqueles princípios, que lhe são tão justamente queridos, são completamente esquecidos e negados e calcados por aqueles próprios que são entusiastas partidários de “ventos da história” ou de modas oportunistas que imaginaram para melhor servir os seus interesses; e por isso a colaboração do Brasil naquela orientação ou mesmo a sua simples anuência só poderiam contribuir para dar a vitória a quem não merece. Além do mais, seria um novo golpe profundo na civilização do mundo livre de que o Brasil é destacado defensor e impulsionador (NOGUEIRA, 1967, p. 25).

Franco Nogueira buscava uma identificação com um dos mais caros pilares da política externa brasileira, preconizada por Castelo Branco, Vasco da Cunha e Juracy Magalhães, qual seja, o engajamento da diplomacia do Brasil na defesa do “ocidentalismo” e do chamado “mundo livre”. As lutas de libertação ao redor do mundo, de acordo com esta concepção, se constituíam enquanto um subterfúgio utilizado pelo bloco socialista para angariar apoios e territórios ao redor do mundo, haja vista a impossibilidade do enfrentamento direto entre as duas superpotências em um contexto de mundo bipolarizado.

Portanto, o chanceler português buscou lembrar aos brasileiros que a possibilidade da independência das colônias significava pôr em risco tudo aquilo que o Brasil defendia em matéria de teorizações sobre a realidade internacional. A descolonização que já havia golpeado Portugal com a perda do território de Goa para a União Indiana, era considerada um

simples modismo oportunista. Assim pensava Portugal, numa tentativa desesperada de negação da realidade.

O contexto em que esta conferência foi proferida esteve marcado por um revés das relações internacionais do Estado Novo lusitano. De acordo com Fernando Rosas (1998), o longo processo de contendas entre Portugal e a ONU iniciou-se em 1956, pois, quando consultado pelo Secretário Geral, o governo português negou que administrava regiões não autônomas, sofrendo, desse modo, uma ofensiva do bloco de países não alinhados da Ásia e da África. Até 1960, Lisboa contou com o apoio de países ocidentais e da América Latina e resistiu às resoluções contrárias à sua política colonial (ROSAS, 1998, p. 463). No entanto, a partir de 15 de dezembro deste mesmo ano, ocorreu uma virada significativa na situação:

A XV Assembleia Geral da ONU, com base na aprovação de uma definição genérica do que fossem os “territórios não autônomos” (equiparados a territórios coloniais), aprova uma Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais e, simultaneamente, especifica um por um os domínios portugueses como integrando aquela definição. Considera-se igualmente que negar-lhe o direito à autonomia representa uma “ameaça à paz”. Significativamente, os EUA e a Grã-Bretanha abstêm-se quanto às resoluções fundamentais para o governo português (ROSAS, 1998, p. 463).

Quando Franco Nogueira abordou a ideia de “ventos da história”, estava fazendo uma referência direta e dando uma resposta a um discurso proferido pelo primeiro-ministro britânico, MacMillan, na África do Sul, em fevereiro de 1960. O premier inglês falou que os ventos da mudança estavam soprando sobre o continente africano, numa clara alusão aos movimentos de libertação que tiveram lugar na África e na Ásia, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Além disso, como abordado anteriormente, as eleições de Jânio Quadros, no Brasil e de John Kennedy, nos Estados Unidos, significou, para Portugal, a perda de dois aliados significativos, a partir da adoção de uma postura declaradamente anticolonialista pelos dois países (ROSAS, 1998, p. 463).

Entre junho de 1965 e setembro de 1966 as autoridades do Brasil e de Portugal buscaram definir as regras e os detalhes para a assinatura dos acordos responsáveis por tornar efetivo o Tratado de 1953. Neste meio tempo ocorreram mudanças nos principais postos responsáveis pela definição da política externa brasileira. Vasco da Cunha deixava o ministério das Relações Exteriores e assumia o posto de embaixador nos Estados Unidos. Por outro lado, Juracy Magalhães deixava a embaixada em Washington e assumia a chancelaria brasileira. Do ponto de vista prático, nenhuma alteração significativa pôde ser observada nas diretrizes do Itamaraty.

No entanto, as negociações foram marcadas por intensas discussões e desacordos. Por um lado:

Salazar acompanhou atentamente a argumentação utilizada nas conversas. Em algumas notas manifestou um desagrado grande por aquilo que considerava ser o interesse do Brasil em transformar-se no efectivo condutor político de uma nova aliança luso-brasileira (CASTRO et al, 2006, p. 279).

Por outro, exibindo claramente as divergências entre as autoridades dos dois países, Franco Nogueira declarou:

Quase contínuas negociações com os brasileiros sobre o acordo cultural. São difíceis os homens do Brasil, e parece ficarem muito ofendidos quando não aceitamos os seus textos, ou lhes propomos umas singelas emendas. Mas lá vamos avançando alguma coisa. Chamei o embaixador do Brasil, e observei-lhe que em todas as declarações de fundo, a pronunciar pelo chanceler brasileiro [Juracy Magalhães] na sua próxima visita, não se incluía uma frase, uma referência, uma simples alusão ao ultramar e aos graves problemas que ali enfrentamos. Disse-lhe que estão obcecados e fascinados com o nosso ultramar; mas quando se trata de apoiar a nossa política, então fogem mais rápido do que o diabo foge da cruz. Concordou o embaixador, e disse que ia fazer os possíveis para remediar o que eu lhe apontava. Apesar de tudo, é natural que da visita, dentro de dias, alguns resultados se possam conseguir em favor da famosa Comunidade Luso-Brasileira (NOGUEIRA, 1967, p.186).

Neste relato, percebe-se que, do ponto de vista da *real politik*, as promessas portuguesas não surtiram o efeito desejado nas autoridades brasileiras, igualmente, as intenções do Brasil em estabelecer uma relação mais efetiva com Portugal não passavam de palavras que evocavam as identidades históricas e culturais entre os dois países. Além disso, a queixa se voltava para o fato de que ao Brasil apenas interessava a disponibilidade dos recursos naturais com potencial econômico, presentes nas colônias portuguesas na África, enquanto que não mostravam nenhuma intenção em apoiar internacionalmente a política colonial portuguesa. A ausência de um compromisso formal do Brasil nesta questão se constituiu em uma tensão constante na formulação de uma pretensa comunidade luso-brasileira.

6.3. JURACY MAGALHÃES E A ASSINATURA DOS ACORDOS DE LISBOA

O Ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães desembarcou em Lisboa no dia 03 de setembro de 1966, sua estadia na capital portuguesa se estenderia até o dia 08, do mesmo mês. O principal objetivo da viagem foi a assinatura de uma série de acordos bilaterais

entre Brasil e Portugal, nas áreas comercial, cultural e técnica. Estes seriam os instrumentos práticos que deveriam ativar o Tratado de Consulta, assinado ainda na década de 1950. A assinatura transformou-se em um evento de grande importância, pois havia interesses de ambas as partes para a concretização do acordo. Os preparativos estavam em negociação desde junho de 1955, ocasião em que o chanceler português fez uma viagem ao Brasil e, a partir deste período, as autoridades diplomáticas nos dois lados do Atlântico envidaram esforços para avançar nas negociações que resultaram nos documentos finais.

Portanto, por conta da expectativa criada e da importância da efetivação dos acordos, a imprensa portuguesa se mobilizou sobremaneira para cobrir todos os detalhes do evento, sendo assim, os principais jornais portugueses trataram de acompanhar e relatar todos os passos e ações do ministro brasileiro:

A partir de segunda-feira, o chanceler Juracy Magalhães será recebido pelos chefes de Estado e do Governo de Portugal, e conferenciará com o ministro dos Negócios Estrangeiros. As conversações entre os dois ministros terão por tema principal o estabelecimento de vários convênios destinados, na expressão do chanceler, a utilizar o Tratado de Amizade e Consulta, os quais se espera sejam assinados em Lisboa, na quarta-feira 7, dia da festa nacional do Brasil (BNP, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03/09/1966, p. 2).

O chanceler português, ao relatar a chegada do colega brasileiro, em seu diário, emitiu juízos de valor sobre a postura de Juracy Magalhães ao ser recepcionado, articulando-a com a posição política do Brasil. Além de uma renitente desconfiança em relação aos reais interesses brasileiros, principalmente ao tratar das colônias portuguesas em África.

Lisboa, 3 de Setembro – De madrugada, pelas 6,30 horas, chegou o chanceler brasileiro Juracy de Magalhães. Bem-disposto; declarações simpáticas mas inócuas; de forma geral, reserva mental quanto ao nosso ultramar. Ao fim e ao cabo, os brasileiros querem que Moçambique e Angola, sobretudo Angola, se tornem independentes de Portugal e dependentes do Brasil. É assim; mas trata-se a meu ver de erro colossal da parte do Brasil e de uma opção grave contra os interesses nacionais brasileiros, porque a África portuguesa, quando perdida por Portugal, não se tornará brasileira mas presa de interesses imperiais que o Brasil estará ausente (NOGUEIRA, 1967, p. 187).

O que se percebia, ao longo de todo o período que Juracy Magalhães esteve em missão diplomática, era um clima de tensão. Havia por parte das autoridades portuguesas, principalmente do seu chanceler, e da imprensa, uma urgência em conseguir do ministro brasileiro uma declaração muito literal de defesa incondicional da política colonial. Ele era instado todo o momento a dar declarações acerca deste tema. No mesmo sentido, transparecia certo temor em relação às intenções do Brasil em explorar os recursos econômicos em Angola

e Moçambique. Na leitura que Portugal fazia da geopolítica mundial, o seu parceiro ocupava, ou tentava ocupar um lugar de subpotência que teria no sul do Atlântico sua zona de influência, portanto suas possessões ultramarinas estariam inseridas neste contexto.

A abordagem da imprensa, neste caso, foi muito semelhante, ou seja, destacou-se a sua simpatia no contato com jornalistas e autoridades, mas, sempre prudente, não proferiu palavra que o comprometesse.

Juracy Magalhães, o chefe da política externa brasileira, encontra-se já em Lisboa para as anunciadas conversações com o nosso governo. O ministro das relações exteriores do Brasil desembarcou do jacto da T.A.P. que o trouxe do Rio com um sorriso aberto e foi com esse mesmo sorriso simpático que abraçou o seu colega Franco Nogueira. Habitado aos contactos com os homens da imprensa, Juracy Magalhães foi prudente, mas claro, nas suas declarações aos jornalistas (BNP, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/09/1966, p. 1).

Por outro lado, de fato, Juracy Magalhães esquivava-se e, em geral, não ia muito além de palavras amigáveis, mas sem muito efeito prático, para solucionar aquilo que era questão mais candente para os portugueses naquela conjuntura específica.

As minhas primeiras palavras, ao chegar a Lisboa, devem traduzir necessariamente a saudação que o povo brasileiro faz por meu intermédio aos seus irmãos portugueses. Mais que um gesto de cortesia, é um abraço fraternal de que me honra de ser o portador e ao qual junto as minhas saudações pessoais (BNP, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/09/1966, p. 1).

Depois disso, passou a relatar temas da história portuguesa e da importância desta herança para a cultura brasileira e das contribuições de Portugal para a preservação da civilização cristã e ocidental. Em seguida, ele tratou com os jornalistas especificamente sobre os objetivos que o levaram à visita. No entanto, desta vez, ainda nenhuma menção à África.

Eu poderia insistir no terreno histórico, [...] *mas a verdade é que a retórica em que nos temos comprazido deve ceder, nas relações luso-brasileiras, a algo de mais concreto, que assegure a permanência de nossa cultura comum. É exatamente no cumprimento de uma missão prática que aqui me encontro*: dentro de alguns dias, terei o privilégio de assinar com ministro Franco Nogueira, em nome do presidente Castelo Branco, *novos instrumentos operantes de nossa aproximação, convênios que serão terrenos realmente fecundos para a nossa convivência futura. Os acordos a serem celebrados darão ensejo a uma reactivação dos propósitos seculares que nos levaram, em 1953, à assinatura do Tratado de Amizade e Consulta. Dele resultara uma integração maior de nossos dois países: inspirou-se na convicção recíproca de que declarações de princípios nos tempos em que vivemos somente sobreviverão quando inspirarem acção realista e positiva.* Estou certo de que as iniciativas que derivarem dos Convênios em fim de elaboração concretizarão os propósitos do progresso dos dois países irmãos (BNP, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/09/1966). (Grifo nosso).

Era consenso entre os dois ministros, a certeza de que a relação Brasil-Portugal necessitava de instrumentos diplomáticos mais práticos e era dessa forma que a assinatura dos acordos era encarada. Entretanto, a convergência de interesses parava nesta constatação. Enquanto os portugueses buscavam no Brasil um parceiro para enfrentar conjuntamente as sanções internacionais, os brasileiros desejavam a abertura do mercado angolano e moçambicano para os seus produtos de exportação, tanto os primários, quanto aqueles produzidos pela crescente industrialização. Isso pode ser percebido a partir desta reportagem do *Jornal do Brasil*, ao noticiar a viagem de Juracy Magalhães.

O porta-voz Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Caldeira Coelho, declarou ontem ao JORNAL DO BRASIL que a simples assinatura de um acordo comercial não é argumento forte para que o Brasil se interesse pela segurança da Costa Africana, já que existem outros mais consistentes, tais como “o perigo de emergir uma África comunista com a queda dos portugueses ou o perigo do racismo negro (*sic*) que pode ser transplantado para a América do Sul, como o foi para os Estados Unidos”. O Ministro Caldeira Coelho referia-se ao acordo comercial que o Chanceler Juracy Magalhães assinará aqui [Lisboa] no dia 7 de setembro e que é mantido em segredo pelos portugueses. Sabe-se que um dos pontos principais é a criação de zonas francas de comércio que poderá tornar livre ao Brasil o Porto de Luanda, garantindo o acesso ao mercado africano (BND, JORNAL DO BRASIL, 02/09/1966, p. 15).

As autoridades portuguesas buscavam convencer o governo brasileiro a apoiar suas posições em África. Para tanto, atrelavam a sua causa à ideia de que seu império colonial seria um bastião contra o avanço do comunismo, e, sabedores do viés anticomunista e conservador do regime instalado no Brasil após 1964, convocaram o parceiro para a missão de afastamento da ameaça vermelha em terras portuguesas na África, o que em sua lógica significava, também, afastar o perigo vermelho das fronteiras brasileiras, tal como defendeu Franco Nogueira na conferência acima analisada. O perigo “racismo negro” ficava por conta das relações de Portugal com o regime segregacionista, representado pelo *apartheid*, na África do Sul, único país na África que apoiava a sua política colonial (ROSAS, 1998, p. 482).

Enquanto isso, a imprensa brasileira destacava as reais possibilidades de ampliação de mercados para os produtos brasileiros. Era, portanto, considerado o ponto principal da missão diplomática de Juracy Magalhães: garantir a criação de zonas francas na África aos principais produtos da pauta de exportações do Brasil, além do acesso aos produtos primários africanos, conforme tais afirmações abaixo:

Apesar do interesse de Portugal, sabe-se que o tema africano não será discutido nessa viagem do Chanceler Juracy Magalhães. A visita não pode ser encarada como um passo na aproximação dos dois países. A reaproximação existe desde o triunfo

da revolução [sic] de 64, que instalou o Presidente Castelo Branco no Poder [...]. Dentro do plano econômico, o Brasil terá de dispor de posições que lhe assegurem o acesso aos mercados de exportação ou abastecimento de algumas matérias-primas (BND, JORNAL DO BRASIL, 02/09/1966, p. 15).

Sobre este tema, o *Jornal do Brasil*, novamente destacou que as questões ultramarinas e a política colonial africana ficariam de fora do encontro. Não era objetivo do chanceler brasileiro, nesta missão, se comprometer com qualquer assunto que não fosse a abertura ao Brasil do “mercado africano através do Porto de Luanda”:

A perspectiva política das conversações que se iniciam amanhã em Lisboa é bastante apagada. O tema **Inclusão do Mundo Português nas Fronteiras Brasileiras**, assim como a **Responsabilidade na Defesa das Costas Africanas**, não serão discutidos (BND, JORNAL DO BRASIL, 04/09/1966, p. 3). (Grifo do autor).

Antes mesmo da assinatura dos convênios e do encontro oficial entre os dois ministros, ficou patente que as boas intenções para o estabelecimento do estreitamento das relações não redundaram efetivamente na plena identidade de interesses. Acontece que, na prática, do ponto de vista político e econômico, eram os interesses de cada uma das partes envolvidas que iam definindo os passos a serem dados. Cada declaração e discurso oficial mostrou que este encontro foi marcado por uma postura de prudência entre as autoridades brasileiras e portuguesas (CASTRO et al, 2006, p. 280).

Na véspera da formalização dos acordos, a 5 de setembro, ocorreu uma solenidade de entrega de condecorações, por parte do governo brasileiro, a diversas autoridades portuguesas. Este concorrido evento contou, como de praxe, com maciça cobertura jornalística, interessada, principalmente, no teor dos documentos, mantidos sob sigilo absoluto pela diplomacia portuguesa.

Os discursos proferidos pelos dois ministros apresentaram algumas convergências, como no caso da defesa da “Comunidade Luso-Brasileira”, e da urgência na assinatura dos acordos, cujo objetivo seria a dinamização das relações bilaterais, muitas vezes obstaculizada pela excessiva burocracia e por que, como afirmou Franco Nogueira: “temos sofrido no decurso do tempo alguns embates ásperos, em que os interesses e os desígnios alheios se ocultam mal sob o disfarce de altas ideologias” (BNP, O SÉCULO, 06/09/1966, p. 8). O ministro português, caracterizando Juracy Magalhães como o paladino defensor da dita comunidade, expressou estas questões da seguinte maneira:

Dentro de algumas horas, sr. ministro, assinaremos importantes acordos que, em execução do Tratado de Amizade e Consulta, regularão as relações comerciais,

económicas e culturais entre o Brasil e Portugal. Esses acordos lançam novas bases ousadas e constituem um impulso vigoroso à integração comunitária luso-brasileira. Direi mesmo que num sentido esses acordos são revolucionários: porque supõem inevitavelmente outros acordos, mais amplos e mais complexos, que hão-de traduzir a vitalidade crescente e a aproximação cada vez mais íntima entre os dois povos. É a expressão e o ímpeto dessa vitalidade que, por nossa parte, oferecemos ao Brasil (BNP, O SÉCULO, 06/09/1966, p. 8).

Juracy Magalhães, por sua vez, destacou que comungava das opiniões do seu colega português e que era necessário robustecer as relações diplomáticas entre os dois países para fazer a comunidade luso-brasileira sobreviver (BNP, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/09/1966, p. 7):

Por isso mesmo, inconformados com a verificação de que, decorridos treze anos da celebração do Tratado de Amizade e consulta entre nossos dois países, ainda permanecia estagnada e regulamentação de muitos de seus dispositivos, unimos Vossa Excelência e eu, em representação de nossos governos e atendendo às aspirações dos dois povos irmãos, nossos pareceres de que urgia fazer alguma coisa para que o espírito do Tratado pudesse prevalecer nas relações luso-brasileiras, sob pena de vermos esboroar-se o esforço memorável de quantos através do tempo, haviam, direta ou indiretamente, contribuído para que aquele convênio se formalizasse (BNP, O SÉCULO, 06/09/1966, p. 8)

Por um lado, Franco Nogueira voltou a defender que o Brasil apoiasse a causa portuguesa, inclusive com o compromisso de participar da defesa conjunta da costa da África, justificando a existência de uma suposta fronteira ideológica que delimitaria tal comunidade.

Por isso já temos dito que as fronteiras dos dois Países não são as fronteiras geográficas de cada um, mas as que delimitarem a Comunidade Luso-Brasileira. Sendo assim, haveremos de concluir que não é do interesse de um ou de outro contribuir ou sequer permitir que a comunidade seja limitada ou amputada no plano do espírito e no âmbito do território; e que o interesse de qualquer não é superior nem diferente do outro; e que dificilmente será viável defender esse interesse contra o outro ou sem ele. [...]. Cada um dos dois Países deverá estar pronto a sacrificar alguns dos seus interesses em favor do outro, mas não há motivo válido para que interesses luso-brasileiros sejam sacrificados em favor de terceiros (BNP, O SÉCULO, 06/09/1966, p. 8).

Novamente, o chanceler lusitano repetira quase que de maneira literal as ideias proferidas em agosto de 1965, acerca da sua concepção do que seria uma comunidade luso-brasileira ideal. Nesta ocasião, com a presença do chefe da diplomacia brasileira, o recado foi muito direto: Portugal contava com o apoio irrestrito do Brasil. Ele defendia, inclusive, uma postura de abnegação, a partir da qual, o Brasil abriria mão de parte de seus interesses na defesa das fronteiras comunitárias, em África.

Esta propalada ideia de uma ação conjunta na costa da África era, também, parte de uma estratégia utilizada por Franco Nogueira que visava lançar mão de todos os subterfúgios para se aproveitar das contradições e elementos que pudessem favorecer à sua política colonial (ROSAS, 1998, p. 482).

Incentivara a subversão no Congo ex-belga, a secessão catanguesa (1963) e, posteriormente, a ascensão de Tshombé a primeiro-ministro daquele país; ajuda, discreta mais activamente, à declaração unilateral de independência por parte da Rodésia do Sul de Ian Smith (1965) – cujo bloqueio por parte da ONU boicotará – e, com o apoio da África do Sul, alimenta o desígnio estratégico de constituir um bloco defensivo político-militar branco, colonialista e racista na África Austral (ROSAS, 1998, p. 482).

Quais interesses eram contrários aos luso-brasileiros? Não foram ditos de maneira clara, mas subentende-se que se tratava, de um lado, da propalada e repetida ameaça comunista, que se aproveitara e se infiltrara nas lutas pela emancipação de suas possessões coloniais. Do outro, um temor pela ação imperialista dos Estados Unidos, de acordo com Salazar e Franco Nogueira, sempre à espreita para se apossar dos recursos econômicos do ultramar (TORGAL, 2009, p. 552-560).

Da parte de Juracy Magalhães, entretanto, nenhuma palavra sobre esta questão. Nada além de amenidades, a não ser quando reiterava o seu objetivo em buscar resolver os problemas graves que estavam atingindo o Brasil, naquele contexto, tais como: a explosão demográfica, questões de abastecimento e educação. Além da disposição em “oferecer à nossa população de hoje, e do futuro condições para uma vida mais próspera, mais tranquila e mais feliz” (BNP, O SÉCULO, 06/09/1966, p. 8). Apesar das palavras elogiosas ao seu colega português, ignorou solenemente o apelo para que “cada um dos dois Países deverá estar pronto a sacrificar alguns dos seus interesses em favor do outro”.

Na manhã do mesmo dia, 5 de setembro, em conversa reservada com Oliveira Salazar e Franco Nogueira, além de discutirem sobre temas importantes da conjuntura como a Guerra do Vietnã e a situação de Cuba, Juracy Magalhães tratou de temas mais práticos, envolvendo diretamente os interesses econômicos do Brasil. Neste encontro:

Três casos foram estudados e resolvidos [...]: o da concessão de urânio sem salvaguarda ao Brasil, que Portugal aceitou, para, em troca, receber bolsas-de-estudo em nossos laboratórios nucleares; a remessa dos restos mortais do Padre Anchieta para o Brasil, [...], e a cessão do Pavilhão Português, na Avenida Chile à Universidade do Brasil (BND, JORNAL DO BRASIL, 06/09/1966, p. 7).

Para a imprensa brasileira, o mais importante era o fato de que os acordos comerciais a serem assinados no dia 7 de setembro já estavam prontos e destacavam que os pontos mais relevantes eram: “criação das zonas francas de comércio, pagamentos de transações em moeda livre e facilidades para a complementação industrial entre os dois países” (BND, JORNAL DO BRASIL, 06/09/1966, p. 7). O interesse principal era a retirada dos entraves para a livre circulação do capital associado ao estrangeiro, na política externa, complementando as ações efetivadas internamente. Isto fica patente no tratamento quase entusiasmado dado à questão das zonas francas:

A criação de zonas francas de comércio é o tópico mais discutido. Trata-se de uma proposta antiga, só agora aproveitada. Através do Porto de Luanda, que seria uma das zonas francas, o Brasil teria acesso ao mercado africano, onde venderia os seus produtos manufaturados e obteria cobre e petróleo, principalmente o primeiro (BND, JORNAL DO BRASIL, 06/09/1966, p. 7).

A expectativa estava de acordo com a estratégia da política externa defendida pelo Itamaraty, que via no Ministério das Relações Exteriores um órgão voltado para o fomento das atividades comerciais do Brasil, para além de suas fronteiras. O próprio ministro, Juracy Magalhães, declarou em diversas oportunidades que cada embaixador e/ou cônsul deveria ser um vendedor dos produtos brasileiros. Do mesmo modo, entrava na discussão a possibilidade da ampliação da pauta de exportações brasileira, visto que, na conjuntura em que a industrialização se consolidava como uma atividade econômica de peso se vislumbrava a possibilidade de exportarmos produtos com maior valor agregado, ao invés de basearmos a nossa economia apenas em café, cacau e minérios brutos.

Por outro lado, na tentativa de internacionalizar as estatais brasileiras da mineração e do petróleo, havia claro interesse na exploração dos recursos minerais africanos e, para isso, era preciso tirar os empecilhos, tais como o controle colonial português, ou criar medidas como as zonas francas que garantissem a livre ação destas empresas³⁹. Havia, ainda, a posição favorável de Juracy Magalhães, demonstrada em suas memórias, de que a Petrobrás pudesse investir na prospecção de petróleo em terras estrangeiras, diante na impossibilidade de encontrar jazidas rentáveis no subsolo brasileiro (GUEIROS, 1996, p. 273-276).

O *Jornal do Brasil* destacou, ainda, o fato de que as regras e delimitações das zonas francas, como quantidade e locais de implantação, seriam discutidas e estudadas a partir da formação de uma Comissão Mista formada por membros dos governos dos dois países.

³⁹ Talvez, por isso, se explique o silêncio sobre política colonial.

Todavia, o chanceler brasileiro era da opinião de que esta tarefa deveria ser destinada aos empresários diretamente interessados nos desdobramentos práticos advindos da assinatura dos acordos. Em várias oportunidades Juracy Magalhães defendeu, nas memórias, a participação mais efetiva da iniciativa privada nas atividades econômicas do país. Ele advogava parcerias com os empresários, justificando que o *know-how* destes seria imprescindível para o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras, destacando sempre a presença empresarial nos conselhos técnicos e diretamente nas estatais.

Tal como discutido em capítulo anterior, Juracy Magalhães concebia que o Estado deveria se imiscuir em questões econômicas somente o necessário, salvo em situações e setores estratégicos. Ele defendia a presença da iniciativa privada na definição da política econômica do país, tanto que levou um importante empresário, representante das industriais em sua missão diplomática.

A delimitação das zonas livres será estudada por uma comissão mista, mas o governo brasileiro acha que só as empresas particulares podem dar conteúdo a esse Acordo. Na sua comitiva, o chanceler Juracy Magalhães trouxe o Presidente do Centro das Indústrias de São Paulo, Sr. Rafael Nochesi que assistirá à assinatura do documento (BND, JORNAL DO BRASIL, 06/09/1966, p. 7).

Sobre tal questão, Dreifuss (1981) afirmou que “os interesses multinacionais e associados foram capazes de controlar a vida política do Estado e de forjar sua máquina de acordo com as necessidades do capital monopolista, [...]” (DREIFUSS, 1981, p. 419). Ele ainda destacou que “após 1964 o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia, financeiro-industrial multinacional e associada” (DREIFUSS, 1981, p. 419). Juracy Magalhães, participante ativo do golpe e organizador da política do regime daí advindo, era um legítimo representante destes interesses.

Finalmente, a 7 de setembro de 1966, no Palácio das Necessidades, sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Portugal, os ministros Juracy Magalhães e Franco Nogueira assinaram os acordos nas áreas do comércio, da cultura e da cooperação técnica, entre Brasil e Portugal. A peça diplomática que despertou mais expectativa, tanto no Brasil, quanto em Portugal, foi o Acordo Comercial. Ele foi ratificado em Portugal, no dia 14 de setembro de 1967, a partir do Decreto-Lei 47.936. Em seu preâmbulo, estavam definidos os objetivos que levaram os dois países assinarem o documento:

O Governo do Brasil e o Governo de Portugal, animados do propósito de emprestar maior dinamismo às relações econômicas entre os dois países e de aproveitar ao máximo a complementariedade actual e potencial das suas economias. [...].

Resolvem concluir um acordo de comércio a vigorar no território brasileiro e nos territórios portugueses do continente e ilhas adjacentes e das províncias ultramarinas [...] (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 215, 14/09/1967, p. 1651).

Partia-se do princípio de que as realidades econômicas dos dois países haviam passado por significativas transformações, desde a assinatura dos últimos tratados, firmados em 1949 e, depois, em 1954. Razão pela qual se considerava que os seus antecessores perderam a capacidade de dinamizar as relações bilaterais.

Em seu artigo primeiro, definiu-se um compromisso entre os dois governos para tomarem medidas que visassem “promover o crescimento e a diversificação do intercâmbio comercial entre os dois países, levando em conta, especialmente, as necessidades criadas pelo processo de transformação das suas respectivas economias” (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 215, 14/09/1967, p. 1651). O artigo segundo versava sobre a possibilidade da utilização de moeda de livre convertibilidade nas transações comerciais a serem efetuadas entre os dois países. Já o terceiro possibilitava a celebração de acordos “de complementação industrial entre empresas brasileiras e portuguesas”. Para que este fosse efetuado, havia, ainda, a previsão para que os governos solicitassem a “colaboração dos correspondentes sectores privados”, sob a justificativa de agilizar a realização dos objetivos (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 215, 14/09/1967 p. 1651-1652).

O artigo mais comentado pela imprensa brasileira, e aquele que, de fato, interessava ao governo do Brasil foi o quarto, que previa a criação de zonas francas em território brasileiro e português. O teor do artigo era o seguinte:

A fim de facilitar a criação de zonas francas para produtos originários do Brasil e de Portugal, a que se refere o artigo nº 8 do Tratado de Comércio de 26 de Agosto de 1933, logo que uma das partes manifeste interesse pelo estabelecimento de uma dessas zonas em qualquer parte do território brasileiro ou dos territórios portugueses, o Governo do Brasil e o Governo de Portugal promoverão a constituição de grupos de trabalho especializados, formados por peritos dos dois países, com o objetivo de acordarem nas soluções de todos os problemas que para esse efeito tiverem de ser considerados (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 215, 14/09/1967, p. 1652).

Destaque para a promessa, formal, de abertura do mercado em todos os territórios sob o domínio português. De acordo com discussões realizadas acima, sabe-se que o maior interesse dos brasileiros era exatamente a possibilidade da exploração do mercado nas colônias portuguesas, nomeadamente Angola, cujo subsolo era rico em cobre e petróleo, além de ser um mercado consumidor em potencial para os produtos de nossa pauta de exportações.

O artigo quinto abordava a concessão de facilidades para a realização de feiras e exposições, bem como a dispensa de taxas de importação para material de propaganda, além da simplificação das formalidades aduaneiras. O sexto versava sobre a instituição e a composição da Comissão Econômica Luso-Brasileira, responsável por fomentar as relações econômicas entre Brasil e Portugal e delimitava quem poderia ser membro e quais as funções da mesma (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 215, 14/09/1967, p. 1652):

1º Serão membros da Comissão:

a) Os representantes dos diversos órgãos oficiais do Brasil e de Portugal particularmente interessados; b) Os representantes das entidades privadas para tal pelos respectivos Governos.

2º A Comissão terá por mandato:

a) Examinar periodicamente o intercâmbio comercial entre as duas partes e apresentar sugestões visando a activação do comércio recíproco; b) dar parecer sobre quaisquer consultas feitas pelas autoridades de uma das partes com vista a resolver quaisquer dificuldades ou problemas que se suscitem no seu comércio ou relações económicas; c) Examinar quaisquer questões suscitadas pelas partes relativas à execução do presente Acordo e quaisquer emendas ou aditamentos que a evolução do comércio entre as partes ou a das suas respectivas economias possa surgir; d) Promover estudos e fazer recomendações sobre a intensificação tão rápida quanto possível da cooperação económica entre as duas partes, nomeadamente, para os fins do artigo III (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 215, 14/09/1967 p. 1652).

Os incisos primeiro e segundo do artigo descrito acima, ainda indicavam que a comissão deveria se reunir pelo menos por duas vezes ao ano, além de prever que cada governo nomearia os seus respectivos representantes em um prazo máximo de 80 dias, a contar a partir da assinatura do acordo (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 215,14/09/1967, p. 1652).

A comissão teria um papel de planejamento e execução no processo de estabelecimento de um mercado comum entre Brasil e Portugal. Um dos fatores mais importantes era a compreensão de que ambos os países passavam por transformações econômicas significativas e, portanto, era necessário que qualquer compromisso bilateral firmado deveria levar em consideração esta dinâmica. Após muitos anos de isolacionismo, Portugal estava em lento processo de abertura de sua economia, desde o final da década de 1950 e o Brasil, com o golpe de 1964, acelerou o processo de internacionalização da economia, com forte presença do capital monopolista internacional associado.

O artigo sétimo tratava da vigência do acordo. Segundo o documento, a validade inicial seria de cinco anos a contar da data de sua entrada em vigor e seria automaticamente revalidado por períodos sucessivos de um ano. Já o oitavo versava sobre a necessidade da ratificação em cada país conforme as respectivas legislações e regras constitucionais.

O Acordo Cultural entre Portugal e Brasil, foi ratificado a 26 de agosto de 1967, pelo Decreto-Lei 47.863. Este documento visava atualizar os termos do Acordo de Cooperação Intelectual firmado pelos dois países, em 1948, pois, segundo as autoridades, este já não mais correspondia ao crescente intercâmbio cultural (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 199, 26/08/1967, p.1529 a 1531).

Além disso, destacava-se a necessidade de uma aproximação maior entre portugueses e brasileiros nas áreas da educação, das letras, das ciências, das artes, das técnicas e do desporto e também “a determinação mútua de uma integração sempre maior dos povos de língua portuguesa e de defesa e progresso da cultura luso-brasileira” (BNP, DIÁRIO POPULAR, 07/09/1966, p.11). O convênio que abordava o estreitamento das relações culturais entre os dois países pode ser resumido da seguinte maneira:

Em suma, os fundamentos deste acordo situam-nos os dois Governos na consciência da Comunidade de tradições e das afinidades em que se baseia a vida cultural dos povos de cada uma das partes acordantes. Entre os pontos principais do acordo cultural firmado situam-se o apoio às instituições consagradas ao estudo, à investigação ou pesquisa e difusão da cultura da outra parte contratante, promovendo-se o intercâmbio de pessoas troca de informações e permuta de material; o fomento do conhecimento do patrimônio cultural do outro signatário por meio de livros, periódicos e outras publicações, conferências, concertos, exposições, exhibições cinematográficas e teatrais e manifestações artísticas semelhantes, actividades desportivas, programas radiofônicos e de televisão e demais meios apropriados; a distribuição coordenada das reedições das obras clássicas e das edições das obras originais em cada território, em número suficiente para a divulgação regular da respectiva cultura entre instituições e pessoas; co-produção (*sic*) de filmes por organizações ou empresas dos dois países com a colaboração de artistas e técnicos de ambos; protecção dos direitos de propriedade artística, intelectual e científica (BNP, DIÁRIO POPULAR, 07/09/1966, p.11).

Tratava-se de uma abrangência significativa, cujo fomento seria destinado a áreas tão diversas, embora com possibilidade de diálogos, como política editorial e concertos; conferências e programas radiofônicos, passando por questões educacionais e cinema. Um dos principais pontos do acordo diz respeito à possibilidade do estabelecimento da equivalência nos estudos, ou seja, foi prevista a aceitação de portadores de diploma de um país possam atuar no outro, ou ainda a continuação dos estudos⁴⁰ (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 199, 26/08/1967, p.1529 a 1531).

A efetivação do acordo de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e de Portugal, ratificado em 7 de setembro de 1967, tinha por objetivo “promover e estimular o

⁴⁰ A vigência deste documento não foi imediata e diversos protocolos adicionais foram publicados para, de fato, dar validade às suas determinações, como, por exemplo, o Protocolo adicional, assinado em Lisboa em 22 de abril de 1971 e o Protocolo adicional, assinado em 02 de junho de 1988 que resultou na criação do “Prêmio Camões”.

progresso técnico-científico e o desenvolvimento econômico e social dos seus respectivos países” (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 209, 07/09/1967, p.1615 a 1616). Os seus pontos de maior destaque foram os seguintes: a concessão de bolsas de estudos; a promoção de intercâmbios de técnicos e cientistas; organização conjunta de eventos científicos; participação conjunta, mediante estudo, preparação e execução de projetos experimentais; criação de centros de documentação e de treinamento e formação profissional; a possibilidade de professores, peritos e técnicos realizarem serviço oficial no outro país, gozando de condições especiais no que diz respeito às taxas e tributos (MNE, AHD, Diário do Governo, I Série, nº 209, 07/09/1967, p.1615 a 1616). A este acordo também foram somados novos aditivos como o Ajuste Complementar assinado em 15 de julho de 1970 e o Ajuste Complementar iniciado em 1973 e finalizado em 1974.

Embora a ratificação dos Acordos somente tenha ocorrido cerca de um ano depois, entre agosto e setembro de 1967, tal como visto acima, a cerimônia foi bastante concorrida. Em relação a Juracy Magalhães, a imprensa portuguesa parecia incomodada com a tendência a responder as suas perguntas de maneira evasiva, apesar do reconhecimento da postura comumente simpática do chanceler brasileiro. O *Diário de Notícias* afirmou que:

Juracy Magalhães é um político hábil e isso ficou provado exuberantemente durante a Conferência de Imprensa de ontem. Perante o desfilar de perguntas, o ministro das Relações Exteriores do Brasil nunca cedeu, embora algumas não tenham obtido a resposta concreta que os jornalistas desejavam. A questão dos novos acordos – assinados horas depois – não foi praticamente abordada, ou, melhor, Juracy, muito diplomaticamente, explicou que não era de boa ética revelar algo a esse respeito (BNP, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/09/1966, p. 6).

As impressões do *Diário Popular* foram na mesma direção e destacaram o teor pouco objetivo na fala de Juracy Magalhães, a respeito dos acordos.

Um pequeno, mas algo agitado mar de curiosidade jornalística cercou esta manhã, durante uma conferência de Imprensa, do ministro das Relações Exteriores do Brasil. O teor dos acordos luso-brasileiros assinados à tarde foi o escolhido principal em que interrogadores e interrogados se chocaram, entre sorrisos e palavras hábeis e, até, alguns momentos mais difíceis, como quando foi posto em causa o ambiente de “suspense” mantido em torno do conteúdo dos acordos. [...]. Aberta a reunião com breve e simpática, mas já restritiva declaração inicial, o chanceler Juracy de Magalhães entregou-se à curiosidade de jornalistas portugueses brasileiros e doutras nacionalidades que se encontravam presentes. [...]. Juracy Magalhães soube embelezar as suas recusas com um sorriso bem humorado e temperá-las com alguma revelações indiretas, das quais pareceu salientar-se uma nota de optimismo (BNP, DIÁRIO POPULAR, 07/09/1966, p. 1 e 13).

Neste trecho, novamente surgiram perguntas a Juracy Magalhães sobre a posição do Brasil frente à política colonial portuguesa e se havia possibilidade do Brasil integrar uma espécie de força de defesa no sul da África, além da dúvida referente à tese, defendida por Franco Nogueira, de que as fronteiras brasileiras se situavam também no continente africano. Ao que o chanceler brasileiro respondeu, mencionando o tema pela primeira vez, desde que havia chegado em solo lusitano:

Todos os assuntos que interessam a Portugal interessam ao Brasil. Nós não temos um tratado de aliança militar com Portugal para fazer uma afirmação dessas, porque não devemos também iludir a opinião pública dos dois países. Evidentemente, o nosso interesse é que haja sempre em África condições para uma vida democrática a favor do Ocidente. Portugal é uma garantia para isso. Nós encaramos, portanto, a posição portuguesa como sólida e merecedora de apoio (BNP, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/09/1966, p. 6).

Esta posição ambígua assumida publicamente por Juracy Magalhães se ancorou em uma questão formal, ou seja, a ausência de quaisquer instrumentos diplomáticos que regulassem a defesa mútua foi utilizada como justificava para a não intervenção direta do Brasil nas guerras coloniais que Portugal estava enfrentando neste contexto. Ao continuar a sua argumentação, tentou agradar a uma audiência portuguesa, que comungava das mesmas concepções, que definia Portugal como um bastião em defesa do mundo ocidental, perante a ameaça comunista. Esta questão que tornava a causa dos portugueses justa e, portanto, digna de ser apoiada. Entretanto, estas palavras não vieram acompanhadas de nenhuma ação efetiva.

Esta ação poderia se concretizar na tomada de posição do Brasil visando apoiar Portugal, na Assembleia Geral da ONU que ocorreria dali a poucos dias, ocasião em que Juracy Magalhães deveria presidir a sessão de abertura. Diante disso, ele foi instado a declarar a posição brasileira perante a política ultramarina portuguesa, no órgão internacional. Outro questionamento, vindo de um jornalista brasileiro, apresentou o seguinte teor: “o sr. ministro disse que o Brasil apoiaria Portugal a respeito da sua política ultramarina, mas não explicou exatamente qual a gradação desse apoio. Se é apenas discurso ou será apoio efetivo nos organismos da ONU” (BNP, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/09/1966, p. 6). As respostas a estas duas perguntas, foram as seguintes:

Não quero antecipar o que vou dizer na ONU, se não perde interesse o meu discurso. Ninguém vai lá ouvir-me! [...]. O Brasil apoia Portugal da maneira que eu afirmei aqui. Não é um apoio de discursos, apesar de nos organismos internacionais o apoio também ser dado em discursos. Acho que quando faço um discurso estou aproveitando para manifestar o meu pensamento. Portanto, o apoio que é dado em discursos corresponde ao apoio que é dado nos factos. Eu já expliquei até onde ia

esse apoio quando disse que não tínhamos um tratado militar, uma aliança militar (BNP, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/09/1966, p. 6).

Não era do interesse do Brasil se envolver em qualquer ação prática, diga-se, conflito militar ou envio de tropas, armamentos ou equipamento bélico, para defender as posições portuguesas no sul da África. O próprio teor dos acordos assinados já antecipa esta postura, visto que o ministro brasileiro foi para Portugal, principalmente, para negociar com os portugueses a possibilidade de que as possessões lusitanas no continente africano fossem exploradas economicamente pelas empresas brasileiras, em associação com o capital internacional, isso, ao menos no papel, foi realizado. Portanto, por mais que as autoridades e a imprensa portuguesa pressionassem, não conseguiram demover Juracy Magalhães dos seus objetivos iniciais. As demais perguntas giraram todas em torno dos seguintes temas:

Que há sobre a criação de portos francos em Lisboa, Luanda e Santos? Estará prevista a abolição de vistos, sem ser os turísticos entre Portugal e o Brasil? Por que motivo demorou tanto a assinatura dos acordos possíveis desde que, em 1953, foi assinado o Tratado de Amizade e Consulta? (BNP, DIÁRIO POPULAR, 07/09/1966, p. 13).

No título da chamada da matéria, o *Jornal do Brasil*, ao tratar da temática, ressaltou que: “Juracy assinará hoje acordo que leva o Brasil até Angola” (BND, JORNAL DO BRASIL, 07/09/1966, p. 4). As especulações giraram em torno dos possíveis desdobramentos para a economia brasileira de uma abertura do mercado angolano:

Esse acordo deverá liquidar o mito das economias paralelas – disse o Sr. José Maria Penteado [representante do CIESP] – mito que obscurece nossas relações comerciais com a África. Poderemos continuar produzindo café com a participação dos angolanos, que nos oferecem tipos especiais para a mistura. [...]. No mercado mundial, agiremos como economias integradas (BND, JORNAL DO BRASIL, 07/09/1966, p. 4).

Foi motivo de preocupação por parte dos cafeicultores brasileiros a possível concorrência do café produzido em Angola e especulou-se sobre o que era considerado um absurdo: a possível importação desse produto, por parte do mercado brasileiro. A opinião do representante empresarial, que acompanhou toda a missão diplomática, corroborava com as declarações que Juracy Magalhães prestou à imprensa de Portugal:

A [sessão] luso-brasileira da Conferência de Imprensa terminou com considerações acerca da produção e comércio do café, ponto em que – o chanceler lembrou-o, sorridente – o Brasil e Angola são concorrentes. [...], e no que se liga com a

concorrência Angola-Brasil, o chanceler pensa que a conciliação dos interesses não será impossível (BNP, DIÁRIO POPULAR, 07/09/1966, p. 13).

Mas, destacando-se o fato de que setores empresariais do país já estavam se mobilizando e produzindo estudos técnicos visando a definição de que produtos deveriam ser destinados à exportação.

Através do Porto de Luanda, que será livre com a assinatura do acordo, um mercado potencial de 50 milhões de pessoas o Sul da África estará aberto ao Brasil. Ainda não se decidiu exatamente quais serão os produtos a serem colocados lá, mas já se criou em São Paulo um centro de informação técnica para estudar o assunto (BND, JORNAL DO BRASIL, 07/09/1966, p. 4).

Este excerto da matéria jornalística aponta para duas questões muito significativas relacionadas com a definição da política externa e da política econômica, e da articulação entre estas duas esferas, após 1964. Inicialmente, se destaca a presença de setores da iniciativa privada no planejamento e na definição de estratégias para o desenvolvimento econômico do país. Não por acaso, a principal fonte de informações para a cobertura do *Jornal do Brasil* à viagem de Juracy Magalhães foi José Penteado, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), membro da comitiva brasileira, que em muitas ocasiões atuou como consultor para o chanceler brasileiro. Em seguida, é possível perceber a concepção de que o Brasil deveria assumir um papel de protagonismo no Atlântico Sul, em uma espécie de subimperialismo, cuja influência deveria se estender para o cone sul, na América Latina e costa atlântica da África. Essas ideias eram defendidas pela imprensa ligada aos interesses da burguesia industrial-financeira associada.

O interesse brasileiro voltou-se novamente para as reservas de cobre e petróleo presentes no subsolo angolano. Na verdade, a perspectiva de exploração desses minerais despertou os interesses dos empresários brasileiros e os seus associados internacionais desde que os acordos foram anunciados, uma vez que, a presença de empresários na comitiva oficial, indica a sua participação no processo de negociações e de conformação das cláusulas dos documentos.

O cobre e o petróleo de Angola deverão ser explorados por companhias brasileiras e portuguesas, ainda como consequência do acordo. [...]. Onde os dois países podem arranjar dinheiro para apurar se há ou não cobre? O Sr. José Maria Penteado [novamente] pergunta e ele mesmo responde acreditar que grandes empresas internacionais estejam dispostas a financiar as pesquisas, desde que se apresentem boas perspectivas. No caso do petróleo de Angola, o problema será outro. As próprias sondas brasileiras poderão cuidar da prospecção em terreno africano. Não se sabe ainda se a Petrobrás terá interesse no petróleo de Angola ou condições de

investigar todo o solo brasileiro, a fim de partir para uma sondagem internacional. (BND, JORNAL DO BRASIL, 07/09/1966, p. 4).

Neste caso, apontava-se para um problema estrutural na economia dos dois países. Havia interesse claro em se explorar os minérios, principalmente o cobre, mas era necessária uma prospecção mais detida para saber da sua viabilidade econômica. Acontece que, tanto Brasil quanto Portugal, eram economicamente dependentes e o seu processo de industrialização ocorreu a partir do maciço financiamento a partir do capital monopolista estrangeiro.

Apesar de possuírem um parque industrial cada vez mais consolidado, ainda não possuíam recursos suficientes para financiarem empreendimentos desta monta, portanto, a presença do capital externo era inevitável neste tipo de empreitada. Mais do que isso, esta associação era inclusive buscada, por isso foi a solução natural apontada pelo representante do empresariado brasileiro.

Antes mesmo da efetivação formal dos convênios, já ocorriam reuniões entre empresários portugueses, brasileiros e, de outras nacionalidades, na Associação Comercial de Lisboa, cujo objetivo era definir imediatamente os primeiros planos de trabalho, após a vigência dos acordos. Os próprios diretores da gigante Loide, na Europa, deslocaram-se para a capital portuguesa para assistirem pessoalmente à assinatura dos documentos, o que demonstra que o capital monopolista internacional percebia este acordo como mais uma possibilidade de ganho.

Em relação ao petróleo, estas dúvidas levantadas eram parte da definição da estratégia de mercado e de atuação da Petrobras. De um lado, havia aqueles que defendiam que a empresa deveria investir, em primeiro lugar, na prospecção do petróleo no território brasileiro, que era preciso esgotar todas as possibilidades de investigação e pesquisa para buscar este produto em subsolo nacional. Por outro lado, baseados nos dados obtidos e divulgados pelo Relatório Link⁴¹ (GUEIROS, 1996, p. 273-276), entre eles o próprio Juracy Magalhães, estavam aqueles que eram da opinião de que, na ausência ou insuficiência de petróleo em determinadas áreas do país, seria possível a atuação da estatal em território estrangeiro.

Ao final da solenidade de assinatura dos acordos, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal publicou na imprensa um comunicado oficial, versando sobre o

⁴¹ Relatório produzido por Walter Link, engenheiro estadunidense, ex-funcionário da Standard Oil e contratado para ser o chefe do Departamento de Exploração da Petrobrás, quando Juracy Magalhães presidia a empresa. Neste documento, Link relatava que nem todo o território nacional possuía reservas economicamente viáveis e que a continuação da prospecção iria exaurir os cofres da estatal. Recomendava concentrar esforços e recursos nos campos petrolíferos já conhecidos da Bahia e, alternativamente, dizia da possibilidade de rentabilidade na pesquisa e exploração em outras áreas fora do país (GUEIROS, 1996, p. 273-276).

balanço das ações que tiveram por objetivo o estreitamento e dinamização das relações bilaterais entre Brasil e Portugal. O seguinte excerto pode ser considerado um bom resumo do que foi o encontro, pois abordou, especificamente, os principais temas tratados na visita diplomática do chanceler brasileiro, em terras lusitanas:

No decurso das suas conversações, os dois ministros consideraram a situação internacional à luz dos interesses comuns e específicos dos dois países. O ministro português teve ocasião de referir alguns dos problemas externos que a Nação portuguesa confronta em África, tendo exposto as linhas gerais da política portuguesa naquele continente e salientado a sua importância para a defesa dos ideais e da segurança do mundo livre. Foi sublinhado o propósito de ambos os países continuarem a prestar a sua cooperação nos esforços gerais de desenvolvimento econômico e de expansão do comércio mundial. [...]. Concordaram em que a amizade indestrutível entre os dois povos constitui a base fundamental daquelas relações solidamente firmadas na história comum e na identidade de língua e de cultura, e reforçadas por igual culto dos mesmo valores morais. (BNP, DIÁRIO POPULAR, 07/09/1966, p. 13).

Estavam presentes na passagem a intenção em estreitar a cooperação econômica, desenvolver as relações culturais, baseadas na ideia de uma identidade linguística, histórica e de valores, ambos contemplados pela celebração de acordos bilaterais, e em relação a este último tema, Franco Nogueira expressou em seu diário exatamente o que pensava a respeito de Juracy Magalhães e dos interesses da política externa brasileira:

Lisboa, 8 de Setembro – [...]. Ainda é o mesmo homem [Juracy Magalhães], mais temperado por uma estadia em Washington como embaixador, e sem ter sido presidente. [...]. E pretauto a mais não poder: foram-lhe arrancadas a ferros as poucas frases que disse quanto ao nosso ultramar. Muito pró-americano, e ao que suspeito muito nas mãos dos americanos. Foi aliás muito nítido: depois de duas horas de uma exposição maciça que lhe fiz sobre África, disse-lhe que o Brasil nada faria quanto ao nosso ultramar, e em nosso favor, se isso prejudicasse as suas relações com os Estados Unidos. Também nada que prejudicasse os interesses brasileiros, e nisso está evidentemente certo, salvo na medida em que Juracy me parece ver os interesses brasileiros num excessivo enfeudamento a Washington, quando deveria ver que são os Estados Unidos que tremem se o Brasil, em assuntos portugueses ou latino-americanos, bate o pé a Washington, e daí a força de uma Comunidade Luso-Brasileira. Mas os acordos que assinámos a pesar de tudo [...] causaram alguma impressão, e na verdade traduzem algum apoio do Brasil à nossa política (NOGUEIRA, 1987, p. 187-188). (Grifos do autor).

Apesar do desapontamento demonstrado com o fracasso de suas tentativas em convencer a diplomacia brasileira a apoiar incondicionalmente a sua causa, o quadro apresentado acerca das ações do seu colega brasileiro não estava de todo equivocado. Foram demonstradas em diversas passagens acima as estreitas relações de Juracy Magalhães com os interesses estadunidenses, haja vista que ele foi um dos principais assessores de Castelo Branco na reordenação da política externa brasileira após 1964. Assumiu o posto de

embaixador nos Estados Unidos com o objetivo de estreitar ainda mais os laços de dependência em relação a este país e como ministro das Relações Exteriores trabalhou no sentido de destravar qualquer possível obstáculo à livre circulação do capital estadunidense na economia brasileira. Além de imprimir uma postura de subserviência aos Estados Unidos na política externa. Foi assim na Organização dos Estados Americanos, na questão da República Dominicana, na situação de Cuba, na Guerra do Vietnam e na política racial na África do Sul, em todos estes temas, Juracy Magalhães definiu a nossa decisão a partir do alinhamento à potência hegemônica do norte.

Em relação à política colonial portuguesa, a sua postura não fora diferente. Atraiu, em muitos casos, os interesses do Brasil aos movimentos dos Estados Unidos na costa atlântica da África Austral, o que explicava, muitas vezes, a relutância em definir um apoio irrestrito à causa lusitana. Pelo viés dos interesses comerciais, era preciso livrar-se da intermediação portuguesa para ter livre acesso às potencialidades do mercado angolano. Este interessava à burguesia associada no Brasil, pois era mais uma oportunidade para inverter capitais, vender inclusive produtos industrializados e a possibilidade de explorar o mercado de cobre e petróleo.

Mas há no Rio uma reserva mental: querem aproveitar-se de nós e mostrar uma amizade que nos anestesia para, à custa desta, e na aparência desta, conseguirem os seus desígnios em Angola. Há no Brasil, uma incipiência imperial, talvez ingênua no momento, mas para nós com algum perigo (NOGUEIRA, 1987, p. 187-188).

A ideia de que havia inimigos por todos os lados a espreitar pode ser explicada pelo fato de que sua atuação em África estava sendo fustigada tanto pelos organismos internacionais, quanto pelos movimentos locais que iniciaram guerras de libertação desde o início dos anos de 1960, e, internamente crescia a organização de oposição e resistência à ditadura. Portanto, os interesses do Brasil no mercado das colônias portuguesas, foram entendidos como mais uma ameaça à situação portuguesa. Por outro lado, não era completamente equivocada a imagem do Brasil como um pleiteante a uma posição de destaque em relação aos países africanos e latino-americanos, como demonstrado anteriormente, na articulação estratégica entre governo, empresários brasileiros e os seus sócios estrangeiros para definir a melhor maneira de explorar os recursos econômicos em Angola, após o fim do controle Português.

7. JURACY MAGALHÃES: O ARQUITETO DE SUA PRÓPRIA MEMÓRIA

7.1. AS MEMÓRIAS DO ADMINISTRADOR

As memórias de Juracy Magalhães, evocadas e transformadas em livros, serão analisadas ao longo deste capítulo a partir de uma correlação com os temas que foram tratados nos capítulos anteriores. Os conteúdos apresentados e os fatos narrados por estas publicações fazem referência à interpretação, produzida por este personagem, de eventos que fizeram tiveram lugar no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1970. Foi nesta conjuntura, discutida nos capítulos anteriores, que ele atuou efetivamente em diversos setores do aparelho de Estado, onde foi desde um tenente de vinte e seis anos, que assumiu a interventoria federal, na Bahia, até se tornar um general e, depois, chefiar a diplomacia brasileira. A abordagem do contexto em que se desenrolou a trajetória política de Juracy Magalhães teve por objetivo compreender sob quais circunstâncias foi possível a sua longa vida pública e de que maneira conseguiu se manter durante um período relativamente longo ligado às instâncias do poder.

O objetivo do presente é, a partir da análise das suas memórias, compreender de que maneira Juracy Magalhães construiu uma versão sobre os fatos dos quais participou, direta e indiretamente, relacionando-os com a bibliografia acerca dos temas abordados e de apontamentos teóricos sobre a memória, buscando interrogar quais os sentidos e significados das interpretações dos acontecimentos produzidos pelo ex-interventor da Bahia, realizados em seus relatos memorialísticos.

Foram três os livros de memórias, escritos, organizados e publicados em torno dos depoimentos colhidos por jornalistas e pesquisadores sobre a vida pública de Juracy Magalhães: *Minha Vida Pública na Bahia* (1957); *Minhas Memórias Provisórias* (1982); *O Último Tenente* (1996). Embora os principais fatos da vida se repitam nas narrativas, há diferenças quanto à conjuntura política em que os livros foram escritos, à sua metodologia e aos seus objetivos e é exatamente a partir destes elementos que a análise se processou. O que se pode questionar é: o que teria motivado esse personagem a publicar tantas memórias? A longa vida pública e a necessidade constante de controlar aquilo que se diz sobre si mesmo. Além disso, a construção e a reconstrução de suas memórias políticas, a sua intencionalidade

busca sempre transformar a rememoração em interpretação da história, lançando sempre uma luz sobre o seu papel desempenhado.

O livro *Minha Vida Pública na Bahia* foi publicado em 1957, pela Livraria José Olympio Editora. Ele foi concebido como uma homenagem dos amigos e correligionários de Juracy Magalhães por conta da passagem do vigésimo quinto aniversário da sua posse como interventor da Bahia.

A publicação foi dividida em duas seções. Na primeira, Rui Santos⁴², escreveu um esboço biográfico, abordando os fatos que considerara mais relevantes e representativos da trajetória política de Juracy Magalhães, até àquela altura. A segunda parte se trata de um anexo, neste foram compilados discursos, falas e pronunciamentos, proferidos pelo personagem entre os anos de 1931 e 1955.

A narrativa seguiu uma sequência teleológica, na qual o final já era antecipadamente conhecido e todos os eventos foram distribuídos em um enredo que levou a uma conclusão previamente definida, além da utilização de um tom abertamente laudatório, apologético e de engrandecimento dos feitos de Juracy Magalhães nas diversas funções que desempenhou na vida pública. A atuação foi descrita a partir dos seguintes papéis, que representavam o processo do seu amadurecimento enquanto político: *O Soldado*; *O Revolucionário*; *O Administrador*; *O Político*; *O Baiano*.

A passagem pela administração do estado entre os anos de 1931 e 1937, primeiro como interventor, depois governador constitucional significou o “objetivo último de toda sua atividade de soldado, revolucionário, administrador e político” (MAGALHÃES, 1957). Cada evento foi concebido como prelúdio do posterior, narrado por alguém que previamente conhecia o resultado e que procurou domesticar qualquer causalidade e descontinuidade do passado.

⁴² Rui Santos concluiu o curso de bacharel em medicina, pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1928. Foi jornalista, ocupando o posto de redator-chefe do jornal Estado da Bahia até 1946. Foi ainda, como jornalista, redator dos *Diários Associados* em Salvador. Além de médico e jornalista, Rui Santos também exerceu diversos cargos políticos. Todos eles sob a influência de Juracy Magalhães. Foi prefeito, nomeado pelo interventor, do atual município de Ubaitaba. Elegeu-se deputado federal pela UDN, de maneira ininterrupta, entre 1946 e 1959. E depois, entre os anos de 1963 a 1970. Já pela ARENA exerceu o mandato de senador entre os anos de 1971 a 1978. Ainda exercendo funções no mundo da política foi, em três oportunidades, membro do diretório nacional da UDN, com os cargos de subsecretário e secretário. Entre 1959 e 1962 assumiu a secretaria de governo na segunda gestão de Juracy Magalhães. Entre suas atividades constava ainda sua atuação acadêmica. Após concluir a livre-docência pela Faculdade de Medicina foi professor do Instituto de Educação na Bahia, professor adjunto da Faculdade de Medicina e professor substituto na cadeira de higiene da mesma instituição. Foi, ainda, membro da Academia de Letras da Bahia.

Todas as informações biográficas sobre Rui Santos trazidas no capítulo estão disponíveis em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/santos-rui>> e <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2229>>. Acessados em: 16/12/2015.

No livro, a memória, portanto, seria a ferramenta necessária para garantir, com fidelidade, “um esplendido perfil pela sinceridade e firmeza dos conceitos, acompanhando Juracy Magalhães desde os bancos escolares até o Senado da República” (MAGALHÃES, 1957).

Nesta seção buscar-se-á analisar a construção da imagem de um administrador que, com eficiência, teria contribuído para o processo de desenvolvimento econômico da Bahia. Entre as missões que definiu como central ao tomar posse na interventoria, em vinte e um de novembro de 1931, destacava-se a obtenção do saneamento financeiro do Estado (MAGALHÃES, 1957, p. 33).

Na seção *O Administrador*, foram destacados os feitos do interventor à frente do executivo estadual, nesse caso, a narrativa dos atos de Juracy Magalhães iniciou-se pelo processo de montagem da equipe de governo, seguido de um ato que reduzia os seus próprios vencimentos: “em um decreto, a seguir, fixou Juracy os seus vencimentos mensais: reduziu-os a quatro contos e quinhentos!” (MAGALHÃES, 1957, p. 34). Desse modo, estabelecia-se a imagem de Juracy Magalhães como um político austero e diferente dos anteriores com relação ao trato da coisa pública, pois “ao contrário do que sempre se verificou, passou a custear, do seu subsídio, as despesas de alimentação em palácio” (MAGALHÃES, 1957, p. 34). O interventor foi, de igual modo, descrito como um trabalhador incansável que cobrava resultados de sua equipe de auxiliares:

Empossado, reservou Juracy, todos os seus dias, suas horas, seus minutos, à obra que se dispôs a realizar. [...]. De fato, homem executivo por excelência, Juracy nunca deixou para o dia seguinte o que podia ser feito à véspera. De ótima memória, cobrava dos auxiliares, a todo instante, as recomendações feitas, as providências solicitadas. (MAGALHÃES, 1957, p. 34).

O relato prosseguiu com a descrição das realizações de Juracy Magalhães em diversas áreas. Na área educacional, a interventoria, seguindo os passos do governo central, criou a secretaria de educação, além de prédios escolares na capital e em diversas cidades do interior. Neste setor, destacou o fato de que:

Deixou um prédio escolar em cada dois terços das cidades baianas, [...]; obteve a federalização da Escola Politécnica da Bahia; conseguiu ainda do governo federal, as providências para a construção do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina; transformou a Escola Normal de Feira em Escola Rural e criou a Escola Profissional de Cachoeira (MAGALHÃES, 1957, p. 36).

A área da assistência social e saúde pública também foi alvo da ação intervencionista do Estado, a partir da criação do Conselho de Assistência Social e do Departamento Estadual da Criança. Foram destacadas a construção e a inauguração de vários hospitais em Salvador e no interior, como na cidade de Alagoinhas, onde iniciou as obras do Hospital Dantas Bião. No intuito de reforçar a competência do interventor, Rui Santos reproduziu o depoimento elogioso de um certo professor Silva Melo ao “O Jornal”, do Rio de Janeiro:

O que se faz na Bahia pode servir de exemplo a todos os governos dos Estados. E não é a simples execução material, o vulto e a grandiosidade das obras, o seu valor prático, a escolha do problema exato a ser resolvido e a sua solução dentro de prisma objetivo, mas a sua execução rigorosa por técnicos nacionais, sob a orientação eficiente e estimulativa do governador (O JORNAL apud MAGALHÃES, 1957, p. 37).

O propósito de Rui Santos em trazer este depoimento, pode ser explicado pela busca em reforçar o caráter racional, objetivo e eficiente empregado pela administração do interventor varguista. Em uma conjuntura de fortalecimento das ideias referentes ao planejamento e ao fator técnico na resolução dos problemas sociopolíticos e econômicos, o relato das ações da interventoria, veiculado em um jornal da capital federal, se tornou um elemento de legitimação política de Juracy Magalhães. Ao tentar fortalecer esta argumentação, o então jovem tenente foi descrito como um modelo de administração para o governo central.

Há páginas admiráveis de Costa Rêgo sobre o que lhe foi dado presenciar na Bahia, no que toca à assistência à maternidade e à infância. Com ela, de tal modo se impressionou o sr. Getúlio Vargas que convidou o professor Martagão Gesteira a ir para o Rio, auxiliá-lo em obra semelhante, no campo nacional (MAGALHÃES, 1957, p. 37).

Maior ênfase foi dada, ainda, às ações nos setores dos transportes e obras públicas, para os quais adotou a perspectiva estatizante do governo provisório e trabalhou para a encampação da Companhia Ferroviária Leste Brasileiro, pelo governo federal, além de determinar que a Estrada de Ferro de Santo Amaro voltasse para administração estadual. Juracy Magalhães construiu, também, a memória de um governante que “aprovou o plano rodoviário do Estado que disciplinou a construção de estradas de rodagem; de oito mil quilômetros de rodagem existentes e 1931, passou a quase 12 mil, 35, número que deixaria bem elevado, quando do golpe de 37” (MAGALHÃES, 1957, p. 37-38). Entre as estradas, destacou as ligações entre Salvador e Feira de Santana e a que ligava Ilhéus e Itabuna, esta última articulada com os esforços para a recuperação econômica da lavoura cacaueteira.

A sua atuação na agricultura e pecuária também foi destacada e o autor rememorou a criação do Instituto do Cacau, Instituto do Fumo e da Pecuária, além do Instituto Central de Fomento Econômico, enfatizando que todos tinham a finalidade de amparar as fontes de riqueza do Estado. Neste mesmo processo, anotou que Juracy Magalhães criou, ainda, a estação de Citricultura em Alagoinhas, Sericicultura em Serrinha, e a de Fruticultura em Itaparica, e, novamente, o jovem interventor de então foi caracterizado pela sua iniciativa, clarividência e justiça, na promoção do desenvolvimento da Bahia (MAGALHÃES, 1957, p. 38).

Rui Santos, para reforçar a construção da imagem de administrador eficiente de Juracy Magalhães, trouxe para o texto uma saudação escrita pelo senador Medeiros Neto, em 1937, na ocasião do segundo aniversário do governo constitucional. Após a narração dos feitos do governador nas diversas áreas, a realização considerada paradigmática, nas palavras do senador baiano, foi o aumento da arrecadação do tesouro estadual:

A arrecadação ascendeu de 56.321.768 mil-réis a 106.736.600 mil-réis e atingirá a 120 mil contos no presente exercício. A exportação subiu da casa de 200.00 a 555.036 contos de réis. O seu volume subiu de 175.012 a 307.672 toneladas. A importação, que e índice de riqueza, variou da casa dos 200.000 a 481. 771 contos de réis. Registramos um saldo credor de 84.265 contos de réis que encontrastes mal beirando a casa de uma dezena de milhar. O balanço patrimonial reflete esse florescimento. Era em 1931, 28.735.245 mil-réis. Atinge em 1936 a 58.114 contos (MEDEIROS NETO apud MAGALHÃES, 1957, p. 39).

Ao fazer um balanço dos anos de governo de Juracy Magalhães, após a sua renúncia, em onze de novembro de 1937, outra nota reproduzida, desta vez publicada no jornal *Estado da Bahia*⁴³, apresentou-se como mais uma estratégia de produção de uma memória da eficiência administrativa do interventor, e depois, governador:

⁴³ O Jornal *Estado da Bahia* foi fundado em 1933, pelas chamadas “classes produtoras” ou “classes conservadoras”, sendo inicialmente dirigido por Antônio Marques dos Reis. Após um pequeno interregno caracterizado pela direção de Manços Chastinet, o jornal passou a ser presidido por Aliomar Baleeiro. O *Estado da Bahia* foi, posteriormente, incorporado aos “associados”, sob a direção de Odorico Tavares. (CARVALHO FILHO, 2008, p.94). Este veículo de imprensa foi, desde o momento de sua fundação, um instrumento na disputa política, utilizada basicamente por aqueles que se arremeteram ao lado do então interventor, Juracy Magalhães, no processo de fundação do Partido Social Democrático (PSD). O jornal se constituiu como uma espécie de porta-voz dos *juracistas* no confronto contra as frações das classes dominantes organizadas em torno dos chamados *autonomistas*, nas disputas por postos dentro do Estado, geradas após o movimento de 1930. Seu primeiro diretor, Marques dos Reis, foi eleito para a constituinte em 1933, depois deputado federal, em ambos os cargos foi eleito pelo PSD. Posteriormente assumiu o cargo de Ministro da Viação, no governo constitucional de Vargas. Aliomar Baleeiro foi eleito deputado estadual constituinte em 1935, também pelo partido organizado em torno da influência do interventor federal.

Não nos cabe, neste momento, analisar as razões que levaram o sr. Juracy Magalhães a renunciar ao governo da Bahia. Devemos respeitar os motivos que inspiram esse ato, reconhecendo, contudo, a compostura e a serenidade com que se viu envolvido o moço estadista, que foi, sem dúvida, uma das maiores revelações da revolução de 30. Mas, por isso mesmo que nos achemos em campo oposto, no terreno partidário, ao do capitão Juracy Magalhães, é que nos sentimos perfeitamente à vontade para julgar, sem paixões, a sua obra administrativa, toda ela voltada para os interesses supremos da Bahia. [...]. Em mais de seis anos de governo, quer como Interventor, quer como Governador constitucional, o sr. Juracy Magalhães nunca foi senão um ótimo administrador. Reorganizou as finanças do estado e impulsionou extraordinariamente a economia baiana, contribuindo para que a Bahia desfrute, atualmente, de uma situação privilegiada entre as demais unidades da Federação. O Instituto de Cacau aí está, como um dos marcos mais salientes da sua atuação à frente dos negócios (ESTADO DA BAHIA apud MAGALHÃES, 1957, p. 39-40).

Rui Santos ressaltou o fato de que toda a obra administrativa de Juracy Magalhães era fruto da ação pessoal do governador, pois mesmo consultando os técnicos, auxiliares e secretários, “tudo tinha que passar pelo crivo de sua análise e de sua atenção. Não era omissio. Nunca foi” (MAGALHÃES, 1957, p. 40). Foi destacada, novamente, a voz de mais um correligionário do governador para corroborar com a construção da memória de uma administração exitosa. Desta vez, Clemente Mariani, deputado federal, discursou na Câmara, em 1936, exaltando os feitos de seu chefe político à frente do governo da Bahia, nomeadamente no setor da produção agrícola.

Há que criar a riqueza suplementar e é o que temos feito, dobrando, em cinco anos, a produção do cacau, criando a lavoura da mamona, desenvolvendo todas as fontes de produção do Estado, a tal ponto que a exportação para o estrangeiro cresceu em tonelagem, 50%, em cinco anos (MAGALHÃES, 1957, p. 40).

Após narrar, e engrandecer, os atos administrativos de Juracy Magalhães à frente do executivo baiano, Rui Santos destacou as realizações do seu padrinho político na presidência da Companhia Vale do Rio do Doce e na recém-fundada Petrobrás. Neste caso, a narrativa continuou em um tom de apologia das qualidades administrativas do ex-governador e então senador⁴⁴. O convite para a estatal mineradora, por parte do presidente Getúlio Vargas, seria resultado do reconhecimento da competência de Juracy Magalhães:

O sr. Getúlio Vargas insistiu, entretanto, em ter ao seu lado o administrador e tocador de serviços que tanto apreciava e o nomeou presidente da Companhia Vale do Rio Doce, – até aquela época, um insolúvel problema administrativo, – companhia destinada a extrair, transportar e exportar o minério de ferro de ferro, de Minas Gerais. Depois de 5 anos como Legislativo constituinte e membro da primeira legislatura, – ei-lo de volta ao Executivo (MAGALHÃES, 1957, p. 41-42).

⁴⁴ Em 1954, Juracy Magalhães foi eleito senador, após perder o pleito eleitoral para o governo da Bahia, em 1950.

Os resultados, portanto, não demoraram a aparecer, de acordo com a narrativa do memorialista:

A companhia que exportava 600.000 toneladas de minério em 1950, exportaria no primeiro ano de sua gestão pouco mais de um milhão e duzentos mil em 1952; para 66 navios carregados em Vitória, 115 em 1951 e 135 em 1952; o valor do minério exportado subiria a 19 milhões e meio de dólares, quantia que não chegara, em 1950, a 5 milhões; conseguiu melhorar a tonelada de ferro, de 7 dólares para 15,60; os recebimentos em cruzeiros de oito milhões e pouco, em 1950, passariam a 18 milhões, no seu primeiro ano de trabalho e quase 35 milhões, no segundo (MAGALHÃES, 1957, p. 42).

De acordo com Rui Santos, apenas o gênio administrativo de Juracy Magalhães foi suficiente para a resolução dos problemas da Companhia Vale do Rio Doce. Em seu texto não há lugar para levar em consideração fatores como a flutuação do preço dos produtos primários no mercado internacional e o fato de que uma empresa no início das operações nem sempre apresenta os resultados de maneira imediata. O interesse do livro, deste modo, é apenas destacar as características positivas de Juracy Magalhães.

Após a presidência da mineradora, Juracy Magalhães foi novamente convidado por Vargas para assumir uma estatal que visava dotar o país de estruturas para o desenvolvimento do nossa indústria de base. O convite foi, então, caracterizado como um desafio “mais importante que o anterior. Bem mais difícil. O de presidente da Petrobrás” (MAGALHÃES, 1957, p. 42).

Nas memórias, destacou-se novamente a experiência administrativa do personagem em questão e os conhecimentos adquiridos sobre a temática:

O problema do petróleo não era estranho a Juracy. Estudara-o desde o governo da Bahia quando tentou mitigar a nossa sede de óleo com o aproveitamento das jazidas de xisto de João Branco, em Maraú. Debatera-o, na imprensa, numa série de artigos, e depois na tribuna parlamentar. Verificara-lhe, nos Estados Unidos, aspectos novos, inéditos à sua curiosidade (MAGALHÃES, 1957, p. 42).

Apesar do pouco tempo à frente da empresa, devido ao suicídio de Vargas, “como primeiro presidente, organizador e fundador da Petrobrás, sua administração foi realmente excepcional” (MAGALHÃES, 1957, p. 42). Sempre com o objetivo de trazer, para o texto, vozes distintas que dotassem de autoridade as suas memórias da vida pública de Juracy Magalhães. O primeiro testemunho transcrito foi o do engenheiro Plínio Cantanhede,

presidente do Conselho Nacional do Petróleo, na cerimônia de posse do ex-interventor, na presidência da Petrobrás. Segue, então, o desenrolar de palavras laudatórias:

*Representante dos mais legítimos e íntegros da nova geração de homens públicos do país, V. Excia. alia as qualidades inatas de um chefe, já largamente comprovadas, as características de entusiasmo, ponderação, sabedoria, discernimento e capacidade de trabalho, que o trato das coisas militares lhe deu e que a sua trajetória brilhante, em nosso meio político e administrativo, ainda acentuou. A coragem de atitudes, a firmeza de caráter e a honestidade com que V. Excia. sempre soube enfrentar as adversidades em sua já longa vida pública e, o que é mais difícil nos dias de hoje, saber mantê-las nas ocasiões favoráveis, definiram a situação especial com que V. Excia., honrado pela escolha do Exmo. Sr. Presidente da República, vem, com o aplauso de todos, ocupar este posto, da mais alta relevância para os destinos do país. O espírito disciplinado e disciplinador de V. Excia., caldeado através da *brilhante folha de serviços prestados* na carreira das armas, já prestes a atingir com honra e dignidade o seu ápice; a *dedicação ao bem público, a larga experiência política e administrativa* no conhecer os homens e no enfrentar os obstáculos com nobreza e elegância moral, já são patrimônio do país e mormente daquele recanto encantador da nossa terra, tão caro aos sentimentos de V. Excia., e no qual V. Excia. terá agora o fundamento concreto de realidades para lançar-se à consecução urgente de um dos mais altos objetivos nacionais, qual seja a solução do problema do petróleo (CANTANHEDE apud MAGALHÃES, 1957, p. 43). (Grifo nosso).*

O teor do discurso apresentava uma coerência com o conteúdo mais geral apresentado no texto, e, além disso, reforçava o seu caráter apologético. Neste caso, ao se realizar uma abordagem biográfica para justificar o acerto na escolha para o cargo, repetiam-se os mesmos dados sobre a trajetória política do personagem e suas características positivas. Entre os pontos levantados estava o fato de que ele era considerado o representante de uma nova geração de homens públicos do país. A liderança, não era fruto de sua atuação, bem como de disputas e relações políticas com diferentes frações da burguesia e das oligarquias no Brasil e no exterior, como visto nos capítulos anteriores, mas de uma qualidade inata. Era preciso, portanto, destacar a experiência na administração pública, citando longa folha de serviços prestados, além do seu cuidado com o bem público e a experiência política e administrativa. Estes elementos que conformavam a imagem de um político e administrador de sucesso, que se fez por si mesmo, um verdadeiro *self made man*, bem ao gosto de sua admiração pelos Estados Unidos, Ocultando-se, neste caso, qualquer perspectiva de negociação e conflitos entre forças políticas e sociais em disputa pela hegemonia do poder de Estado.

O discurso do seu sucessor na presidência da estatal do petróleo, o coronel Artur Levi, foi mobilizado para produzir uma memória marcada pela repetição de esquemas cristalizados e representativos do passado *juracisista*, eis a declaração:

Como timoneiro de um barco lançado ao mar em sua indecisa viagem inaugural, V. Excia. não deixou apenas um exemplo. Deixou uma lição. Com o seu dinamismo,

com o seu patriotismo acendrado, com o seu senso de responsabilidade, com o seu invejável privilégio de fazer amigos, V. Excia. deixou atrás de si, ao sair desta casa, um rastro luminoso de admiração pela sua esplêndida personalidade. [...]. Como militar, como patriota, como político, como administrador e como homem, V. Excia., Sr. Cel. Juracy Magalhães, tem prestado relevantes serviços ao país (LEVI apud MAGALHÃES, 1957, p. 44).

Os relatos apresentam um tom laudatório, de engrandecimento, destacando-se a figura e as ações do personagem homenageado. O texto apresenta-se com uma pretensão de objetividade e rigor que não resistem a uma análise crítica, pois lançar mão de uma série de documentos para a construção de sua narrativa, não o eximiu de construir um panegírico, uma apologia a Juracy Magalhães. Em linhas gerais, o chefe político foi caracterizado pelo seu biógrafo como um revolucionário que ama a democracia, que gosta do diálogo, dono de uma memória prodigiosa, impulsivo quando provocado, embora rapidamente volte ao normal e esquece a injúria, além disso, possuía os sentimentos de bondade, simplicidade, humanidade e tolerância, e, politicamente, foi marcado como realista e objetivista, possuindo capacidade de antever os movimentos da política nacional (MAGALHÃES, 1957, p.55-70). Acima de tudo, destaca-se a imagem construída do seu rigor administrativo, distinto, principalmente, pela honestidade no trato com os recursos públicos.

A despeito das elogiosas palavras ao seu líder político, independente da sequência de fatos narrados, o texto apresenta a narração de uma série de transformações pelas quais o Brasil e a Bahia passaram entre os anos de 1920 e 1950. Juracy Magalhães foi descrito como um protagonista, que participou ativamente de todos os eventos considerados importantes ao longo do período, tais como: tenentismo, a Revolução de 1930, golpe do Estado Novo, o processo de redemocratização (1945), também a partir de um golpe, a atuação na presidência da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás. Uma leitura desatenta do texto pode levar o leitor a conferir uma importância, além do devido, às disputas entre os diferentes grupos que compunham as frações da classe dominante, em litígio pelo poder na Bahia no pós 1930. As memórias, portanto, silenciam o fato de que ambos os grupos representavam, em geral, um projeto burguês, oligárquico e liberal para o Brasil, e para a Bahia, em particular.

Os fatos narrados não são, necessariamente, os resultados da ação deliberada de Juracy Magalhães, assessorado pelos seus correligionários. Eles são, em última análise, os desdobramentos da ação desse grupo, no sentido de instalar sua dominação no aparelho de Estado. Este domínio se deu em conflito com outro grupo que, derrotado, foi obrigado a lutar pelos seus antigos privilégios. Ou ainda, em uma manobra de acomodação, se adequar às novas regras institucionais de predomínio de outra fração da burguesia.

As memórias construídas podem ser definidas como pertencentes e compartilhadas pelo seu grupo social, ou seja, são as lembranças destas disputas e destes desdobramentos, sob o viés do grupo que passou a denominar-se *juracisista*. Neste caso, foram aqueles que, em um contexto de rearranjo institucional do Estado e das rearticulações entre as frações da classe dominante no pós-1930, buscaram se acomodar em torno do poder e da influência do interventor federal nomeado por Vargas. Na conjuntura em que o livro foi publicado, ainda encontrava-se em evidência a manutenção dos termos desta disputa no seio das classes dominantes da Bahia, embora em um novo arranjo político-institucional.

Na década de 1950, Juracy Magalhães não era mais um jovem tenente a assumir o desafio de estabelecer na Bahia os “ideais” da Revolução de 1930, sob a indicação e autoridade de Getúlio Vargas. Após vinte cinco anos de vida pública, em 1957, ele era General do Exército e Senador da República, depois de romper (1937) e conspirar contra seu antigo chefe político (1945), ser eleito Deputado Federal (1946), perder as eleições para o governo da Bahia (1950), se eleger Senador (1954) e assumir cargos na burocracia estatal, estava com cinquenta e um anos de idade e sua atuação havia extrapolado as fronteiras baianas. A publicação de *Minha Vida Pública na Bahia* teve por objetivo comemorar exatamente esta trajetória, cuja iniciativa partiu dos seus correligionários e apadrinhados, cuja arregimentação ocorreu desde a década de 1930.

Este livro, no entanto, pode ser compreendido para além de uma simples homenagem, pois Juracy Magalhães continuava inserido nas disputas político-partidárias, e, por esta razão, necessitava justificar as suas pretensões através do engrandecimento dos seus feitos do passado. Mais do que relembrar as obras administrativas, a publicação das memórias cumpria um objetivo político do presente e, possivelmente, futuro, pois afirmou Rui Santos: “onde o teremos mais adiante? Quem sabe?! A serviço da Bahia e do Brasil, com certeza” (MAGALHÃES, 1957, p. 45). Neste caso, a publicação, resultado de evocações da memória, apareceu como um elemento que procurava estabelecer uma unidade temporal entre as realizações de Juracy Magalhães até a década de 1950 e a esperança de feitos posteriores.

Sobre esta questão, Fernando Catroga faz referência à operação realizada pela lembrança, que age para construir uma narrativa que estabeleça:

Um continuum cuja coerência existencial unifica os buracos negros da caminhada, isto é, como se, desde as suas primícias, cada estratégia de vida fosse incindível do cumprimento de omnipresente vocação específica: a de se realizar como projecto. De onde o cariz totalizador e teleológico da recordação, pois a retrospectiva, esquecendo-se do esquecimento, cose um enredo finalístico que domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este

foi presente. Em certa medida, ela é – como as outras narrativas que exprimem a historicidade do homem – uma previsão ao contrário (CATROGA, 2016, p. 19).

Enzo Traverso afirma, ainda, que as memórias são conjugadas no presente e as contingências determinam as suas modalidades, tais como “as sucessões de acontecimentos de que se devem guardar recordações (e de testemunhas a escutar), a sua interpretação, as suas ‘lições’, etc.” (TRAVERSO, 2012, p. 18), ressaltando, além disso, a importância da dimensão política. Os processos de rememoração passam pelo filtro das experiências, dos conhecimentos adquiridos e das reflexões posteriores aos acontecimentos (TRAVERSO, 2012, p. 23). O relato memorialístico de um fato é a construção de uma imagem do passado que foi filtrada pelas implicações da sensibilidade, da cultura e das representações identitárias e ideológicas do presente. E, concordando com Benjamim, defende que “o ‘acontecido’ é em larga medida configurado pelo presente, visto ser a memória a ‘estabelecer’ os fatos” (TRAVERSO, 2012, p. 24).

Traverso propõe que cada presente configura uma maneira específica de se compreender fatos do passado e gera, do mesmo modo, os usos políticos destas construções memorialísticas. A memória, portanto, é compreendida como um campo de batalha no qual os mais diversos grupos sociais buscam estabelecer as suas versões dos acontecimentos. Estas disputas são desiguais, uma vez que determinados grupos estão legitimados pelas ações do Estado e buscam garantir a hegemonia de certas concepções do passado.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Manuel Loff fala sobre os “usos políticos da memória coletiva em todas as suas expressões sociais, (...), com motivações políticas e ideológicas, da história da violência e opressão exercida pelo Estado” (LOFF, 2015, p.09), destacando o fato de que a memória tem se tornado cada vez mais compreendida como um “intenso campo de batalha”.

Michael Pollock (1989) destaca, também, a memórias como alvo de disputa pelos diversos grupos presentes na sociedade, ao sugerir que as pesquisas se voltem para os *loci* de conflito e competição entre interpretações que constroem imagens concorrentes do passado. Há uma constatação no desenvolvimento das pesquisas que se debruçam sobre o tema em questão: atualmente existe uma abordagem cada vez mais voltada para as chamadas batalhas da memória e são deixados de lado os traços de continuidade e estabilidade (POLLAK, 1989, p. 4).

Em 1957, Juracy Magalhães se ressentia pela derrota nas eleições para governador, em 1950, fato que atribuía, por um lado, ao jogo sujo dos seus adversários, e, por outro, à traição do povo baiano que não soube reconhecer todas as suas qualidades e esforços na defesa dos

interesses da Bahia. Estes temas, no entanto, não foram abordados no livro, e somente apareceriam nas publicações posteriores. As críticas mais contundentes ficaram reservadas aos adversários já desaparecidos, como, por exemplo, J. J. Seabra. Nesta conjuntura, em plena atividade política, não seria prudente lançar ataques a nomes que, pela própria dinâmica desta, poderiam, porventura, tornarem-se aliados de ocasião⁴⁵. Portanto, o foco principal foi a listagem dos serviços prestados por Juracy Magalhães na vida pública, bem como o destaque para o seu “gênio” político.

As suas derrotas políticas foram devidamente desconsideradas, relativizadas, ou mesmo, simplesmente “esquecidas”, assim sendo, com uma nova disputa eleitoral se descortinando, em 1958, era preciso destacar a habilidade política, a competência administrativa, a disciplina do soldado, o desprendimento e coragem do revolucionário, bem como, para dirimir quaisquer dúvidas, o tornar-se baiano pela devoção a esta terra. *Minha Vida Pública na Bahia* é, ao mesmo tempo, um livro de memórias, uma homenagem a um chefe político, entretanto, não deixa de ser uma peça de propaganda política para alguém que estava na ativa e ainda não havia atingido o ápice de sua trajetória.

Sendo assim, Pollack (1992) considera que, no processo de rememoração, “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203). Esta seletividade é fruto da própria incapacidade neurológica do ser humano em conseguir armazenar todas as informações e de guardar todos os fatos de sua vida, entretanto, no caso do processo de rememoração de Juracy Magalhães, a seleção do que deve ser lembrado e aquilo que precisa ser esquecido é fruto de uma deliberação, uma vez que há intencionalidades naquilo que foi fruto de rememoração e do que carece ser tornado público.

Elizabeth Jelin (2012), concordando com Pollak, também contribui para este entendimento do campo teórico da memória, pois, conforme a socióloga argentina, toda a narrativa do passado implica uma seleção, porquanto, a memória total é impossível. Os apagamentos e esquecimentos são, muitas vezes, frutos da vontade de esquecimento e silêncio

⁴⁵ Exemplos práticos desta questão são inúmeros. Destaquem-se, aqui os casos de Otávio Mangabeira, Antônio Balbino e o próprio Vargas. Em relação ao primeiro, Juracy Magalhães foi adversário no tempo da interventoria, entre 1931 e 1937. No Estado Novo, aproximaram-se e, em aliança tácita, fundaram a seção da UDN, na Bahia. Por conta deste acordo, Mangabeira lançou sua candidatura ao governo da Bahia, em 1946, enquanto Juracy Magalhães concorreu à Assembleia Constituinte e a Câmara dos Deputados. Segundo o ex-interventor, deveria haver uma contrapartida, ou seja, Mangabeira deveria apoiar a sua candidatura ao governo, em 1950, o que não ocorreu, acusando o líder do *autonomismo* de não cumprimento do acordo previamente selado. Em relação a Balbino, Juracy Magalhães rompeu com ele em 1950, reaproximando-se em 1954, em um acordo costurado por Vargas, que envolveu a eleição de Balbino para o governo da Bahia e a indicação de Juracy Magalhães para a presidência da Petrobrás. E com Vargas, a relação também foi marcada por alianças e rompimentos. Foram aliados até 1937, quando romperam. A reaproximação se deu no segundo governo Vargas, quando o ex-interventor foi convidado para assumir a Vale do Rio Doce, o posto de adido militar, em Washington, e a primeira presidência da Petrobrás.

de determinados atores políticos que criam estratégias visando à ocultação e a destruição de provas e rastros do passado, estabelece-se, desse modo, um ato político voluntário que objetiva a manipulação e a construção de versões específicas do passado. Ela conclui discutindo que toda a política voltada para a conservação de determinados traços do passado, toda a preservação de uma memória específica, ao estabelecer a seleção de vestígios, traz a vontade de estabelecer o esquecimento sobre outras versões deste mesmo passado (JELIN, 2012, p. 63).

Juracy Magalhães utilizou-se, significativamente, do exercício do poder político na tentativa de estabelecer uma memória histórica oficial para a Bahia, a partir dos anos de 1930. As suas memórias buscaram definir uma versão deste período histórico construindo uma percepção de que ele seria o personagem central das tramas dos acontecimentos do período. Ele tentou estabelecer as bases narrativas para uma imagem do passado, neste sentido, a memória pode ser entendida como um importante instrumento de interpretação e de dominação, pois há uma relação entre denominação, memorização e organização do saber do passado e a organização do poder (MONTEPERELLI, 2004, p. 44).

Ao serem narradas as memórias do início de sua atuação política na Bahia, foram destacadas a conciliação, a perspicácia e a capacidade de arregimentar apoios, além da modéstia, como suas características fundamentais. Na sua nomeação, lembrou-se que logo procurou as lideranças oligárquicas da Bahia. Sua missão foi considerada difícil, por ser um estado que não conhecia (MAGALHÃES, 1957, p. 51-52). Em suas lembranças se queria representado a partir de uma história de superação e de habilidade política para a construção gradativa de uma sólida base de aliados, destacou, do mesmo modo, que sua popularidade cresceu e mesmo jovem demonstrou perspicácia para lidar com as questões políticas que se colocaram. Nesse ínterim, relatou a criação de um programa de rádio, no qual falava semanalmente à população, aliou-se ao arcebispo D. Augusto Álvares e caracterizou sua memória como prodigiosa que teria ajudado a conquistar a simpatia de que desfrutava (MAGALHÃES, 1957, p. 55).

A habilidade pessoal de Juracy Magalhães, em angariar apoios que se tornaram duradouros nos diversos municípios do interior do estado da Bahia, foi cada vez mais destacada. Elogiou sua própria capacidade em construir alianças e atribui o seu êxito político apenas à sua personalidade e perspicácia política. Descreveu-se como alguém *sui generis* na história: o primeiro governador a visitar todo o interior do estado, e que, devido à iniciativa pessoal ele teria conseguido construir uma tradição que por muito tempo o permitiu ser um líder político longo.

A partir daí, ele estabeleceu um modelo narrativo que o caracterizou como um líder político marcado pela excepcionalidade pessoal, que, pelos méritos e vontade própria, teria conseguido liderar por longos anos um grupo político, e, mais do que isso, sua ação pessoal e deliberada o tornou sinônimo de corrente e tradição política.

Esta estratégia de rememoração revela detalhes escondendo outros, ou seja, ao personalizar a memória de suas ações, Juracy Magalhães omitiu a conjuntura que o possibilitou agir da maneira que agiu. No momento em que superestimou sua capacidade pessoal em tomar decisões e mudar o cenário político local, ele subestimou a estrutura econômica e o poder de pressão dos latifundiários e representantes do mandonismo local. Descreveu o recurso aos membros das oligarquias dissidentes como uma prova de sua capacidade de articulação política, no entanto, omitiu que, aquilo que chamou de revolução, de fato não abalou as estruturas socioeconômicas do país, e, para que ele tivesse a mínima chance de governar, deveria compor com as diversas frações das classes dominantes locais.

7.2. MINHAS MEMÓRIAS PROVISÓRIAS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO PROTAGONISMO POLÍTICO

O segundo livro de memórias de Juracy Magalhães, *Minhas Memórias Provisórias*, foi publicado no ano de 1982, pela Editora Civilização Brasileira. Ele foi fruto de uma série de entrevistas concedidas aos pesquisadores do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, Alzira Alves de Abreu, Eduardo Vasconcelos Raposo e Paulo César Farah, entre fevereiro e dezembro de 1977 e julho de 1979 e março de 1980.

A publicação foi concebida como registro de quarenta anos de trajetória política de Juracy Magalhães no qual os fatos foram evocados e ressignificados por quem os viveu como ator e testemunha, além disso, a sua trajetória na vida pública, seu sistema de pensamento e valores esteve inserido em uma época e em uma realidade que era preciso estudar e compreender, conforme esclareceram os organizadores da publicação. Destarte, os pesquisadores que empreenderam o projeto, descreveram da seguinte maneira: “as informações que ele traz, pela posição e função que ocupou na arena política, permitem esclarecer ou comparar informações que constituirão a base sobre a qual irão trabalhar os historiadores e cientistas sociais.” (MAGALHÃES, 1982, p.17).

As entrevistas que originaram a publicação foram realizadas como uma das fases do Projeto de Pesquisa denominado *Trajétoria e desempenho das elites políticas brasileiras*, que integrou o projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, estando em atividade desde 1975⁴⁶, além da publicação supracitada, serviram como base para a redação do verbete biográfico de Juracy Magalhães que foi inserido no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro⁴⁷.

Este projeto nasceu quase que concomitantemente com o próprio centro de documentação, fundado em 1973. Sua fundação se deu em um momento de efervescência de criação de cursos de pós-graduação no Brasil, fato que gerava a demanda por fontes primárias para as pesquisas empreendidas. Além do CPDOC, neste período foram fundados diversos centros de memória e documentação, destacando-se entre os quais, o Arquivo Edgard Leuenroth, o Centro de Memória da Unicamp, O Instituto de Estudos Brasileiros da USP e a casa Oswaldo Cruz (GONÇALVES, 2007, p. 15). Isto aponta para uma conjuntura em que a necessidade pela guarda e preservação de documentos de arquivo privado se mostrava uma preocupação para o desenvolvimento das pesquisas em ciências sociais e para a salvaguarda da memória de determinados setores da sociedade brasileira.

O projeto apresentou como objetivo compreender o processo de montagem do Estado Nacional brasileiro, e, a partir daí, entender o desenrolar dos fatos que levaram o Brasil à ditadura militar, regime político vigente no momento de sua implantação. As entrevistas foram os subsídios que proporcionaram aos pesquisadores o conhecimento dos processos de formação das elites políticas do país, destacando suas influências políticas e intelectuais, bem como, compreendendo as maneiras pelas quais concebiam o mundo e a realidade nacional. Utilizando-se do método da história de vida, as sessões partiram do início da vida dos entrevistados, atendo-se a temas específicos, eleitos como fundamentais para o entendimento das trajetórias⁴⁸.

⁴⁶ Disponível em < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/programa> >. Acessado em: 18/12/2015.

⁴⁷ O projeto que resultou no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro começou a ser desenvolvido pela equipe do CPDOC-FGV em 1974, coordenado por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. O resultado do esforço de pesquisa e editoração veio a público com a publicação de sua primeira edição em 1984. Esta constou de quatro volumes impressos e 4.493 verbetes. Em 2001 foi lançada a segunda edição do Dicionário, sob a coordenação de Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Esta nova edição contou com a atualização dos antigos verbetes e a inclusão de novos, chegando a 6.620 verbetes e cinco volumes. A publicação desta vez também se deu em uma versão digital em CD-ROM. A partir de 2010, uma nova versão do DHBB foi lançada na Web, de maneira gratuita e aberto a todos. São agora 7.553 verbetes sobre instituições, personagens, eventos e conceitos relacionados à História do Brasil pós-1930. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acessado em: 18/12/2015.

⁴⁸ Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/programa>>. Acessado em: 18/12/2015.

Havia a preocupação em gerar uma compreensão sobre a dinâmica da formação da sociedade brasileira moderna e industrializada tomando como referências temporais a Revolução de 1930 e o golpe civil-militar de 1964. Estes dois marcos, e os eventos que ocorreram no seu interregno, representaram o início e o fortalecimento de transformações que fizeram com o Brasil migrasse da condição de um país agrário e rural, para uma condição de urbanização e industrialização. E o depoimento de agentes históricos que fizeram parte destes movimentos era fundamental⁴⁹.

Os pesquisadores em questão desenvolveram seus trabalhos na área de História Política do Brasil no pós-1930. Alzira Alves de Abreu⁵⁰ trabalha principalmente com a história e biografia das elites políticas do Brasil e com jornalistas e a imprensa no processo de transição democrática. Foi coordenadora do projeto que resultou nas diversas edições do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Neste trabalho, destacaram-se as personalidades consideradas protagonistas no mundo político-administrativo, bem como a história de partidos e movimentos políticos, além de eventos, constituições e constituintes de 1930 aos dias atuais, coordena, ainda, uma série de projetos que têm por objetivo realizar um balanço sócio-político e cultural do Brasil no final do século XX. Eduardo Raposo tem pesquisas principalmente nos temas referentes à Revolução de 1930 e à Era Vargas, bem como pesquisa sobre a história do Banco Central do Brasil e as heranças do golpe de 1964. Assim como Paulo César Farah, que produziu pesquisas acerca dos temas ligados ao tenentismo e organizou e publicou em 1979 o *Guia dos Arquivos CPDOC*.

O CPDOC da Fundação Getúlio Vargas se notabiliza pelo acervo documental, que compreende entrevistas e depoimentos de História Oral, correspondências em geral, iconografias, dicionários biográficos físicos e digitalizados, e os arquivos privados de centenas de indivíduos ligados à vida política do país, desde 1930. Destaque-se, ainda, que grande parte do seu acervo é referente a este evento, possui, também, uma equipe de pesquisadores que desenvolve diversos projetos que abordam variados temas para o entendimento da história contemporânea do Brasil, com proeminência para o seu processo político. Uma temática, em particular, é o carro chefe de suas pesquisas, a saber: a chamada “Era Vargas”, compreendendo suas fases; Governo Provisório; período Constitucional; Estado Novo e o segundo governo Democrático.

São inúmeras publicações, congressos, comemorações em referência ao movimento de 1930. Dentre os mais importantes encontra-se o Seminário Internacional sobre a Revolução de

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/equipe/AlziraAlves> >. Acessado em: 18/12/2015.

1930, que foi promovido pelo CPDOC em 1980, em comemoração ao cinquentenário do movimento. Este Seminário resultou em um Dossiê⁵¹ contendo trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que fizeram um balanço importância e os desdobramentos deste fato para o processo de modernização da sociedade e do Estado Brasileiro.

Suas produções historiográficas foram fundamentais para se estabelecer determinada versão sobre este período da história recente no país. As contínuas abordagens sobre Vargas e suas ações cristalizaram e foram importantes para a construção e perpetuação da memória histórica sobre este personagem, bem como o reforço de se eleger 1930 como marco fundamental para o entendimento da história do Brasil.

Há, neste projeto específico sobre a trajetória das elites, a compreensão de que são determinados indivíduos os responsáveis pelo desenvolvimento de certos temas da História do Brasil. Compreendem-se, neste caso, as elites como protagonistas necessárias para o entendimento da História Política, com destaque para as transformações institucionais no Estado brasileiro. Confundem-se aqui, o processo de formação das elites, representadas pelos seus integrantes selecionados nas entrevistas, com a montagem da estrutura estatal.

A entrevista de Juracy Magalhães foi publicada justamente porque se considerou sua trajetória política como modelar para os fins do projeto, pois, segundo justificativa dos entrevistadores/pesquisadores, ele teria participado ativamente dos fatos da História do Brasil no pós-1930, além de ter ocupado vários cargos administrativos.

A maneira pelo qual os pesquisadores empreenderam as entrevistas busca responder a este objetivo, visto que, a todo o momento o processo de emergência das memórias de Juracy Magalhães esteve ancorado em fatos considerados relevantes para o processo de montagem do aparelho de Estado a partir de 1930. O arrolar de datas, personagens, eventos e instituições, auxiliaram no estabelecimento de um quadro descritivo das disputas político partidárias, transformando seu relato memorialístico em importante depoimento sobre uma época, e, esse era, exatamente, o objetivo pensado pelos proponentes do projeto executado pelos pesquisadores do CPDOC.

Na conjuntura em que foram colhidas as entrevistas, Juracy Magalhães havia percorrido um longo caminho de vida pública, porquanto, ele vivenciou a disputa pelo poder em diversas etapas do processo de instalação do capitalismo industrial no Brasil. Desde a participação no movimento de 1930, à vitória do mesmo, o exercício do poder executivo, os

⁵¹ *A Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília, DF.: Ed. Universidade de Brasília, 1982. 722 p. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

cargos no legislativo e em empresas estatais e privadas foram reiterados continuamente em suas memórias.

Parte importante do seu relato foi destinada a rememorar suas relações e disputas com setores das oligarquias baianas a partir de 1931. A situação inicial de confronto entre o interventor e aqueles que foram retirados do poder pelo movimento de 1930 deu lugar a uma recomposição que foi apresentada em suas memórias como fruto do seu pragmatismo político. O que a narração pura e simples da sucessão de fatos e personagens não deixa claro é que esta situação reflete o esgotamento do projeto político de uma parte dos tenentes e sua acomodação com setores da antiga oligarquia dominante.

Para uma maior abertura nos círculos políticos da capital, destacou que estabeleceu alguns contatos e diálogos com a oposição, além da procura por aproximação com elementos que pudessem conferir-lhe legitimidade à sua atuação. Como, por exemplo, o almoço com Pedro Lago que lhe indicou nomes que se tornaram importantes aliados, a exemplo de Medeiros Neto, caracterizado como um grande companheiro de organização partidária; Altamirando Requião, diretor do *Diário de Notícias* e Marques dos Reis, ex-secretário do Governo Calmon, (MAGALHÃES, 1982, p. 74-75).

Aproveitei esta brecha para conquistar o apoio de muitos políticos, dialogando com eles em conversas de caráter pessoal, mantidas em almoços e jantares informais. Tornei-me um elemento simpático, inegavelmente em razão de minha habilidade no trato, mas acima de tudo porque mantive o mais absoluto espírito de justiça desde o primeiro dia de meu governo (MAGALHÃES, 1982, p.75).

Ele fez questão de reverberar aquelas que eram as características pelas quais queria ser lembrado, como, por exemplo: a capacidade de dialogar com amplos setores da sociedade, imprimindo na conversa certa personalidade e intimidade; a simpatia e justiça com que tratava as pessoas, e, desse modo, ele trabalhou a autoimagem que queria tornar pública. Ele precisava demonstrar que possuía as qualidades necessárias para ser lembrado como um chefe capaz de unir a Bahia, em torno de sua direção política.

Caracterizou a sociedade baiana, naquele momento, como temerosa com os inquiridos e as providencias revolucionárias que foram abertos pelos seus antecessores. No sentido de angariar apoio das lideranças políticas locais, prometeu o fim das ameaças de confisco de bens e prisões arbitrárias, engavetando processos e encerrando represálias. Com estas ações teria conquistado o respeito de elementos como Vital Soares que o elogiou por não ser um tenente truculento a governar a Bahia (MAGALHÃES, 1982, p. 75). Neste caso, ele interpretava como uma concessão pessoal, a sua estratégia de cooptação e enfraquecimento da

resistência dos diversos setores da oligarquia baiana, condição importante para o processo de centralização que estava em curso e do qual ele era um parte integrante.

Ele buscou construir a imagem de um homem público que valorizava o diálogo e que buscava agregar apoios dos mais diversos, inclusive entre seus opositores. Relatou suas viagens ao interior, destacando a novidade desta estratégia política, com a supressão dos intermediários no contato com os chefes locais. Em sua visão, a falta de experiência política era compensada por certo instinto no trato com as velhas raposas políticas (MAGALHÃES, 1982, p. 74-78).

Nessa ocasião, eu já havia arregimentado em torno de mim os principais nomes em atividade na política municipal. Esses elementos ficaram comigo e não recuaram mais. Visitei regularmente os chefes locais, mantendo contato com a população do interior, e atribuo a essa iniciativa grande parte do meu êxito. (...). Ampliei sua experiência, tornando-me o primeiro governador a conhecer todo o interior do estado, e suprimi os intermediários (...). Consegui criar uma tradição de apoio a minha pessoa (...). Estas ligações pessoais me deram um lastro que me permitiu sobreviver mais do que qualquer outro líder na Bahia (MAGALHÃES, 1982, p. 75-76).

A rememoração do processo de formação do PSD foi marcada pela reafirmação do seu modo de proceder com a arregimentação política, a partir da observação da composição e comportamento político na capital e no interior. Ele buscou destacar a diferença entre o seu grupo político e a oposição, sendo assim, esta foi identificada pela sua organização em torno de velhas lideranças políticas e de jovens acadêmicos. Ao formar sua base de apoio identificou sua estratégia de viajar o sertão, através da qual procurou o médico, o advogado e liderança municipal para, em torno deles, construir uma maioria na localidade (MAGALHÃES, 1982, p. 80), além disso, reforçava o apoio a figuras que faziam oposição aos membros das antigas oligarquias, como, por exemplo,

Em Itabuna, dei apoio a Gileno Amado, que chefiava a facção contrária a João Mangabeira, conseguindo obter com este líder local uma estrondosa vitória; em Ilhéus, onde igualmente mandava João Mangabeira, entreguei a chefia a Artur Lavigne, que se elegeu deputado federal após obter legenda por indicação minha (MAGALHÃES, 1982, p. 80).

Deste modo, vangloriou-se de organizar um partido que foi vitorioso nas eleições para a Assembleia Constituinte, o que no seu entendimento, “tornou vitoriosa nas urnas a revolução” (MAGALHÃES, 1982, p. 80), pelo qual, foram eleitos vinte representantes e vinte e dois deputados federais. A maior bancada que um “líder da revolução” levou à Constituinte. Juracy destacou que seus quadros partidários eram formados por personalidades de destaque

na política, nas ciências e na intelectualidade baiana. Era preciso buscar a legitimidade e o reconhecimento que garantiriam o processo de estabelecimento de uma hegemonia política no estado.

Eu tinha em minha bancada sete professores universitários, entre os quais, Marques dos Reis e Clemente Mariâni; o grande filósofo Edgar Sanches; Magalhães Neto, pai de Antônio Carlos Magalhães e professor da Faculdade de Medicina; Homero Pires, professor de direito constitucional; Prisco Paraíso, professor da Faculdade de Direito; Arlindo Leôni e Medeiros Neto, que mais tarde seria presidente do Senado; e João Pacheco de Oliveira, que foi vice-presidente da Câmara. Toda essa gente, de tanta sabedoria política e tanta importância, aceitou a minha liderança, inclusive o líder da maioria Medeiros Neto e o deputado Manuel Novais, que, embora fosse o mais novo dos parlamentares, manipulava com grande sabedoria a política municipal (MAGALHÃES, 1982, p. 79).

Ao mesmo tempo em que relatou sua atuação criando uma imagem de capacidade para lidar com os problemas políticos, ele destacou, novamente, seu sucesso administrativo, lembrando que, após montar o seu secretariado, acionou “a máquina do estado e demonstrei possuir grande vocação administrativa” (MAGALHÃES, 1982, p. 80-81). Em sua lembrança, os dividendos de sua competência administrativa e perspicácia política vieram em forma de mais uma vitória nas eleições de outubro de 1934. Governadores e senadores seriam eleitos indiretamente pelas assembleias estaduais. Na Bahia, o PSD lançou o nome de Juracy, enquanto que os autonomistas lançaram o nome de Otávio Mangabeira. Venceu, segundo ele, de maneira espetacular, principalmente na capital, onde nunca perdeu eleição (MAGALHÃES, 1982, p. 85).

As lembranças da disputa política transformaram-se no signo pelo qual foi narrada a história política da Bahia neste período, a partir de suas memórias, Juracy Magalhães estabeleceu uma espécie de modelo narrativo para este contexto. Pela sua lembrança, a situação política na Bahia na década de 1930 se explicaria apenas pelo dualismo representado pelo seu grupo, aquele dominado pelo tenente forasteiro e o agrupamento representado pela oposição.

Uma administração que se iniciou com a justificativa da necessidade de se consolidar a revolução partiu para a cooptação de prefeitos e lideranças locais, inclusive contando com o apoio dos antigos coronéis. Negligenciando-se deliberadamente a explicação acerca das condições socioeconômicas que ao mesmo tempo permitiram e exigiram o apelo ao apoio daqueles ligados ao mandonismo local. Nesta perspectiva, as memórias desta disputa eleitoral significaram o fortalecimento do processo de estabelecimento do seu nome como uma força política no estado:

O jovem interventor revelou-se um esplêndido político do ponto de vista tático e programático. Seu ataque aos bacharéis dos antigos PRB e PRD, seu cultivo dos principais grupos econômicos do estado e sua força no regime de Vargas quanto ao jogo político de obter favores federais, tornaram-no popular entre os chefes de raízes populares, os coronéis (PANG, 1979, p. 225).

Esta passagem configura-se como um resumo da imagem do passado e a atuação política que Juracy Magalhães construiu. Embora Eul-Soo Pang estabeleça uma crítica, associando as práticas *juracistas* àquelas ligadas ao coronelismo, ele toma como princípio aquilo que já estava construído e difundido pelas memórias, ou seja, sua objetividade e habilidade para lidar com questões políticas. O processo de isolamento das oligarquias tradicionais, e a respectiva rede de apoios construída nas municipalidades. A criação dos institutos para o fomento de determinados produtos de exportação e o conseqüente fortalecimento de grupos que lhe angariaram apoio significativo. Sua relação privilegiada com Vargas, o que dispunha para o favorecimento político de aliados. Todas as ações já rememoradas e transformadas em marcas de sua atuação políticas.

Aí se iniciou o processo de construção de sua imagem pública, as estratégias de exercício de poder foram as condições propícias para que se constituísse uma percepção sobre o personagem e sua ação como homem público, político e administrador. Ir aos recantos mais distantes do Estado, tratar pessoalmente com os prefeitos e com a população mais humilde e sua tão falada memória prodigiosa foram fundamentais para estabelecer uma base de apoio e de construção de sua hegemonia política na política baiana, e, como maneira de provar a sua argumentação, Juracy Magalhães relatou que houve uma comoção popular em sua passagem pela Bahia no início da década de 1940, atribuindo a este evento fortuito um grande significado político, um símbolo da luta contra a ditadura varguista.

Oito anos depois, liquidado o Estado Novo, quando voltei a disputar eleições, fui o candidato mais votado de todo o estado. Aliás, mesmo antes da redemocratização o povo baiano teve oportunidade de demonstrar quanto carinho e respeito me devotava, em 1941, quando passei pela Bahia, a caminho de Recife, onde iria realizar manobras militares. Quando o navio em que eu viajava ancorou em Salvador, recebi a mais consagrada recepção de toda a minha vida. Três armazéns apinhados de gente, reunindo-se numa manifestação de tal vulto que Hélio Silva, em seu livro *Por que depuseram Vargas*, a considera o primeiro ato público de protesto contra o Estado Novo (MAGALHÃES, 1982, p. 104-105).

As memórias de sua atuação política se mantiveram no período pós 1937. Foram relatados no capítulo cinco os processos de conspiração e conseqüente golpe que derrubou Vargas em 1945, bem como a organização da União Democrática Nacional (UDN), as

tratativas para as eleições em 1945 e 1946 e o lançamento do nome do Brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da República. Juracy Magalhães relembrou todos estes eventos destacando a sua participação decisiva para o desenrolar dos fatos. Sobre o clima conspiratório e suas ações de arregimentação de simpatizantes, o ex-interventor afirmou o seguinte:

Após o golpe de 10 de novembro, abandonei o governo da Bahia e aliei-me aos *velhos tenentes que ainda se mantinham fiéis ao espírito revolucionário*, especialmente a *Eduardo Gomes*. Aqui no Rio – isto já em 1945 - , liguei-me também a *Cordeiro de Farias* e *Nelson de Melo*, que depois da guerra, juntamente com *Juarez Távora*, *vinham participando da luta pelo restabelecimento da vida democrática*. [...]. A repressão, embora grande, não me impediu de atuar contra Vargas. Obtive o concurso de políticos locais [em Santa Catarina], como *Irineu Bornhausen* e *Adolfo Konder*, que também estavam conspirando contra o Estado Novo. Além disso, logo após a minha chegada, mantive contato com *Alcidez Munhoz Júnior*, um ex-companheiro de turma, que aliciou novos elementos: o tenente Cramer, Fernando Farias e vários outros, que prestaram inestimáveis serviços à preparação revolucionária, participando das atividades conspiratórias contra o regime implantado em 1937. Em Curitiba, fiz contato com *Artur Santos* e alguns políticos, que mais tarde integrariam a UDN. Finalmente, depois de algum esforço, consegui penetrar na base aérea local, através de um jovem oficial chamado Carlos Matos, mais tarde brigadeiro, que pertencia a uma família baiana muito amiga minha. Enfim, não permaneci de braços cruzados enquanto cumpria minha pena em “Desterro” (MAGALHÃES, 1982, p. 111-112). (Grifos nossos).

Nesta narrativa, Juracy Magalhães, buscando enaltecer a sua participação no processo de derrubada do Estado Novo, também deslindou as redes de ligações entre militares atuantes politicamente desde a década de 1920 e políticos liberais ligados às diversas oligarquias regionais, uma das principais bases da aliança antipopulista que fundou a UDN e perpetrou o golpe em 1964.

Além disso, como em diversas passagens de suas memórias, o “espírito revolucionário”, a conspiração e a tomada do poder foram sempre justificadas como medidas necessárias para a defesa da democracia, conquanto, que o movimento em questão fosse organizado, executado e o regime subsequente fosse dominado pelo seu agrupamento político. Mesmo o depoimento sendo tomando e o livro lançado em um contexto de regime ditatorial cuja instalação e governo contou com a sua participação ativa, a sua avaliação do Estado Novo faz crer que se vivia em plenas condições democráticas e de um Estado de direito:

O Estado Novo, embora tenha dado ao país um governo de autoridade, cometeu excessos. Havia torturas, a polícia realizava centenas de prisões políticas e, com suas arbitrariedades, criava um clima de inquietação generalizado. A imprensa falada e escrita era controlada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que impedia o próprio presidente de tomar conhecimento do que estava ocorrendo sob os seus pés. Nesse clima de compressão política, é claro, não havia como evitar a

ocorrência de fatos que comprometessem a honorabilidade do governo, mesmo salvaguardando a figura de Vargas, que jamais permitiria a prática de atos contrários à sua formação (MAGALHÃES, 1982, p. 114).

Em mais de uma oportunidade ele procurou reforçar a sua capacidade para influenciar os destinos políticos do país, além de destacar a sua tão decantada “convicção democrática”. Como, por exemplo, quando instado pelos entrevistadores se poderia ter agido de maneira diferente em relação ao convite de Vargas para se juntar ao golpe, em 1937:

Essa foi minha atitude. Não posso dizer que me arrependo, pois sou um democrata convicto, mas tenho que reconhecer que o verdadeiro político tem que fazer concessões. Hoje, revendo minha atitude, não sei se agi certo, desligando-me do dr. Getúlio por causa do golpe de 10 de novembro. Adotando uma posição mais discreta, ao lado de Vargas, talvez tivesse influído para restabelecer a democracia mais depressa no Brasil (MAGALHÃES, 1982, p. 106).

E aproveitou, ainda, para lançar um eufemismo sobre a verdadeira natureza da ditadura apoiada, e que, até pouco tempo, ele fazia parte da equipe de governo, denominando-a como um “governo forte”, justificando a sua participação no regime de 1964 com o seguinte argumento: “é mais digno lutar no meio da corrente, tentando dar um curso às águas, do que na margem, apreciando os efeitos do caudal” (MAGALHÃES, 1982, p. 106-107).

Interessante notar que, mesmo ele sendo um dos líderes da UDN, que durante todo o período compreendido entre 1945 e 1964 se notabilizou por uma atuação política notadamente antivarguista e antipopulista, cujo desfecho foi o golpe, nas suas memórias, Juracy Magalhães, em muitas passagens, como nas duas últimas citadas acima, isentou Vargas dos desvios autoritários do Estado Novo, e chegou ao ponto de considerar que teria um poder de persuasão frente ao seu antigo líder político. Esta postura se explica pelo fato de que, efetivamente, ele nunca se identificou com a ala udenista mais radicalmente opositora ao varguismo. Prova disso foi o seu movimento de reaproximação quando do contexto em que assumiu a presidência da Vale do Rio Doce e da Petrobrás, pedras angulares da política industrial de Vargas, à revelia das principais lideranças partidárias.

Juracy Magalhães creditou à sua perspicácia política a decisão de lançar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes como forma de forçar mais rapidamente a queda do regime varguista. Este fato, novamente, foi marcado por uma série de manobras conspiratórias, que, além do lançamento do ex-tenente à disputa da presidência, resultou na publicação da carta de José Américo na imprensa.

A candidatura Eduardo Gomes nasceu da minha cabeça. Em 1945, mesmo sem terem sido convocadas eleições, mandei propor a Virgílio de Melo Franco que as forças políticas democráticas apresentassem o Brigadeiro como candidato à presidência da República (MAGALHÃES, 1982, p. 115).

As memórias de Juracy Magalhães, desde a volta ao regime constitucional, até a sua saída da vida pública, em 1967, construíram a ideia de que estava em curso a sua ascensão como uma liderança política no país. Prova disso é que, somente no contexto inicial deste período de redemocratização, o ex-governador da Bahia se apresentou como o mentor de três eventos considerados relevantes para a disputa política de então.

Além da apresentação de Eduardo Gomes como um nome de conciliação para as forças getulistas, ele fez questão de descrever a maneira pela qual teria sido o responsável pela perda do registro do Partido Comunista e a cassação dos seus parlamentares, quando, em um debate com Prestes, fez uma pergunta capciosa para o líder comunista, e, a partir da resposta deste, criou as condições políticas e a justificativa legal para tal ato. Colocou-se também como aquele que conseguiu articular o apoio da UDN à candidatura Dutra e, mesmo enfrentando resistências de udenistas como Virgílio de Melo Franco, conseguiu a articulação de um governo eminentemente autoritário. Incorporando elementos da UDN no governo Dutra (MAGALHÃES, 1982, p. 119). Juracy Magalhães afirmou que seria mais prudente para o seu partido a chegada gradual ao poder, pois pela sua avaliação, este não tinha condições para romper a força eleitoral da aliança PSD-PTB, portanto, advogava a ideia da construção de uma relação com setores conservadores do PSD, com o objetivo de minar aquela situação e, gradualmente, a agremiação antivarguista teria a oportunidade de chegar à presidência.

Neste percurso, ele recorreu às memórias de seu relacionamento com o partido, tanto em relação aos principais líderes, quanto no que concerne à estrutura e aquilo que julgava ser a principal característica da agremiação política que ajudara a fundar e que chegara à presidência.

O elemento fundador da UDN foi o seu caráter conspiratório e golpista. Sendo assim, de acordo com as memórias de Juracy Magalhães, a “União Democrática Nacional resultou do trabalho conspiratório de oposição ao Estado Novo”. Como este era o seu objetivo mais premente, daí advém sua característica seguinte, neste caso, a heterogeneidade das forças que compunham as suas fileiras. Ao que afirma o personagem em questão:

A agremiação aglutinou dissidentes de todos os matizes, organizando-se, por isso mesmo, como uma ‘união democrática’, e não como um ‘partido’. Dela participaram o tradicional Partido Libertador do Rio Grande do Sul; o Partido Republicano Mineiro, de Bernardes; o ‘autonomismo’ e o ‘juracyzismo’, que desde a Revolução

de 30 se digladiavam na Bahia; a família Konder e seus tradicionais adversários na política catarinense. [...]. A festa de instalação da UDN – [...] – deixou bem clara a heterogeneidade das forças que integravam o partido. [...], desnudava a falta de homogeneidade das forças que se organizavam para extinguir o Estado Novo. *Apesar disso, a UDN prestou grandes serviços à democracia no Brasil*, pois congregou os elementos que pouco depois ajudariam a elaborar a Constituição de 46, imprimindo-lhe um sentido nitidamente democrático. (MAGALHÃES, 1982, p. 118). (Grifo nosso).

A UDN tornava-se cada vez mais um partido elitista, afastado da população e marcado por elementos e posturas reacionárias. E foi exatamente neste processo que Juracy Magalhães, em suas memórias, destacou novamente a excepcionalidade da sua visão política em comparação aos seus pares. Algo que já era percebido em sua análise da tentativa de aproximação com o governo Dutra. Destacou, portanto, aquilo que considerava uma postura renovadora dentro do partido.

Em 1957, quando me candidatei à sua presidência, meu nome simbolizava a ideia de que precisávamos nos popularizar. Lancei o slogan ‘A UDN não é populista, mas faz questão de ser popular’ e levei, realmente, essa ideia à praça pública, obtendo, como resultado, a eleição de onze senadores e vários governadores de estado (MAGALHÃES, 1982, p. 120).

Para tentar provar a sua afirmação alegou que na Bahia as forças políticas que o apoiavam eram formadas pelas camadas mais humildes da população. Além disso, destacou o fato de que foi eleito deputado federal vencendo praticamente em todas as seções eleitorais de Salvador, sendo o parlamentar mais votado da Bahia. Igualmente, atribuiu à sua atuação o fato de Eduardo Gomes ter conseguido uma votação expressiva na Bahia e a UDN ter feito a maioria da bancada baiana na Câmara Federal, em 1946 (MAGALHÃES, 1982, p. 120).

Ainda com relação à UDN, em mais uma oportunidade Juracy Magalhães apresentou em suas memórias aquilo que considerava como a sua capacidade de análise política. Apesar do seu apoio às candidaturas de Eduardo Gomes (1945, 1950) e da de Juarez Távora (1955), ele considerava os candidatos impopulares e sem capacidade para o diálogo e era da opinião de uma postura de conciliação com o PSD, para, a partir daí, conquistar o cargo. Mas, neste caso, era uma voz vencida no partido.

As urnas mostraram que eu tinha razão. Após a campanha [para as eleições de 1950], quando voltei derrotado à Câmara, fui chamado por Afonso Arinos, que me confessou: “No exame autocrítico a que nós, os mineiros, procedemos, você aparece como o brasileiro que melhor viu o problema sucessório”. A autocrítica era uma demonstração de probidade política. Mas de que adiantava? Havíamos perdido as eleições. A verdade é que todos tinham sido contra as “fórmulas conciliatórias” (MAGALHÃES, 1982, p. 124).

Juracy Magalhães fez questão de destacar a sua perspicácia ao dizer que, após o desenrolar dos fatos, os seus aliados reconheceram a pertinência das suas análises da conjuntura política, ao mesmo tempo em que deixou transparecer certa frustração e amargura, quando diz que a autocrítica não era capaz de reverter o quadro de fracasso eleitoral. Este revés foi político e pessoal, pois significou a perda eleitoral em âmbito nacional além de redundar em uma fragorosa e inesperada derrota no lugar que ele se considerava invencível, praticamente o seu curral eleitoral: a Bahia.

Minha coloração brigadeirista tirou-me a votação dos humildes. Todo o proletariado, que era meu eleitor, votou contra mim. Além disso, a ala autonomista do partido, chefiada pelo dr. Otávio Mangabeira, abriu uma dissidência, criando o Partido Libertador na Bahia, que apoiou Lauro Freitas, candidato do PSD. (...), a morte de Lauro Freitas, num trágico acidente aéreo, roubou-me a vitória. Meus adversários, caluniosamente, me atribuíram a responsabilidade pelo desastre. (...) Uma estupidez dessas serviu para me derrotar! À última hora, arranjaram outro candidato, Regis Pacheco, que conseguiu me vencer (MAGALHÃES, 1982, p. 124).

Esta derrota foi tão significativa que, em suas memórias, ele buscou diversos motivos para explicar seu fracasso eleitoral. Primeiro, a pecha de antipopular e elitista que acompanhava o Brigadeiro Eduardo Gomes, que lhe tirou aquilo que ele considerava como seu por direito: o voto do povo baiano. Em seguida, o que ele concebeu como traição da ala mangabeirista da UDN que rachou o partido, tirando o apoio prometido nas eleições anteriores e oferecendo-o ao seu adversário. Ele também utilizou como explicação a calúnia de que teria matado seu adversário. Além disso, o apoio de Vargas ao seu oponente teria liquidado suas chances, pois considerava que o seu antigo chefe político ainda: “exercia um verdadeiro fascínio sobre a gente pobre. Eles não podiam negar fidelidade ao grande inspirador da política de proteção aos trabalhadores. (...), quando se pronunciou contra mim, me derrotou. Vargas ainda era o rei (MAGALHÃES, 1982, p. 124-125).

E, para finalizar, a maneira como ele concebia sua relação com as classes populares, em um misto de paternalismo e autoritarismo, entendia que o povo era culpado por ter dado ouvido a mentiras que foram espalhadas a seu respeito. Assim, a redenção do povo da Bahia teria ocorrido em 1958, que, por um sentimento de culpa, o elegeu governador do Estado, como uma reparação do erro cometido oito anos antes. Dessa forma ele elaborou uma memória sobre estes eventos: “Hoje atribuo esta vitória [em 1958] ao sentimento de culpa do povo baiano, que havia me derrotado em 1950 por um motivo infame e mentiroso” (MAGALHÃES, 1982, p. 150).

Ainda abordando as memórias de Juracy Magalhães sobre a sua relação com a UDN, ele se definiu como um legalista e conciliador, caracterizando o seu partido como radical, sobretudo nos eventos que ocorreram em 1954, 1955, 1961. Sobre 1964, ele procurou justificar sua adesão ao golpe. Esta foi a sua versão e, principalmente, seu julgamento sobre os fatos que redundaram no suicídio de Vargas:

A UDN sempre foi bastante passional em relação a Vargas. O golpe de estado de 37 criou uma mentalidade estatizante que se chocava com o pensamento doutrinário dos futuros udenistas, indiscutivelmente favoráveis à livre empresa. Quando ganhou corpo a luta pela reconstitucionalização, a UDN foi o desaguadouro de todos os descontentamentos e se tornou uma colcha de retalhos. [...]. Eu, pessoalmente, nunca segui essas posições emocionais e procurei agir sempre com realismo político. Acho que o partido deveria ter negociado com Vargas ao invés de leva-lo ao desespero. Confundia-se erroneamente a pessoa de Vargas com a passada ditadura (MAGALHÃES, 1982, p. 136).

Repete-se neste trecho uma espécie de esquema que Juracy Magalhães lança mão para destacar o que ele considerava sua percepção política mais afinada e avançada em relação aos seus próprios companheiros de partido. Contra o comportamento passional e irascível da maioria da liderança da UDN, ele trazia como contrapartida o que chamava de realismo político. Do mesmo modo que ele concebeu a política na Bahia no início da sua carreira política, a partir da tentativa de conciliar os diversos grupos políticos, assim também ele constituiu lembrança desta conjuntura de crise. A conciliação, o realismo, o pragmatismo político e a negociação de conflitos foram concebidos como símbolos de uma trajetória de vida pública, a partir do recurso da memória que procurou a todo instante reforçar estas características.

Em relação à tentativa de golpe organizado pela UDN e por setores antipopulistas das forças armadas que pretendia impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, em 1955, Juracy Magalhães relatou que tinha conhecimento das manobras conspiratórias de seus aliados políticos e colegas de farda, mas se manteve alheio a estas tratativas, pois considerava a vitória do seu adversário de então justa, e, novamente, destacou em suas lembranças que havia alertado a UDN para o fato de que Juarez Távora, candidato escolhido pelos udenistas não possuía muitas chances de ser eleito (MAGALHÃES, 1982, p. 141):

Vitorioso Juscelino, a UDN não se conformou. Os udenistas viviam conspirando, visitando quartéis, mas não sabiam avaliar bem suas possibilidades. Acreditavam que as forças armadas estivessem contra o candidato eleito, porque a Escola Superior de Guerra estava fazendo um movimento grande neste sentido. Enganaram-se. Na realidade, o dispositivo para evitar a posse de Juscelino era tão artificial quanto aquele que em 1964 pretendeu assegurar o poder de Jango. [...]. Mantive-me

à parte destas articulações e limito-me a reconhecer que havia nas forças armadas e no Congresso um movimento para impedir a posse de Juscelino. [...]. De qualquer modo, o fato é que o general Lott, antecipando-se a estas articulações, garantiu a posse do candidato pessedista (MAGALHÃES, 1982, p. 141).

Debruçando-se sobre o fato, aproximadamente vinte anos após este ter ocorrido, Juracy Magalhães retomou as relações entre civis e militares no processo de conspirações e golpes que tiveram lugar na política brasileira, desde, pelo menos, 1930, os quais ele participou ativamente, ou, como neste caso, foi uma testemunha privilegiada. A distância temporal, como em qualquer processo de elaboração de uma versão do passado, possibilitou ao personagem uma avaliação sobre as condições políticas concretas para que o golpe pudesse ser desferido com sucesso pelos seus organizadores. Ele se isentou da participação desse episódio, tal como ocorreu com o anterior.

Ele reconheceu a formação de um bloco golpista, formado então por militares da ESG e membros do congresso. Entretanto, ele assevera que este grupo avaliou mal as possibilidades reais para a concretização de tal intento. Ele destacou que manteve o mesmo tipo de postura em relação à tentativa de impedimento da posse de João Goulart, pelo mesmo bloco, em 1961. Também neste episódio, suas memórias foram marcadas pela ideia da defesa legalidade:

Filiei-me desde o início aos que defendiam a linha legitimista, logo após a renúncia de Jânio, quando surgiram as primeiras notícias de que os ministros militares pretendiam impedir a morte de Jango, declarei à imprensa baiana, em meu gabinete: “Rei morto, rei posto. O princípio constitucional determina que o substituto do presidente da República, em caso de renúncia é o vice-presidente. Então, não podemos fazer outra coisa, senão dar posse ao sr. João Goulart”. [...]. Em todo este episódio minha posição foi de defesa da legalidade, mas, acima de tudo, de absoluta sensatez. [...]. E continuei trabalhando para que se encontrasse uma solução, afinal atingida com a fórmula parlamentarista. Bem ou mal, encontrou-se esta solução efêmera, paliativa, ou o que quer que queiram chamar, mas que serviu de base para acomodar ministros militares e permitir a posse de Jango (MAGALHÃES, 1982, p. 160-161).

Eduardo Svartman (2006) estudando a geração de generais que participou ativamente da política nacional, desde a década de 1920, culminando com o golpe de 1964, lançou uma hipótese que poderia explicar a atitude divergente de Juracy Magalhães em relação aos seus pares, tanto na UDN quanto nos quartéis. Ele identificou algumas situações em que Juracy Magalhães aparecia como uma espécie de exceção à regra, condição explicada por conta de sua longa trajetória de vida pública, distante da sua função de militar de maneira restrita. Sendo assim, Svartman argumentou que a recusa de Juracy Magalhães em participar das tentativas de golpe que intentavam impedir as posses de Juscelino Kubitschek e João Goulart

poderiam ser explicadas pelo fato de que este possuía uma longa carreira política. Além de ter se tornado um importante líder partidário, que lhe impunha certas reservas na tentativa de desqualificação da classe política, argumento comumente utilizado pelo bloco golpista (SVARTMAN, 2006, p. 214).

Por outro lado, também há o fator relevante do contexto de evocação das suas memórias, pois embora ainda se estivesse sob a égide da ditadura, vivia-se o início de uma mobilização social para a volta da democracia e o próprio regime iniciava o seu processo de abertura “lenta, gradual e segura”. Este processo, que culminaria na anistia, nas greves operárias, na campanha pelas diretas e nas eleições indiretas, pode ter influenciado a maneira pela qual o personagem compreendia as suas ações políticas, privilegiando a ideia da defesa da democracia. Comportamento político que passava a ser considerado legítimo por parcelas significativas da oposição liberal e das classes médias.

Juracy Magalhães fazia parte de uma geração de militares que fizeram uma carreira na instituição, aliado a uma forte presença e intervenção na arena política brasileira. Para eles, assim como para o personagem em questão, falar em democracia significava, em grande medida, significava referir-se a um regime político sem povo, ou com uma participação popular dócil que não se confrontasse com a ordem vigente, “enfim, uma democracia sem conflitos” (SVARTMAN, 2006, p. 69).

As memórias da sua segunda passagem pelo governo da Bahia, além de repetidamente lançar luz sobre as suas habilidades políticas e administrativas, bem como para a sua capacidade de costurar acordos com os mais diversos grupos políticos, ele fez uma autoindulgência e relatou que aquele era um momento de maturidade. No qual se mostrara um administrador experimentado:

Neste segundo governo, eu já era um político mais experiente e um administrador de primeira linha, testado na presidência de grandes empresas, como a Vale do rio Doce e a Petrobrás. Imprimi uma nova mentalidade ao governo do estado. Eu me tornara um emérito debatedor dos grandes problemas nacionais e passara a ocupar-me menos das pequenas questões políticas (MAGALHÃES, 1982, p. 150).

Ao mesmo tempo em que discorria sobre os seus feitos no segundo governo, Juracy Magalhães mais uma vez tratou de reforçar o quanto ele prezava pela liberdade e pela defesa intransigente do regime democrático, no Estado da Bahia.

Neste segundo governo, eu criei um ambiente de liberdade política total. *Eu, que na década de trinta tinha sido um personagem controverso, acusado de ser um tenente truculento que prendia estudantes, desta vez não deixei margem para*

qualquer crítica deste tipo. Tornara-me um homem amadurecido bastante para intervir antes que os problemas se agravassem. Não prendia comunistas, permitia a livre circulação de seu jornal e, se por acaso precisava puni-los por algum desrespeito à lei, praticava logo em seguida um gesto de generosidade que encerrava o assunto. Aliomar Baleeiro, um dos mais rigorosos julgadores que conheci, disse-me certa vez que *o sistema democrático nunca funcionara tão bem na Bahia como em meu governo* (MAGALHÃES, 1982, p. 141). (Grifo nosso).

Ele precisava mudar uma imagem que parecia se solidificar desde as ações contra estudantes e jornalistas na década de 1930, quando ainda era um jovem interventor, na Bahia: a de que era um político autoritário e truculento, o que ele muitas vezes atribuiu às campanhas de difamação dos seus adversários na imprensa baiana, principalmente em jornais como *A Tarde*, *Diário da Bahia*, até 1932, e *O Imparcial*, que contribuíram significativamente para a construção de uma imagem depreciativa em sua primeira passagem pelo executivo baiano. A prisão de estudantes e professores, em agosto de 1932, também marcou a sua carreira política e, desde então, sua relação com parte significativa da intelectualidade baiana foi marcada por desconfianças.

Era preciso buscar saída para a resolução desta questão, portanto, uma delas foi estabelecer uma disputa de memórias com seus adversários políticos e reforçar, sempre que fosse possível, o fato de que ele era uma liderança política cuja principal característica era o consenso, o diálogo e a defesa dos ideais democráticos. Para tanto, ele se auto elogiava, assumindo inclusive a voz de terceiros para atestar o seu compromisso com o perfeito funcionamento do sistema democrático .

Juracy Magalhães manipulava a sua memória acerca das relações que mantinha com os comunistas, no trecho acima, ele destacava a sua “tolerância” para com a atividade política dos comunistas baianos, chegando ao que ele considerava um grande gesto de “generosidade” ao “permitir” que o jornal do PCB baiano circulasse, mesmo na clandestinidade.

Apesar de suas memórias enfatizarem suas posturas democráticas e em defesa da legalidade e da manutenção da ordem constitucional, Juracy Magalhães apresentou uma série de justificativas que explicariam a sua posterior adesão ao bloco golpista que derrubaria o presidente João Goulart no exercício legítimo do seu mandato. Assim ele narrou o seu processo de adesão ao movimento conspiratório e ao golpe:

Uma vez no poder, Jango praticou verdadeiros desatinos políticos. Gostaria que ele, mesmo realizando um péssimo governo, chegasse ao final do seu mandato. (...). Não pude, entretanto, manter esta postura até o final. *Os acontecimentos de 13 de março, o comício dos metalúrgicos, o comício dos sargentos, tudo isso fazia parte de uma agitação nacional destinada a preparar o golpe de estado que seria desfechado por Jango. Não tenho dúvida de que, se esperássemos um pouco mais, ele dissolveria o congresso e implantaria a “república sindicalista” com que sempre sonhou.* O 13

de março marca minha adesão às hostes revolucionárias. Nesse dia, quando assisti pela televisão Osvaldo Pacheco, no comício da central, dando instruções ao presidente, não pude continuar do lado de fora. Era demais. *Um militante comunista dando ordens ao presidente da República, o Partido Comunista no poder. Isto eu não podia engolir.* Disposto a conspirar, dirigi-me à casa do general Ademar de Queirós para entregar a Castelo Branco uma lista de onze oficiais da reserva e um da ativa – Ernesto Geisel -, que pretendiam aderir à revolução (MAGALHÃES, 1982, p. 163). (Grifo nosso).

Juracy Magalhães, neste excerto em que ele apontou as razões que o levaram a conspirar contra João Goulart, apenas lançou mão de uma série de esquematismos que o militares construíram para justificar as suas atividades conspiratórias e o golpe. Ele repetiu a maneira pela qual a memória dominante sobre este fato foi construída e disseminada na arena pública. Neste sentido, as imagens do passado em suas memórias evocadas e publicadas se articulam e são engendradas pelos pensamentos dominantes, ou, parafraseando Marx, as ideias das classes dominantes constituem-se enquanto memórias dominantes (MONTESPERELLI, 2004, p 44). Sendo assim, na disputa pelo poder de definir os sentidos do passado, de tê-lo sob o controle das classes dominantes, algumas memórias construídas e reconstruídas são constantemente ressaltadas e reafirmadas numa operação para torná-las perenes, enquanto outras são alvos constantes de um processo sempre renovado de apagamento e silenciamento. Percebe-se, então “a existência de um controle do uso da memória valendo-se da necessidade de manutenção e/ou reprodução de determinadas relações sociais.” (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011, p. 101).

Estas questões estão articuladas com as necessárias lutas políticas que se estabelecem tendo as memórias por objeto. Os sentidos do passado são sempre alvo de disputas e estão sujeitos às mudanças e reinterpretações que estão relacionadas com as intencionalidades dos grupos envolvidos nestas. Neste sentido, destaca-se que o sentido do passado é ativo e, portanto, alvo de confrontações entre atores políticos e sociais, que o transformam em objeto de luta partidária. O propósito dos grupos em disputa é “estabelecer/convencer/transmitir uma narrativa, que pueda llegar a ser aceptada.” (JELIN, 2012, p. 71).

É possível entender Juracy Magalhães, aliado à reflexão desenvolvida por Jelin, como um ator político e pertencente a um grupo social que esteve envolvido nas disputas pelo poder do Estado e que se envolveu na intervenção e no trabalho de construção e formalização de memórias. Ele se envolveu em lutas que buscavam afirmar que a verdade de suas memórias era legítima estando posicionado, social e politicamente, entre aqueles que: “luchan por el poder, que legitiman su posición en vínculos privilegiados con el pasado, afirmando su continuidad o su ruptura” (JELIN, 2012, p. 72).

Seu papel como agente do Estado, desempenhando diversas funções em seu aparelho, e responsável pela difusão de sua ideologia apresenta “un papel y un peso central para establecer y elaborar la ‘historia / memoria’ oficial” (JELIN, 2012, p. 72). O objetivo seria se voltar para, e compreender, os “conflictos y disputas en la interpretación y sentido pasado, y en el proceso por el cual algunos relatos logran desplazar a otros y convertirse en hegemónicos”. (JELIN, 2012, p. 72).

Elizabeth Jelin também que definiu que as disputas sobre os sentidos do passado se iniciam ainda no calor do momento, quando o acontecimento, fruto de conflitos, ainda está em andamento. Em geral, em momentos marcados por conflagrações, guerra civil, golpe de estado, enfim, algum movimento que gere uma alteração nos quadros institucionais, aqueles que saíram como vencedores tentaram interpretar a sua ação, e o acontecimento proveniente dela, como um fato que possuía uma ligação necessária com um processo histórico de longa duração (JELIN, 2012, p. 76).

Em geral, as declarações oficiais destes vencedores, além daquilo que é tornado público sobre o fato para o conjunto da população, já traz um sentido, uma elaboração sobre o significado do acontecimento. Esta construção geralmente apresenta uma visão salvadora e heroica de si mesmo. Neste caso, para a compreensão de um discurso que se produz sobre o passado, passa, necessariamente, pela compreensão de que este mesmo discurso se construiu já no momento mesmo do acontecimento e se foi ressignificando a depender da correlação de forças que se estabeleceram em diferentes conjunturas (JELIN, 2012, p. 76).

As memórias de Juracy Magalhães, como mostradas até aqui, estão marcadas pela sua participação em eventos considerados fundamentais na memória histórica nacional e isto já engendrou a maneira pela qual produziu os sentidos desses. E mais que isso, estes, como até aqui se percebe, são objeto de disputa. Uma vez que:

Los momentos de cambio de régimen político, los períodos de transición, crean un escenario de confrontación entre actores con experiencias y expectativas políticas diferentes, generalmente contrapuestas. Y cada una de esas posturas involucra una visión del pasado y un programa [...] de tratamiento de ese pasado en la nueva etapa que es definida como ruptura y cambio en relacion con la anterior (JELIN, 2012, p. 77).

Sendo assim, no trecho citado das memórias de Juracy Magalhães, não faltaram lugares comuns que, por força da ideologia dominante, acabaram por ser transformados em verdades absolutas pelo bloco golpista e os seus aliados: as ameaças comunistas que estavam

se infiltrando em profusão no governo; as manobras “golpistas” do presidente que estava em vias de instaurar a “República Sindicalista”; a “desordem” provocada pelos operários.

De acordo com a análise de Svartman, na conjuntura de radicalização política, principalmente a partir de 1961, as reformas políticas de cunho nacionalistas seriam reinterpretadas pelos militares à luz dos esquematismos da guerra fria, além do fato de o anticomunismo se tornar um importante elemento de convergência entre os generais de 1964 (SVARTMAN, 2006, p. 212).

Ainda segundo a perspectiva de Svartman, o temor da mobilização popular, representada pelos movimentos dos trabalhadores urbanos e rurais e pelos estudantes, foi um importante fator que contribuiu significativamente para que aqueles militares que mantinham uma postura legalista em 1954, 1955 e 1961 revertissem a sua posição. Destarte, saberes, discursos, referências e atitudes que constituíam os princípios de classificação do mundo e de formação das disposições da corporação castrense para agir ganhavam uma formatação doutrinária explícita, reforçada pela crença na eficácia do emprego de métodos violentos e extralegais para a conquista de posições políticas (SVARTMAN, 2006, p. 216).

O mesmo autor destacou que a autoimagem produzida pelos militares é um fator importante para dotarem as suas ações de razão. Destaca-se, portanto, a ideia de que a sua formação era estritamente profissional e técnica, supostamente livres de engajamento político partidário. Além disso, os generais de 1964, muitos deles também tenentes da década de 1920, possuíam a crença arraigada de que eles eram a própria encarnação da nação brasileira e os únicos e verdadeiros defensores do Brasil. Pensavam e agiam como se fossem um grupo excepcionalmente qualificado e moralmente superior, autoproclamavam-se como escolhidos para uma missão regeneradora do país (SVARTMAN, 2006, p. 96-99).

A categoria social dos militares se constitui como uma referência fundamental para o processo de construção das memórias de Juracy Magalhães. De acordo com Pollak, as suas memórias foram enquadrados a partir das concepções do passado construídas nos quartéis.

Há, por parte de Pollak, a busca por indícios, na produção de Halbwachs, da possibilidade de uma abordagem diferente do conceito de memória coletiva. Neste caso, ele propõe leituras que destaquem “os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p. 4). Inverte o sinal halbwachiano e “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, p. 4). Por sua vez, ao abordar a perspectiva de uma memória enquadrada, Pollak destaca a necessidade de intenso trabalho de organização por parte da memória que se quer dominante. A memória que se torna oficial necessita de credibilidade para ser aceita pelo

conjunto da sociedade, pois a imposição forçada pura e simples não produz o objetivo almejado, qual seja: fazer com que todos se sintam integrantes de uma grande comunidade chamada nação a partir de um conjunto de referências comuns ao passado.

A essa organização de uma memória nacional que se concebe como coletiva Pollak deu o nome de trabalho de enquadramento da memória e assim o analisou:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. / Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estado), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência. É portanto absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso, em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva. Quem diz "enquadrada" diz "trabalho de enquadramento". Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. (POLLAK, 1989, p. 9).

A partir desta citação, podem ser retirados importantes apontamentos teóricos para a reflexão sobre as memórias de Juracy Magalhães, pois indica o problema das funcionalidades da memória coletiva que é fortemente instituída, a exemplo da memória nacional. Isto diz muito sobre o caráter das memórias de Juracy Magalhães, marcadamente implicada e comprometida com elementos de uma memória histórica da nação, portanto, esta se configura, em Pollak, como a operação coletiva dos acontecimentos e de suas interpretações que se quer manter. O objetivo de toda esta operação é a tentativa de definição e reforço de sentimentos de pertencimento e fronteiras entre os diversos tipos de grupos sociais.

Juracy Magalhães, enquanto integrante de grupos e instituições dentro da sociedade, recorreu ao passado como possibilidade e estratégia para manter a coesão destes. Além desta função, as memórias também agem com o objetivo de definir o lugar dos grupos no conjunto da sociedade, sua complementariedade, mas também, buscando estabelecer as suas oposições.

São as principais funções de uma memória construída coletivamente a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras do grupo, e, se essa noção de grupo for expandida para a caracterização do Estado-Nação, isto fica mais patente. Voltando mais uma vez à referência das memórias de Juracy Magalhães, percebe-se como ele se colocou na posição de salvaguarda das tradições deste agrupamento, neste caso, partiu-se do princípio de que o

trabalho de enquadramento agiu para gerar uma memória que silenciasse as demais, ou ainda, estas deveriam se alinhar à versão do passado dominante.

O enquadramento exige sofisticado trabalho de convencimento porque a simples imposição de uma memória que seja representativa do todo social apresenta limites quanto à sua aceitação. A relação entre o enquadramento, a necessidade de convencimento e, os limites deste, tem uma ligação intrínseca com o papel da história no processo de conformação das memórias.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p. 9,10).

Neste excerto destaque-se a importância do papel desempenhado pela história no trabalho de enquadramento da memória, uma vez que, o material fornecido pela história se torna matéria-prima fundamental para a conformação das memórias de acordo com cada presente. O recurso à história se faz necessário para que as reinterpretações do passado ganhem foros de legitimidade, apresentem sinais de credibilidade e afastem qualquer dúvida de falsificações e mistificações.

O trabalho de enquadramento da memória, como descrito e analisado acima, não é essencial, não existe por si mesmo, pois, é fundamental a presença de pessoas habilitadas, mais do que isso, autorizadas a construir as versões do passado e imagens que as organizações e agrupamentos políticos e sociais querem disseminar, tanto para o público interno, quanto para o externo. Neste sentido, pode-se pensar Juracy Magalhães como um personagem que se apresenta habilitado para assumir esta função.

O fato de ele ter sido ator e testemunha de acontecimentos considerados relevantes para a história e para a vida pública do Brasil, o autorizou a produzir novas versões da história, a ressignificar o passado nacional. O contar de viva voz e julgar as possibilidades dos

acontecimentos passados são decorrentes da autoridade de alguém que experimentou aquelas vivências. Mais do que isso, juntou-se a voz autorizada pela experiência e pelo tempo aos documentos que seriam a comprovação daquilo que foi dito, sendo assim, a autoridade do documento reforçou a palavra autorizada.

Este controle da memória se efetua a partir de diversos mecanismos, tais como a escolha de testemunhas autorizadas, o acesso aos documentos, às atividades daqueles que Pollak denominou de “pesquisadores da casa” e os rastros deixados pelos objetos materiais (POLLAK, 1989, p. 10).

O trabalho especializado de enquadramento que defende e impõe uma memória coletiva é alvo de sucessivas ações que têm por objetivo a formação, a reorganização e os rearranjos da mesma. Elas são fatores de aglutinação, de estabilidade e de manutenção da estrutura do tecido social, deste modo, “o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural” (POLLAK, 1989, p. 11). Isto quer dizer que o consenso ou dissenso em uma dada sociedade, em uma determinada conjuntura, depende da capacidade que a memória nacional imposta tem de articular e integrar as memórias dos diversos grupos presentes na sociedade (POLLAK, 1989, p. 12).

Após a definitiva adesão ao bloco golpista, Juracy Magalhães, seguindo o esquema produzido em sua rememoração, se colocou na condição de protagonista do processo que desencadeou o golpe, além de destacar as suas tratativas foram responsáveis pela escolha de Humberto de Alencar Castelo Branco para o comando do regime instalado. Ele afirmou que foi um dos primeiros a articular o nome do Marechal para a presidência, tendo sido o primeiro a procura-lo. Dialogou com os políticos de Brasília, por intermédio de Rui Santos, Luís Viana e Antônio Carlos Magalhães e acompanhava, através de Carlos Lacerda, as articulações com os governadores mais ativos (MAGALHÃES, 1982, p. 172).

Após as memórias de sua participação na articulação que escolheu Castelo Branco na presidência, logo depois do golpe, Juracy Magalhães voltou-se para a sua atuação em diversas frentes, neste governo. Apontou, primeiramente, para a sua importância no estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, no exercício do cargo de embaixador, em Washington:

Quando Castelo Branco organizou seu governo me perguntou se aceitaria algum cargo. Respondi que não. Nesta época, estava me iniciando na atividade empresarial, satisfeito, trabalhando um pouco para mim e para minha família. [...]. Castelo não demorou, porém, a voltar à carga e me ofereceu a embaixada nos Estados Unidos [...]. A oferta tinha objetivos diplomáticos bem nítidos. O Brasil estava muito endividado [...] e precisava ter em Washington alguém conhecido como amigo dos

Estados Unidos e com fácil acesso aos meios norte-americanos para ajudar a negociar um reescalonamento de nossa dívida e contrarrestar a reação dos círculos liberais daquele país contra a revolução. [...]. Castelo chegou a requerer que minhas credenciais fugissem aos modelos tradicionais para que o governo norte-americano sentisse desde o começo que eu de *fato* ia representar o governo brasileiro. [...], tive de fazer um esforço enorme para levar a cabo minha missão, porque senti a necessidade de conquistar amizades nos mais variados círculos norte-americanos e de divulgar de maneira mais ampla possível as razões da Revolução de 1964 e a obra notável que vinham realizando o presidente Castelo e sua equipe. [...] (MAGALHÃES, 1982, p. 174-176). (Grifo do autor).

Juracy Magalhães apresentou-se como um personagem fundamental para a política de legitimação do golpe, em relação aos Estados Unidos, bem como, ressaltou a sua importância como negociador para tratar de convencer políticos e empresários estadunidenses a renegociar a dívida brasileira. Em contrapartida, ofereceu o irrestrito alinhamento do Brasil aos interesses da potência imperialista, gesto sintetizado pela sua célebre frase: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

Além disso, apesar de mostrar-se refratário à participação no governo de Castelo Branco, ele se apresentou como aquele seria o mais capacitado para o cargo, pois era um conhecido amigo dos Estados Unidos e alguém com fácil acesso aos círculos de poder neste país. Uma memória que certamente contribuiu para reforçar a sua imagem como um político/militar *americanófilo*, cuja defesa da confluência de interesses entre os dois países não era apenas uma questão de retórica, pois, de fato, Juracy Magalhães apoiou e viabilizou o envolvimento, mesmo que simbólico, do Brasil, na Guerra do Vietnã e a participação efetiva na intervenção militar liderada pelos Estados Unidos na República Dominicana, que foi justificada para evitar a ocorrência de uma nova Cuba no continente americano.

O caso da República Dominicana foi muito diferente, a começar, no que concerne ao Brasil, por ter ocorrido em nosso continente. Assim, não é de estranhar que o Brasil tenha participado da operação militar, pois aquele país estava para ser dominado pela infiltração comunista, como ocorreu em Cuba, [...]. Se não tivesse havido a intervenção militar aprovada pela Organização dos Estados Americanos, não tenho dúvida de que a República Dominicana, [...], se teria transformado numa segunda Cuba (MAGALHÃES, 1982, p. 184).

Essa explicação estava em conformidade com a reorientação da política externa do Brasil que teve lugar a partir de 1964, já discutida no capítulo anterior. Resumidamente, ela pautava-se pela ideia de um mundo bipolarizado no contexto da guerra fria e definia que o Brasil deveria, incondicionalmente, portar-se ao lado do chamado “mundo livre”, capitaneado pelos Estados Unidos, e, portanto, era preciso agir para combater a influência do comunismo

internacional, que atuava do mundo através do subterfúgio das chamadas guerras subversivas, anticoloniais e de libertação nacional.

Há, nos excertos acima, também, uma relação fundamental com o processo de formação militar e política de Juracy Magalhaes ao longo de sua trajetória, conforme definido anteriormente, as suas memórias foram conformadas, entre outros elementos, a partir de sua pertença à instituição militar, portanto, muito do seu processo de rememoração foi indelevelmente marcado pela sua trajetória em conjunto com os seus colegas de farda.

Destarte, destaque-se o que Svartman (2006) considerou como um processo de internacionalização do exército brasileiro, nomeadamente marcado pelo estreitamento das relações com os Estados Unidos. Podem ser consideradas marcas deste movimento de aproximação, a constante presença de oficiais brasileiros em cursos de atualização nos Estados Unidos; participação em órgãos de cooperação militar sob a coordenação estadunidense e o estabelecimento dos canais de acesso à “comunidade de segurança” dos Estados Unidos, através dos organismos internacionais de cooperação militar e defesa. Militares passaram da mesma forma, a ocupar importantes cargos na área da diplomacia, Juracy Magalhães, por exemplo, foi adido militar e depois embaixador neste mesmo país e Ministro das Relações Exteriores. A interação contribuiu para a conformação de um entendimento da realidade nacional e internacional: anticomunismo e adoção do discurso do mundo livre e defesa da democracia a partir do enquadramento na polarização gerada pela guerra fria (SVARTMAN, 2006, p. 161-166).

Svartman (2006) apontou ainda para o fato de que houve uma rápida assimilação da doutrina militar estadunidense, o que consolidou a simpatia pelos Estados Unidos entre o oficialato brasileiro, entre os quais, novamente, destaque-se o exemplo de Juracy Magalhães. Neste sentido, os oficiais adotaram o discurso em que se destacava o problema da expansão soviética e do alinhamento do Brasil ao ocidente livre e cristão, na defesa contra a agressão comunista (SVARTMAN, 2006, p. 171-177).

Após a passagem por Washington, na condição de embaixador, Juracy Magalhães rememorou o fato que, em sua concepção, o colocava como uma espécie de salvador do regime. Neste caso, ele passou a relatar, ressignificando, a sua experiência como ministro da Justiça, a partir de mais um convite de Castelo Branco:

Em conversa com o presidente Castelo no Rio de Janeiro, chegamos à conclusão de que minha participação no governo seria mais importante no Ministério da Justiça, pois a missão revolucionária mais grave naquele momento era a superação da crise irrompida com as eleições estaduais, nas quais a oposição tinha logrado dois grandes triunfos. [...], fui chamado para apagar um incêndio e jogado de paraquedas no meio

do fogo, [...]. Realmente era uma missão delicadíssima, e a ela me dediquei até a exaustão física, embora tenha permanecido apenas três meses no cargo (MAGALHÃES, 1982, p. 189-190).

Se, anteriormente, ele relatou sua ida para embaixada nos Estados Unidos como sacrifício para o bem da nação e da “revolução”, sua memória deste episódio o colocou na condição de salvador da manutenção do processo revolucionário, em um momento de crise ameaçadora, seguindo o modelo da autoimagem que os militares construíram de condutores da regeneração nacional. A seguir, relatou as suas ações mais efetivas à frente do ministério da Justiça:

Tentei primeiro restabelecer a frente revolucionária, trazendo de novo para o seio do governo três governadores-chaves – Magalhães Pinto, Ademar de Barros e Carlos Lacerda -, que por diversos motivos se haviam desavindo com a equipe governamental. (...). O fato é que não consegui atrair aqueles governadores para o aprisco do governo. [...]. Tentei convencê-los [líderes do PSD e do PTB, para, por meio do Congresso, aprovar medidas que o governo julgava necessárias para o fortalecimento da “revolução”], primeiro por bem, mas depois, esgotados meus argumentos, disse: “A revolução não pode parar. Estou pedindo que me ajudem a abrir um caminho legal para onde o governo possa passar. Vocês negam a colaboração, esquecidos talvez de que nós temos *bulldozers* para rasgar a estrada por conta própria”. Disse isso e mostrei que poderíamos recorrer a novo ato institucional para facilitar a tarefa do governo. [...]. Baldados os esforços no sentido de conseguir uma solução de comum acordo com os políticos, passei a coordenar, no ministério da Justiça, a edição do ato institucional que veio a ter o nº 2. A orientação jurídica do instrumento coube ao professor Nehemias Gueiros, sendo ouvidos, entretanto, inúmeros professores de direito e vários políticos, entre os quais, Carlos Medeiros da Silva, Francisco Campos, Aliomar Baleeiro, Luís Viana, Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel e Osvaldo Cordeiro de Farias. Muita gente foi ouvida e muita gente opinou (MAGALHÃES, 1982, p. 190).

Juracy Magalhães apelou para as razões da “revolução” para justificar a escalada autoritária do regime. Neste sentido, destaquem-se alguns dos principais problemas relacionados às diversas crises que ocorreram durante toda a ditadura. O rompimento do bloco golpista com as crescentes críticas e afastamento de alguns dos principais líderes civis do golpe, a exemplo dos governadores de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara, aliado à pretensão deste último torna-se presidente, o que ia de encontro com a realidade dos fatos, representada pelas manobras continuístas dos militares. Por outro lado, a tentativa de romper com a hegemonia representada pela aliança PSD-PTB, cujo sucesso eleitoral era considerado responsável pelo caos político do país, e, finalmente, a estratégia política dos militares que consistia em continuar na direção do Estado, aliada à necessidade de estabelecer uma espécie de lastro institucional, mesmo que para isso as regras do jogo fossem constantemente alteradas para garantirem a manutenção dos generais no poder.

Apesar de conceber, a partir da memória, a sua ação como um gesto de salvação da nação, Juracy Magalhães deixou transparecer o autoritarismo, a ausência de diálogo, a desconfiança com o legislativo e a tutela do processo político pelos seus pares, os generais.

Em seguida, ele relatou o principal efeito de sua ação enquanto ministro da Justiça, a instauração do bipartidarismo: “O Ato Institucional nº 2 tinha sido realmente uma vitória dos militares. (...). Insatisfeitos, entretanto, alguns setores militares continuaram a pressionar por novas medidas de endurecimento” (MAGALHÃES, 1982, p. 191). Neste relato, ele deixou aparecer o fato de que havia tensões, não somente entre civis e militares, mas que os quartéis eram, também, focos de frequentes tensões que contribuía significativamente para a ocorrência de crises frequentes na ditadura. Novamente, ele fez questão de ressaltar a influência dos Estados Unidos em suas ações políticas: “O objetivo da extinção dos partidos foi o de forçar o bipartidarismo, que é um sistema válido, vigente nas democracias saxônicas, como Inglaterra e Estados Unidos” (MAGALHÃES, 1982, p. 194).

Reproduzindo sempre o modelo do soldado pronto para encarar a missão indicada pelo seu superior (algo que se repete desde a sua participação na Revolução de 1930, passando pela atuação na interventoria federal na Bahia, em relação a Vargas), Juracy Magalhães, após ter desempenhado o papel no ministério da Justiça, atendeu a mais um chamado de Castelo Branco. Dessa vez, para “servir à revolução” no ministério das Relações Exteriores, destacando sempre o fato de que fora chamado para encarar um grande desafio. Para encará-los, Juracy Magalhães destacou aquilo que para ele era uma de suas principais características, a capacidade para o diálogo e a negociação.

Foi, pois, para novo desafio que me convocou o presidente Castelo, o qual, tanto quanto eu, tinha consciência que as divergências no campo internacional não se superam mediante atos unilaterais, sendo necessário, ao contrário, saber transigir na medida e no momento adequados, afim de fazer prevalecer os objetivos nacionais a despeito das pretensões das outras partes (MAGALHÃES, 1982, p. 200).

Em 1966, ano em que assumiu a chefia do Itamaraty, Juracy Magalhães já contava com trinta e cinco anos de vida pública, assumindo diferentes cargos e funções na burocracia estatal, portanto, fez questão de apontar esta experiência como um trunfo para garantir o seu sucesso na nova empreitada.

Quando assumi a direção do Itamaraty, eu já tinha mais de trinta anos de vida política e militar, de modo que estava bem acostumado tanto a comandar quanto a assessorar e complementar a ação de meu comandante. No caso, me cabia secundar um grande chefe, o presidente Castelo Branco, com quem não tinha dificuldade de trabalhar, pois ele sempre definiu com clareza o que esperava de seus assessores,

como fez, por exemplo, em seu notável discurso de 31 de julho de 1964, pronunciando no Instituto Rio Branco, no qual traçou um verdadeiro catecismo para ação de nossa política exterior. [...]. Não me senti um estranho à frente do Itamarati, porque estava muito afeito à vida política, tendo sempre me interessado pelo que se passava fora do Brasil e possuindo e possuindo já alguma experiência de negociação a nível internacional (MAGALHÃES, 1982, p. 201).

Juracy Magalhães retomou, no excerto acima, alguns dos elementos fundamentais que marcaram a construção de sua imagem pública, através do processo de rememoração. A sua capacidade de comando e de condução de um órgão público ou de um projeto político, bem como a de se adequar às exigências dos seus chefes, seja Távora, Vargas, ou neste caso específico, Castelo Branco, ele mostrava-se sempre pronto para executar as tarefas exigidas pelo bloco no poder, do qual era parte integrante. Não à toa, como visto no capítulo anterior, estudiosos da política externa do Brasil, o descreviam como um dos responsáveis pela definição da política externa brasileira, entre 1964 e 1967, ano da sua saída do ministério das Relações Exteriores e do fim do governo Castelo Branco. Marcou, assim, o seu último cargo em uma instância do aparelho de Estado. Ele saiu da vida pública e seguiu carreira na iniciativa, sempre destacando a sua condição de soldado, proferindo uma metáfora significativa para quem sempre esteve a serviço do poder político e econômico: “fui sempre, [...], um dos soldados efêmeros a serviço dos interesses permanentes da pátria. E, como concitou o apóstolo, combati o bom combate” (MAGALHÃES, 1982, p. 214).

7.3. O TEMPO DA EVOCAÇÃO DAS MEMÓRIAS: AS DERROTAS POLÍTICAS, PERDA DE HEGEMONIA E A NECESSIDADE DE DEIXAR UM LEGADO POLÍTICO

Acima já foi discutido o fato de que as versões do passado elaboradas pelo processo de rememoração, em grande medida, são fruto de necessidades e implicações do presente. Sendo assim, contextos diferenciados produzem imagens do passado distintas, uma vez que cada presente lança os seus próprios problemas e exigem respostas diferenciadas.

No contexto de lançamento do livro *Minha Vida Pública na Bahia*, como já abordado, Juracy Magalhães encontrava-se em uma fase ascendente de sua carreira política, estava em um processo de consolidação da sua liderança na Bahia e buscava ampliar significativamente a presença na arena política nacional. Portanto, ele precisava estabelecer a memória de alguém que possuía uma capacidade administrativa e política, para provar que tinha os atributos necessários para se tornar uma figura política de proa em um cenário mais amplo.

Neste caso, por exemplo, quase não aparecem episódios que destaquem as derrotas, inevitáveis neste tipo de trajetória, os conflitos também foram escamoteados, era preciso preservar a imagem de possíveis futuros aliados e deixar as portas sempre abertas para as oportunidades de ganho político.

Nos contextos em que as entrevistas foram realizadas pelos pesquisadores do CPDOC/FGV (década de 1970) e da posterior publicação do livro (década de 1980), Juracy Magalhães já estava afastado do cenário político baiano e nacional. Ele colocava-se como alguém com a autoridade suficiente para contar a sua versão da história do Brasil nos últimos setenta anos, além de não se preocupar por emitir julgamentos políticos dos personagens que fizeram parte dela.

Assediado pelos amigos [...] que de mim reclamavam, com insistência, escrevesse as minhas memórias, dispus-me a deixar sintético depoimento sobre a participação que tive em diversos episódios decisivos para a história do País ao longo dos últimos sessenta anos. Depoimento que evocasse a minha atuação e também fosse retrato desse tempo político e social que vivi com exaustivo empenho. (MAGALHÃES, 1892, p.9)

Era preciso que suas memórias fossem confundidas com a história do Brasil, o que ele acreditava poder justificar pela sua participação ativa na vida política do país ao longo de sessenta anos. O que se torna aparente neste trecho é a necessidade de se inserir em momentos dramáticos e decisivos da história do país e, principalmente, a insistência em destacar o seu protagonismo nestes eventos, tal como analisado até aqui. Além disso, o processo de evocação das memórias gera uma explicação, um discurso acabado sobre a trajetória de vida, seja pessoal, ou pública e profissional. Neste sentido, os pesquisadores do CPDOC/FGV alertaram para o fato de que personagens públicos, em geral, buscam organizar e dar um sentido àquilo que rememoram.

Mas parece que a memória do ator político é mais organizada, estruturada, na medida em que ela é importante instrumento de trabalho – é fundamental que o político profissional armazene informações, detalhes de cada acontecimento de que participou, pois é sobre esse material que ele trabalha, manipula, trama e influencia. Ao mesmo tempo, faz parte de sua profissão ser entrevistado por jornalistas e/ou pesquisadores, ser questionado publicamente por suas ações e sua participação em acontecimentos históricos. Isto o leva [...], a ter um discurso já estruturado, a ter fixada uma imagem para a história. (ABREU; RAPOSO; FARAH apud MAGALHÃES, 1982, p. 19).

Aparece neste trecho a necessidade presente em suas memórias, nas quais ele busca garantir para si um lugar de destaque na história do Brasil. Neste sentido, a construção da ideia de uma vida que se confunde com a história nacional sugere a busca por se vincular a um lugar nesta narrativa de evolução desta coletividade.

Ele, através da narrativa memorialística, procurou determinar um espaço para o seu nome entre os notáveis da história política pós-1930 e isso a partir da construção de uma memória do protagonismo. Em todos os cenários de atuação ele se colocou no centro, desde a conspiração para o movimento de 1930, até as tratativas para o golpe de 1964, passando por sua atuação política na Bahia e na presidência de estatais, além da atuação na diplomacia, ele procurou descrever suas ações a partir desta característica.

A intencionalidade de se registrar uma memória que destaque o seu protagonismo, parte também da busca por perpetuar uma versão própria da história. Nesta, ele estabelece os fatos, lança luz para alguns personagens e tira o foco de tantos outros. Interpreta e reinterpreta eventos considerados fundamentais para o entendimento da história contemporânea do Brasil, decidindo sobre as suas motivações, seus verdadeiros significados e julgando os seus resultados posteriores. Os que conviveram com ele foram postos em uma galeria, a partir da qual foram catalogados segundo a importância que ele lhes atribuiu, portanto, ao analisar estas memórias, percebeu-se que mais do que participante e expectador privilegiado, Juracy Magalhães se arvorou ao direito de julgar, definir, contestar, interpretar e revisar a história do Brasil. Perpetuando-se como um personagem de primeira grandeza através da sua construção memorialística.

Em um mesmo movimento, cunhou, para si e para os outros, a imagem de político conciliador e perspicaz que conseguia antever os acontecimentos e de administrador competente que conseguia levar ao desenvolvimento tudo aquilo em que se envolvia diretamente. Ao relatar as suas experiências políticas, destacou a habilidade em resolver conflitos e encontrar soluções criativas para a resolução de impasses. Representou a si próprio como um administrador operoso que possuía a capacidade de gerar o progresso no Estado da Bahia e nas estatais que presidiu.

A intencionalidade no registro das suas memórias mostre-se em sua necessidade de resguardar vestígios que possam servir como base e substrato a essas mesmas memórias. A presença de documentos anexos, aos livros de memória, como discursos, mensagens, correspondências indicam que Juracy Magalhães conscientemente estava produzindo uma imagem pública que se queria difundir, esta foi constantemente elaborada e reforçada pelas diferentes publicações dos seus registros memorialísticos.

Suas memórias foram evocadas no sentido de inserir o personagem em momentos decisivos da história do país e, principalmente, a insistência em destacar o seu protagonismo nestes eventos. Há neste caso a tentativa de estabelecer uma subjetivação do processo de rememoração e mostra-se presente a necessidade de estabelecer o seu lugar na História do país, para ele a participação pura e simples não foi suficiente, era preciso destacar o protagonismo e a influência decisiva para o desenrolar dos fatos, precisou, portanto, destacar de que maneira sua presença e sua ação alteraram os rumos dos acontecimentos.

No livro *Minhas Memórias Provisórias*, Juracy Magalhães não deixou de relatar os conflitos, e, principalmente, os episódios em que foi derrotado politicamente. Aqui se destacarão duas que podem ser consideradas das mais importantes, pois abordam dois contextos em que Juracy Magalhães poderia ter sido ao menos indicado para a disputa da presidência da República, o que, para ele, significaria o coroamento da sua trajetória, e foi derrotado pela correlação de forças em cada uma das conjunturas. Na primeira delas, ele foi preterido pelo próprio partido que escolheu lançar o nome de Jânio Quadros para a disputa eleitoral, em 1960. Neste período, a UDN já havia perdido três eleições presidenciais para a coligação PSD-PTB. Em suas memórias, Juracy Magalhães afirmou que vivia o auge da sua maturidade política, após passar por quase todos os cargos no âmbito do aparelho de Estado, ele ocupava pela segunda vez o governo da Bahia, depois de ter sido deputado federal, senador e presidente da Vale do Rio Doce e da Petrobrás.

Minha pré-candidatura não era, porém, uma fantasia e tinha antecedentes intra e extrapartidários que a recomendavam, sem falar nos inconvenientes de se atrelar a UDN ao rolo compressor representado por Jânio. Por isso, acho que foi uma tentativa válida e *considero a convenção que escolheu Jânio o ponto mais alto da minha carreira política* (MAGALHÃES, 1982, p. 153). (Grifo nosso).

Ele afirmou, em tom de resignação, que não teria se dobrado às dificuldades, pois discursou debaixo de vaias e apupos, pois lacerdistas e janistas monopolizaram desde cedo os lugares nas galerias, deixando de fora seus aliados. O discurso foi feito a partir das palavras ouvidas dos outros oradores, ele considerou, ainda, que neste dia fez o seu melhor discurso, entre aqueles que já proferiu. Neste caso, a derrota apresentou-se com um caráter triplo. O primeiro, e mais óbvio, refere-se ao fato de ter perdido na convenção partidária o direito de concorrer à presidência. O segundo, não tão aparente, diz respeito ao processo de perda de hegemonia do seu grupo no âmbito partidário, pois a indicação do nome de Jânio Quadros, como afirmam suas próprias memórias, se configurou praticamente como uma imposição do grupo liderado por Carlos Lacerda. A terceira faceta desta derrota apresenta um aspecto tão

político quanto pessoal, qual seja: o seu filho, Juracy Magalhães Filho, no qual ele depositava as esperanças para fazê-lo o seu sucessor, engajou-se na campanha do seu adversário e depois assumiu um cargo importante no governo Jânio Quadros. E para agravar tal fato, este mesmo filho suicidou-se, fato sobre o qual as palavras de Juracy Magalhães, são, sintomaticamente, lacônicas.

Juracyzinho era deputado estadual e estava licenciado para exercer a subchefia da Casa Civil da Presidência da República. Tinha apenas vinte e seis anos e era fascinado por Jânio Quadros. Na época da campanha, liderava, na Bahia, o movimento estudantil pró-Jânio (MAGALHÃES, 1982, p. 159).

Entretanto, mesmo diante de um sentido revés em seus planos políticos, Juracy Magalhães não deixou de ressaltar a sua visão política privilegiada que o proporcionou antecipar os problemas vindouros, neste caso, a renúncia do presidente meses após a posse:

Essa a minha fala [na convenção da UDN], proferida naquele angustioso e difícil momento de minha vida pública. Ela contém trechos verdadeiramente proféticos. No dia da renúncia de Jânio, recebi uns trinta ou quarenta telegramas, vindos de diferentes pontos do Brasil, com os dizeres ‘E agora, José? [...]’. Eu estava inteiramente convicto de que Jânio seria capaz de um gesto dramático, como o que realmente acabou cometendo, de renunciar à presidência. (...), em termos de política, Jânio era um macaco em casa de louça, e ninguém sabia o rumo exato que pretendia tomar (MAGALHÃES, p. 159).

Aqui novamente ele ressaltou, como em outras oportunidades, a partir de uma “previsão retrospectiva”, que possuía uma capacidade de enxergar os fatos de uma maneira que os seus pares não eram capazes de entender e que quando o seu prognóstico se concretizava e as pessoas reconheciam o erro, já era tarde demais para repará-lo.

Juracy Magalhães rememorou que em outra oportunidade novamente poderia ter a chance de assumir a presidência, neste caso, já no regime ditatorial. Ele lembrou que apresentava características que o credenciavam a pleitear ao cargo: detinha uma trajetória política longa; era alinhado ideologicamente com Castelo Branco e o seu grupo; àquela altura, era um general quatro estrelas.

Em suas memórias, entretanto, não há uma afirmação explícita de que poderia ser o preferido do presidente para sucedê-lo, não se sabe se era um desejo projetado retroativamente, em uma situação marcada pela decadência de sua influência política, ou um dado da realidade, mas ele não deixou de levantar esta questão. Ele relatou uma ocasião em que Carlos Lacerda não compareceu à visita marcada em Washington, pois acreditou que ele, Juracy Magalhães, era o candidato à presidência escolhido por Castelo Branco, o que seria

contrário ao compromisso do mesmo em apoiar o nome de Lacerda a tal pleito (MAGALHÃES, 1982, p. 180-181). Um segundo indício desta possibilidade, pode ser entendido a partir da seguinte afirmação:

É verdade que muita gente diz que Castelo Branco estava considerando o meu nome para sucedê-lo na presidência. Certa ocasião, quando soube que eu havia feito uma declaração peremptória de que não era candidato, ele me chamou e pediu que não fizesse isso (MAGALHÃES, 1982, p. 181).

Ou ainda esta, referente ao significado que o mesmo atribuiu ao convite que Castelo Branco fez para que ele assumisse o ministério das Relações Exteriores, o terceiro cargo assumido neste mesmo governo:

Velho político e consciente de que o presidente Castelo me havia chamado para o ministério - (...) -, para me ter como seu assessor, eu não podia deixar de acompanhar os acontecimentos nacionais e dar ao presidente minha colaboração (MAGALHÃES, 1982, p. 210).

Dessa vez, no entanto, novamente foi a correlação de forças, mas no âmbito das divergências internas da corporação militar, que travou as suas pretensões em alcançar a presidência da República.

Quando o marechal Costa e Silva, já candidato ostensivo à sucessão, disse à imprensa, pouco antes de iniciar uma viagem ao exterior, que saía ministro e voltaria ministro, numa declaração que, embora mais tarde fosse por ele interpretada dentro de um sentido acomodado, soou como um desafio a Castelo Branco. Instei, nessa oportunidade, ao presidente que imediatamente demitisse Costa e Silva sob pena de perder o controle sobre ele e ter de aceitar como fato consumado sua candidatura. Castelo não me atendeu, embora não lutasse por qualquer candidato específico, tendo apenas cogitado de alguns poucos nomes – entre os quais o meu - e sendo certo que não era Costa e Silva o preferido, apesar do apreço profissional e da estima pessoal que lhe dedicava. [...], os fatos comprovaram minha previsão de que a candidatura de Costa e Silva só poderia ter sido evitada se o presidente tivesse reagido logo depois do desafio que lhe foi feito (MAGALHÃES, 1982, p. 210).

Uma vez mais apareceu a fórmula da percepção política que foi ignorada pelos seus pares, cujo resultado era sempre a repetição da decepção da derrota, no entanto, esta teve um significado fundamental, pois representou efetivamente o símbolo da sua saída definitiva da vida pública.

Portanto, no contexto da publicação do livro de memórias, Juracy Magalhães já havia experimentado significativas derrotas políticas e estava vivenciando uma evidente decadência política e este quadro se repetia também no âmbito da política baiana. Neste caso, sua influência enquanto um chefe político da Bahia ainda poderia ser medida pela indicação de

Luís Viana Filho para ocupar a chefia da Casa Civil no governo Castelo Branco e depois a indicação do seu filho, Jutahy Magalhães para o cargo de vice-governador da Bahia, em 1967. A partir deste período, a sua disputa pela hegemonia no estado se deu com Antônio Carlos Magalhães, antigo apadrinhado político que, aproveitando a correlação de forças, passou a construir a sua hegemonia na Bahia.

José Alves Dias (2016) afirmou que, em razão da dinâmica de assimetria e descontinuidade dos projetos políticos da ditadura, as correntes tradicionais que dominavam a política baiana e estavam no poder desde a década de 1930, como aquelas dominadas por figuras como Juracy Magalhães, Lomanto Junior e Luís Viana Filho, não lograram êxito em se manter no poder por um período longo a partir de 1964. No máximo, esses líderes mantiveram sua influência até a década de 1970, depois disso, não conseguiram acompanhar todas as transformações que ocorreram nas disputas políticas que tiveram lugar na ditadura.

Ainda segundo Dias (2016), Antônio Carlos Magalhães, aproveitando-se da ausência de Juracy Magalhães e Luís Viana Filho que estavam servindo ao regime em Brasília e/ou no exterior, e assumindo a prefeitura de Salvador e o governo da Bahia, estabeleceu um “sincronismo ideológico” com a ditadura, a partir da seguinte estratégia: “moderou o discurso repressivo e continuísta nas primeiras e últimas eleições [...], mas firmou posição autoritária e conservadora nas eleições intermediárias quando a “linha dura” ocupava o poder” (DIAS, 2016, p. 22).

Juracy Magalhães estava, portanto, distante da vida pública e não mais desfrutando da influência que julgara possuir para influir nos destinos e mudar o rumo dos acontecimentos da história do Brasil. A evocação de suas memórias, seguida da narração e da publicação das mesmas, possibilitou a este personagem, conforme Fernando Catroga (2001),

Preencher os vazios da amnésia, como se o percurso autobiográfico fosse um *continuum*, cuja *coerência existencial* unifica os buracos negros da caminhada, isto é, como se, desde as suas primícias, *cada indivíduo transportasse em si o cumprimento de uma vocação específica*. Daí, também, o *cariz totalizador e teleológico da recordação*, pois a *retrospectiva urde um enredo finalístico que domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente*. Em certa medida, ela é – como outras narrativas que exprimem a consciência histórica – uma *previsão ao contrário*. Portanto, compreende-se que, na anamnese, a história e a ficção se misturem, a verdade factual se miscigene com conotações estéticas e éticas, e que já Halbwachs encontrasse na narrativa memorial uma “lógica em acção”, cujos pontos de partida e de chegada são escolhidos pelo próprio evocador (CATROGA, 2001, p. 21). (Grifo Nosso).

Assim, ao se debruçar sobre o passado vivido, Juracy Magalhães procurou organizar o caos dos acontecimentos em um ordenamento, a partir da narrativa, cujo final já era conhecido, desse modo, apresentou a trajetória política como se fora o desenrolar de um projeto previamente delineado. Neste caso, o sentido de sua vida pública foi compreendido como o cumprimento de uma missão. Pois, ao iniciar a sua narrativa de vida destacando a sua condição de soldado a serviço da pátria, com a Revolução de 1930, foi destacando esta mesma qualidade que ele encerrou o seu relato memorialístico.

Portanto, de acordo com Catroga, as memórias atuam como um elemento fundamental dotar a existência de coerência. Sendo assim, Juracy Magalhães, como um homem que viveu praticamente toda a sua vida na arena política, precisava estabelecer com segurança um ponto de partida e outro de chegada para demarcar a sua trajetória. Pois, a rememoração “não se limita a evocar o passado; ao contrário, ela deseja transformá-lo, de modo a acabar o que ficou inacabado” (CATROGA, 2001, p. 21).

Do mesmo modo, no processo de evocação das memórias, percebe-se que “estas determinam que cada presente construa a sua própria história, não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das necessidades e lutas do presente” (CATROGA, 2001, p. 22). Neste caso, cada conjuntura apresenta as suas próprias batalhas, entre as quais, os sentidos atribuídos ao passado são fundamentais, por isso que alterações nos quadros políticos, sociais, econômicos e culturais engendram a construção de memórias diferentes.

No caso de Juracy Magalhães em que as memórias apresentam significativa dimensão coletiva e relação com a história, a relação dialética entre memória e esquecimento apresentam traços importantes de manipulação e abuso:

Sabe-se que, devido às solicitações do presente, parte deste pode ainda vir a ser recordado, mas a memória estará sempre ameaçada pela amnésia: permanente direito de portagem que a anamnese tem de pagar ao esquecimento. *Ora, se esta dialética tem muito de espontâneo, quanto maior for a dimensão colectiva e histórica da memória, maior será a margem para sua invenção e seu abuso* (CATROGA, 2001, p. 22-23). (Grifo nosso).

Sobre esta questão é importante também a contribuição de Paul Ricoeur (2007), aliás, uma das principais influências teóricas do Catroga, que ressalta que a memória é passível de manipulações e abusos, no sentido forte do termo, resultado que é de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento pelos detentores do poder (RICOUER, 2007, p. 93).

As manipulações da memória se devem à intervenção de um fator complexo e multiforme que interfere significativamente nas expressões públicas da memória: a ideologia. O processo ideológico é opaco, pois permanece sempre dissimulado, inconfessável e mascara-se ao se transformar em denúncia contra os adversários. Os efeitos deste elemento, no processo de rememoração são os seguintes: “distorção da realidade, de legitimação do sistema de poder, de integração do mundo comum por meio de sistemas simbólicos imanentes à ação” (RICOEUR, 2007, p.95).

A ideologia age, portanto, no sentido de justificar um sistema de ordem ou de poder, pois ela gira sempre em torno das relações de poder. A ideologia, neste caso, busca legitimar a autoridade da ordem e do poder, “ordem, no sentido da relação orgânica entre todo e parte, poder, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governados” (RICOEUR, 2007, p.96).

Voltando a Catroga, ele afirma que existem predisposições que podem condicionar os processos psicológicos de seleção do passado, através da rememoração, e estas “são sempre acompanhadas pelo que se olvida, pois, quer se queira quer não, escolher é também esquecer, silenciar e excluir” (CATROGA, 2001, p. 26). Entretanto, esta seleção pode, também, ser fruto de dispositivos ideológicos, que definem, no presente, que passado dever ser ressaltado ou escondido. Neste sentido, Ricouer, esclarece que a ideologização da memória se torna possível a partir dos recursos oferecidos pelos trabalhos de configuração narrativa (RICOEUR, 2007, p.98). Ele definiu a narração do seguinte modo:

Como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da ação. [...]. É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração. [...]. Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece (RICOEUR, 2007, p.98).

Juracy Magalhães que esteve sempre em contato com o aparelho de Estado, em suas diversas instancias, exerceu o poder durante quase quarenta anos. Nesse sentido, o seu processo de rememoração foi marcado por dispositivos ideológicos que buscaram a justificativa para as suas ações como manutenção da ordem. Ao julgar e colocar personagens em prateleiras, alterando-os conforme as circunstancia esteve exercendo a manipulação de uma memória ideologizada.

7.4. O ÚLTIMO TENENTE

O último livro que registrou as memórias de Juracy Magalhães foi publicado em 1996, pela Editora Record, fruto de um longo depoimento concedido ao jornalista José Alberto Gueiros. Intitulada *O Último Tenente* a publicação faz referência ao fato de que àquela altura, o personagem, com noventa e um anos de idade, era o único ainda vivo de uma geração de militares e políticos que, segundo o jornalista, concorreu, decisivamente para alterar os rumos da política nacional (GUEIROS, 1996, p.11). A obra se constitui de uma fala direta de Juracy Magalhães, apesar de a publicação ter passado antes pelo processo de editoração que, a partir da rememoração, foi organizada no sentido de gerar uma coerência e uma fluidez narrativa. Gueiros buscou dotar o texto de um cunho jornalístico, articulando elementos provenientes da memória com dados coletados em pesquisa documental.

A cada um dos elementos factuais que abundam no texto o organizador buscou demonstrar confirmação e veracidade com uma prova documental. Ele empreendeu esta busca em diversos arquivos, tais como, o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, o Museu da República, a Biblioteca Nacional, órgãos de imprensa, além de diversos testemunhos de pessoas que, porventura, conviveram e tiveram relações pessoais e políticas com Juracy. O livro traz, ainda, um acervo de fotografias e imagens que registram diversos momentos de sua trajetória política e agem como suportes ao processo de rememoração.

Por tratar-se de um jornalista, apenas o depoimento puro e simples parecia não ter o peso e a garantia de seriedade e verdade suficientes. Ele necessitou de uma série de anexos e provas documentais para garantir um estatuto de verdade para o relato que editou e publicou. Ao final do livro, em anexo, Gueiros listou as instituições e pessoas responsáveis pela cessão de documentos públicos e privados referentes à Juracy. Depoimentos de amigos, parentes, políticos, jornalistas, empresários, diplomatas também foram listados para completar o quadro que ora se produzia a partir das memórias do personagem em questão.

Para gerar ainda uma maior credibilidade e autoridade aos escritos, as orelhas do livro foram redigidas pela escritora e conterrânea, Rachel de Queiroz⁵². Ela destacou a coragem de, aos noventa anos, Juracy Magalhães permitir que os brasileiros tenham acesso aos seus

⁵² Rachel de Queiroz, além de ser escritora e conterrânea de Juracy Magalhães, também apresentava afinidades políticas com ele, pois de acordo com as pesquisas efetuadas por René Dreifuss (1981) ambos foram ligados ao complexo político/empresarial do IPES/IBAD no contexto marcado pelo desencadeamento das ações dos setores que redundaram no golpe de 1964.

arquivos secretos. Além da sinceridade ao revelar os seus pensamentos e conceitos, o caracterizou como agente e testemunho da história, um crítico da política e da sociedade do seu tempo, depois, listou os seus feitos e os seus cargos no aparelho de Estado e na iniciativa privada.

Apesar desta aparência de cuidado metodológico, o que se percebe na leitura do texto é apenas a ênfase na voz e no monólogo proferido por Juracy Magalhães. O jornalista não especificou seus métodos, nem ao menos disponibilizou em que local se poderia ter acesso ao material bruto das entrevistas. Além disso, a história, neste caso, aparece como instrumento, como pano de fundo para a valorização de uma atuação política. Não há interesse em levantar os conflitos e contradições que porventura possam aparecer em um processo de rememoração. Com a ausência da mediação de um entrevistador, Juracy Magalhães aparece como alguém que, no momento de emergência de suas memórias, teve total controle sobre aquilo que disse, possuindo, portanto, as condições necessárias para construir um passado que fosse confortável, podendo reescrevê-lo e reinterpretá-lo à sua maneira.

O livro apresenta trezentos e oitenta e oito páginas, divididas em nove capítulos. Além dos anexos já mencionados. Segue, em geral, a exemplo dos demais livros, uma sequência cronológica⁵³, na qual as memórias foram organizadas segundo um crescendo temporal e os fatos foram encadeados para destacar a evolução e a ação do personagem na história.

Os tenentes de 1930 foram caracterizados pelo jornalista como os idealistas e lutadores que queriam implantar um sistema verdadeiramente democrático, onde o voto fosse livre e secreto, que houvesse liberdade de imprensa e a garantia do respeito aos direitos humanos. Como sonhadores buscavam transformar o Brasil num lugar onde imperasse a ética, e a justiça e o bem-estar fossem para todos (GUEIROS, 1996, p.11). Foram considerados obstinados, pois mesmo com toda perseguição sofrida, com lealdade e idealismo conseguiram atingir seus objetivos, através da subversão e da conspiração, lideraram batalhas e derrubaram os “políticos carcomidos.” (GUEIROS, 1996, p.11). Segundo o autor, “essa fase de agitação renovadora deu-se o nome de ‘tenentismo’, e quase todos os seus protagonistas, influenciaram de algum modo, a marcha da nossa história.” (GUEIROS, 1996, p.11).

Esta ideia parte de uma premissa marcada por uma perspectiva idealizada de que homens e indivíduos, a partir de suas vontades pessoais, são os responsáveis pela alteração dos destinos de um país. Além disso, aparece aqui uma concepção teleológica da história, que é compartilhada tanto pelo jornalista, quanto pelo depoente. Neste caso, aquilo que é descrito

⁵³ A exceção é o primeiro capítulo, que, como se verá a seguir, é marcado por uma descontinuidade cronológica e idas e vindas no tempo.

como as ideias e as intenções de determinado personagem e/ou agente histórico em questão, suas aspirações declaradas conscientemente, são confundidas como a realidade última, são declaradas como irredutíveis em si mesmas (FERNANDES, 1976, p. 15).

Na construção narrativa do jornalista, o depoimento pessoal de Juracy Magalhães, em um reexame crítico do passado, seria importante para a escrita do livro. Para Gueiros, que produziu o prefácio, ele representava, naquele contexto, uma geração em vias de desaparecimento, da qual, ele era o único sobrevivente. Seria ele o guardião das memórias de determinado grupo social em vias de desaparecimento. Construiu, portanto, a partir do relato memorialístico, o personagem do último tenente. (GUEIROS, 1996, p.11-12).

O que definiu a narrativa das memórias de Juracy Magalhães foi a ideia de uma trajetória de vida pública e atuação política que se confundem com a História do Brasil a partir dos anos de 1930. Os escritos foram caracterizados por aquele que colheu o depoimento como confissão, prestação de conta e testemunho de fatos que conformaram o Brasil contemporâneo. Destacaram-se nos depoimentos a sua participação nos eventos decisivos para a história do país nos últimos sessenta anos, nos quais buscaram evocar sua atuação política, bem como o retrato de um tempo social e político de quem a viveu intensamente, ajudando-o em sua formação. Do ponto de vista da narração factual, não difere em conteúdo em relação aos livros anteriores.

O texto publicado buscou dotar de coerência uma vida, ligando-a aos acontecimentos que, segundo uma memória histórica, ajudaram a modelar a História do Brasil desde a chamada Revolução de 1930, além de compreender e explicar a sua participação na vida política brasileira. Explicitaram-se, ainda, os relatos de um século de vida, que, em muitas etapas, pela construção textual, mais uma vez, foi confundida com a História contemporânea do Brasil (GUEIROS, 1996, p.12).

Neste caso, para se justificar a escolha do personagem e do fio condutor do processo de rememoração, há uma tendência a serem repetidas fórmulas já consagradas na historiografia e na sociologia sobre o papel dos tenentes no processo de transformação da sociedade brasileira, desde pelo menos a década de 1920. O pressuposto básico do livro se sustentou nestas convenções criadas acerca desta “categoria social”⁵⁴ que fazia parte do aparelho estatal.

⁵⁴ Décio Saes compreende os tenentes como uma categoria social ligada ao aparelho de Estado, que, por conta do recrutamento de alguns dos seus membros nas camadas médias urbanas apenas reverberava os anseios sócio-políticos de determinados setores desse grupo social. Continuando sua análise, por conta da formação heterogênea dos setores médios, alguns deles adotaram uma postura anti-oligárquica e pró-fortalecimento do Estado, mas, ainda assim, adotavam uma postura elitista, vanguardista e antipopular. De alguma maneira, este

O que se percebe nas memórias de Juracy sobre esta temática, é que estes esquemas se repetem numa relação dialética entre memória e história. A construção de sua memória sobre este período é informada por dada versão sobre o passado que se estabeleceu, ao tempo em que também contribui para o fortalecimento desta narrativa repetindo e reforçando seus pressupostos básicos. Suas análises sobre o período, em muito coincidem com aquelas estabelecidas por estas produções historiográficas.

Apenas neste livro, Juracy, já centenário, pôde de fato, discorrer livremente sobre suas memórias. O início do capítulo é marcado pelo relato de sua chegada à Bahia para assumir a interventoria em setembro de 1931. Daí ele retrocede um pouco no tempo para relatar suas relações com os líderes do movimento de 1930, Juarez Távora, José Américo, depois, Oswaldo Aranha e finalmente, a esfinge: Vargas. Ao evocar as lembranças do período do seu primeiro governo, aborda também os episódios de violências supostamente envolvendo o seu nome, e o leva para as campanhas para o governo do estado da Bahia nos anos de 1950 e 1958, nas quais foi derrotado e eleito, respectivamente. Sem aviso prévio, ele começa a falar do seu nascimento, infância, família, escola até chegar à sua ida para o Rio para cursar a Escola Militar, a partir do qual ele começa a se referir aos tenentes, ao papel do exército e finalmente aos motivos que levaram à eclosão da chamada Revolução de 30. Enfim, uma espécie de caleidoscópio vertiginoso, sem nenhuma ordenação cronológica ou temática.

Mas, é neste mesmo livro que a memória de Juracy se encontra mais ligada à noção de passado útil, que é “o passado normal, funcionalmente relevante, e o passado recordado colectivamente” (FENTRESS & WICKHAM, 1994, p. 174), no qual a recordação se processa a partir de uma narrativa constituída de maneira convencional construída socialmente, que são estáveis no seio de determinado grupo social, que faz com que suas memórias sejam reconhecidas por aqueles que fazem parte deste (FENTRESS & WICKHAM, 1994, p. 199).

Juracy Magalhães, neste caso, parece dotado de uma profunda consciência histórica, de seu papel desempenhado no desenrolar desta história e procurou acentuar as transformações e inventar um passado para marcar sua atuação neste. Ele procurou vincular sua trajetória de vida a fatos que foram eleitos como marcantes na historiografia nacional. Percebe-se que ele se alimenta de certa produção historiográfica para preencher os vazios de sua memória. A ocasião do seu nascimento já foi narrada a partir da inserção de temas da vida política brasileira no início da República,

autor parte dos pressupostos clássicos de Santa Rosa sobre a relação entre classes médias e tenentismo, distanciando-se no que diz respeito ao recorte de classe que empreende em todo o seu estudo sobre classes médias e sistema político no Brasil. p. 66.

Nasci no começo deste século, no dia 4 de agosto de 1905, quando a República era uma jovem adolescente irrequieta de 16 anos ainda mal refeita do sarampo e da caxumba. Ocupava a presidência a República Rodrigues Alves, no seu primeiro mandato. O barão do Rio Branco estreado havia pouco como ministro das Relações Exteriores. No ano seguinte enviaria Rui Barbosa à conferência de Haia, onde o grande baiano transformou-se naquela águia que todos passaram a admirar. Nesse tempo foi decretada a vacinação obrigatória, graças aos esforços do sanitarista Oswaldo Cruz (GUEIROS, 1996, p. 32).

Juracy destacou a coincidência do ano do seu nascimento com fatos que ficaram cristalizados em uma memória histórica nacional. Ao falar da sua família, principalmente a materna, apontou para o século XIX e a participação dos antepassados dos avós maternos nos movimentos de 1817 e 1824 em Pernambuco. Sendo esta também característica presente nos outros livros:

O padre João Ribeiro Montenegro, irmão de meu trisavô, foi esquartejado na repressão ao movimento de 1824. Espalharam os pedaços de seu corpo pelos quatro cantos da cidade para escarmento de possíveis conspiradores e condenação de seu gesto revolucionário. Ele talvez tenha sido uma das figuras mais notáveis da Revolução de 1817 e da subsequente Confederação do Equador, na qual atuou ao lado de um outro religioso, o padre José Martiniano de Alencar, pai do grande José de Alencar (MAGALHÃES, 1982, p. 39).

Portanto, nesse livro também se repete o recurso do acesso a uma memória histórica no sentido de se ancorar o processo de rememoração. Há a necessidade de Juracy Magalhães de justificar suas escolhas e construir as memórias de sua trajetória política a partir de uma versão consolidada da história nacional. Este fato corrobora a tese de que suas memórias são parte, ou conformadas a partir do constructo do passado socialmente convencional e aceitável.

Ele fez parte da conspiração que derrubou o presidente Washington Luís e como integrante do grupo vencedor passou a construir suas memórias sob essa ideia de revolução, ou seja, uma memória construída a partir de um dispositivo ideológico acionado no sentido de ocultar a luta de classes e silenciar as vozes dissonantes daqueles que foram afastados do processo histórico pelos vencedores de 1930 (TRONCA, 1986, p. 60-61) As memórias foram construídas tomando como eixo central os eventos relacionados à chamada Revolução de 1930. No processo de rememoração de sua atuação pública, este tema surge como “um movimento fundador da imagética histórica”, a partir do qual o “vê como um longo futuro, na realidade como mito de origem, o tempo da história, que marca o início dos acontecimentos” (FENTRESS & WICKHAM, 1994, p. 158), e que organizou toda sua narrativa de Brasil.

Antes de definir os significados do movimento de 1930, Juracy descreveu com detalhes os momentos, personagens e intrigas da fase conspiratória. Julgou, e de alguma maneira, expôs as divergências e contradições dos grupos que estavam tentando articular a derrubada do governo de Washington Luís.

Seus parceiros de tenentismo foram descritos como homens obstinados que conspiravam contra o presidente Washington Luís, através de um grande levante nacional. Segundo De Decca (1992), o tema do tenentismo ganhou legitimidade a partir do lugar privilegiado que a ideia da revolução assumiu na historiografia brasileira. Neste caso, o processo histórico dos anos de 1920 passou a ser lido a partir da oposição: tenentes x oligarquias. O mesmo dispositivo ideológico que elevou a revolução de trinta à categoria de fato histórico fundamental, também elegeu seu inimigo, o fantasma da oligarquia, e os seus agentes políticos, os fantasmas dos tenentes, ora denominados de revolucionários (DE DECCA, 1992, p. 82).

Um dos primeiros esforços explicativos sobre o sentido do tenentismo e da Revolução de 1930 foi produzido quase que no calor dos acontecimentos por Virginio Santa Rosa. Ele estabeleceu alguns pressupostos que se tornaram paradigmáticos na descrição e análise destes eventos. Tais quais, a identidade de interesses políticos entre os tenentes e a nascente classe média, sendo os primeiros os representantes políticos dessa. A oposição entre esta e o sistema oligárquico, sustentado pela exploração das massas rurais pelos mandatários locais. Desse modo, a revolução de 1930 seria o episódio que teria permitido a esses setores médios da sociedade, a partir de sua representação pelos tenentes, de conquistarem um lugar no jogo político, o que anteriormente era impossibilitado pelo peso das massas rurais ignorantes manipuladas pela oligarquia (SANTA ROSA, 1976).

Este esquema interpretativo foi retomado por uma série de outros estudos, tornando-se fundante de uma maneira de se explicar as crises sócio-políticas que se estabeleceram no país entre as décadas de 1920 e 1930. Com variações, os temas voltaram-se sempre para as mesmas explicações, como a questão das classes médias, a participação dos militares oficiais de baixa patente, a oposição à oligarquia, trinta como um marco inicial de transformação profunda na sociedade brasileira, a partir da industrialização, leis trabalhistas, entre outros.

Em suas memórias, a conspiração e a luta junto a nomes como Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Miguel Costa, João Alberto Lins de Barros, Pedro Aurélio de Góis Monteiro; além dos tenentes Juarez Távora e Eduardo Gomes, ganharam um significado que foi compreendido como uma espécie de rito de passagem e marcaram definitivamente a sua atuação na vida pública: “ver meu país governado por legítimos representantes do povo, sem

conchavos ou atas falsas, eu estava agora pronto para receber meu batismo de fogo” (GUEIROS, 1996, p.69).

Os motivos que levaram à ruptura das oligarquias hegemônicas de Minas Gerais e São Paulo e a conseqüente formação da Aliança Liberal são temas mais que conhecidos e recorrentes na historiografia, e Juracy Magalhães fez questão de repeti-los. Sendo assim, destaque-se a interpretação que ele construiu sobre aquele grupo:

A Aliança Liberal, embora fosse dirigida por velhos políticos de conservadoras origens e mostrasse o feitiço de um partido, representava, para nós, antes de tudo, uma espécie de crença renovadora a refletir as aspirações da classe média brasileira que começava a aparecer. Era um novo contingente lutando por um lugar ao sol. O povo e o chamado lumpenproletariat estavam ainda muito longe do poder decisório. Se os remediados não conseguiam representação, muito menos eles, os trabalhadores e despossuídos daquele tempo. (...), a oficialidade jovem e os rebeldes do Sul e do Norte queriam unir-se aos mineiros para um movimento decisivo, capaz de libertar o país do velho sistema corrupto (GUEIROS, 1996, p.71) (grifo nosso).

Aqui, Juracy Magalhães buscou construir um sentido para a aliança entre os velhos políticos que há muito pertenciam às oligarquias, acostumados às armadilhas da política, muitos dos quais tinham perseguido os jovens tenentes na década de 1920, e o “nós”, quer dizer, os oficiais de baixa patente que buscavam uma renovação política, entre os quais ele fez questão, em muitas passagens de suas memórias, de se identificar. Esta aliança significava, para ele, uma esperança para as aspirações dos setores médios da sociedade brasileira. A representação das classes médias mais uma vez voltando à tona na rememoração de Juracy Magalhães sobre este período, que é encarado como de transformação, no qual, a emergência e a necessidade de participação política, a busca por um “lugar ao sol” destes setores sociais era o principal sintoma.

Em *O Último Tenente*, passadas mais de seis décadas dos acontecimentos, e aproximadamente quarenta anos da primeira narrativa⁵⁵, Juracy ampliou o processo de

⁵⁵ Sobre o sentido do movimento ocorrido em 1930, as memórias de Juracy, trazem percepções distintas. Em *Minha Vida Pública na Bahia*, diz que a Revolução de Trinta não foi um movimento popular, não passou de um movimento militar. Havia certo sentimento de desencanto no povo com os rumos tomados pela República de desvirtuamento da democracia. Mas a massa não estava politizada. Havia um alheamento pela coisa pública, por parte do proletariado e classe média (MAGALHÃES, 1957, p. 45-46). O povo estava afastado das deliberações e não participava das escolhas. “Preterido, relegado, afastado, o conservadorismo nacional ainda mais acomodava o homem simples brasileiro no ‘que for, foi’” (MAGALHÃES, 1957, p. 46). A campanha da Aliança Liberal conseguiu sensibilizar parte dos habitantes das grandes cidades e capitais, mas sem muito alcance. A comunicação ainda era muito deficitária, pois os jornais com os discursos dos revolucionários demoram a chegar ao interior e o rádio não era facilmente encontrado (MAGALHÃES, 1957, p. 46). Este quadro teria justificado o porquê do movimento ter ocorrido da maneira que ocorreu. Ou seja, ter sido uma revolução militar. Com a exceção de Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul, onde tinha o apoio oficial dos governos estaduais, no resto do Brasil não passou de um movimento de quartel (MAGALHÃES, 1957, p. 46). Mas, deflagrado o movimento, o povo viveu a expectativa da vitória. “Quem não ajudou, não hostilizou. Hostilidade mesmo, somente daqueles,

ressignificação do fato. Nesta versão, como naquela produzida na década de 1980, ele afirmou que a Revolução de 1930 não foi feita pelo Exército. Ela teria nascido dos anseios do povo e contou com a participação e o apoio de três governadores civis, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba. Estes aceitaram entrar na luta, apesar das hesitações iniciais. Neste caso, a Revolução de 1930 foi interpretado como um desdobramento necessário dos movimentos militares ocorridos na década de 1920: o levante do Forte de Copacabana de 1922, o movimento em 1924 em São Paulo, e a Coluna Prestes, dissolvida em 1927 (GUEIROS, 1996, p. 76).

A população foi empolgada pelo movimento, que contou com a crise de 1929 para ajudar na sua rápida deflagração, esta gerou grave situação econômica no país, com a queda dos salários, desemprego e o fechamento de empresas. Enquanto isso, o presidente se mostrava irredutível em sua política de tentar se perpetuar no poder, buscando fazer seu sucessor, em detrimento dos acordos realizados anteriormente com Minas Gerais (GUEIROS, 1996, p. 76).

Ele afirmou que possuíam conspiradores nos estados dissidentes, mas faltavam-lhes forças militares suficientes para ganhar a guerra, fato compensado pelo o apoio do povo e dos líderes civis que ficaram ao seu lado. Eles teriam conquistado os corações e as mentes daqueles que foram injustiçados pelo regime decaído, pois o apoio teria vindo de todas as classes sociais, independentemente se fossem ricos ou pobres (GUEIROS, 1996, p. 76-77).

Percebe-se nesta explicação uma mudança quanto à narrativa dos fatos, no primeiro, os militares foram os protagonistas, aqui a sociedade, o povo, os políticos civis. Mas, a ação e a libertação do país ficaram a cargo dos tenentes, neste caso, novamente, homens imbuídos de espírito democrático e revolucionário que deram tudo pela causa da revolução e da reconstrução da república.

Uma questão importante que ele levantou foi o fato de que nem todos os tenentes se mantiveram fiéis ao programa revolucionário, aos ideais que os levaram à luta. Ao ter que

mas poucos, que, por legalismo ou dinheiro, tomaram o fuzil a favor do governo” (MAGALHÃES, 1957, p. 46). Para tanto era necessária uma mudança da mentalidade nacional. O povo precisava ser educado e convencido de seus erros do passado e que eles aceitassem as reformas anunciadas no presente. As novas armas da revolução deveriam ser agora o pensamento político, as ideias políticas e a renovação política. Após a conclusão da ação militar e consolidada a vitória das armas havia muito a ser feito. Ou seja, era preciso não perder a oportunidade e fazer a verdadeira revolução (MAGALHÃES, 1957, p. 47). Desta explicação para a chamada revolução, pode-se inferir certa indiferença e imprecisão quanto à categoria povo. A justificativa para o movimento foi o fato de que o povo era ignorante e não possuía suficientemente desenvolvida, a consciência dos jogos e tramas da política e por isso mesmo era facilmente manipulado. Esta percepção sobre a categoria povo foi utilizada para protelar ao máximo a participação popular mais efetiva e principalmente o fortalecimento das posturas autoritárias. Na luta política, a oposição e os pedidos de reconstitucionalização eram vistos como prematuros, pois os revolucionários consideravam que o povo ainda não estava pronto para decidir seus próprios caminhos.

dividir o poder com os políticos da Aliança Liberal se viram diante das dificuldades e armadilhas da política: “esses jovens idealistas, inexperientes, viram o quanto era difícil instaurar a República dos seus sonhos. Alguns foram seduzidos pelos novos cargos, afastaram-se dos antigos companheiros, sucumbiram à rotina burguesa” (GUEIROS, 1996, p. 46).

Depois de lutar contra Bernardes em 1922 e 1924 tiveram que ser seu aliado em 1930. Vargas havia sido ministro de Washington Luís. Ficou a lembrança do alerta de Prestes no sentido de evitar alianças que não eram compatíveis com as aspirações revolucionárias (GUEIROS, 1996, p. 46).

A verdade é que, apesar desse carinhoso apoio do povo, os tenentes no governo mal sabiam que medidas tomar. Não tinham, a rigor, um programa para mudar a sociedade. Assim, acabariam tendo de adaptar-se à *práxis* conservadora dos velhos próceres da Aliança Liberal. Um belo sonho revolucionário transformou-se então em um rearranjo oligárquico. No fim de tudo, os homens que dominaram o novo regime vinham das mesmas famílias que haviam consolidado a República Velha (GUEIROS, 1996, p. 46).

A avaliação de Juracy sobre o movimento de 1930 e sua posterior situação política expõe uma fratura no grupo que chegou ao poder. O que deveria ser a apoteose de uma trajetória marcada por ações lendárias e heroicas demonstrou a ineficiência dos ideais, visto que inconsistentes e que não se transformaram em um programa aplicável no sentido de transformação efetiva da sociedade, aliado a uma imaturidade para lidar com os experientes membros da Aliança Liberal. Há nesta passagem algo como uma frustração por perceber que o sonho revolucionário não gerou a tão sonhada reforma da sociedade, apenas possibilitou a uma reorganização das forças representadas pelas oligarquias, representado pela permanência dos mesmos sobrenomes a dominar a política no novo regime.

Mesmo com a frustração ele destacou o que mudou com a instalação do novo regime: o fim das atas falsas, o voto secreto, o voto feminino, a Justiça do Eleitoral, o Ministério do Trabalho e o fato de que a questão social deixou de ser questão de polícia, e do ponto de vista político legou a Constituição de 1934, apesar de sua curta duração devido a instalação do regime do Estado Novo. Segundo ele, a revolução instituiu uma “cruzada moralizadora”, a partir da qual ocorreu uma mudança de mentalidade no país, e o principal legado desse movimento no início dos anos 1930 foi o banimento da “sórdida política dos governadores e o sistema do café-com-leite” (GUEIROS, 1996, p. 47).

O que se percebe nas memórias de Juracy sobre 1930 e também sobre o tenentismo, posto que, em sua interpretação estes eventos estão necessariamente interligados, é que estes

esquemas se repetem numa relação dialética entre memória e história. A construção de sua memória sobre este período é informada por dada versão sobre o passado que se estabeleceu, ao tempo em que também contribui para o fortalecimento desta narrativa repetindo e reforçando seus pressupostos básicos. Suas análises sobre o período, em muito coincidem com aquelas estabelecidas por estas produções historiográficas.

Neste caso, ele adotou a narrativa pela qual os vencedores passaram a definir suas próprias características e empreenderam uma verdadeira construção de memória, no sentido de que eles próprios produziram as interpretações de suas ações. E, em contrapartida, geraram as formas pelas quais os seus adversários deveriam ser lembrados. A questão aqui não é condenar ou absorver este ou aquele grupo político, mas entender que as disputas por posições de poder no Estado e na sociedade também engendraram disputas pelas versões que se construía sobre o passado. Portanto, as memórias aqui foram produzidas, e definidas, a partir o lugar em que ocuparam nesta disputa.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Juracy Magalhães, ao exercer cargos diversos no aparelho de Estado, buscou se aliar a diferentes frações da classe dominante brasileira. Estavam em suas relações políticas, oligarcas tradicionais do Recôncavo baiano e também agentes do setor financeiro como Clemente Mariani, cujo poder familiar remontava o Império. Coronéis famosos do sertão baiano, a exemplo de Franklin Lins do Albuquerque, representantes da burguesia cacauzeira como os irmãos Lavigne de Ilhéus e Gileno Amado de Itabuna, além das alianças construídas com a burguesia comercial, através de sua associação de classe. Com a vigência do Estado Novo, aliou-se aos seus antigos adversários e passou à oposição do regime varguista, e, junto ao ex-adversário Otávio Mangabeira fundou a UDN na Bahia. Na condição de líder dos udenistas foi presidente das estatais Vale do Rio Doce e da Petrobrás, sob o comando de Vargas, participou da articulação da ditadura civil-militar e assumiu os cargos de ministro da Justiça e das Relações Exteriores durante o regime. Ainda na década de 1970 era uma das principais lideranças políticas da Bahia, e, ao se afastar da vida pública, utilizou-se da sua experiência e de suas relações no mundo da política e foi alto executivo de multinacionais. Possuiu, portanto, uma trajetória política longa e, para isso, muitas vezes, teceu alianças contraditórias, a partir das quais, aliados tornaram-se adversários, e ex-adversários tornaram-se aliados de primeira hora. Esses movimentos, cuja meta era sempre o exercício do poder, precisavam de uma narrativa coerente e, mais do que isso, de uma justificativa plausível.

A longevidade política de Juracy Magalhães se explica pela sua condição de agente dos interesses das diversas frações da burguesia no Brasil, ao longo de diferentes conjunturas da nossa história. Na década de 1930, ele executou, na Bahia, o programa de intervenção estatal de fomento das atividades agrícolas, aplicando as ideias de planejamento racional, manejo científico e financiamento dos principais produtos de exportação estaduais, respondendo às necessidades de geração de divisas para o processo de acumulação capitalista, visando à industrialização, no sudeste do país. Do ponto de vista político, as suas ações tiveram como resultado o desalojamento das oligarquias das instâncias do Estado e a sua ascensão à condição de liderança de uma corrente partidária, em terras baianas.

Nas décadas de 1940 e 1950, mesmo sendo um dos principais líderes da antivarguista UDN, esteve envolvido na defesa do projeto de desenvolvimento industrial que preconizava a presença efetiva do Estado como responsável pelo direcionamento das políticas econômicas, através de aportes financeiros e da administração direta de setores produtivos na economia.

Ao aceitar o convite de Vargas para presidir as estatais da mineração e do petróleo, dois setores considerados estratégicos para montagem do fundamento da industrialização do país, ele pôde, de alguma maneira, influenciar neste processo, definindo estratégias e planos de ação para a área. Neste contexto, entretanto, ele já defendia a participação de empresas da iniciativa privada tanto nacionais, quanto estrangeiras, consideradas mais aptas, pela experiência de mercado, para a realização de determinadas tarefas.

A sua relação com os setores associados ao capital monopolista externo, começaram a surgir desde a sua experiência como adido militar nos Estados Unidos, a partir daí, sempre que podia, fazia questão de defender a superioridade do capitalismo estadunidense, e como o Brasil poderia aprender com o *know-how* dos aliados vindos do vizinho do norte. Esta tendência consolidou-se na década de 1960, quando passou a adotar, mais abertamente, a defesa do binômio segurança-desenvolvimento, e se envolver com o complexo civil-militar que advogava por um modelo de desenvolvimento industrial associado ao capital estrangeiro. Enfim, ele conseguiu permanecer ativo e útil no aparelho de Estado, enquanto se adaptou à diferentes conjunturas do processo de acumulação, desde 1930.

Foi, neste contexto, que o processo de rememoração entrou em cena, ele surgiu como a possibilidade de se criar uma imagem coerente, pois, na retrospectiva, se pode arrumar aquilo que está sem forma, e dotar de coerência o que nem sempre faz sentido em uma primeira vista. As memórias são instrumentalizadas, também, como de instrumento de exercício de poder, pois, ao construir para si a memória de um protagonismo político ele possui a tendência de escamotear os erros e fracassos. Nos contextos em que suas memórias destacam o diálogo e o consenso de ideias, tiram o foco sobre os muitos episódios de perseguição e violência contra os adversários.

E, principalmente, quando ele pretendeu personalizar a história do Brasil a partir do voluntarismo de suas ações, as memórias deixaram flagrar o desfilar de uma série de personagens que, em última instância, foram representativos das diversas frações da sua classe dominante. Ao lançar luz sobre a sua trajetória particular, na verdade a sua rememoração trouxe à tona o processo de modernização burguesa no país e a sua transformação em urbano e industrializado, sem deixar de destacar as suas contradições, o seu caráter autoritário e conservador. Além da permanência de todo um restolho oligárquico no processo de disputa de hegemonia entre as diversas frações de sua burguesia.

As memórias de Juracy Magalhães, registradas e publicadas em forma de livros, tiveram por objetivo estabelecer o seu lugar na história, no entanto, além disso, buscaram ressignificar, reconstruir os fatos históricos dos quais participou ativamente ou como

espectador privilegiado. Ele não apenas construiu um passado no qual suas ações foram marcadas pelo protagonismo em momentos cruciais da História do Brasil, como, também, se preocupou em registrar a sua própria interpretação desta história. Rememorar é, pois, um processo que confere um sentido ao passado, em geral, provocado pelas necessidades do presente e, ao lançar mão de explicações históricas, ele tentou, de alguma maneira, justificar suas ações e dos grupos sócio-políticos aos quais ele esteve ligado ao longo da sua vida pública.

A intencionalidade no registro das memórias mostrou-se na necessidade de resguardar vestígios que pudessem servir como base e substrato a essas mesmas memórias. A presença de documentos anexos aos livros de memória, como discursos, mensagens, correspondências indicaram que Juracy Magalhães conscientemente estava produzindo uma imagem para si, esta foi constantemente elaborada e reforçada pelas diferentes publicações dos seus registros memorialísticos.

As memórias foram construídas com o intuito de inserir o personagem em momentos decisivos da história do país e, principalmente, a insistência em destacar o seu protagonismo nestes eventos. Mostra-se presente a necessidade de estabelecer o seu lugar na História do país. Para ele, foi preciso destacar o protagonismo e a influência decisiva para o desenrolar dos fatos, em uma palavra, ele precisou destacar de que maneira sua presença e sua ação alteraram os rumos dos acontecimentos.

Enquanto membro do aparelho do Estado, as memórias de Juracy foram marcadas por uma tendência à repetição de esquemas representativos do passado que sejam fundamentais à perpetuação do poder das classes dirigentes deste mesmo Estado, entre as quais ele se identificava como agente dos seus interesses. A memória histórica produzida por Juracy Magalhães se enquadrou em uma espécie de uma memória nacional oficial.

Neste caso, concordando com Ricoeur (2007), as narrativas que abordam temas considerados fundadores são narrativas de glória, para os vencedores e de humilhação para os derrotados e estas apresentam uma relação fundamental com a construção de uma memória histórica oficial que se quer perpetuada publicamente. Juracy Magalhães fez parte do grupo vencedor da Revolução de 1930 e fundou parte do seu entendimento sobre a História do Brasil tomando por base este evento. As memórias dos seus atos na década de 1930, foram justificados como necessários para que se mantivessem as conquistas deste movimento político. Qualquer ato de arbitrariedade e violência cometido foi, ressignificado, pelas memórias, como necessário para o cumprimento dos “desígnios revolucionários” e os adversários foram, prontamente, rotulados como inimigos da nação. Pode-se estabelecer o

mesmo raciocínio para as interpretações construídas sobre 1964, que foram estabelecidas, em suas memórias, sob o signo da luta contra o fantasma do comunismo e em defesa da ordem, da democracia e do desenvolvimento da pátria.

No caso de Juracy Magalhães, grande parte de sua rememoração está informada por versões já cristalizada de temas recorrente na historiografia nacional. Em geral a produção desta memória não é espontânea, pois sua articulação pertence às classes dominantes e sua contestação é algo raro de ocorrer. Além disso, o que é narrado, é sempre fruto de uma seleção arbitrária, cujos objetivos estão a serviço do poder. Neste sentido, o que vai incidir sobre a seleção do que se lembra e do que se esquece é justamente o dispositivo ideológico que busca legitimar os mecanismos de dominação e da ordem vigente. Contando com mais de noventa anos, quando do lançamento do seu último relato memorialístico, seu processo de rememoração buscou exatamente a consolidação de determinada visão sobre o passado.

Aquela que legitimou a ascensão e a materialização do domínio burguês na sociedade e no aparelho de Estado. Ele foi um legítimo representante deste grupo, atuando e passando pelas diferentes etapas da construção desta dominação. Portanto, o seu processo de rememoração, foi em grande medida a rememoração legitimadora deste modelo de dominação capitalista em todos os setores da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1982. 722p. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

ABREU, Alzira Alves de. **Um Político e dois depoimentos.** Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22 a 26 de outubro de 1996.

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia.** São Paulo: Hucitec, 1984.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. (Vol. I).

CAMARGO, Aspásia. **O método qualitativo: usos e perspectivas.** Mesa Redonda. Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Brasília, 10 de julho de 1987. 12 p. mimeo. P. 9.

CARONE, Edgard. **O Tenentismo: acontecimentos – personagens – programas.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.

_____. **A República Nova (1930-1937).** São Paulo: Difel, 1974.

CASTRO, Marcial Humberto Saavedra. **Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o planejamento econômico na Bahia (1955-1961).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, 2010. 138 fls.

CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão. **Tratados do Atlântico Sul: Brasil-Portugal, 1825-2000.** Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia.** Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

_____. **Os Passos do Homem como Restolho do Tempo: memória e fim da história.** Coimbra: Almedina, 2016.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: Editora da UNB, 2010.

CHIRIO, Maud. **A Política nos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930: o silêncio dos vencidos – memória, história e revolução.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

DEMIER, Felipe. **O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. Tese de Doutorado. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2012. 506 fls.

_____. **O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a Ditadura (1966-1982)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG/PROED, 1986.

DREIFFUS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. & DULCI, Otávio Soares. **As Forças Armadas e a Política**. In: **SORJ, B. & ALMEIDA, MHT. Sociedade política no Brasil pós 61**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Editorial Teorema, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Heloísa. **Os Militares como Categoria Social**. São Paulo: Editora Global Universitária, 1979.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

GONÇALVES, Martina Spohr. **De procedimentos a metodologia: políticas de arranjo e descrição em arquivos privados pessoais, o caso do CPDOC**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em organização, planejamento e direção de arquivos). Niterói, RJ – Arquivo Nacional; Universidade Federal Fluminense, 2007. 57 p.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Los Marcos Sociales de la memoria**. Postfácio de Gérard Namer. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepcion: Universidade de la Concepcion; Caracas: Universidade Central de Venezuelas. 2004.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la Memoria**. Lima: IEP, 2012.

LOFF, Manuel. Estado, Democracia e Memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014). In: LOFF, Manuel; PIEDADE, Filipe; SOUTELO, Luciana Castro. **Ditaduras e Revolução: democracia e políticas de memória**. Coimbra: Edições Almedina, 2014.

LOMBARDI, José Claudinei; SOUZA, Daniela Moura Rocha de; DOMINSCHEK, Desirê Luciane; SANTOS, Wilson da Silva. Estado e Educação no Período do Nacional-desenvolvimentismo: 1945-1964. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **Projeto Columbia: Anísio Teixeira e o Desenvolvimento Nacional**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2013.

LOPES, Raimundo Hélio. **Um Vice-Reinado na República do Pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2014. 315 fls.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Relações simbióticas entre Memória, Ideologia, História e Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei Et all (Orgs.). **História, Memória e Educação**. Campinas: Alínea, 2011

MARTINS, Carlos Estevam. **A Evolução da Política Externa Brasileira na Década 64/74. Estudos Cebrap**. São Paulo, nº 12, p. 53-98, 1975.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos-SP: Editora da UFSCAR, 1996.

MONTESPERELLI, Paolo. **Sociología de la Memoria**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. **Traços da Cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses da modernização (1930-1949)**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. 2009. 145 fls.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). **Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989. pp. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, vol. 5, nº 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992. pp. 200-212.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Porto: Portucalense Editora, 1971. (vol. I-II).

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira / A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ROSAS, Fernando. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. (O Estado Novo: 1926-1974, vol. 7).

SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

_____. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. 2ª ed. Campinas, SP: Unicamp Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. (Coleção Trajetórias; 1).

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder e Representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

SANTA ROSA, Virgínio. **O Sentido do Tenentismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SANTOS, Mario Augusto. **Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão**. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1991.

SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 a 1964**. São Paulo: Alfa – Omega, 1976.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. 339 fls.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. (vol. 1).

TRAVERSO, Enzo. **O Passado, Modos de Usar: história, memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

_____. **La Historia como Campo de Batalla: interpretar las violencias del siglo XX.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930: a dominação oculta.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LISTA DE FONTES

Memórias de Juracy Magalhães

GUEIROS, José Alberto. **O Último Tenente.** Rio de Janeiro: Record, 1996.

MAGALHÃES, Juraci. **Minha Vida Pública na Bahia.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

_____. **Minhas Memórias Provisórias: depoimento prestado ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Minha Experiência Diplomática: coletânea organizada e anotada por Cláudio Garcia de Sousa.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1971.

Livros de Getúlio Vargas

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938. (vol. 3-4).

_____. **Diário.** São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. (Vol. I-II).

Livros de Franco Nogueira

NOGUEIRA, Franco. **Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968).** 3ª Ed. Porto: Livraria Editora Civilização, 1987.

_____. **Política Externa Portuguesa.** Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967. (vol. 2).

Outros livros de memórias

LINS, Wilson. **Aprendizagem do Absurdo: uma casa após a outra (memórias).** Salvador: EGBA, 1997.

Jornais e Revistas:

Diário da Bahia (1931-1937)

A Tarde (1931-1937)

Diário de Notícias (1931-1937)

O Imparcial (1931-1937)

Revista Bahia Rural, ano III, nº 33-34, Maio-Junho/1996

Jornal do Brasil (1966) (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

Diário Popular (1966) (Portugal)

O Século (1966) (Portugal)

Diário de Notícias (1966) (Portugal)

Documentos oficiais:

Exposição feita ao Chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas pelo Interventor Federal, Tenente Juracy Magalhães (1932).

Exposição feita ao Chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas pelo Interventor Federal, Capitão Juracy Magalhães (1933).

Exposição feita ao Presidente da República Getúlio Vargas pelo Interventor Federal, Capitão Juracy Magalhães (1935).

Mensagem do Governador Juracy Magalhães relatando à Assembleia Legislativa, em 2 de Julho de 1936, a situação geral do Estado da Bahia (1936).

Mensagem do Governador Juracy Magalhães relatando à Assembleia Legislativa, em 2 de Julho de 1937, a situação geral do Estado da Bahia (1937).

Discursos e Conferências

Discurso proferido na abertura do 1º Congresso de Criadores Baianos, em Vitória da Conquista-BA, Jun/1936.

Discurso pronunciado em Salvador, em 21 de novembro de 1936, quando da inauguração do Instituto do Cacau.

Discurso pronunciado em maio de 1954, ao se empossar na presidência da Petrobrás.

Discurso pronunciado em Salvador, como paraninfo dos formandos pela Escola de Eletromecânica da Bahia. s/d.

Discurso pronunciado no Senado, em março 1955, fazendo referência à inauguração da Refinaria de Cubatão.

Discurso pronunciado no Senado, em Junho 1955, fazendo referência à questão da mineração e da siderurgia.

Discurso pronunciado na apresentação das cartas credenciais de embaixador do Brasil nos Estados Unidos ao Presidente Lyndon B. Johnson, no Rio de Janeiro, em 09 de julho de 1964.

Discurso pronunciado ao assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1966.

Conferência sobre “O Ministério das Relações Exteriores e a Iniciativa Privada”, no Simpósio promovido pelo Jornal do Brasil, durante a VI Feira de Utilidades e Serviços de Escritório, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1966.

Discurso pronunciado no almoço oferecido pelo Conselho da Comunidade Portuguesa do estado de São Paulo, em 16 de dezembro de 1966.

Conferência de Abertura do Ano Letivo do Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, em 06 de março de 1967.

Documentos da Secretaria de Governo.

Ofício encaminhado ao Presidente da Associação Comercial da Bahia – 26/01/1932

Documentos do Gabinete Civil da Presidência da República

Ata da Fundação da Concentração Sertaneja – 25/01/1933

Carta encaminhada pelo Interventor Federal, Juracy Magalhães, ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas – 11/01/1932

Relatório/Dossiê sobre a atuação política de Juracy Magalhães – 1933

Arquivo da ACB:

Atas, Boletins e Relatórios.

Arquivo da ABI:

Atas da Assembleia Geral

Atas da Diretoria

VIANNA FILHO, Luís. *Alguns Aspectos do Jornalismo Baiano*. Salvador: Associação Bahiana de Imprensa, 1980.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2005.

Arquivo do MNE – Portugal

Acordo cultural entre Portugal e o Brasil. Assinado em 07 de setembro de 1966. Ratificada e publicada em 26 de Agosto de 1967. (Diário do Governo – I Série – número 199 – páginas 1529 a 1531).

Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos de Portugal e os Estados Unidos do Brasil. Assinado em 07 de setembro de 1966. Ratificado e publicado em 07 de setembro de 1967. (Diário do Governo – I Série – número 209 – páginas 1615 e 1616).

Acordo de Comércio entre Portugal e os Estados Unidos do Brasil. Assinado em 07 de setembro de 1966. Ratificado e publicado em 14 de setembro de 1967. (Diário do Governo – I Série – número 215 – páginas 1651 e 1652).

Declaração sobre Cooperação Econômica entre Portugal e o Brasil, assinado em Lisboa (Original Português) – 07 de setembro de 1966.